



CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS: TEORIAS, CONCEITOS E ESTUDOS DE CASO

87

Série Estudos e Pesquisas

Diva Maria Ferlin Lopes, Wendel Henrique
(orgs.)

CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS: TEORIAS, CONCEITOS E ESTUDOS DE CASO

SEI

87

Série Estudos e Pesquisas

publicações
SEI

SALVADOR
2010

Governo do Estado da Bahia

Jaques Wagner

Secretaria do Planejamento

Antônio Alberto Valença

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

José Geraldo dos Reis Santos

Diretoria de Pesquisas

Thaiz Braga

Ficha Técnica

Coordenação de Pesquisas Sociais

Laumar Neves

Organizadores

Diva Maria Ferlin Lopes (SEI)

Wendel Henrique (UFBA)

Coordenação de Biblioteca e Documentação

Normalização

Raimundo Pereira Santos

Coordenação de Disseminação de Informações

Márcia Santos

Padronização e Estilo

Editoria de Arte

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Aline Santana (estag.)

Revisão de Linguagem

Laura Dantas

Projeto Gráfico

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Julio Vilela

Editoração

Ludmila Nagamatsu

Foto

Lourival Custódio

Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso. /

Diva Maria Ferlin Lopes, Wendel Henrique (organizadores). –
Salvador: SEI, 2010.

250 p. il. (Série estudos e pesquisas, 87).

ISBN 978-85-85976-84-2

Planejamento urbano – Bahia. 2. Desenvolvimento urbano –
Bahia. I. Lopes, Diva Maria Ferlin. II. Henrique, Wendel. III. Série.

CDU 711.4(813.8)



■ SUMÁRIO

9	APRESENTAÇÃO
	ABERTURA
13	CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS DO NORDESTE: CONFERÊNCIA DE ABERTURA <i>Doralice Sátyro Maia</i>
13	AS CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS NOS ESTUDOS GEOGRÁFICOS
16	EM BUSCA DO ENTENDIMENTO DE CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS
21	CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS NO NORDESTE BRASILEIRO: APRESENTANDO UM QUADRO GERAL
36	PARA DAR CONTINUIDADE...
37	REFERÊNCIAS
	PARTE I
	PENSANDO AS MÉDIAS E PEQUENAS CIDADES DO BRASIL
45	DIFERENÇAS E REPETIÇÕES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE CIDADES PEQUENAS E MÉDIAS <i>Wendel Henrique</i>
45	INTRODUÇÃO
46	OS ESTUDOS SOBRE CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS
47	A DIFERENCIAÇÃO DA CIDADE MÉDIA E PEQUENA DAS DEMAIS CIDADES
54	O PONTO DE INFLEXÃO DO AGRÁRIO PARA O URBANO NAS CIDADES PEQUENAS E MÉDIAS
55	CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARA RECONHECER OS MOMENTOS CRÍTICOS NAS CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS
57	REFERÊNCIAS
59	A NATUREZA CONTRADITÓRIA DA URBANIZAÇÃO EM UM CONTEXTO DE MAIOR COMPLEXIDADE NA PRODUÇÃO DAS CIDADES BAIANAS <i>Janio Santos</i>
60	O PONTO DE PARTIDA: EM BUSCA DE UMA DISCUSSÃO EPISTEMOLÓGICA SOBRE A URBANIZAÇÃO
62	URBANIZAÇÃO E BARBÁRIE SOCIAL: UM OLHAR SOBRE AS CIDADES BAIANAS
66	A URBANIZAÇÃO: REVELANDO SUA NATUREZA CONTRADITÓRIA
73	CONSIDERAÇÕES FINAIS
74	REFERÊNCIAS
77	CIDADES PEQUENAS DO SEMIÁRIDO: DINÂMICAS SOCIODEMOGRÁFICAS E MARGINALIZAÇÃO <i>Diva Maria Ferlin Lopes</i>
81	CIDADES PEQUENAS DO SEMIÁRIDO: DIFERENCIAIS DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO, IDE E IDS
87	CIDADES PEQUENAS DO SEMIÁRIDO: SUA INSERÇÃO NOS ESTUDOS SOBRE REDE URBANA
89	CONSIDERAÇÕES FINAIS
90	REFERÊNCIAS
	PARTE II
	O PAPEL DAS CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS: REDESCUTINDO OS AGENTES E SUAS PRÁTICAS NA INTERFACE LOCAL/REGIONAL
93	CIDADES PEQUENAS E MÉDIAS: REFLEXÕES TEÓRICAS E APLICADAS <i>Sylvio Bandeira de Mello e Silva</i>

94	DISCUTINDO OS FUNDAMENTOS DAS ANÁLISES URBANO-REGIONAIS NA GEOGRAFIA
97	APLICAÇÕES DO EMBASAMENTO TEÓRICO URBANO-REGIONAL
99	EFICIÊNCIA E EQUIDADE ESPACIAIS COMO DESDOBRAMENTOS IMPORTANTES NO DEBATE SOBRE CIDADES PEQUENAS E MÉDIAS
105	CONCLUSÃO
105	REFERÊNCIAS
109	A PROPOSIÇÃO DO CONCEITO DE CENTRALIDADE CULTURAL E A PROMOÇÃO DE EVENTOS FESTIVOS COMO ESTRATÉGIA DE TURISTIFICAÇÃO DE PEQUENAS CIDADES: REFLEXÕES A PARTIR DE ALGUNS ESTUDOS DE CASOS
	<i>Janio Roque Barros de Castro</i>
109	INTRODUÇÃO
110	CULTURA E ESPAÇO URBANO: UMA APRECIÇÃO PRELIMINAR
113	AS PROPOSIÇÕES DE TURISTIFICAÇÃO E A QUESTÃO DA CENTRALIDADE CULTURAL: O CASO DA CIDADE DE CACHOEIRA
116	A RETÓRICA INSTITUCIONAL E VALORIZAÇÃO DA QUESTÃO CULTURAL NAS CIDADES DE AMARGOSA E CRUZ DAS ALMAS
118	A ESPETACULARIZAÇÃO DAS FESTAS JUNINAS NO ESPAÇO URBANO E AS PROPOSIÇÕES DE TURISTIFICAÇÃO DE PEQUENAS CIDADES DO RECÔNCAVO BAIANO
121	REFLEXÕES FINAIS
122	REFERÊNCIAS
125	URBANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO INDUSTRIAL DAS CIDADES MÉDIAS DA BAHIA: UM OLHAR SOBRE FEIRA DE SANTANA
	<i>Nacelice Barbosa Freitas</i>
125	REFLEXÕES INICIAIS
127	FORMAÇÃO TERRITORIAL DE FEIRA DE SANTANA: A CONSOLIDAÇÃO DA CIDADE MÉDIA
129	URBANIZAÇÃO E DINÂMICA POPULACIONAL DAS CIDADES MÉDIAS: FEIRA DE SANTANA COMO FOCO DA ANÁLISE
135	MODERNIZAÇÃO INDUSTRIAL, DESENVOLVIMENTO E DINÂMICA TERRITORIAL EM FEIRA DE SANTANA
139	CONSIDERAÇÕES FINAIS
141	REFERÊNCIAS
	PARTE III
	PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO/GESTÃO DAS CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS DA BAHIA
145	A ELABORAÇÃO DE PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS COMO POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO: QUATRO EXPERIÊNCIAS RECENTES EM MUNICÍPIOS BAIANOS
	<i>Fábio Moura Costa</i>
145	INTRODUÇÃO
147	PARTICIPAÇÃO POPULAR E O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DOS PLANOS
154	O CONTEÚDO DOS PLANOS: PRINCIPAIS ASPECTOS
160	CONSIDERAÇÕES FINAIS
162	REFERÊNCIAS
163	URBANIZAÇÃO E GESTÃO URBANA NO SUL DA BAHIA: O PREDOMÍNIO DA AGLOMERAÇÃO DE ITABUNA-ILHÉUS NA REDE URBANA REGIONAL
	<i>Gilmar Alves Trindade</i>
163	CONSIDERAÇÕES INICIAIS

166	CIDADE, REDE E REGIÃO NO SUL DA BAHIA: A GÊNESE DO PREDOMÍNIO REGIONAL DE ILHÉUS E ITABUNA
169	FIXOS E FLUXOS RELACIONADOS À PRODUÇÃO DE CACAU E À GÊNESE DA REDE URBANA REGIONAL
171	A CONSOLIDAÇÃO DE ITABUNA COMO O MAIS IMPORTANTE ENTROCAMENTO RODOVIÁRIO NA REGIÃO
174	ADOTANDO UM CONCEITO DE CIDADE MÉDIA PARA AMPLIAR A ANÁLISE DAS FUNÇÕES EXERCIDAS REGIONALMENTE POR ITABUNA E ILHÉUS NO SUL DA BAHIA
179	UM BREVE AGENDAMENTO SOBRE GESTÃO URBANA E PLANEJAMENTO NA MICRORREGIÃO ITABUNA-ILHÉUS: AO SE CONSIDERAREM O NÍVEL E A QUANTIDADE DE INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS ATUALMENTE, PERCEBE-SE QUE AS PRÁTICAS RECENTES INDICAM MAIS RECUOS QUE AVANÇOS
181	REFERÊNCIAS
	PARTE IV
	AS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE: POSSIBILIDADES DE ANÁLISE E METODOLOGIAS
187	CAMPO E CIDADE. CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS. ALGUMAS PROPOSIÇÕES PARA A PESQUISA E O DEBATE
	<i>Arthur Magon Whitacker</i>
187	APRESENTAÇÃO
187	PARA INICIAR O DEBATE
187	Proposições analíticas
189	Recortes
190	POSSIBILIDADES DE ANÁLISE E METODOLOGIAS
190	Cidade e Campo
192	As cidades médias e pequenas
193	PARA FINALIZAR
194	REFERÊNCIAS
195	RELAÇÃO CAMPO-CIDADE: EM BUSCA DE UMA LEITURA DIALÉTICA PARA A COMPREENSÃO DESSES ESPAÇOS NA ATUALIDADE
	<i>Suzane Tosta Souza</i>
206	REFERÊNCIAS
209	QUESTÕES INICIAIS PARA O ESTUDO DAS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE NA BAHIA: PROCESSOS E INDICADORES
	<i>Patrícia Chame Dias</i>
209	OBSERVAÇÕES PRELIMINARES
212	INDUSTRIALIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO E RELAÇÕES CIDADE-CAMPO: PROCESSOS GERAIS
214	ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO URBANO DA BAHIA: PROCESSOS E INDICADORES
224	PARA FINALIZAR...
225	REFERÊNCIAS
	ENCERRAMENTO
229	CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS: REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS NO ESTUDO DESSAS REALIDADES SOCIOESPACIAIS
	<i>Beatriz Ribeiro Soares e Nágela Aparecida de Melo</i>
229	INTRODUÇÃO
232	O ESTUDO DAS CIDADES MÉDIAS NO BRASIL: EVOLUÇÃO E APONTAMENTOS PARA SUA ANÁLISE
236	PEQUENA CIDADE: UMA NOÇÃO EM CONSTRUÇÃO
246	CONSIDERAÇÕES FINAIS
247	REFERÊNCIAS

APRESENTAÇÃO

Em novembro de 2009, realizou-se em Salvador o *I Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia*, numa promoção conjunta entre o Departamento de Geografia e o Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), o Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), o Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). O sucesso do evento, resultante das parcerias estabelecidas para sua realização, culmina agora com a publicação, pela SEI, dos textos apresentados nas conferências e mesas-redondas daquele simpósio. É, portanto, com satisfação que a SEI, cumprindo sua missão de informar, entrega ao público mais um número da *Série Estudos e Pesquisas*, este dedicado ao tema cidades médias e pequenas da Bahia.

As pesquisas sobre cidades médias e pequenas vêm ganhando repercussão na produção acadêmica brasileira, fruto da interiorização dos cursos de graduação e pós-graduação, bem como do próprio processo nacional de urbanização, no qual tais cidades apresentam destaques significativos nas dinâmicas econômicas, demográficas e culturais.

Na Bahia, alguns professores e pesquisadores já trabalhavam isoladamente com a temática dessas cidades, com destaque para os grupos de pesquisa CiTePlan, da UFBA; Urbanização e Produção de Cidades da Bahia, da UESB; Recôncavo, da UNEB, e da Coordenação de Pesquisas Sociais, da SEI. De modo a integrar essas instituições, pessoas e pesquisas, surgiu a ideia da organização do simpósio como proposta de diagnosticar a produção das instituições baianas sobre diversas temáticas que tivessem *locus* nas cidades médias e pequenas da Bahia, para, a partir desta visualização inicial, serem pensadas conjuntamente, estratégias de pesquisas em rede, integrando esses diversos grupos e instituições.

Em um primeiro diagnóstico, o evento superou todas as expectativas, recebendo mais de 110 trabalhos para serem avaliados, originários de 23 diferentes instituições, não só da Bahia, mas de outros quatro estados. Do material recebido, 54 trabalhos completos foram aceitos pela comissão científica, para apresentação em espaços de diálogo, e 31 trabalhos em andamento foram apresentados como painel. Assim, iniciou-se um diálogo não apenas estadual, mas também no âmbito regional e nacional, buscando inclusive contatos com os participantes

da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe), que já possuem uma produção acadêmica consolidada no país.

A publicação deste número da Série Estudos e Pesquisas, pela SEI, se configura como um importante passo para a constituição de uma rede de pesquisadores de diversas disciplinas sobre as cidades médias e pequenas da Bahia, bem como lança vários desafios para estes grupos, partindo do aprofundamento das questões teóricas e metodológicas que perpassam estes estudos, até a articulação e discussão com pesquisadores de todo o país e, no futuro, do exterior.

A organização da publicação segue a estrutura do simpósio, que teve duas conferências proferidas por professoras e pesquisadoras da ReCiMe e quatro mesas-redondas com 11 professores e pesquisadores das instituições baianas e um convidado de São Paulo.

Inicia-se a publicação com o texto relativo à conferência de abertura, *Cidades médias e pequenas do Nordeste*, de Doralice Sátyro Maia, no qual a professora resgata os conceitos de cidades médias e pequenas no contexto geográfico, bem como apresenta as controvérsias que envolvem as discussões sobre elas, buscando superar a ideia de contingente populacional como indicador determinante para as funções que desempenham. Ademais, com o auxílio de cartogramas e dados da ReCiMe, apresenta um quadro geral das cidades do Nordeste, destacando as pequenas cidades, bem como, a partir da análise do trabalho *Regiões de influência das cidades*, também conhecido como Regic (IBGE, 2007), apresenta suas respectivas áreas de influência.

Três textos fizeram parte da primeira mesa-redonda do evento (Parte I), intitulada *Pensando as médias e pequenas cidades da Bahia*. O primeiro, *A inflexão rural-urbano e a zona crítica. Diferenças e repetições na produção do espaço urbano de cidades pequenas e médias*, de Wendel Henrique, apresenta, a partir das contribuições de Henri Lefebvre, uma discussão teórica sobre as repetições e singularidades no processo de produção do espaço urbano em cidades médias e pequenas, buscando compreender, no mesmo período histórico, como diversas cidades coexistem em diferentes planos do processo de urbanização da sociedade, finalizando com uma proposta metodológica conceitual para os estudos referentes à produção do espaço urbano nas cidades médias e pequenas, com destaque para a expansão do sistema de educação superior presencial e a distância.

Janio Santos, em seu texto *A natureza contraditória da urbanização no contexto de maior complexidade na produção das cidades baianas*, trata das transformações que estão ocorrendo na produção do espaço das cidades baianas a partir do processo de urbanização. O autor também discute questões referentes aos espaços intraurbanos das cidades médias e pequenas baianas, como os processos de verticalização e de proliferação de condomínios fechados, entre outros aspectos.

O texto de Diva M. Ferlin Lopes, *Cidades pequenas do semiárido: dinâmicas sociodemográficas e marginalização*, traz para o debate uma caracterização de cidades baianas localizadas na

região do semiárido, colocando em foco as ideias de isolamento, pobreza e carência, mas que são situações criadoras do que a autora denomina de urbano possível para essas cidades.

Como o título *O papel das cidades médias e pequenas: discutindo os agentes e suas práticas na interface local/regional*, a segunda mesa-redonda (Parte II) também contou com três participantes. O primeiro texto, *Cidades pequenas e médias: reflexões teóricas e aplicadas*, de autoria de Sylvio Bandeira de Melo e Silva, discute os fundamentos teóricos dos estudos sobre as cidades e suas articulações regionais, com destaque para as contribuições de Walter Christaller e suas repercussões sobre os temas das centralidades e redes urbanas, articuladas hierarquicamente. O autor ainda contempla em seu texto os desdobramentos e aplicações das teorias no pensamento geográfico brasileiro, mais especificamente nos estudos sobre a cidade e a região, bem como nos estudos sobre a Bahia.

Já o texto de Janio Roque Castro, *A proposição do conceito de centralidade cultural e a promoção de eventos festivos como estratégia de turistificação de pequenas cidades: reflexões a partir de alguns estudos de caso*, trata da inversão da estrutura hierárquica dos estudos, denominados pelo autor como tradicionais, trazendo para o centro da discussão os acontecimentos das cidades pequenas e as centralidades culturais que estas passam a desempenhar nos novos desenhos das redes urbanas, finalizando seu texto com um estudo de caso sobre a turistificação da cultura em Cachoeira/BA.

O terceiro texto deste bloco é o de Nacelice Barbosa Freitas intitulado *Urbanização e modernização industrial das cidades médias da Bahia: um olhar sobre Feira de Santana*. A autora parte de uma análise das discussões sobre as cidades médias para caracterizar os processos atuais em Feira de Santana e sua articulação regional e estadual, motivados e consolidados por sua industrialização.

Os textos seguintes (Parte III) se referem à mesa-redonda *Processos de urbanização e o planejamento/gestão das cidades médias e pequenas da Bahia*. O primeiro, *A elaboração de planos diretores municipais como política pública de desenvolvimento: quatro experiências recentes em municípios baianos*, de autoria de Fábio Moura Costa, trata da elaboração de planos diretores de alguns municípios da Bahia, com destaque para os elementos obrigatórios definidos pelo Estatuto da Cidade, dentre os quais: a participação popular, gestão democrática da cidade e conteúdos inerentes aos planos de Barra do Choça, Tremedal e Morro do Chapéu.

O texto de Gilmar Alves Trindade, com o título *Urbanização e gestão urbana no sul da Bahia: o predomínio da aglomeração de Itabuna–Ilhéus na rede urbana regional*, trata da inserção regional de Ilhéus e de Itabuna na rede urbana regional do sul baiano, destacando os fluxos que possibilitaram e possibilitam os papéis de articulação exercidos pelas duas cidades, entendidas como os nós da rede urbana regional. O autor finaliza com uma discussão sobre a gestão do território nestas localidades, a qual permanece centrada nas ações do Poder Executivo.

A última mesa-redonda (Parte IV) teve como título *As relações campo–cidade: possibilidades de análise e metodologias* e o primeiro texto foi elaborado por Arthur Magon Whitacker,

versando sobre *Campo e cidade. Cidades médias e pequenas. Algumas proposições para a pesquisa e o debate*. Nesse texto, o autor apresenta, a partir de ideias trabalhadas por Henri Lefebvre, uma discussão sobre os conceitos de urbano e rural e de campo e cidade, especificamente relacionados às cidades médias e pequenas, os quais se apresentam como distintos e complementares.

O texto de Suzane Tosta Souza, *Relação campo–cidade: em busca de uma leitura dialética para a compreensão desses espaços na atualidade*, discute a dialética existente entre estes dois pares, buscando superar a dicotomia de algumas análises que colocam a cidade como lugar do desenvolvimento e o campo como o *locus* do atraso, partindo das características intrínsecas ao modo de produção capitalista e sua ação tanto na cidade quanto no campo, tendo como objetivos de análise o trabalho/trabalhador e o Estado.

O texto *Questões iniciais para o estudo das relações campo–cidade na Bahia: processos e indicadores*, de Patricia Chame Dias, trata, a partir de indicadores, do processo de urbanização da Bahia e das relações entre a cidade e o campo, destacando as definições de cidade e de urbanização para analisar a evolução da urbanização da Bahia, a distribuição dos municípios por tamanho de população e por ocupação em setores produtivos, entre outros processos.

Para finalizar, o texto de Beatriz Ribeiro Soares e Nágela Aparecida de Melo, da conferência de de encerramento, intitulado *Cidades médias e pequenas: reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais*, busca sintetizar os processos e transformações do espaço urbano brasileiro nas últimas décadas, destacando a incorporação dos estudos sobre as cidades médias e pequenas nas agendas das pesquisas brasileiras. As autoras ainda elaboram uma memória da estruturação da ReCiMe e a importância desses estudos para a discussão e o amadurecimento de conceitos ainda tão polêmicos quanto os de cidade média e pequena.

Assim, com esta coletânea de textos, espera-se contribuir para estimular ainda mais as pesquisas que têm como base empírica as cidades médias e pequenas, bem como indicar caminhos para o avanço das proposições teóricas e metodológicas dos estudos sobre essas cidades.

Diva M. Ferlin Lopes e Wendel Henrique

ABERTURA

87

Série Estudos e Pesquisas

SESP

CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS DO NORDESTE: CONFERÊNCIA DE ABERTURA

*Doralice Sátyro Maia**

Casas entre bananeiras
mulheres entre laranjeiras
pomar amor cantar.
Um homem vai devagar.
Um cachorro vai devagar.
Um burro vai devagar.
Devagar... as janelas olham.
Eta vida besta, meu Deus.

Carlos Drummond de Andrade.
Cidadezinha qualquer (1930)

As linhas que se seguem não foram escritas em um único momento, resultam de uma série de fragmentos de ideias que foram se somando em função das pesquisas realizadas e também das oportunidades em apresentações em eventos diversos. Como já escrito em artigo anterior (MAIA, 2009), o presente interesse pelo estudo das cidades médias e pequenas decorre tanto de trabalhos anteriores a este, como da orientação de pesquisas para conclusão de monografias do curso de Geografia e, ainda, de dissertações de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba. Assim, é a soma dessas práticas que impulsiona este olhar e esta reflexão sobre as cidades médias e pequenas do Nordeste brasileiro.

Uma observação “treinada” ou um olhar domesticado teoricamente acontece quando “nos sentimos preparados para a investigação empírica e o objeto, sobre o qual dirigimos nosso olhar, já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo” (OLIVEIRA, 1998, p.17).

Pelo exposto, procura-se, neste artigo, expor algumas ideias anteriormente apresentadas, agora reunidas a outras experiências e observações. Inicialmente serão resgatados alguns trabalhos realizados por geógrafos que abordaram a temática aqui central: a das cidades médias e pequenas no Brasil. Em seguida serão expostas as ideias que fundamentam a pesquisa sobre este tema para, posteriormente, se apresentarem alguns dados e informações a respeito das cidades médias e pequenas no Nordeste brasileiro.

AS CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS NOS ESTUDOS GEOGRÁFICOS

O tema central deste estudo traz à tona abordagens bastante conhecidas no fazer geográfico e principalmente nos estudos de Geografia Urbana. Desde relatórios e descrições de viagens e

* Pós-doutora em Geografia Humana pela Universidad de Barcelona; doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP); professora do Programa de Pós-graduação em Geografia e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). doralicemaia@hotmail.com

trabalhos de campo a interpretações sobre sistema e rede urbana, as cidades médias e pequenas são objeto de interesse para o conhecimento geográfico. Pode-se acordar que, no Brasil, o trabalho precursor é ‘O estudo geográfico das cidades’, de Pierre Monbeig (1957), que se constitui em uma matriz metodológica, dando origem às denominadas monografias urbanas. Dessa forma, o “estudo geográfico das cidades deveria ser o resultado final da superação de uma série de etapas metodológicas, cada uma direcionada à observação e obtenção (*in loco* ou a partir de fontes secundárias) dos dados exigidos para a elaboração de cada segmento da monografia” (ABREU, 1994, p. 208).

Os resultados da pesquisa elaborada por Mauricio de Abreu mostram uma série de trabalhos — que seguem a metodologia das monografias urbanas proposta por Monbeig — que foram apresentados e aprovados em reuniões da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Trabalhos sobre diversas cidades brasileiras em todas as regiões, tais como os estudos sobre Diamantina, por Bernardes; São Luiz do Maranhão, por Azevedo; Londrina, por Prandini; Cataguases, por Cardoso; Crato, por Petrone; Ponta Grossa, por Santos; Teresina, por Moreira; Marabá, por Dias; Aracaju, por Diniz (e também por Castro), entre outros (ABREU, 1994, p. 221). Há ainda trabalhos que não se constituíram em monografias, mas que primam pelo estudo das cidades brasileiras, alguns priorizando a função, a exemplo dos trabalhos de Azevedo sobre Juazeiro e Petrolina e dos de Peluso Júnior sobre as vilas do estado de Santa Catarina e também um outro sobre Lajes (SC). Esses estudos revelam, mesmo que em perspectivas diferentes, a diversidade das cidades, que pontuavam o território brasileiro. Tais pesquisas são de grande valor para se entender o processo de urbanização brasileiro e em especial a dinâmica do quadro das cidades médias e pequenas.

Além desses estudos, não se pode deixar de registrar os clássicos da Geografia Urbana Brasileira: o artigo “Vilas e cidades do Brasil Colonial”, de Aroldo de Azevedo (1957); as várias publicações na Revista Brasileira de Geografia, com textos de Fany Davidovich, Pedro Pinchas Geiger, Speridão Faissol, Roberto Lobato Corrêa, entre outros; o capítulo “Cidades locais”, do livro Espaço e Sociedade, de Milton Santos (1979); a obra *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*, de Santos e Silveira (2003); o livro *A Rede Urbana* (1989) e os vários artigos de Roberto Lobato Corrêa, além do capítulo “Uma técnica de pesquisa no estudo de pequenas cidades”, do livro *O Espaço Fora do Lugar*, de Armando Corrêa da Silva (1978).

Na história do pensamento da Geografia Urbana Brasileira, segundo Abreu (1994) e Vasconcelos (1994), há, a partir dos anos 1950 e com maior intensidade na década de 1970, uma série de estudos que priorizam as redes urbanas, conduzindo a atenção dos estudiosos para o interurbano em detrimento do intraurbano. As razões para esse interesse foram apresentadas por Roberto Lobato Corrêa (1989), que destaca a demanda das instituições de planejamento territorial e regional. Posteriormente, com o advento da Geografia Crítica, os estudos geográficos urbanos adotaram outra perspectiva metodológica, passando para a análise da produção do espaço urbano, dos agentes produtores do espaço, das contradições socioespaciais, dos movimentos sociais urbanos, da especulação imobiliária, entre outros. Nesse período de intensificação do

processo de urbanização brasileiro, as disparidades, as desigualdades e também as concentrações ganham maiores proporções, o que irá despertar maior interesse pela análise da rede e hierarquia urbana, bem como pelo processo de metropolização. Urge a necessidade por se desvendarem as contradições do espaço urbano. Assim, várias são as pesquisas, teses, dissertações e diversos artigos que se produzem fundamentados na perspectiva crítica ou com base no Materialismo Histórico e Dialético. Tais estudos modificam por completo a perspectiva de análise e, neste movimento, as contribuições de autores estrangeiros como Castells e Harvey foram fundamentais. Entretanto, todo esse ideário ganha forte dimensão na Geografia Urbana Brasileira que, a partir de autores como Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Ana Fani A. Carlos, Arlete Moysés Rodrigues, Odette Seabra, entre outros, ganha uma outra dimensão e, mais recentemente, aporta-se em outras perspectivas metodológicas sem perder de vista a análise crítica, como bem o faz Marcelo Lopes de Souza.

Toda a riqueza dos estudos realizados pelos autores acima elencados teve como principal objeto de análise a metrópole, o que se revela nos simpósios de geografia urbana que passam a ocorrer a partir de 1989. Do conjunto de discussões apresentadas e do aparecimento de um maior número de pesquisadores sobre realidades não metropolitanas, começa-se a indagar se todo o conhecimento ou as ideias e reflexões feitas a partir da metrópole podem ser traduzidas para as cidades de escalas diferentes. Há então, a partir dos anos 1990, um acúmulo de trabalhos sobre cidades não metropolitanas que começam a instigar pesquisadores a pensarem sobre outras realidades, a exemplo dos trabalhos de Maria Encarnação Beltrão Sposito (1993) e de Tânia Maria Fresca (2001) e de várias teses defendidas nos primeiros programas de doutorado do Brasil, tanto na Universidade de São Paulo como na Universidade Federal do Rio de Janeiro. O fato é que as metrópoles têm provocado grandes discussões teóricas e metodológicas, mesmo porque os novos acontecimentos e os grandes problemas normalmente surgem e estão sempre ocorrendo nestes espaços. Como afirma Sposito (2009, p. 30),

[...] as metrópoles são entidades espaciais tão complexas que, em si, o dentro é tão pleno já de questões, ele é tão depositário do conjunto da realidade econômica social e política, que ele quase se basta, no sentido de oferecer elementos em quantidade e qualidade suficientes para compreender o quadro nas macro e nas micro determinações.

Além disso, não há como contestar a importância destacada dos estudos sobre a metrópole, não só pelo maior número de trabalhos desenvolvidos, pela maior concentração de programas de pós-graduação localizados nas metrópoles, como também pelo fato de que “os problemas se evidenciam nas metrópoles e geram muito mais pesquisas sobre elas” (SPOSITO, 2009, p. 40). Contudo, uma pergunta se faz presente em alguns fóruns: será que as teorias e as metodologias utilizadas nos estudos das metrópoles cabem na análise das médias e pequenas cidades, ou mesmo das cidades não metropolitanas? Ou, o estudo das cidades médias e pequenas merece uma discussão particular sem, no entanto, perder de vista a noção de totalidade do fenômeno urbano?

Assim, sentimos necessidade de compreender as cidades médias e pequenas brasileiras não como um conhecimento à parte do processo de urbanização, ou da totalidade, mas sim como particularidades e singularidades. Para tanto necessitamos dissecá-las, decompô-las e analisá-las, sem perder de vista a forma e o conteúdo. Portanto, o que se pretende é contribuir com o debate e com o conhecimento do Brasil urbano, partindo do que está na outra extremidade desse processo, ou seja, do que se configura como pequenas e médias cidades, ou do que não se configura como grandes aglomerações urbanas.

EM BUSCA DO ENTENDIMENTO DE CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS

Ao se adjetivar o substantivo cidade com a palavra “média” e/ou “pequena” faz-se menção ao tamanho da cidade que, por sua vez, conduz ao estudo das redes e hierarquias urbanas¹. Cidade pequena se contraporia à cidade grande. E cidade média seria aquela que está entre uma e outra, ou seja, teria uma dimensão intermediária. Ao se pretender averiguar o tamanho seja da malha urbana, seja do contingente populacional, necessita-se fazer uma medição, uma aferição do tamanho da cidade e/ou do contingente populacional. Tais dados são fornecidos pelas instituições de estatísticas. Geralmente os estudos funcionais ou que priorizam o sistema hierárquico das cidades usam terminologias similares às de cidades pequenas, médias e grandes. Para tanto, tomam como base os dados referentes a seus contingentes populacionais. Assim, na classe de cidades pequenas inserem-se aquelas que possuem até 20 mil habitantes; acima deste montante são classificadas como cidades médias e aquelas com mais de 500 mil habitantes são consideradas cidades grandes. Este critério, com algumas variantes, tem sido adotado pelas instituições de estudos estatísticos.

De fato, a adjetivação como média e pequena conduz à escala de grandeza. Sendo este o entendimento, nada mais significativo do que o contingente populacional. Porém, como expressa Maria Encarnação Sposito (2009), há que se “emprender um esforço para superar a adoção desses adjetivos de pequenas e médias, cidades pequenas e cidades médias”, uma vez que não “são suficientes para caracterizar as cidades não metropolitanas”. Complementa a autora: “a realidade das cidades pequenas e médias é extremamente plural para que se continue adotando, no plano teórico-conceitual, esses dois adjetivos”. Portanto, é preciso repensar essas expressões para que se chegue a denominações que traduzam o conteúdo das realidades analisadas. Sposito (2009, p. 13-14) questiona: “Será que essas duas expressões são boas para designar um tipo, um padrão, um conjunto de cidades que desempenham vários e diferentes papéis numa divisão de trabalho que se estabelece?”.

Assim, não se pode deixar de considerar a contagem populacional quando se quer pensar sobre o que se denomina de pequenas e médias cidades, mas o que se afirma é que este

¹ Como mencionado anteriormente, vários são os estudos sobre rede e hierarquia urbana, destacando-se aqueles produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

dado não traduz a dinâmica do conjunto de cidades estudadas ou mesmo não é sinônimo de uma dada realidade. Pois, mesmo que se considere um intervalo de número de habitantes, há ainda muita discrepância entre estes espaços, em outras palavras, considerando-se o território brasileiro, uma cidade com 100 mil habitantes no interior do estado da Bahia não é igual a uma cidade com o mesmo contingente populacional no estado de São Paulo, por exemplo. Tais discrepâncias e dificuldades metodológicas, que se traduzem inclusive no conceito de cidade, já foram discutidas por Marcelo Lopes de Souza (2003, p. 30-31):

[...] Uma cidade média em uma região pobre, como o Nordeste brasileiro, tenderá a não apresentar comércio e serviços tão diversificados e sofisticados quanto uma cidade de mesmo porte em uma região mais próspera, com uma presença bem mais expressiva de estratos de renda médios, como o interior de São Paulo ou o Sul do país, por exemplo.

A partir dos dados populacionais, sem dúvida esses aglomerados estariam na posição inferior dentro da hierarquia urbana. Porém, os estudos sobre rede urbana têm apontado para outros itens fundamentais para a análise da rede e da hierarquia urbana. Roberto Lobato Corrêa destaca algumas linhas de diferenciação para o estudo da rede urbana: origem, tamanho e funções. A origem “inclui o contexto econômico e político e os agentes sociais das criações urbanas”, o tamanho varia de acordo com o número de habitantes ou “segundo agregados econômicos distintos”, como “o valor da produção industrial e da receita do comércio e serviços e a renda de seus habitantes” (CORRÊA, 2003, p. 134-135).

Milton Santos (1982) em *Espaço e Sociedade* escreve um capítulo intitulado “As cidades locais no Terceiro Mundo”. O autor inicia argumentando que “a maioria dos estudos urbanos em países subdesenvolvidos se interessa de preferência pelas grandes cidades, principalmente pelo fenômeno da macrocefalia”. Porém, se prestássemos atenção às estatísticas, bem como à realidade, diz o autor, “vemos perfilar-se outro fenômeno urbano, o das *cidades locais* que, a nosso ver, merece tanto interesse quanto o precedente” (SANTOS, 1982, p. 69). O autor continua afirmando que essas cidades são mais comumente denominadas na literatura especializada por *cidades pequenas*, mas que ele opta pela nomenclatura *cidades locais* por uma série de motivos. Seu primeiro argumento é exatamente o critério do número de população. “Aceitar um número mínimo, como o fizeram diversos países e também as Nações Unidas, para caracterizar diferentes tipos de cidade no mundo inteiro, é incorrer no perigo de uma generalização perigosa” (SANTOS, 1982, p. 69-70). Santos, então, passa a discutir a possibilidade de se falar em “verdadeiras cidades” e “pseudocidades”. Sobre estas últimas ter-se-ia que distinguir as suas relações com o meio ambiente e assim haveria

[...] pseudocidades inteiramente dependentes das atividades de produção primária, como as cidades mineiras ou as grandes aldeias, e mesmo de atividades não primárias, como algumas cidades industriais ou cidades religiosas, universitárias, balneárias, de montanha (serras) etc. Mas também existem as pseudocidades engastadas em zonas de influência imediata de grandes

idades e que fazem parte de sua aglomeração, com parques industriais ou cidades-dormitório (SANTOS, 1982, p.70).

Mas essas pseudocidades, para Santos, não seriam as cidades locais. Pois, as cidades locais “dispõem de uma atividade polarizante e, dadas as funções que elas exercem em primeiro nível, poderíamos quase falar de *cidades de subsistência*.” Com esta conclusiva, o autor resolve melhor defini-las. Assim, Santos utiliza o termo “cidades locais” para designar os aglomerados populacionais com uma dimensão mínima, que “deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população com verdadeiras especializações do espaço” e que apresentam “um crescimento autossustentado e um domínio territorial”, respondendo às “necessidades vitais mínimas, reais ou criadas de toda uma população, função esta que implica em uma vida de relações” (SANTOS, 1982, p.71). Ao aprofundar a discussão, Milton Santos explica que o “fenômeno da cidade local acha-se ligado às transformações do modelo de consumo do mundo, sob o impacto da modernização tecnológica, da mesma forma que as metrópoles são o resultado dos novos modelos de produção” (SANTOS, 1982, p. 72). Após esta explanação fica evidente o uso do termo *cidade local* para aquela localizada em regiões que se modernizaram ou que apresentam transformações espaciais em função dos avanços tecnológicos.

A perspectiva apontada por Milton Santos em *Espaço e Sociedade*, qual seja a da análise das cidades em regiões modernizadas, especialmente aquelas que atendem às solicitações da agricultura tecnológica, torna-se mais evidente quando lemos outra obra do referido autor, publicada em 1993, *A Urbanização Brasileira*. Nesta, Santos analisa o processo de urbanização brasileira a partir do movimento do meio técnico-científico, esclarecendo que

[...] à proporção que o campo se moderniza, requerendo máquinas, implementos, componentes, insumos materiais e intelectuais indispensáveis à produção, ao crédito, à administração pública e privada, o mecanismo territorial da oferta e da demanda de bens e serviços tende a ser substancialmente diferente da fase precedente (SANTOS, 1993, p. 50).

Com esse entendimento afirma haver “a modificação do sistema urbano, dada pela presença de indústrias agrícolas não urbanas, freqüentemente firmas hegemônicas, dotadas não só da capacidade extremamente grande de adaptação à conjuntura, como da força de transformação da estrutura, porque têm o poder da mudança tecnológica e de transformação institucional” (SANTOS, 1993, p.50). Como resultado de todo este processo transformador, haverá, para Santos, também mudanças no conteúdo das denominadas *cidades locais*.

Antes, eram as cidades dos notáveis, hoje se transformam em cidades econômicas. A cidade dos notáveis, onde as personalidades notáveis eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, o telegrafista, cede lugar à cidade econômica, onde são imprescindíveis o agrônomo (o que antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados (SANTOS, 1993, p. 51).

Dessa forma, afirma o referido autor, “A cidade torna-se o *locus* da regulação do que se faz no campo. É ela que assegura a nova cooperação imposta pela nova divisão do trabalho agrícola, porque obrigada a se aperfeiçoar às exigências do campo, respondendo às suas demandas cada vez mais prementes e dando-lhes respostas cada vez mais imediatas” (SANTOS, 1993, p. 51).

As reflexões e constatações acima expostas trazem novos elementos para a compreensão da urbanização brasileira, inclusive para o entendimento das *idades locais*, ou mesmo das *idades pequenas*. Houve sim grandes transformações no espaço agrário brasileiro em decorrência das inovações tecnológicas, das alterações nas relações de produção e de trabalho provocando, por sua vez, mudanças no quadro urbano brasileiro. Milton Santos dá continuidade a suas análises em outra obra que publica mais recentemente em co-autoria com Maria Laura Silveira². Neste livro, ao abordar o processo recente de urbanização, os autores afirmam que o número de *idades locais* e sua força aumentaram desde os anos 50 do século XX, mas aprofundam a discussão a respeito das cidades com população entre 20 e 500 mil habitantes, por eles, denominadas de cidades médias. Ainda no mesmo livro, os autores utilizam outra denominação que merece destaque para nossa reflexão: “cidade do campo”. Santos e Silveira (2003) atribuem a gradativa importância dessas cidades ao papel por elas desempenhado ao servirem de ponte entre o global e o local. As cidades passam a se especializar na oferta de serviços e bens necessários à produção regional.

Uma das tarefas da cidade no campo modernizado é, pois, a oferta de informação — imediata e próxima — a uma atividade agrícola que, nos dias atuais, já não pode ser feita sem esse insumo, tornado indispensável. Às vezes a cidade é produtora dessa informação, o que é o caso, por exemplo, das aglomerações onde há instituições de ensino e de pesquisa pura e aplicada. Todavia, na maior parte dos casos, cabe somente à cidade transferir para o mundo agrícola informações especializadas, selecionadas pelos interessados na sua difusão (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 281).

Merece atenção a utilização da terminologia “cidade do campo” para tratar aquela cidade que atende às demandas do campo modernizado. Explicam os autores:

De maneira geral, na cidade do campo, a produção regional acaba por influir sobre as iniciativas dos agentes urbanos. As atividades de fabricação e serviços são, em geral, tributárias da atividade regional e, desse modo, relativamente especializadas a partir dessa inspiração. Tal especialização liga-se sobretudo às necessidades de resposta imediata e próxima às necessidades da produção, da circulação, do intercâmbio, da informação dos agentes.

A produção urbana daí resultante é formada, de um lado, por agricultores que são urbano-residentes e por pessoas empenhadas em permitir a

² Livro *O Brasil – território e sociedade no início do século XX*.

vida de relação. De um modo geral, tais localidades reúnem atividades e profissões tradicionais e novas, abrigando também formas de burguesia e de classes médias tradicionais e modernas.

O tamanho da cidade do campo está em relação com a importância da demanda criada pelas circunstâncias acima enumeradas e pela forma como se dá, numa área mais ampla, a divisão territorial do trabalho (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 282.).

Há, portanto, elementos teóricos para a reflexão sobre as cidades pequenas brasileiras, mas especialmente para aquelas situadas em áreas modernizadas ou, como afirmou Santos, “cidades no campo modernizado” (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 282). No que diz respeito às cidades pequenas ou às localidades denominadas cidades, mas que apresentam pouca ou quase nenhuma dinâmica econômica, que não conseguem nem mesmo desempenhar uma centralidade em uma microrregião, as anotações feitas por Santos são escassas. No livro *A Urbanização Brasileira*, o autor diz que “onde a divisão do trabalho é menos densa, em vez de especializações urbanas, há acumulação de funções numa mesma cidade e, consequentemente, as localidades do mesmo nível, incluindo as cidades médias, são mais distantes umas das outras”. O que é mais fundamental nas suas assertivas sobre esta questão é que há, cada vez mais, uma grande diferenciação entre os tipos urbanos, não se podendo mais entender a rede urbana a partir do tamanho das cidades, já que “cada cidade é diferente da outra” (SANTOS, 1993, p.53).

De fato, cada cidade se apresenta com características próprias e isto vem se tornando mais evidente principalmente nas regiões que absorvem maior incremento das novas técnicas, informações etc. Mas há também um grande número de cidades que pouco apresenta de inovações e, mesmo, de capacidade de suprir a população do próprio município com a oferta de serviços e produtos necessários. Estes núcleos estariam mais próximos da categoria “povoado” do que “cidade”. A partir da exposição das ideias de Santos, fica a interrogação: como caracterizar estes espaços? Pois eles não se inserem naquilo que o autor denominou de *cidades locais* e nem mesmo nas *pseudocidades*, caso se queira acostar em suas definições. Como então denominá-los e principalmente, como entendê-los?

Nos últimos anos, algumas pesquisas, inclusive teses e dissertações, foram realizadas e revelaram a diversidade do que se pode caracterizar como cidades pequenas e médias. O esforço em se superar tais nomenclaturas tem sido realizado, entretanto, ainda não se pode apontar para outra denominação que caminhe para um conceito. Daí a manutenção dos nomes classificatórios. Beatriz Soares e Nágela Aparecida de Melo (2009, p. 36) expõem as contribuições de diversos autores sobre os estudos das cidades pequenas e concluem:

Em síntese, as pequenas cidades no Brasil, entendidas enquanto espacialidades que compõem a totalidade do espaço brasileiro, na condição de partes integrantes e interagentes, são marcadas pela diversidade. Tal característica pode ser entendida a partir do contexto regional em que

estão inseridas, pelos processos promotores de sua gênese, bem como no conjunto de sua formação espacial.

Já no que se refere às denominadas cidades médias, vale ressaltar a distinção feita a “cidade de porte médio”, pois reafirmando o que já se expôs, embora o tamanho demográfico seja um dado importante, ele por si somente não caracteriza o que aqui se entende por cidade média. Maria Encarnação Sposito e outros (2007) destacam o papel que a cidade desempenha regionalmente, exercendo forte relação com a área na qual está situada e pela concentração e centralização econômica, tendo em vista a realidade regional. No mesmo sentido, Roberto Lobato Corrêa (2007) chama a atenção para a concentração da oferta de bens e serviços para uma hinterlândia regional e com atividades especializadas destinadas ao mercado nacional (CORRÊA, 2007).

Assim, destacam-se enquanto características de uma cidade média

[...] o papel de intermediação entre as pequenas e as grandes, então são cidades que comandam uma região, que polarizam uma região, que crescem em detrimento da sua própria região ou crescem em função da sua própria região, as duas coisas acontecem. Cidades médias que ampliam seus papéis, porque diminuem os papéis das cidades pequenas a partir de uma série de mecanismos econômicos, ou cidades que, em função do tipo de atividade que têm, das lideranças que ali se encontram, são capazes de crescer e propor um projeto ou desempenhar um papel político, econômico e social de crescimento para toda uma região (SPOSITO, 2009, p. 19).

Dessa forma, a noção de cidade média aqui adotada corresponde às cidades que apresentam uma concentração e centralização econômicas expressivas, provocadas pela confluência do sistema de transporte, podendo ser reconfiguradas pela incorporação de novas atividades do setor agropecuário que, por sua vez, redefinem a indústria, o comércio e os serviços. No quadro urbano brasileiro, as cidades ora consideradas médias, embora apresentem similaridades, revelam diferenças tanto em sua estrutura como em sua dinâmica.

A intermediação é uma das características do que se pode entender como cidade média; é a forte relação entre campo e cidade, que se torna evidente na cidade média e que se revela como característica intrínseca da cidade pequena, o que será mostrado no último tópico deste artigo. Todavia, é preciso agora expor as particularidades das cidades médias e pequenas do Nordeste brasileiro, tema central do debate proposto.

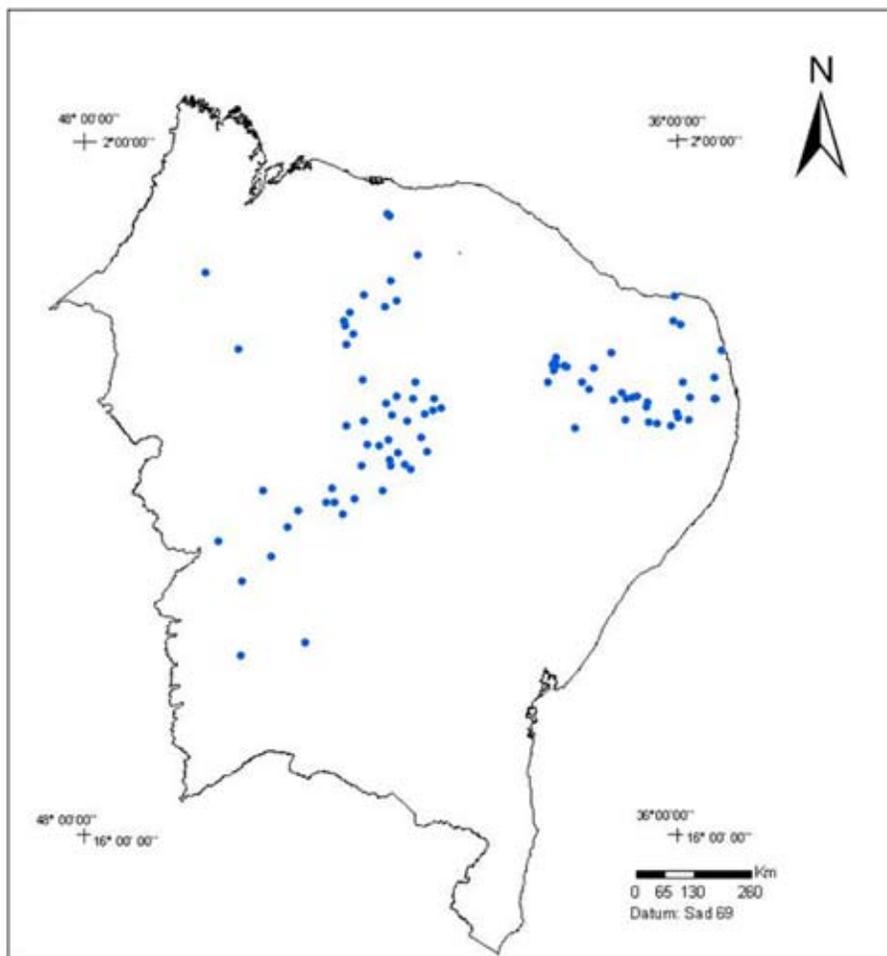
CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS NO NORDESTE BRASILEIRO: APRESENTANDO UM QUADRO GERAL

No campo da Geografia Urbana, já se podem encontrar alguns estudos sobre cidades médias e pequenas no Nordeste brasileiro, desde pesquisas monográficas e dissertações a teses que versam sobre temáticas diversas. Há, entretanto, um maior número de trabalhos que tratam

especialmente das capitais nordestinas e, em seguida, das cidades que se destacam, como Vitória da Conquista, Faria de Santana, Caruaru, Mossoró, Campina Grande e Juazeiro. São estudos que oferecem uma base fundamental para o entendimento dessas realidades particulares, bem como do que se pode entender como cidade média na Região Nordeste que, embora apresente similaridades com outras cidades de outras regiões brasileiras, apresenta diversidades e, ao mesmo tempo, características singulares, que podem ser entendidas como regionais. Tal afirmativa parece ultrapassada, já que, na contemporaneidade, as relações entre as escalas local, regional, nacional e global não se estabelecem hierarquicamente, como foi bastante discutido pela literatura geográfica até os anos 1970. Desde as últimas décadas do século XX, “novas formas de organizar a produção e o desenvolvimento das redes de fluxos vêm produzindo novos arranjos e dinâmicas territoriais. Dentre esses arranjos, emerge a diluição da separação entre a cidade, de um lado, e a região de outro” (LENCIONI, 2006, p. 69). O que não significa dizer, como alerta a autora, que já não tenha sentido a análise da cidade e sua região, mas que emergiram novos arranjos territoriais. Ultimamente o poder da região tem se esvaziado em detrimento da nova divisão do trabalho e do processo de aceleração econômica que ultrapassa as fronteiras regionais e nacionais. Contudo, os estudos revelam ainda o que se pode chamar de “força da região” que não necessariamente tem que corresponder às regiões oficialmente delimitadas pelas instituições governamentais. Mas, para pensar na proposta do debate, aqui será apresentado um quadro geral da rede urbana nordestina com base nos dados do Sidra (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2000).

Como dito anteriormente, no Brasil oficialmente se considera cidade toda sede de município. Assim, ao se extraírem as cidades localizadas no Nordeste brasileiro com menos de mil habitantes, encontra-se um total de 88 núcleos dispersos pelo interior da região, conforme mostra o Mapa 1.

Observa-se que a localização desses núcleos corresponde não exatamente ao extremo oeste do recorte regional, mas às extremidades dos respectivos territórios estaduais. Ao passarmos para a segunda classificação, a das cidades com uma população de mil a cinco mil habitantes, consegue-se visualizar uma grande diferença no número de núcleos com uma população ainda bastante pequena se considerado o quadro geral de população urbana brasileira. São, na verdade, as pequenas cidades, ou mesmo cidades locais, como expressou Milton Santos, que pouco oferecem de serviços e de estrutura urbana, que mantêm relação intrínseca com o campo, bem como com o núcleo em nível superior da hierarquia urbana (Mapa 2). Este quadro perfaz um total de 716 localidades, distribuídas por todo o território regional, inclusive no litoral, coincidindo na maioria das vezes, com as pequenas localidades utilizadas como segunda residência, ou como cidades que integram a região metropolitana da cidade hierarquicamente superior.



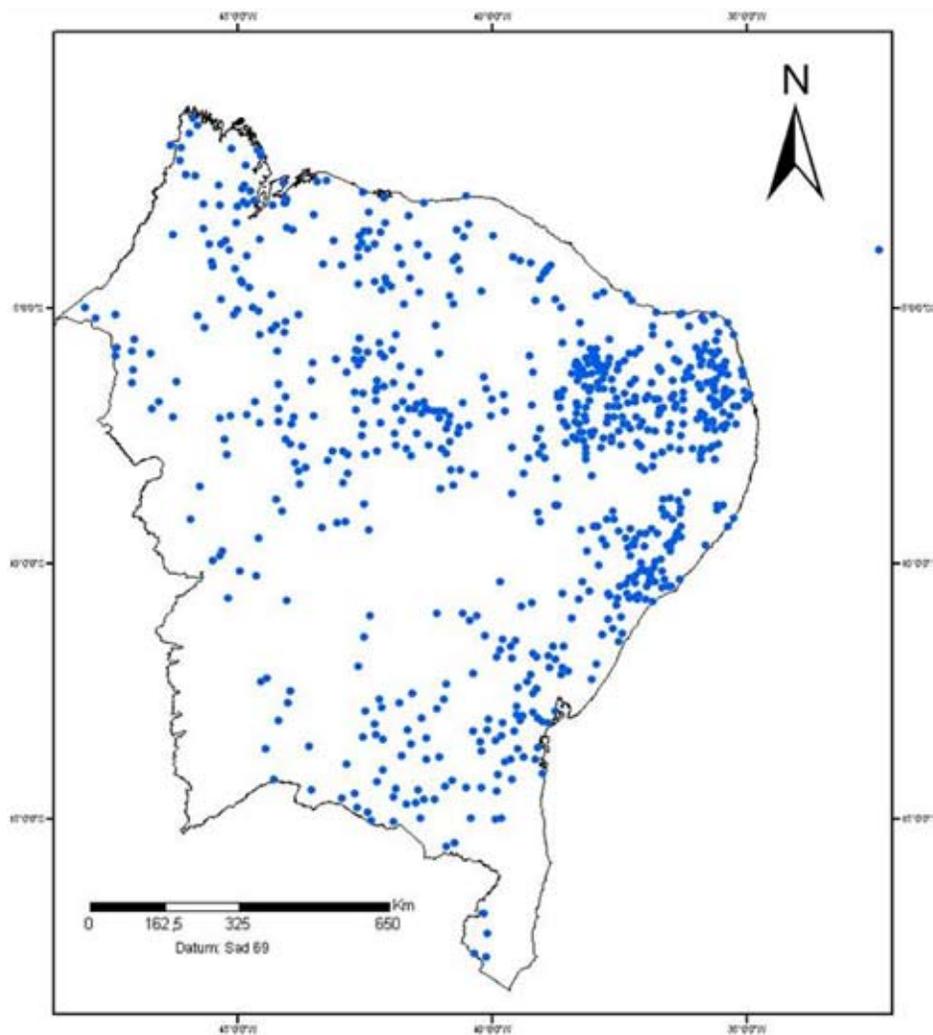
Legenda

- sedes dos municípios (98)
- Limite do Nordeste

Fonte: SIDRA - IBGE 2000
 Base Cartográfica: IBGE 2000
 Org. Leonardo Barboza da Costa,
 Sonale Vasconcelos de Souza



Mapa 1 – Cidades com até mil habitantes na Região Nordeste



Legenda

- sedes dos municípios (716)
- limite do Nordeste

Fonte: SIDRA, IBGE 2000
Base Cartográfica: IBGE, 2000
Org. Sonale Vasconcelos de Souza,
Leonardo Barboza da Costa



Mapa 2 – Cidades com mil a 5 mil habitantes na Região Nordeste

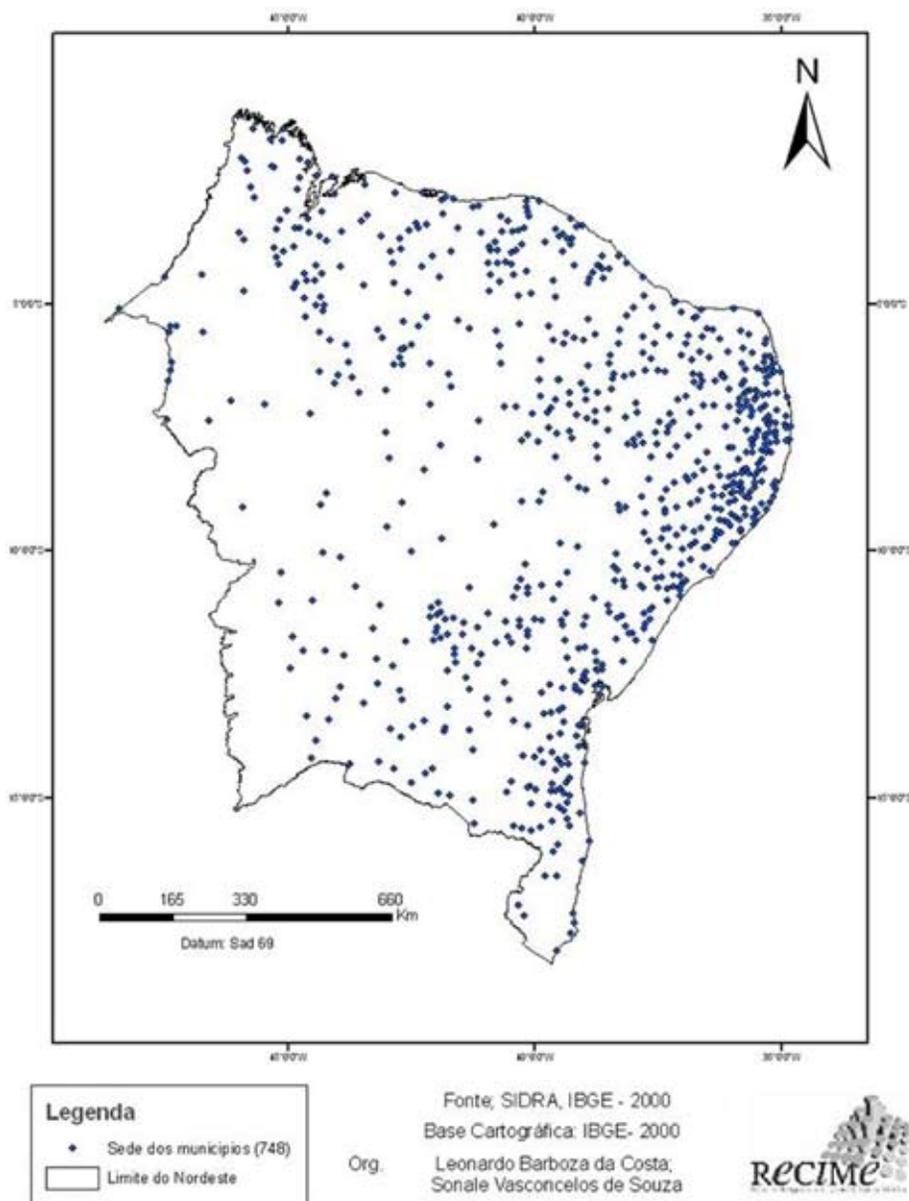
O grande número de núcleos com população entre 5.001 e 20 mil habitantes, um total de 748, está próximo ao total da escala anterior e que também se distribui por toda a região, havendo alguns vazios na faixa extremo oeste do território regional. Observa-se também maior concentração nas proximidades da faixa litorânea, o que ainda se mostra como resultado do processo de ocupação territorial brasileiro. Este quadro pode ser mais bem visualizado a partir do Mapa 3.

A respeito das localidades sedes de municípios com até 20 mil habitantes, os autores Anieres Barbosa da Silva, Rita de Cássia da Conceição Gomes e Valdenildo Pedro da Silva analisaram a realidade do Rio Grande do Norte, denominando-as de pequenas cidades. Estas somam 155 localidades, representando 92,6% “dos centros urbanos do estado”. Os autores afirmam que tal

[...] quadro revela uma realidade expressa numa divisão social do trabalho de maneira simples, mantendo uma vinculação com o setor primário — agricultura de subsistência e pecuária —, uma vez que essas cidades, sedes administrativas dos municípios, têm uma economia que se expressa em atividades terciárias que são, na maioria das vezes, de pouca qualificação. Em alguns desses municípios podemos encontrar a agricultura irrigada (SILVA; GOMES; SILVA, 2009, p. 63).

A realidade constatada por Silva, Gomes e Silva (2009) no Rio Grande do Norte é similar à dos outros estados do Nordeste, guardadas algumas particularidades socioeconômicas, a exemplo da presença da produção do sal que é uma atividade bem presente no Rio Grande do Norte e que movimenta a economia de alguns municípios e, por conseguinte, de algumas cidades, entretanto tais implicações se dão mais fortemente nas cidades médias, a exemplo de Mossoró. Outra atividade também extrativa que se revela na economia norte-rio-grandense é o petróleo que, apesar de gerar *royalties*, pouco aquece os investimentos nas pequenas cidades. Isto ocorre não só no Rio Grande do Norte, mas de modo geral nos estados de onde se extrai o produto. É o que afirma a matéria seguinte:

Os *royalties* do petróleo não têm sido suficientes para melhorar a qualidade de vida da população nos principais municípios produtores, mostra um levantamento que vem sendo coordenado pelo professor Cláudio Paiva, do Departamento de Economia da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Segundo ele, os *royalties* “trouxeram a corrupção”, diante da falta de um marco regulatório sobre a aplicação dos recursos. (FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE, 2010).



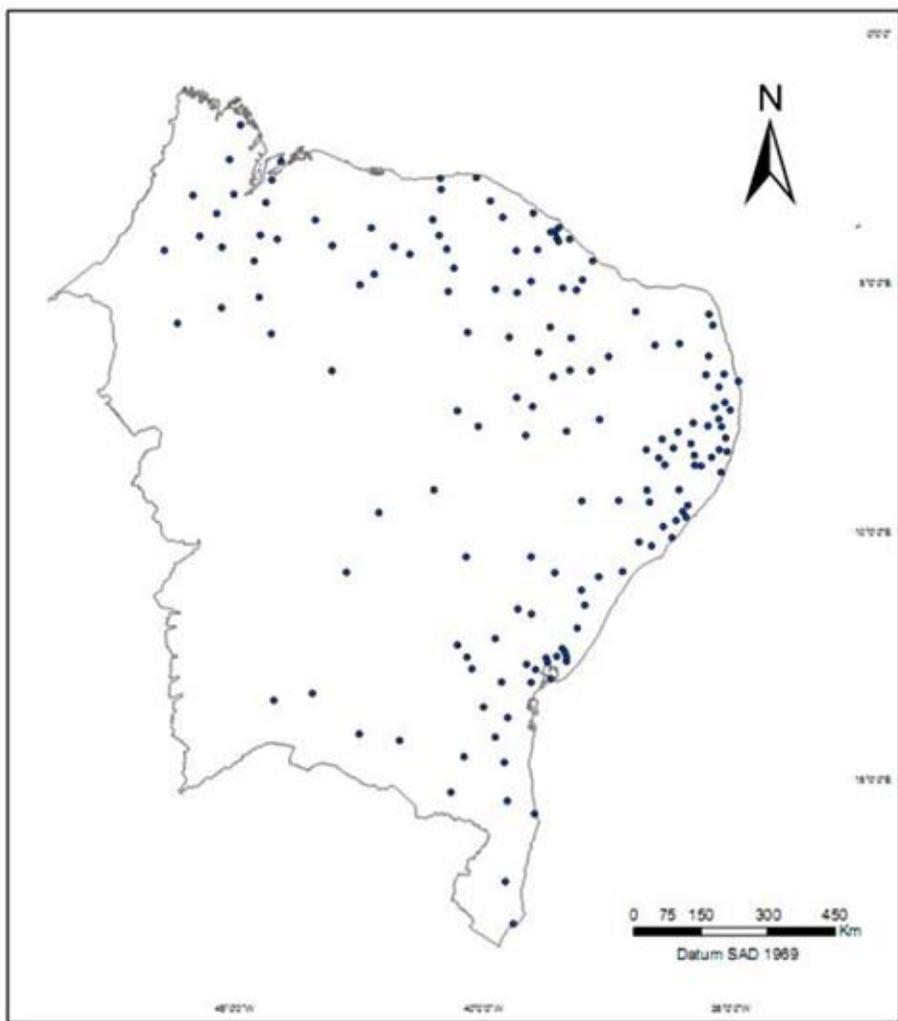
Mapa 3 – Cidades com 5.001 a 20 mil habitantes na Região Nordeste

Além das atividades extrativas, destaca-se, como citado pelos autores acima, a presença da agricultura irrigada voltada para a exportação que caracteriza alguns centros, em especial os de maior centralidade, como Mossoró e Petrolina, que aqui são considerados como cidades médias.

A partir de 20.001 habitantes, verifica-se uma redução destacada no número de núcleos citadinos, o que demonstra que, em termos numéricos, há uma predominância de núcleos com população entre mil e 20 mil habitantes que, em princípio, se configuram como pequenas cidades. Ao se considerarem as aglomerações com mais de 20 mil até 50 mil habitantes percebe-se uma forte redução (Mapa 4), o que se acentua nas classificações subsequentes, entre 50.001 e 100 mil habitantes; entre 100.001 e 500 mil e acima de 500 mil habitantes (mapas 5, 6 e 7).

O total de cidades com população entre 20.001 e 50 mil habitantes é de 156; já, na faixa seguinte, entre 50.001 e 100 mil, reduz-se para 38, o que se equipara com o número de cidades entre 100.001 e 500 mil habitantes que somam 31 núcleos. Portanto, o número de cidades com população na faixa de 50 mil a 500 mil habitantes totaliza 69. O que é bastante significativo, considerando o processo de ocupação territorial e a diversidade econômica.

Destarte as particularidades econômicas pontuais, percebe-se uma similaridade entre as denominadas cidades pequenas do Nordeste, em especial a forte relação campo–cidade, que se revela na economia municipal, em que a agricultura e a pecuária aparecem como os principais componentes econômicos, assim como a incipiente oferta de serviços e ainda um comércio bastante restrito, especialmente naquelas de menor contingente populacional. Nas cidades acima de 50 mil habitantes, tanto os serviços como o comércio são mais diversificados, sendo reveladores da centralidade desses núcleos. Dessa forma, como bem constataram Silva, Gomes e Silva (2009, p. 93), a economia frágil é uma característica das cidades pequenas e estas dependem “quase que exclusivamente apenas dos recursos oriundos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)”. Vale acrescentar que parte da economia dos municípios cujas sedes apresentam contingente populacional inferior a 20 mil habitantes provém da gestão da economia rural ou de recursos da União.



Legenda

- Sedes Municipais (156)
- Limite do Nordeste

Base Cartográfica: IBGE, 2000.

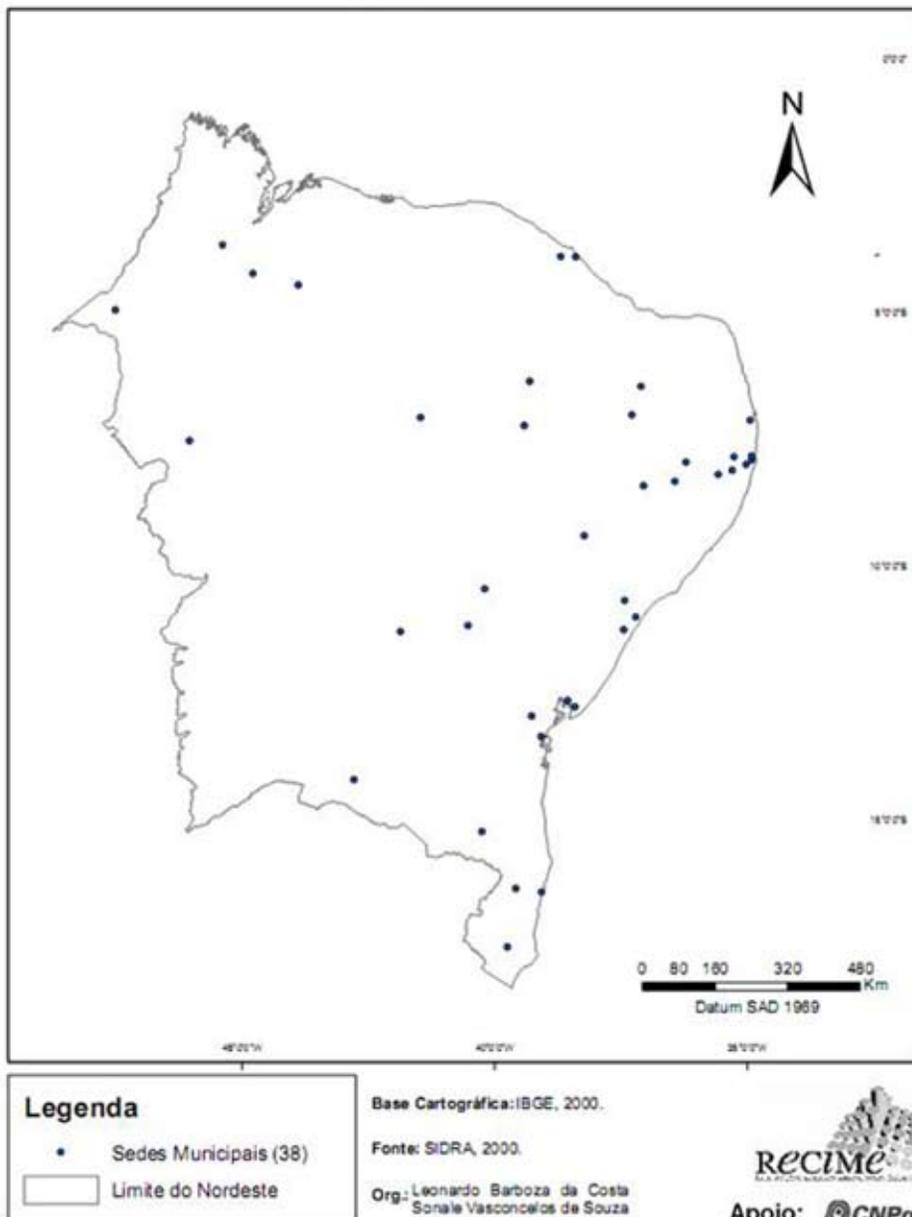
Fonte: SIDRA, 2000.

Org.: Leonardo Barboza da Costa
Sonia Vasconcelos de Souza

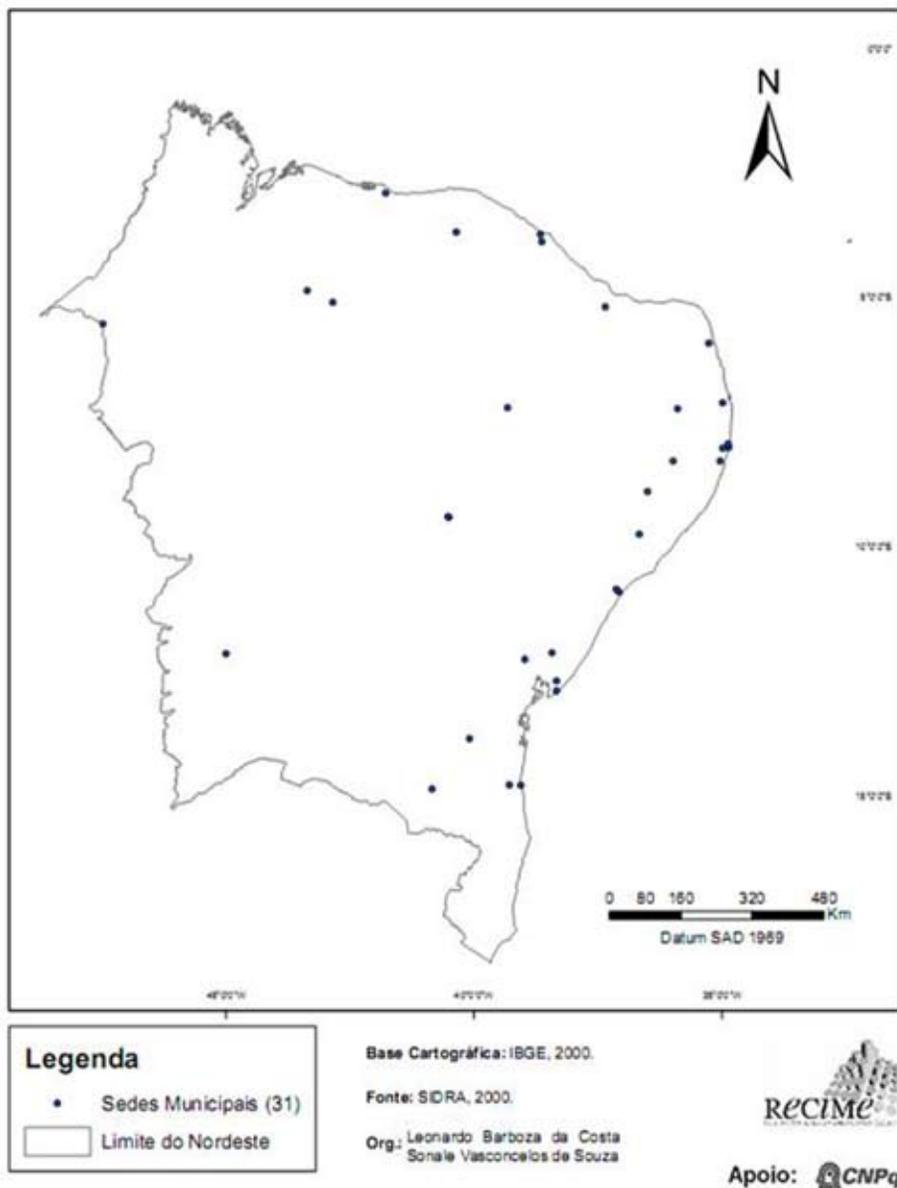


Apoio: 

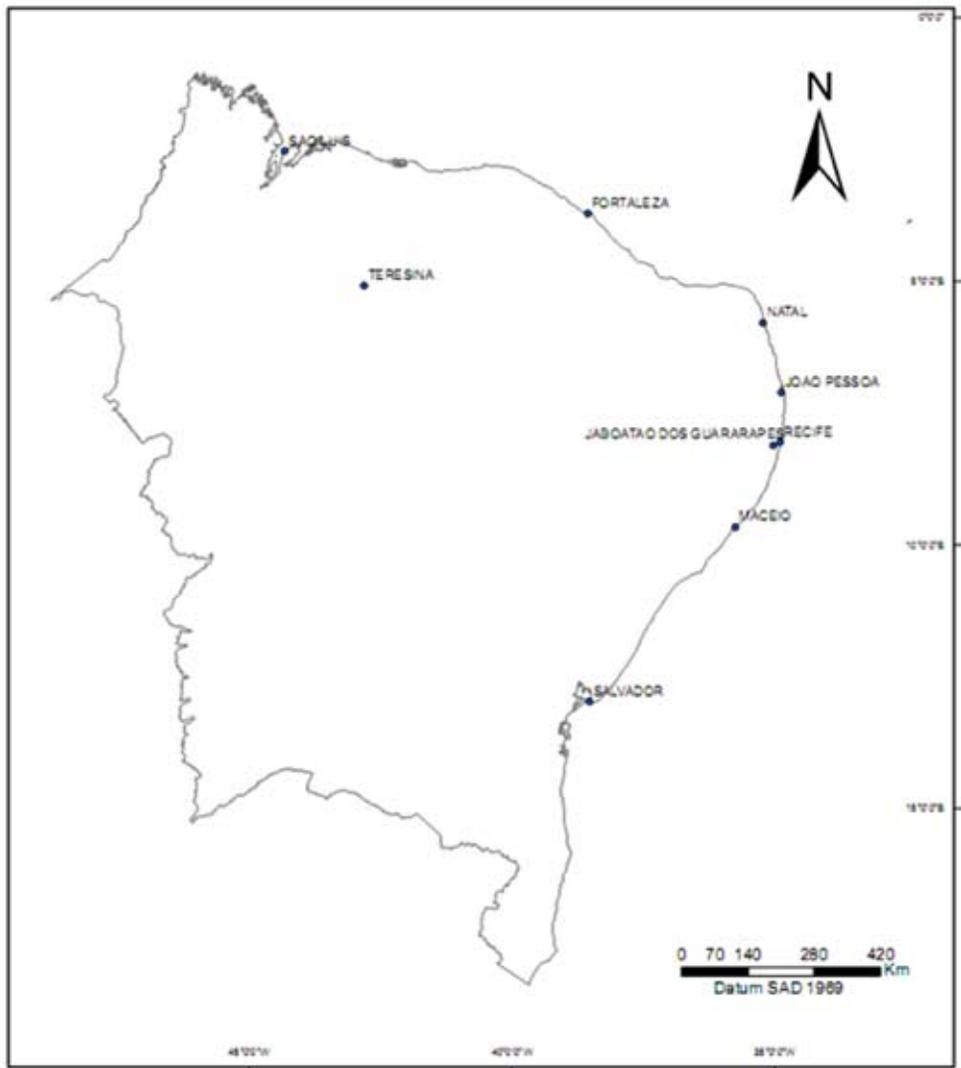
Mapa 4 – Cidades com 20.001 a 50 mil habitantes na Região Nordeste



Mapa 5 – Cidades com 50.001 a 100 mil habitantes na Região Nordeste



Mapa 6 – Cidades com 100.001 a 500 mil habitantes na Região Nordeste



Legenda

- sede_municipios
- NE_MUN

Base Cartográfica: IBGE, 2000.

Fonte: SIDRA, 2000.

Org.: Leonardo Barboza da Costa
Sonia Vasconcelos de Souza



Apoio: CNPq

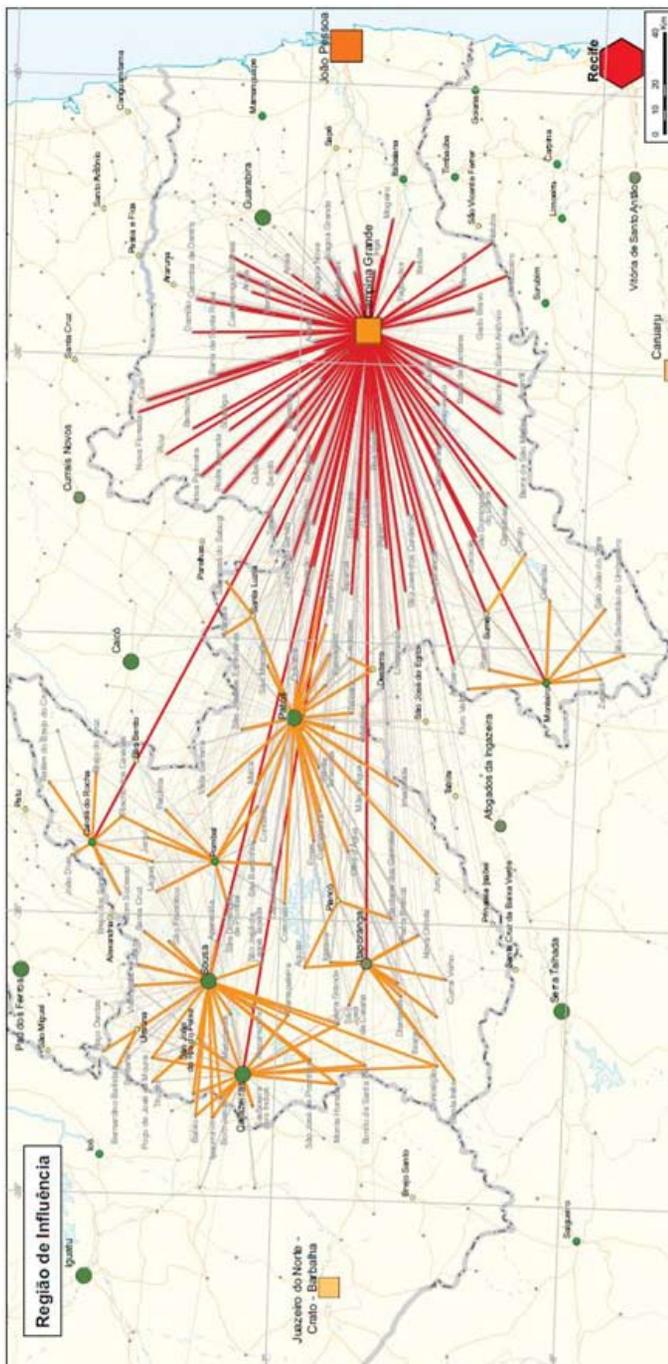
Mapa 7 – Cidades com mais de 500 mil habitantes na Região Nordeste

Clementino (1996) esclarece que os pequenos municípios do Nordeste brasileiro, “em sua grande maioria, não possuem base econômica agrícola ou industrial que lhes favoreça na geração de emprego e renda ou que lhes propicie uma base tributável própria para reduzir sua dependência da União” (CLEMENTINO, 1996, p. 6). A referida autora afirma ainda que são os gastos públicos — através da conta dos aposentados e pensionistas do Funrural ou das transferências de receitas governamentais constitucionais, basicamente do Fundo de Participação Municipal — que propiciam a circulação monetária e garantem o funcionamento do pequeno comércio existente.

Já nas faixas com maior número de habitantes — de 100.001 a 500 mil habitantes e acima de 500 mil habitantes — percebe-se um decréscimo significativo do número de cidades. O primeiro grupo totaliza 31 cidades e no segundo, aquele acima de 500 mil habitantes, encontram-se apenas nove cidades, das quais oito são capitais de estado — São Luís, Teresina, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió e Salvador — e uma não: Jaboatão dos Guararapes, que integra a região metropolitana de Recife. Entre estas há também uma grande diversidade, já que Fortaleza, Recife e Salvador constituem metrópoles regionais (Mapa 7). As demais apresentam uma centralidade que vem se intensificando principalmente em função dos serviços administrativos e, mais recentemente, pelo atrativo turístico e mesmo pela expansão das empresas comerciais e prestadoras de serviços que se estendem às cidades com maior capacidade de consumo, mas que não se constituem enquanto metrópoles. Entre os serviços destacam-se desde os de saúde (hospitais e clínicas especializadas) e educação (com a maior oferta de cursos do ensino superior) às redes de restaurantes e de hotéis.

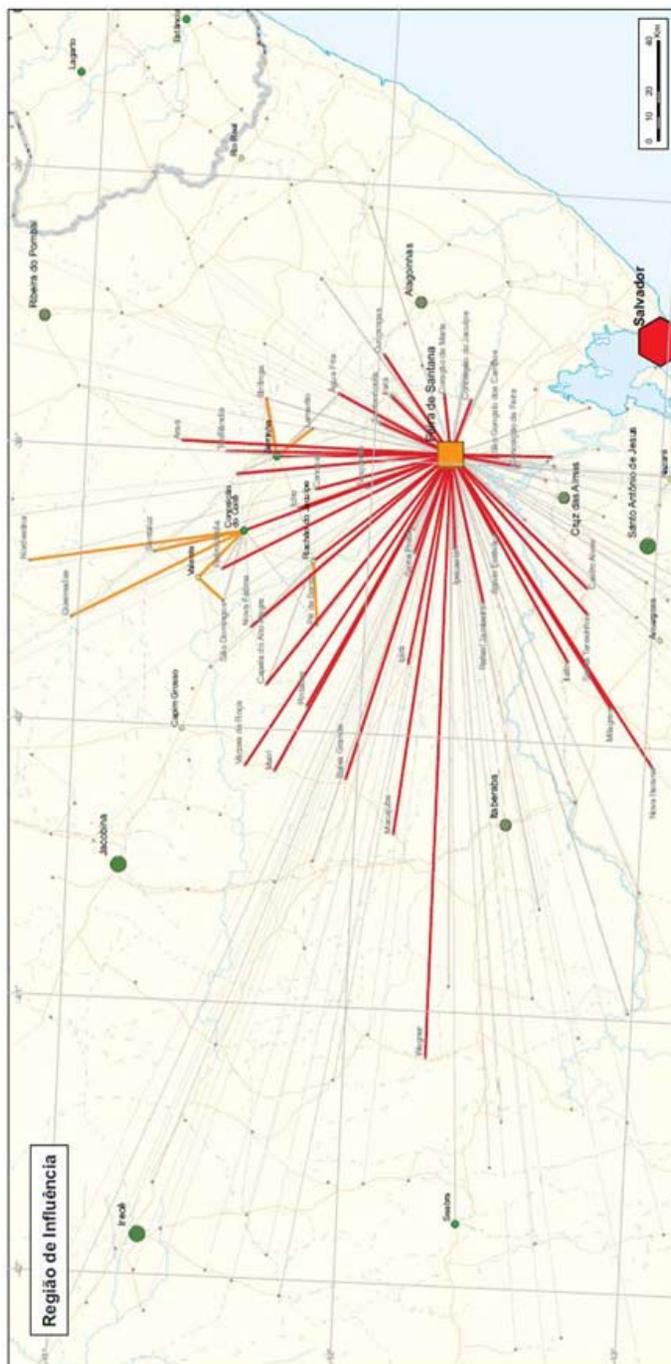
Já na faixa entre 100 e 500 mil habitantes, das 31 cidades, aquelas que apresentam maior contingente populacional, correspondem às que exercem historicamente uma centralidade regional, a exemplo de Campina Grande, Caruaru, Feira de Santana e Vitória de Conquista. No processo de reordenamento territorial, verifica-se uma mudança do papel exercido por Juazeiro da Bahia e Petrolina em que, em função da implementação da agricultura para exportação na segunda e do declínio das atividades agrícolas tradicionais na primeira, houve uma inversão na convergência da centralidade entre essas duas cidades fronteiriças. As demais, como anteriormente ressaltado, mostram uma centralidade intrarregional que permanece ao longo do período histórico.

Para melhor compreensão das centralidades exercidas pelas cidades acima apontadas, merece atenção o estudo realizado pelo IBGE, Regiões de Influência das Cidades, que as classifica como Capital Regional B (mapas 8, 9 e 10).



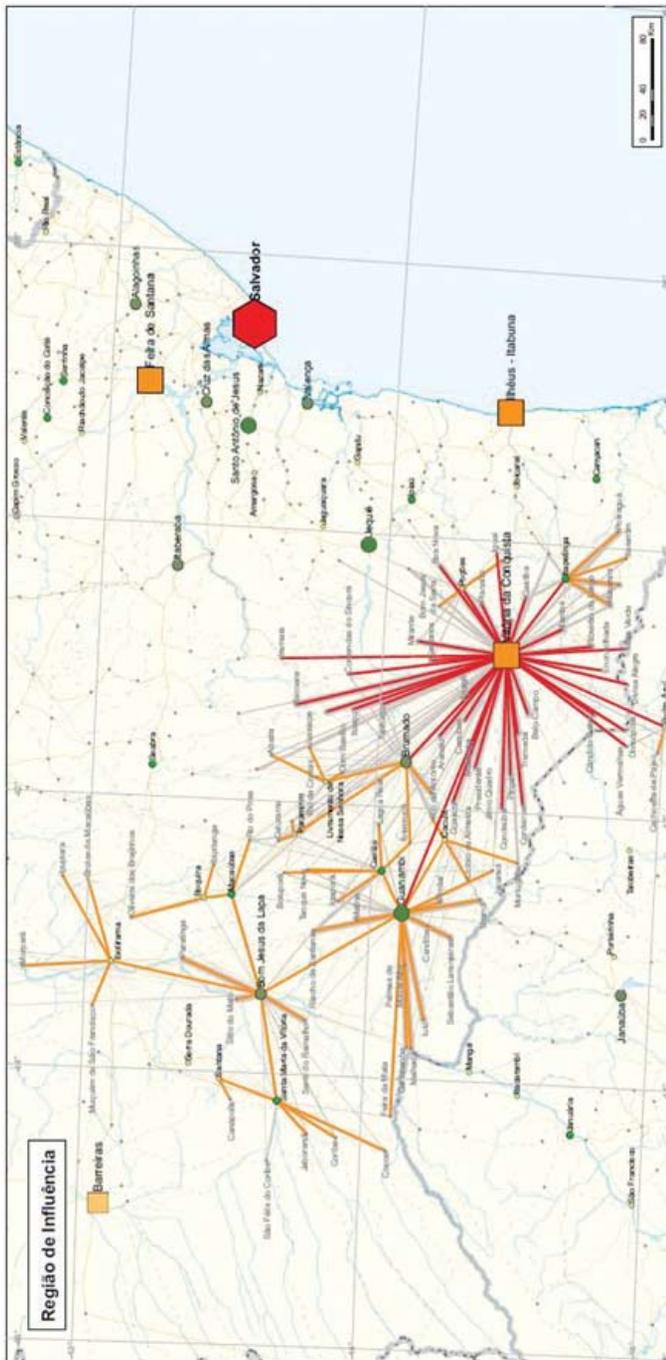
Mapa 8 – Campina Grande – Capital Regional B

Fonte: IBGE – Regiões de Influência das Cidades, 2007.



Mapa 9 – Feira de Santana – Capital Regional B

Fonte: IBGE – Regiões de Influência das Cidades, 2007.



Mapa 10 – Vitória da Conquista – Capital Regional B

Fonte: IBGE – Regiões de Influência das Cidades, 2007.

Os três exemplos revelados pelos mapas 8, 9 e 10 mostram tanto o raio da centralidade das cidades médias — ou, como o IBGE classifica, capitais regionais B —, como a direção em que se dá sua influência. Percebe-se visivelmente que, nos três casos, seu raio de influência se direciona mais fortemente para o interior dos estados, ou seja, no sentido oeste. Há também uma influência sobre os municípios circunvizinhos em todas as direções, abrangendo uma distância média de 50 a 100 km. Entretanto, tanto no caso de Campina Grande como de Feira de Santana, pela proximidade com as capitais do estado, observa-se nitidamente que a influência dessas cidades sobre os municípios localizados a leste é bastante restrita, já que são cobertos pela centralidade exercida pelos centros maiores, isto é, João Pessoa, no caso de Campina Grande, e Salvador, no caso de Feira de Santana. Desta forma, a demanda tanto pelos serviços como pelo comércio dessas cidades se dá pelos habitantes dos municípios localizados principalmente a oeste deles, portanto, são voltados para o interior dos territórios. Tais cidades exercem um importante papel na rede urbana nordestina, uma vez que centralizam os principais serviços médicos e educacionais, além de prover a população interiorana dos produtos necessários, bem como daqueles mais diversificados, industrializados em áreas distantes e que reproduzem o mercado global. Destaca-se também que, nestas cidades, encontram-se representações de estabelecimentos comerciais de rede nacional e internacional, a exemplo da Arezzo (calçados), C&A (confeções); Riachuelo (confeções); Atacadão (da rede de supermercados Carrefour), entre outras. Tais ofertas de mercadorias favorecem, especialmente, a camada de maior renda da população residente, nestas ou nas cidades circunvizinhas, incluindo-se a zona rural.

PARA DAR CONTINUIDADE...

A despeito do significado do que é cidade e do que é urbano, não se pode negar a importância dos estudos sobre os núcleos que compõem a rede urbana brasileira. Tratando-se da realidade brasileira e mais exatamente da nordestina, sabe-se que as pequenas sedes de municípios muito pequenos, pouco ou mesmo nada representam para se entender a dinâmica urbana, salvo raríssimas exceções. No Brasil, o contingente populacional é um dado significativo — embora não suficiente — da dimensão e da importância das cidades no contexto regional e nacional. Como afirmado anteriormente e também expresso por vários autores, uma cidade de 10 mil habitantes no Brasil é diferente, a depender de onde esteja localizada, se no Norte, no Nordeste ou no Sudeste. Da mesma forma, se com o mesmo tamanho populacional, estiver situada em um país europeu, para citar um exemplo. A concentração de capitais, a dinâmica econômica, a oferta de serviços, entre outros, compõem o conjunto das diferenças. No Nordeste brasileiro, a maioria das pequenas cidades têm como principal função a administração da economia rural. Diante mesmo da escassez inclusive de uma economia rural significativa, a dinâmica dessas pequenas cidades dá-se unicamente pelo recebimento dos recursos federais de benefícios sociais. É fato que a ausência de atividades econômicas capazes de gerar receita nesses municípios diz respeito não só às atividades industriais, comerciais e de serviços, mas

também às atividades primárias. Além disso, vale notar que o pouco movimento encontrado nessas localidades dá-se nos dias das feiras locais não somente nos espaços onde ocorrem as feiras, mas nos estabelecimentos comerciais, principalmente naqueles que vendem produtos voltados para a agropecuária.

Os estudos realizados mostram que, além dos dados fornecidos pelas instituições de estudos estatísticas e planejamento, a pesquisa em campo é imprescindível: observar, conhecer e colher informações dessas realidades é o melhor recurso metodológico se se quiser ir além das informações genéricas, que homogeneizam o que se mostra tão distinto e, ao mesmo tempo, tão semelhante. Se isto se faz necessário para a compreensão das pequenas cidades, o mesmo se aplica às médias. Apesar de essas oferecerem mais possibilidades de informações através das instituições gestoras, estatísticas e de pesquisa, o levantamento de dados, de informações, a anotação das observações e das impressões, a realização de entrevistas, a coleta de depoimentos e ainda o registro fotográfico também são indispensáveis. Os estudos desenvolvidos pela Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe) têm demonstrado que as cidades médias brasileiras apresentam sim similaridades, mas também muitas singularidades e particularidades só possíveis de serem desvendadas com o trabalho em campo. Além disso, é sabido que, se a análise das atividades econômicas é fundamental, cada vez mais se reafirma a necessidade de se investigarem os costumes, os hábitos, a vida cotidiana dos habitantes e ainda o tempo que rege essas localidades. Como afirma Lefebvre (1999), vivemos em uma sociedade na qual o “tecido urbano” não se restringe aos aglomerados de ruas e edifícios, mas se estende sobre os espaços, pois ele designa “o conjunto das manifestações do domínio da cidade sobre o campo” (LEFEBVRE, 1999, p.17). Por conseguinte, mesmo naqueles pequenos centros que não correspondem ao que entendemos por cidade, encontram-se indícios da realidade urbana, pois esta se manifesta na dispersão da cidade através da centralização do comércio, do encontro, da reunião, da informação. Tais elementos compõem a dinâmica da vida nas pequenas e nas médias cidades e, se a proposta é compreender o urbano no Brasil, faz-se necessário dissecar todas suas dimensões, inclusive aquelas que aparentemente são sua negação. Portanto, é preciso dar continuidade à análise desse universo que compõe o território brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Mauricio de Almeida. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil Colonial (Ensaio de geografia urbana retrospectiva). *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. 9, t. 1, p. 83-168, 1957.
- BELLET Sanfeliu, Carmen; SPOSITO, M. Encarnação Beltrão (Org.). *Las ciudades medias o intermedias en un mundo globalizado*. Lleída: Edicions de la Universitat de Lleída, 2009. v. 1. 407 p.
- CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim. *A cidade e a festa no interior do Nordeste: espetáculo de poder, modernização e transformação cultural em Campina Grande-PB*. 2000. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, 2000.

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Receitas municipais e grau de dependência dos pequenos municípios do Nordeste. In: ENCONTRO NACIONAL DA APIPSA, 7, 1996, Campina Grande/PB. *Anais...* Campina Grande/PB, 1996.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- _____. Uma nota sobre o urbano e a escala. *Revista Território*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 11/13, set./out. 2003.
- _____. *Rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. Hinterlândias, hierarquias e redes: uma avaliação da produção geográfica brasileira. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- _____. Hinterlândias, hierarquias e redes: uma avaliação da produção geográfica brasileira. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, 1989.
- _____. Os estudos de redes urbanas no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 4, 1967.
- DAVIDOVICH, Fany Rachel. Funções urbanas no Nordeste. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 142 – 191, abr./jun. 1978.
- _____. Transformações do quadro urbano brasileiro: período 1970 – 1980. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 7 – 24, out./dez. 1987.
- FAISSOL, Speridião. A Geografia na década de 80: os velhos dilemas e as novas soluções. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, 1987.
- FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE. Natal: FEMURN, 2010. Disponível em: <<http://www.femurn.org.br/femurn/constitucional/noticia.asp?ild=158912>>. Acesso em: 20 maio 2010.
- FRESCA, Tânia Maria. Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino de Geografia. *Geografia*, Londrina, v. 10, n. 1, p. 27–34, jan./jun. 2001.
- GEIGER, Pedro Pinchas. Diretrizes e prioridades em pesquisas urbanas. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 87-104, jan./mar. 1973.
- GEIGER, Pedro Pinchas; DAVIDOVICH, Fany Rachel. Aspectos do fato urbano no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 3-102, abr./jun. 1961.
- GONÇALVES, Francisco Ednardo; COSTA, Ademir Araújo da. Para entender as cidades pequenas: contribuições para o debate. Goiânia, In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 6., Goiânia. *Anais...* Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2003. Disponível em: <http://www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo1/E1_163.htm>. Acesso em: 25 jul. 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico de 2000*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2005.
- _____. *Regiões de influência das cidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- LENCIONI, Sandra. Da cidade e sua região à cidade-região. In: SILVA, José Borzachiello da; LIMA, Luíz Cruz; ELIAS, Denise (Org.). *Panorama da geografia brasileira 1*. São Paulo: Annablume, 2006.
- MAIA, Doralice Sátyro. Cidades pequenas: como defini-las? Apontamentos para os estudos sobre as cidades pequenas. In: OLIVEIRA, José Aldemir (Org.). *Cidades brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009. v. 1.

- MAIA, Doralice Sátyro. *Tempos lentos na cidade: permanências e transformações dos costumes rurais na cidade de João Pessoa-PB*. São Paulo, 2000. Tese. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- MONBEIG, Pierre. *Novos estudos de Geografia Humana brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: _____. *O trabalho do antropólogo*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 1998.
- SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- _____. *A Urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SILVA, Armando Corrêa da. *O Espaço fora do lugar*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SILVA, Anieres Barbosa; GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Valdenildo Pedro de. (Org.). *Pequenas cidades: uma abordagem geográfica*. Natal: Editora da UFRN, 2009.
- SOARES, Beatriz Ribeiro; MELO, Nágela Aparecida de. Revisando o tema da pequena cidade. In: SILVA, Anieres Barbosa; GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Valdenildo Pedro de. (Org.). *Pequenas cidades: uma abordagem geográfica*. Natal: Editora da UFRN, 2009.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *A B C do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras*. Belém: FASE/ ICSA/UFPA, 2009. v. 1.
- _____. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do estado de São Paulo, Brasil. *Investigaciones Geográficas - Bol. Inst. de Geografía, México*, v. 54, p. 114-139, 2004.
- _____. A gestão do território e as diferentes escalas de centralidade urbana. *Território*, Rio de Janeiro, v. 3, p. 27-37, 1998.
- _____. A expansão territorial urbana de Presidente Prudente. *Recortes, Presidente Prudente*, v. 5, p. 7-27, 1994.
- _____. O chão arranha o céu: a lógica da reprodução monopolista da cidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991 (Tese de Doutorado em Geografia Humana).
- _____. (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. v. 1. 630 p.
- _____. *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: [s.n.], 2001.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão et al. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. v. 1, p. 35-68.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A cidade da geografia no Brasil. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (Org.). *A cidade e o urbano*. São Paulo: USP, 1994.
- VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2002.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco*. Recife, 2001. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/artigodomes/imprime.php?id=4>>.

PARTE I

SEF

87

Série Estudos e Pesquisas

PENSANDO AS MÉDIAS E PEQUENAS
CIDADES DA BAHIA

DIFERENÇAS E REPETIÇÕES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE CIDADES PEQUENAS E MÉDIAS

Wendel Henrique*

INTRODUÇÃO

O tema aqui proposto está relacionado à produção do espaço urbano em cidades médias e pequenas. Logo de início uma questão se coloca: afinal, existe produção do espaço urbano em cidades médias e pequenas? Não, a produção do espaço urbano é um processo que se realiza em diversas escalas e cidades de diferentes portes. A essência do processo e sua aparência materializada se mantêm. Isto leva a outra questão: existe alguma particularidade/singularidade nas cidades médias e pequenas que, por exemplo, justifique os estudos e eventos a respeito delas? Sim, existe e é nestas particularidades/singularidades/especificidades ou repetições e diferenças entre as cidades pequenas, médias, grandes e metrópoles que está centrada esta análise. Portanto, não é objeto desta reflexão a classificação de cidades da Bahia, o que se busca é a compreensão do processo de produção do espaço urbano no mundo contemporâneo.

A utilização da teoria lefebvriana da produção do espaço se justifica na busca pela compreensão do “espaço inteiro”, ou seja, dos processos que participam da produção e, por conseguinte, do uso do espaço, e que se constituíram em uma totalidade, o próprio espaço geográfico. Também não se parte da ideia de oposição entre várias cidades, mas sim do entendimento de usos distintos da cidade (forma), complementada (nunca de maneira excludente) por conteúdos específicos que se instalam em pontos também específicos (predefinidos e produzidos para este fim), constituindo conteúdos rurais ou urbanos também distintos, específicos e complementares e, em alguns momentos, coexistentes.

Entretanto, essas coexistências não são pacíficas, elas se elaboram e se estruturam a partir de contradições e conflitos, de inclusões (em determinados pontos e momentos) e de exclusões. Segundo Lefebvre (1973, p. 12), “[...] a era urbana não faz desaparecer as contradições e os conflitos da era industrial [...], a cidade, a sociedade urbana e o urbano em emergência sobrepõem suas contradições às da era industrial a às da era agrícola”. Lefebvre (1973) também cita a integração e a segregação; as formas de centralidade (formas e conteúdos); o urbano e o Estado como exemplos desses conflitos. Da mesma forma, pode-se ampliar a discussão do conteúdo rural ou urbano para a própria noção de cidade e os atuais debates sobre as diferentes cidades: metrópoles, cidades grandes, médias ou pequenas. E aqui outro alerta:

* Pós-doutorando em Geografia Urbana pela Universidade de Passau (Alemanha), professor adjunto do Departamento de Geografia e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). wendelh@ufba.br wendel_henrique@hotmail.com

não se buscam a classificação e a hierarquização de cidades, não interessa a rotulação de uma cidade como, por exemplo, cidade média, mas sim compreender como se realiza o processo de 'intermediação' que toma corpo, que se concretiza nas chamadas cidades médias. Assim, o objetivo desta pesquisa é o entendimento dos processos que estão acontecendo em cidades específicas, notadamente as médias, diferenciando-as das demais.

OS ESTUDOS SOBRE CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS

O estudo geográfico das cidades médias no Brasil vem recebendo destaque cada vez maior, por um grupo consolidado de pesquisadores, em virtude das especificidades que essas cidades desenvolvem e que as caracterizam, como nos trabalhos de Sposito (2006a, 2006b, 2007, 2009), Maia (2006, 2009), Cardoso e Maia (2007), Soares (2007, 2008) Araújo e Soares (2009), Sanfeliu (2009), Santos e Silveira (2001). Alguns destes trabalhos também tratam da temática das cidades pequenas, mas estes estudos ainda não estão difundidos na mesma proporção. Entre os trabalhos sobre cidades pequenas, destacam-se os de Endlich (2007, 2008) e Wanderley (2001), sendo que este, estudando as pequenas cidades pernambucanas, coloca como fundamental o estudo de cinco dimensões: 1) o exercício das funções propriamente urbanas; 2) a intensidade do processo de urbanização; 3) a presença do mundo rural; 4) o modo de vida dominante; 5) a dinâmica da sociabilidade local. Os estudos sobre as pequenas cidades retratam espaços ainda dominados pelo cotidiano rural¹ e que, em grande parte, estão à margem do avanço do agronegócio e da agricultura modernizada.

Para as cidades médias e pequenas, mais do que a classificação populacional em média ou pequena (que apenas as definiria como cidades de porte médio ou de pequeno porte), cabe o entendimento sobre suas características, seus cotidianos, suas funções e suas formas. No Brasil, seguindo o que propõe Sposito (2006b), são chamadas 'cidades de porte médio' aquelas que têm entre 50 mil e 500 mil habitantes, porém, não se pode conceituar essas cidades como médias apenas empregando o elemento demográfico. A população de uma cidade, como critério preponderante e isolado, não apresenta, nos novos estudos, consistência na definição do papel de uma cidade e as funções que ela desempenha na rede urbana na intermediação regional. A leitura e a análise de uma cidade média, bem como de uma pequena, devem estar articuladas em diferentes escalas de análise, a partir de combinações particulares entre o tamanho demográfico, o plano morfológico e as funções e usos urbanos que as colocam em diferentes papéis e posições/situações (não hierarquicamente rígidas) na

¹ Segundo Wanderley (2001), "[...] o rural é uma categoria de pensamento do mundo social, que é, ao mesmo tempo, uma categoria político-ideológica e transacional. Por ela, é possível compreender a sociedade, classificar e distinguir as pessoas e as coisas e construir uma representação do mundo social em torno do espaço e do tempo. Representação social que, sem dúvida, gera fatos sociais, faz emergir identidades sociais, mobiliza e organiza socialmente pessoas e grupos sociais em torno de reivindicações específicas e ressignifica a história das sociedades".

rede urbana². Nesta direção, a visão espacial hierárquica e classificatória dos estudos sobre as redes urbanas deve ser convertida em outra possibilidade de leitura, conforme a proposta de Dias (2007), considerando os fluxos e a conexidade (propriedade de conexão), fazendo de algumas cidades médias os 'nós' das novas redes, lugares de conexão, de poder e referência. Cabe fazer um alerta, a partir da ideia de Harvey (2001), uma vez que, com a inserção das cidades em uma rede urbana mundializada, com fluxos intensos de informações, mercadorias e pessoas, existe uma tendência à visualização e à estruturação da cidade como uma empresa, que incorpora processos e diversificações (divisões do trabalho, de funções de estilo de vida e valores), na qual a produção dos ambientes construídos, do espaço, passa a ser relacionada com espacialidades e temporalidades divergentes daquelas estabelecidas localmente.

Acrescentam-se a essa ideia de cidades médias e pequenas, as modificações na morfologia das próprias cidades, as quais recebem formas, objetos, conteúdos e 'problemas' (violência, drogas, pressão imobiliária) até então exclusivos de núcleos maiores. Como exemplo, podem-se citar os 21 loteamentos e condomínios fechados no município de Santo Antonio de Jesus. Nos espaços intraurbanos das cidades médias e em algumas cidades pequenas, o condomínio e o edifício com vários andares, mesmo que únicos na paisagem urbana, representam a 'modernidade' e se apresentam como forma de realização da vida. Seu consumo e sua consumação incorporam as novas formas de vida urbana e constroem os 'antigos' e 'tradicionais' marcos simbólicos dessas cidades, como os prédios e os espaços públicos, especialmente a rua e a praça. Assim, o consumo se realiza com uma base material (o condomínio, o apartamento), mas também com uma base simbólica (o poder, o *status*, a modernidade) em que, seguindo a ideia de Lefebvre (2006, p. 63-64), "[...] consomem-se tantos signos quantos objetos: signos da felicidade, da satisfação, do poder, da riqueza, da ciência, da técnica etc".

Cabe ressaltar na definição das cidades, como afirma Soares (2007), a importância e a necessidade da análise do contexto territorial e das diferentes realidades socioespaciais nas quais as cidades estão inseridas. Nesta direção, apresenta-se o contexto espacial regional tomado como foco desta pesquisa.

A DIFERENCIAÇÃO DA CIDADE MÉDIA E PEQUENA DAS DEMAIS CIDADES

Tome-se uma figura já clássica dos estudos urbanos. Em *A Revolução urbana*, Henri Lefebvre (2001) nos apresenta um eixo temporal que representa a sociedade urbana rumo à urbanização completa.

² Dentro de outro escopo metodológico, mas na mesma direção de novos estudos sobre a rede urbana, cabe apresentar o referencial teórico-metodológico desenvolvido por Pred (1979, p. 13), que trata das propriedades fundamentais aos sistemas regionais de cidades, a partir das unidades urbanas individuais e seus padrões, extensões e composições de interdependência, bem como as ligações de informações/fluxos de bens, serviços, capital e pessoas e o grau de abertura e fechamento desse sistema de cidades. Pred (1979, p. 17) afirma que, "atualmente a regra tamanho-hierarquia não é mais que uma regularidade empírica desprovida de fundamentação teórica aceita. [...] na literatura convencional geográfica e de planejamento relativa a sistemas de cidades, coloca-se excessiva ênfase na estrutura hierárquica das interdependências".

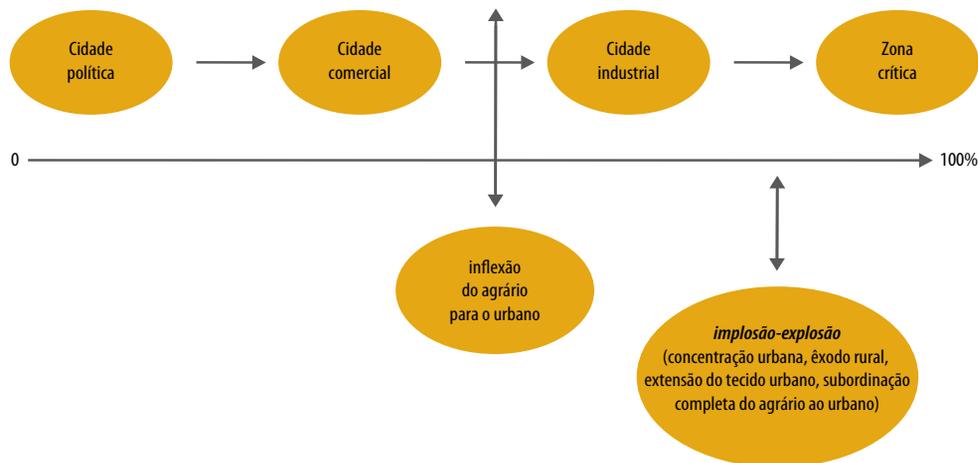


Figura 1 – Rumo à sociedade urbana

Fonte: Lefebvre, 2001.

Na tentativa de uma reflexão, busca-se avançar nesta discussão propondo uma possibilidade de interpretação desta figura. Parte-se da ideia de que a ponta da flecha representa 100% ou a realização completa do processo de urbanização, conforme nos explica o próprio Lefebvre (2001), mas, o que se quer discutir é a passagem da flecha por diversos espaços em diversos tempos. Ou seja, os lugares, as porções de espaços não se localizam no tempo presente no mesmo ponto do eixo horizontal.

Existem diversas coexistências espaciais e temporais dentro do mesmo processo. O que significa dizer que agora, neste instante, existem lugares, mais especificamente cidades, 'distribuídos' ao longo do eixo 'urbanização', entendida como a possibilidade de realização do urbano (sociedade urbana). Tomado na escala mundial, o urbano é uma abstração científica, um objeto virtual e potencial, uma vez que sua realização não está acabada. Ele está em realização e em temporalidades diferentes, em diferentes espacialidades.

Apesar de algumas cidades estarem na ponta da flecha, realizando potencialmente a sociedade urbana, o processo, aqui representado pela ponta da flecha, não toca o espaço totalmente, mas, sim, alguns espaços específicos em tempos específicos, possibilitando sua realização diferenciada e repetida. Neste sentido de entendimento, no tempo atual há cidades potencialmente 100% urbanas, cidades que estão no ponto de inflexão do agrário para o urbano e cidades que estão no ponto de implosão–explosão.

Aqui está o foco, a diferença temporal e espacial da realização do urbano. As grandes cidades e as metrópoles tendem a se localizar na ponta da flecha. As cidades médias e pequenas podem até estar na ponta da flecha, mas, de maneira geral, estas cidades estão recuadas no eixo horizontal do processo de urbanização. Nelas podemos observar estes dois pontos críticos realizando-se, o processo de mudança/ruptura acontecendo, como nunca antes

observado. Pois a grande cidade e a metrópole passaram por estes pontos através de uma vinculação específica, um objeto definido: a indústria. As cidades médias também passaram por este eixo, mas em tempos diferentes, fazendo com que os processos de urbanização e industrialização acontecessem de forma independente.

Nas cidades médias e muito mais nas pequenas, o que ocorre agora é a sociedade urbana realizando-se praticamente em sua completude. O processo é muito mais violento e conflituoso, não existem passagens, a revolução é patente!

A passagem do ponto de inflexão para o de imlosão–explosão, para a zona crítica e para o 100% urbano, enquanto virtualidade, ocorre nestas cidades médias e pequenas em altíssimas velocidades. O presente nas cidades pequenas que estão neste processo é uma mistura entre a aceleração do tempo rumo ao futuro que se realiza ainda hoje e um passado também vivo e marcado.

Com o urbano liberto dos confinamentos que a cidade impunha, ou seja, com a expressão do conteúdo sobre a forma, a realização do urbano não encontra mais tantas barreiras como nos momentos passados pelas cidades, hoje grandes, de vinculação do urbano com a paisagem local.

Nas cidades pequenas e médias o eixo inferior da figura de Lefebvre (2001) se contraiu e se adensou.

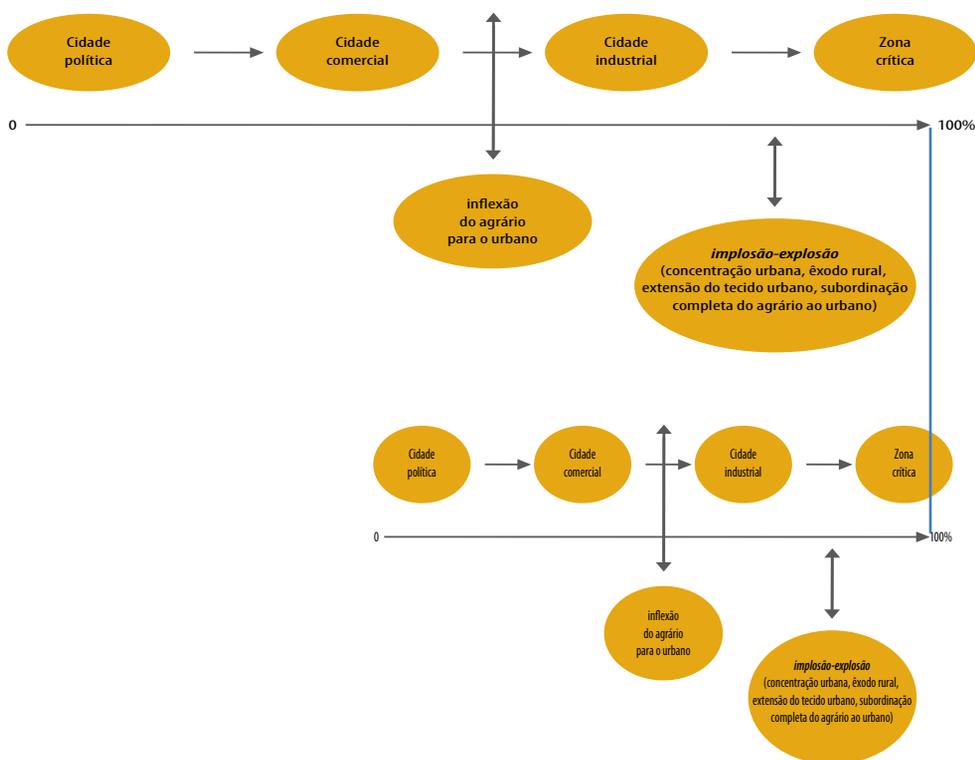


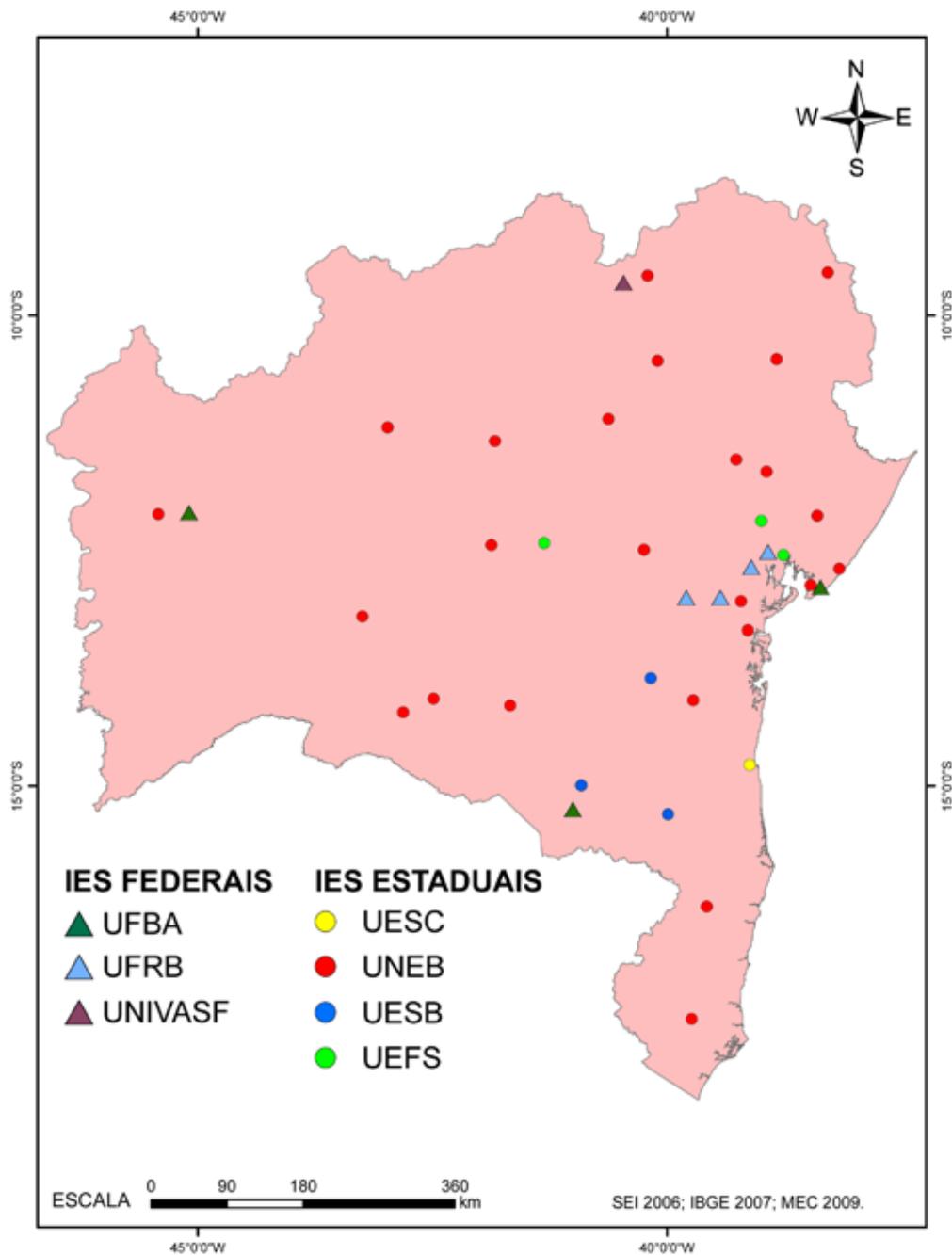
Figura 2 – Os momentos críticos em diversas cidades

Fonte: Lefebvre (2001), adaptado.

São as cidades na zona crítica, notadamente pequenas e médias, o foco destes estudos, realizados com os pesquisadores e alunos do Grupo de Pesquisa CiTePlan (www.citeplan.geo.ufba.br), no Laboratório de Geografia Urbana e Regional do Departamento de Geografia da Universidade Federal da Bahia. Assim, busca-se entender: como se realiza, no período atual, o processo de produção do espaço e do urbano nestas cidades da zona crítica? Quem são os agentes? Como se dão, no cotidiano, as contradições, os conflitos e as coexistências? O que são repetição e diferença nestas ilhas críticas ancoradas ao eixo de urbanização da sociedade? Como se realiza o urbano das cidades médias e pequenas da zona crítica?

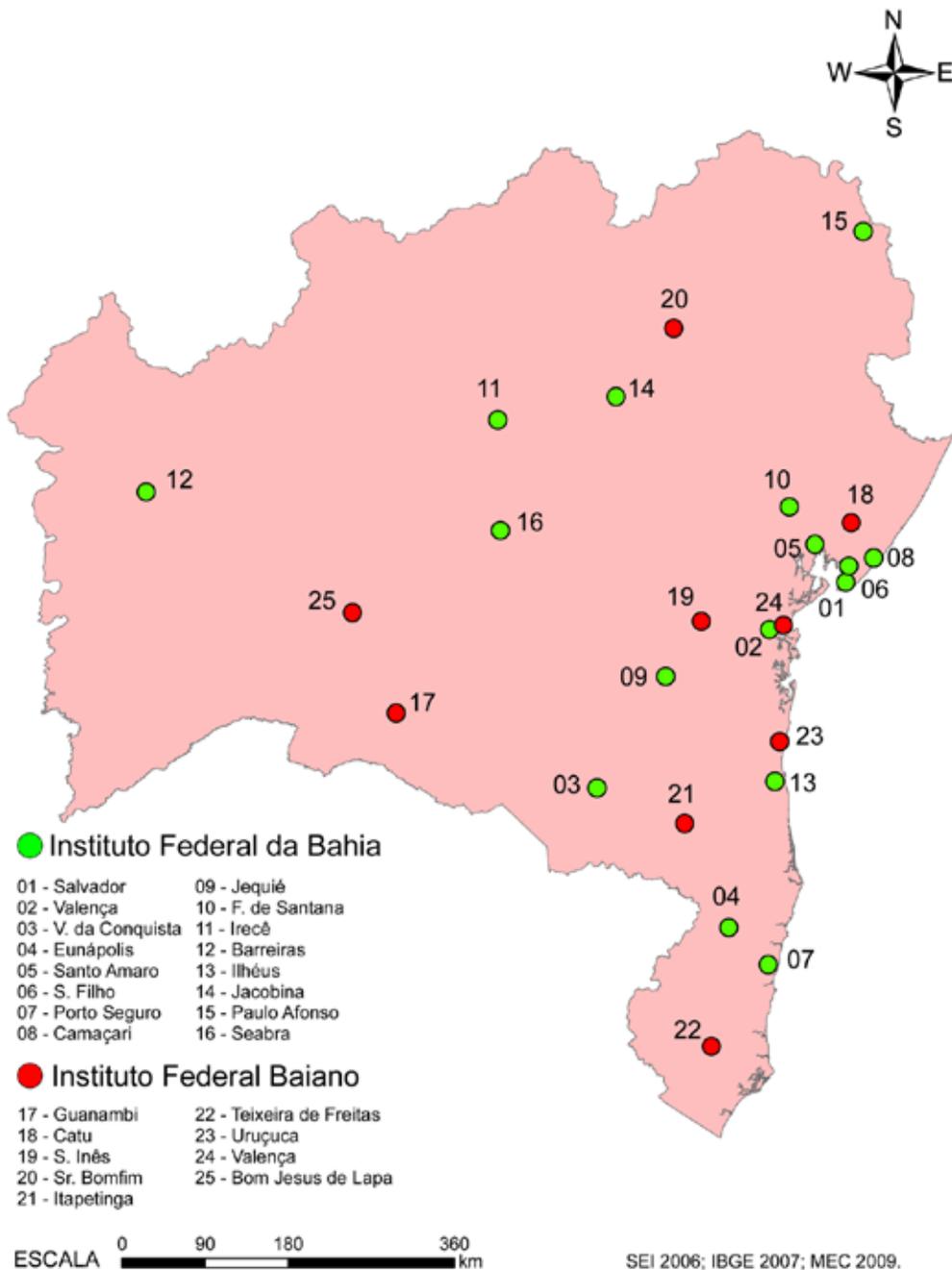
Para iniciar uma discussão que possibilite alguma resposta a estas perguntas, é preciso compreender quem carrega consigo estes momentos de inflexão, implosão-explosão e zona crítica no mundo contemporâneo. Dentre estes agentes e objetos portadores da urbanidade e que chegam a estas cidades médias e pequenas, destacam-se:

- As indústrias: ainda hoje, apesar da potencial desvinculação entre a urbanização e a industrialização, a chegada de novas plantas fabris altera, significativamente, tanto a estrutura morfológica das cidades quanto o cotidiano dos moradores. No caso da Bahia, diversas indústrias calçadistas recém-instaladas no interior do estado, a partir de incentivos fiscais, carregam consigo as transformações atreladas ao mundo urbano;
- As agroindústrias: na Bahia, vinculadas ao cultivo da soja e à fruticultura;
- As megaobras como, barragens, portos, estaleiros, estradas e refinarias, entre outras: algumas delas chegam a atrair 20 mil trabalhadores para pequenas localidades. Nestas novas migrações observa-se, inclusive, uma mudança na forma das viagens, a partir de entrevistas com trabalhadores baianos de baixa qualificação profissional que migram para áreas de construção de hidrelétricas em Tocantins, Maranhão e Rondônia e que utilizam o avião para se deslocar. As ligações mais fáceis com a cidade de origem, no caso, Salvador, carregam o urbano para as outras cidades mais rapidamente. Quando as obras eram nas grandes cidades, a diferença da migração era que esta se originava na cidade pequena ou no campo; hoje, as cidades médias e pequenas e o campo são os destinos de muitos migrantes;
- A mineração: na Bahia são diversas minas ainda em funcionamento, atraindo um considerável contingente populacional para diversas cidades;
- Os bens públicos como, presídios, bases militares, centros de pesquisas, universidades e institutos de educação — *campi* e polos de Educação à Distância (EAD). Sobre este último agente, a pesquisa atual que trata da expansão do ensino superior para cidades médias e pequenas da Bahia tem demonstrado que a zona crítica chega juntamente com o ponto de inflexão e a implosão-explosão, mesmo em cidades que não passaram pela industrialização. Nos últimos cinco anos contamos com uma expansão da oferta da educação superior na Bahia, vinculada à criação de universidades federais, estaduais e à implantação de polos de EAD, conforme os mapas a seguir.



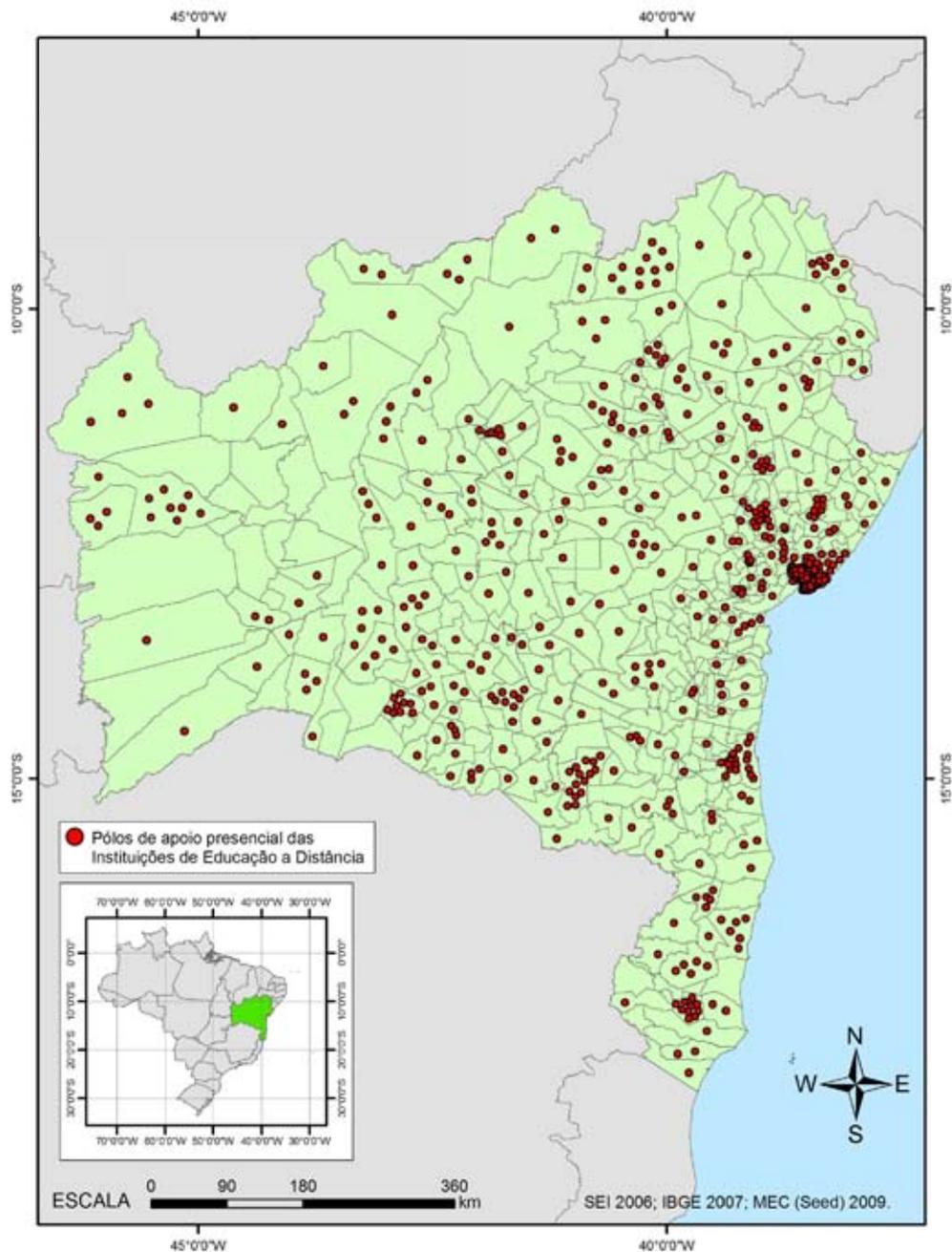
Mapa 1 – Campi de universidades públicas – Bahia – 2009

Elaboração: Hiram Fernandes, 2009.



Mapa 2 – Institutos federais de educação – Bahia – 2009

Elaboração: Hiram Fernandes, 2009.



Mapa 3 – Polos de EAD – Bahia – 2009

Elaboração: Hiram Fernandes, 2009.

O PONTO DE INFLEXÃO DO AGRÁRIO PARA O URBANO NAS CIDADES PEQUENAS E MÉDIAS

Segundo Lefebvre (2001), no momento de inflexão do agrário para o urbano, o peso da cidade no conjunto — campo/cidade — torna-se maior, em função da riqueza imobiliária, produção, mercado, troca e das possibilidades dos encontros. A partir desta ideia de Lefebvre (2001), sobre a inflexão do agrário/rural para o urbano, cabe discutir como se realiza este processo.

Como apresentados anteriormente, vários agentes e objetos/ações carregam consigo o urbano. Este urbano, trazido/portado, é a repetição do urbano no plano mundial. Entretanto, este urbano chega à cidade média e pequena e não encontra um deserto, um vazio, ele entra em contato com o que existe, o rural. Se a força do urbano tende a se impor sobre o rural, este não assiste passivamente a sua 'dominação', resiste e cria um urbano diferença, o urbano da cidade média e da pequena. Portanto, conviverão na mesma forma — cidade — urbano repetição (plano do mundo — uma ordem distante) e urbano diferença (o plano do lugar — uma ordem próxima).

Sobre estes conteúdos — rurais e urbanos —, o que é diferente nas cidades médias e pequenas? O que as difere das cidades grandes?

Para Delleuze (1968, p. 36), "... a diferença 'entre' duas coisas é apenas empírica e as determinações correspondentes são extrínsecas. Mas, em vez de uma coisa que se distingue de outra, imaginemos algo que se distingue — e, todavia, aquilo de que ele se distingue não se distingue dele. O relâmpago, por exemplo, distingue-se do céu negro, mas deve acompanhá-lo, como se se distinguisse daquilo que não se distingue. Dir-se-ia que o fundo sobe à superfície sem deixar de ser fundo. De uma parte e de outra, há algo de cruel e mesmo de monstruoso nesta luta contra um adversário inapreensível, luta em que aquilo que se distingue opõe-se a algo que não se pode distinguir dele e que continua a esposar o que dele se divorcia. A diferença é esse estado de determinação como distinção unilateral. Da diferença, portanto, é preciso dizer que ela é estabelecida ou que se estabelece como na expressão "estabelecer a diferença". Esta diferença, ou a determinação, é igualmente a crueldade.

Trazendo a discussão para o tema aqui tratado, o urbano se distingue do rural, mas o rural permanece no urbano.

Segundo Hegel (apud DELLEUZE, 1968), a diferença é a contradição. Assim, é preciso também que cada contrário (rural-urbano) expulse seu outro e que expulse, desta forma, a si mesmo e se torne o outro expulsado. Para Delleuze (1968, p.53), "esta é uma possibilidade de ultrapassar a simples identidade dos contrários, como a identidade do positivo e do negativo". Assim, o urbano contém o rural em essência e o contém essencialmente. O urbano, a segunda origem, portanto, é mais essencial que a primeira, pois o urbano não é a sucessão do rural, mas o reaparecimento do rural como o urbano.

Se estiverem dadas as possibilidades de o urbano se constituir, nas cidades médias e pequenas, como diferença e repetição, também estarão dadas as possibilidades de as cidades médias e pequenas serem apenas o receptáculo do urbano como repetição. E continuando com Delleuze, no manuscrito *Causas e razões das ilhas desertas* (originalmente publicado em 1953), em sua análise sobre o livro *Robinson Crusoé*, destaca-se que a visão de mundo de Crusoé reside na propriedade privada e na recriação de um mundo europeu na ilha, recompondo sua vida cotidiana burguesa com tudo tirado do barco. Nada é inventado, tudo é transposto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARA RECONHECER OS MOMENTOS CRÍTICOS NAS CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS

A partir da metodologia proposta pelos pesquisadores da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe) e de pesquisas empíricas, foi elaborado um roteiro metodológico para a apreensão do processo de produção do espaço urbano em cidades médias e pequenas da Bahia. Cabe salientar que, apesar da diferenciação dos diversos planos, todos eles participam do mesmo processo; não se busca a dicotomia entre o urbano e o rural.



Figura 3 – Esboço metodológico

Elaboração: Wendel Henrique.

No plano econômico destacam-se os seguintes aspectos:

- Produção – indústria, agroindústria, infraestrutura;
- Circulação/Distribuição – lojas, centros de abastecimento, centros de distribuição, centros de compras;
- Serviços/bens públicos – universidades, institutos de pesquisa e ensino, polos EAD, órgãos administrativos;
- Consumo – mercado imobiliário, novas formas de moradia, novas possibilidades de consumo (delicatessens, apart-hotel, lojas de conveniência, lojas e serviços 24h, grifes), lazer, diversão, festas.

No plano morfológico foram levantadas informações sobre:

- Novas formas – condomínios, edifícios, conjuntos residenciais, verticalização;
- Expansão urbana – incorporação de novas áreas, conurbação, aumento de perímetros, loteamentos;
- Adensamento – aumento de densidades;
- Vias de circulação.

No plano político foram considerados:

- Aumento da representação dos partidos;
- Participação popular;
- Gestão.

E no plano cotidiano, cabe destacar:

- Usos diferenciados dos espaços;
- Restrição a determinados espaços;
- Ruralidade – Urbanidade;
- Individualização – superação coletividade/vizinhança/famílias e novas formas de sociabilidade. Sobre este tema, foi elaborado um mapa sobre a inserção das cidades da Bahia nas redes sociais e constatado que 100% das cidades da Bahia possuem, pelo menos, uma comunidade na rede social Orkut.

A partir destas reflexões, se nas cidades médias e pequenas, que estão em momentos críticos de mudança, se deixar escapar a possibilidade de coexistências entre o urbano repetição e o urbano diferença, elas serão apenas um receptáculo, um conservatório de toda uma gama de objetos e funções que já estão prontos. Repetir não é acrescentar, mas sim elevar o que será repetido à enésima potência. A repetição é a universalidade do singular. Trata-se, portanto, de um aniquilamento da possibilidade de contrarrazões e de diferenças. As cidades médias e pequenas que se sujeitam a estas determinações configuram-se como corpos dóceis, passivos e passíveis de serem dominados pelo urbano como negatividade, pois é o urbano da padronização.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Flávia Aparecida de; SOARES, Beatriz Ribeiro. Relação cidade-campo: desafios e perspectivas. *Campo.Território*, v. 4, p. 201-229, 2009
- CARDOSO, Carlos Augusto; MAIA, Doralice Sátyro. Das feiras às festas: as cidades médias do interior do Nordeste. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 517-550.
- DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- ENDLICH, A. M. Novos referenciais de desenvolvimento e planejamento territorial: possibilidades para as pequenas cidades? *Redes* (Santa Cruz do Sul), v. 12, p. 1-35, 2008.
- _____. Formação socioespacial da região noroeste do Paraná e as pequenas cidades. *Boletim de Geografia*, v. 25, p. 37-58, 2007.
- GILLES, Deleuze. *Diferença e repetição*. Tradução: Luiz Orlandi e Roberto Machado. [S.Ed.], 1968. Disponível em: <netart.incubadora.fapesp.br/portal/Members/tete/DifRep.doc>.
- _____. *Causas e razões das ilhas desertas*. [S.l.], 1953. Disponível em: <<http://www2.unijui.tche.br/~aslemos/cc/deleuze.htm>>.
- HARVEY, David. *Spaces of capital. Towards a critical geography*. New York: Routledge, 2001.
- _____. *Spaces of Hope*. Berkley: University of California Press, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2006.
- _____. *A Revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- _____. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Ediciones 62, 1973.
- MAIA, Doralice Sátyro. De cidades tradicionais a centros históricos: o núcleo original e o centro histórico das cidades médias brasileiras. In: SANFELIU; Carmen Bellet; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). *Las ciudades medias o intermedias en un mundo globalizado*. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2009. p. 179-203.
- _____. Lotes e ruas: componentes para análise da produção dos loteamentos fechados. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Org.). *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 155-174.
- PRED, Alan. *Sistemas de cidades em economias adiantadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SANFELIU, Carmen Bellet. Del concepto ciudad media al de ciudad intermedia en los tiempos de la globalización. In: SANFELIU, Carmen Ballet; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). *Las ciudades medias o intermedias en un mundo globalizado*. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2009. p. 21-40.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo: Record, 2001.
- SOARES, B. R. As novas espacialidades urbanas das cidades médias para o século XXI. In: OLIVEIRA, M. P.; COELHO, M. C.; CORRÊA, A. (Org.). *O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas*. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj/Anpege, 2008. v. 1, p. 153-164.
- _____. Pequenas e médias cidades: um estudo sobre as relações socioespaciais nas áreas de cerrado em Minas Gerais. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 461-494.

SPOSITO, M. Encarnação Beltrão. Globalização, consumo e papéis intermediários de cidades médias no Brasil. In: SANFELIU; Carmen Bellet; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). *Las ciudades medias o intermedias en un mundo globalizado*. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2009. p. 41-69.

_____. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 233-253.

SPOSITO, M. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. (Org.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006a. p. 111-130.

_____. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Org.). *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006b.

_____. *O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo*. 2004. 504 f. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP-Campus Presidente Prudente, Presidente Prudente (SP), 2004.

_____. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. São Paulo: UNESP/FCT, 2001. p. 609-643.

_____. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. (Coleção Geografia em Movimento).

WANDERLEY, M. N. B. Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural. Estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. In: LOPES, E. S. A.; MOTA, D. M.; SILVA, T. E. (Org.). *Desenvolvimento rural e transformações na agricultura*. Aracaju: EMBRAPA/UFS, 2002. p. 19-57.

_____. *Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural; estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco*. Relatório de Pesquisa. Recife, 2001. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obed001f.html>>.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas. O rural como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 87-145, out. 2000.

A NATUREZA CONTRADITÓRIA DA URBANIZAÇÃO EM UM CONTEXTO DE MAIOR COMPLEXIDADE NA PRODUÇÃO DAS CIDADES BAIANAS

*Janio Santos**

Nas últimas quatro décadas, profundas transformações vêm ocorrendo no processo de produção das cidades baianas, como consequência de alterações desdobradas em diversas escalas (SANTOS, J., 2009a, 2009b). Por um lado, consolidou-se, na Bahia, a prevalência da lógica urbana no processo de reprodução da sociedade, como produto de novas relações de trabalho e de produção que foram engendradas durante todo o século XX e, por outro, novos componentes à vida e à dinâmica tanto das áreas urbanas quanto das áreas rurais foram suscitados.

Entende-se que, dialeticamente, isso foi implicado por (e implica) uma ordem peremptória, que é marcada por um novo contexto da urbanização contemporânea. Dentre vários aspectos, a leitura sobre esta última demonstra que, no âmbito brasileiro, simultaneamente à legitimação do papel das grandes metrópoles na rede urbana, nas três últimas décadas, um fenômeno importante ocorreu: o crescimento das pequenas e médias cidades, aspecto bem argumentado por M. Santos (1993, 1994).

No caso da Bahia, aspecto particular aqui estudado, é verossímil perceber que as cidades pequenas e médias desempenham papéis importantes na rede urbana, tanto quanto a metrópole regional, Salvador. Enquanto as médias possuem a função de articular os centros do capital e de comando (metrópoles globais, nacionais e regionais) aos menores núcleos urbanos, as pequenas possuem uma integração maior e, possivelmente, mais complexa com o campo e com a vida nos menores aglomerados urbanos, como as vilas¹ e os pequenos povoados.

Como já ponderado sobre algumas transformações que esse novo contexto da urbanização provoca na produção das áreas urbanas baianas — seja na metrópole regional soteroopolitana (SANTOS, J., 2008), seja nos núcleos de médio e pequeno portes (SANTOS, J., 2009b), estes últimos ainda alvo de outras pesquisas —, salienta-se, neste texto, a tentativa de um recurso heurístico que permita também repensar a própria discussão teórica sobre a urbanização, outro propósito desta pesquisa.

Portanto, é com base nas ideias acima mencionadas que se engendram as argumentações aqui propostas, cujo cerne intenta refletir sobre as bases epistemológicas que, no plano teórico e metodológico, contribuem para o entendimento da lógica da urbanização na contemporaneidade, pensada enquanto mais um recurso heurístico, dentre outros que vêm sendo

* Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp); professor adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). janiosantos@yahoo.com.br

¹ Oficialmente, no Brasil, toda sede de um distrito é uma vila.

construídos, que permita avançar na discussão sobre as transformações que vêm ocorrendo no processo de produção dos espaços urbanos, em particular, os localizados na Bahia.

Essa indagação, dentre outras de caráter mais empírico, faz parte das discussões desenvolvidas no Grupo de Pesquisa: Urbanização e Produção de Cidades na Bahia², constituído por reflexões que vêm sendo realizadas sobre algumas áreas urbanas do estado, sobretudo, Salvador e aquelas localizadas no Território de Identidade de Vitória da Conquista. Além de avançar no debate sobre os processos e as dinâmicas que ocorrem na escala intraurbana, essa sistemática tem o propósito de fortalecer o entendimento sobre as cidades baianas, contribuindo com novas ponderações sobre as mudanças no processo de urbanização, oriundas das investigações empíricas, até porque tal questão carece muito de averiguações.

O PONTO DE PARTIDA: EM BUSCA DE UMA DISCUSSÃO EPISTEMOLÓGICA SOBRE A URBANIZAÇÃO

Como o desenvolvimento atual do processo de urbanização envolve um complexo sistema de relações, no qual os componentes técnicos e as ações dos sujeitos desempenham papel seminal, e uma miríade de atos cotidianos compõe um movimento de transformação, alimentando o ser e o vir-a-ser, explicar esse fenômeno é um desafio para a ciência, em geral, e, para a Geografia, em particular. Destarte, algumas proposições vêm sendo desenvolvidas e contribuem para enriquecer as reflexões teóricas sobre a essência daquilo que se pesquisa aqui — as áreas urbanas.

Com base nas ideias de Sposito (2004), salienta-se a necessidade de evitar, na Geografia, a adoção do termo *urbanização* de forma reducionista, como sinônimo de dotação de infraestrutura urbana, cujas propagandas das políticas públicas governamentais, em qualquer área urbana, dão lastro ao que o senso comum apreende; ou, como sinônimo de crescimento da população urbana, associada, de forma simplificada, ao aumento na taxa de urbanização, dentre outras expressões. Logo, com base no pensamento de Lefebvre (2004, 2008), que sustenta as análises de Sposito (2004) e de Carlos (2001), adota-se aqui a ideia de urbanização como um processo, o que implica um movimento que se desdobra num interregno de tempo e a cidade como a própria materialidade da urbanização e que, dialeticamente, a influencia, algo já discutido anteriormente (SANTOS, J., 2008).

Avançando no que diz respeito à questão teórica sobre a urbanização contemporânea, algumas “teses” vêm sendo difundidas e discutidas. Para Monclus (1998), o período atual é marcado por uma urbanização difusa. Suas argumentações partem do princípio de que os processos urbanos adquiriram maior complexidade, acarretando novas articulações territoriais. Em linhas gerais, caracterizam-se pela evidência de uma (des)integração maior entre o rural e o urbano, pela superposição de territorialidades urbanas em cidades de maior porte, principalmente

² Projeto coordenado pelo Prof. Dr. Janio Santos.

nas metrópoles, e por uma dispersão de processos espaciais urbanos, sempre aliados a novos interesses do setor imobiliário e do capital financeiro internacional.

Outra proposição a ser considerada é a apresentada por Damiani (2009, 2004), que apreende a urbanização como crítica. A autora sustenta essa ideia fundamentada num tripé importante: a análise da crise do trabalho, contida na crise do capital; o fato de a materialidade do processo constituir como um privilégio à produção mercantil do espaço, sobretudo o urbano, internalizando a metamorfose do capital produtivo em capital financeiro; a destituição profunda da humanidade do homem que é, ao mesmo tempo, a “naturalização” do humano.

Tais adjetivações, que anunciam esforços teóricos relevantes, atinam para a ideia de que esses verdadeiros palimpsestos do mundo contemporâneo, que são as áreas urbanas, constituem expressões dialéticas de um fenômeno que é geral. Todavia, é necessário não se perder de vista o rigor teórico de outros adjetivos encontrados, que possuem limites teóricos em suas aplicações, se associados ao conceito de urbanização (como compacta, dispersa, “confusa”³, dentre outros), porque podem reduzir o conteúdo epistemológico da discussão, fetichizando e priorizando a forma como recurso heurístico.

Ao se estudar o processo de reestruturação urbana e da cidade (SANTOS, J., 2008), pode-se reconhecer que a urbanização contemporânea passa por um período em que é notória a maior complexidade nos processos, o que redefine, no plano interno das metrópoles regionais, sua própria estrutura urbana, fenômeno que também se verifica em cidades de porte médio, particularizadas pelos casos baianos⁴. Dessa discussão, observa-se que, no contexto atual, tais tipologias de cidades constituem uma lógica poli(multi)nucleada, sendo profundamente marcadas por conflituosos processos e interesses na reprodução de áreas centrais; pela suscitação de novos desejos habitacionais, e pela produção de uma hodierna modalidade do consumo do/no espaço urbano.

Por mais que tais reflexões apontem alguns avanços no debate sobre as cidades baianas, pondera-se que aquelas ainda não atingiram o âmago da discussão sobre o processo de urbanização, é porque não dão conta de explicar, no plano epistemológico, sua “natureza”, no sentido de engendrar-se como um elo na discussão que é central: a relação entre o trabalho, enquanto mediador seminal da relação sociedade-natureza, e o próprio devir da humanidade, que é marcado por sua desumanização.

Nessa perspectiva, abre-se um bloco de reflexões, que são pautadas em pesquisas já realizadas ou que estão em andamento e que trazem um conjunto de respostas e indagações com base em levantamentos empíricos sobre algumas cidades da Bahia, para, a partir daí, se avançar no entendimento do que constitui a natureza da urbanização contemporânea.

³ Junção de Compacta com Difusa, usada por Abramo (2008).

⁴ Grupo de Pesquisa: Urbanização e Produção de Cidades na Bahia.

URBANIZAÇÃO E BARBÁRIE SOCIAL: UM OLHAR SOBRE AS CIDADES BAIANAS

Por mais que seja sedutor, não se propõe aqui um relato detalhado sobre a realidade das cidades baianas, pois não é este o propósito das reflexões apresentadas neste texto. Apenas será pontuado aquilo que aparece como mais contundente no conjunto dos processos de produção e reprodução dos espaços urbanos baianos e que configura o que foi anunciado por Espinheira (1989) como uma barbárie constituída no contexto da urbanização, particularizada por uma investigação interessante, apesar de pouco acurada, sobre Salvador.

Para dar início, como ressalva, salienta-se a necessidade de superação de uma visão mecanicista que insiste em explicar a produção das cidades baianas, como de outros lugares do Brasil e do mundo, por meio de elementos meramente técnicos, o que além de configurar o que Gotdinier (1997) definiu como determinismo tecnológico, também produz um fetichismo da técnica, que, problematicamente, inverte toda a ordem da explicação e do fenômeno urbano. É diante desse grande equívoco que, de forma reducionista, as rodovias, por si mesmas, explicam, por exemplo, o crescimento de cidades como Vitória da Conquista, Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus, Itabuna, dentre muitas outras, desconsiderando elementos muito mais relevantes para a discussão e que são a própria essência da existência de tais rodovias enquanto materialidade puramente técnica. É como se, por exemplo, no Período Colonial, fosse o Porto, *per si*, e não toda a complexa rede de relações e interesses que envolveram a acumulação primitiva do capital, o determinante na produção de cidades como Salvador.

Portanto, por mais que sejam importantes, rodovias como a BR-116 e a BR-101, a rede ferroviária, incipiente na Bahia, toda a rede portuária, bem como outras materialidades técnicas e da técnica, visíveis ou não, longe de panaceias explicativas, nada mais são do que produtos de uma ordem social mais ampla que, no caso do território baiano, implica desvendar os nexos do próprio avanço e amadurecimento das relações capitalistas no Brasil, articulados com o próprio movimento do mundo. Dentre várias outras nuances, compreendem os interesses que estão vinculados à expansão do capital “terciário” (comercial e ligado aos serviços), financeiro, industrial, agrário e imobiliário, bem como, mormente, os ditames e conjunto de normas engendradas pelo Estado, nas esferas federal, estadual e municipal; ou seja, é preciso desvendar o cerne da relação entre capital e trabalho pensando no que Mézaros (2009) pontua como seminal no debate sobre o capitalismo contemporâneo — a dialética entre produção e consumo, produção e circulação e produção e distribuição —, que também é central na discussão sobre a produção do espaço.

No que tange às relações entre o campo e a cidade, verifica-se que a mobilidade rural-urbana do trabalho foi notória nas últimas três décadas, e não restrita aos deslocamentos para os grandes centros urbanos brasileiros, como outrora, sendo a Região Sudeste a principal rota,

mas não a única⁵, como é recorrente pensar. Portanto, mesmo para as pequenas cidades, sobretudo nas últimas duas décadas, todavia, em prevalência, para as médias, como Vitória da Conquista, Feira de Santana, Barreiras, Itabuna, dentre outras, camponeses passaram a migrar, expropriados de suas terras, a partir de uma dinâmica que pode ser explicada por três processos que não são excludentes entre si: (1) a ausência de políticas que garantissem a permanência do homem no campo; (2) o processo de mecanização/modernização da agricultura; (3) em função de períodos de crise na atividade agrícola.

No cerne desses três processos impõe-se o que é central nesta discussão: a questão da propriedade privada da terra rural e urbana. Assim, por meio de subsídios financeiros e fiscais do Estado e também de recursos ilegais, como a grilagem e o trabalho escravo, grandes empresas/complexos agrícolas territorializam-se no campo baiano, ou passam a monopolizá-lo⁶ como um produto de uma lógica que não é nacional, mas mundial. Exemplos como a Aracruz Celulose, a Veracel, a Michelin, a Bagisa, dentre muitos outros, mostram que não são poucos os casos a serem pesquisados e debatidos no campo. Na esteira do fenômeno, uma massa de camponeses foi e é expropriada de suas propriedades agrícolas e a ideologia conservadora ainda mantém a ideia de que essa leva saiu do campo em busca de condições melhores de vida na cidade, desconsiderando o modo recrudescente e bárbaro como tudo isso ocorreu e ocorre, bem como sua territorialização nas áreas urbanas de todos os tamanhos.

No plano imediato, a expansão territorial das áreas urbanas adquiriu contornos mais claros a partir do final dos anos 1940, mantendo-se até os dias atuais, num encadeamento iniciado em Salvador, bem como em boa parte da Região Metropolitana e que passou a envolver algumas cidades médias, sobretudo, a partir das décadas de 1960 e 1970, mas que, nos últimos 20 anos, se tornou visível também nos pequenos núcleos urbanos. Ademais, diferentemente do que certas concepções reducionistas e acrílicas apontam, não é o processo de crescimento do tecido urbano, em si, que decorre da intensificação da segregação socioespacial, mas as precárias condições de vida da população pobre, aspectos que apontam a barbárie do capitalismo. Esse fenômeno, por sinal, vem se acentuando em tais cidades, sobretudo, nas que estão sob a égide das reestruturações/desestruturações econômicas regionais; da expansão do agronegócio; das políticas de incentivos fiscais e da ausência de programas de permanência da população no campo.

Outra esfera importante da discussão sobre as cidades baianas é a questão da centralidade urbana, que está inexoravelmente associada às dinâmicas da reestruturação dos seus espaços internos (SANTOS, J., 2008). Em função do crescimento demográfico, da massificação do consumo e da própria reestruturação do capitalismo, amplia-se o número de áreas centrais

⁵ No caso da Bahia, faz-se a ressalva de que várias pesquisas apontam (SILVA, 1972; SANTOS, J., 2003) que, ainda no final da década de 1940, ocorreram grandes deslocamentos de pessoas para a Região Metropolitana de Salvador, sobretudo, camponeses, expropriados de suas terras e sem condições de viver no campo, o que concede outro caráter à histórica discussão sobre a mobilidade do trabalho no plano estadual, ainda que os movimentos para a Região Sudeste sejam incomensuravelmente maiores.

⁶ Mais detalhes, em A. Oliveira (1991).

nas cidades médias, constituindo uma lógica de maior competitividade tanto no interior da própria área central quanto entre áreas centrais. Por mais que novas áreas terciárias estejam surgindo, em todos os casos baianos, é clarividente que o centro principal prevalece como maior provedor de produtos, serviços e empregos, por mais que ainda não se tenham dados concretos sobre a espacialidade dessas informações para toda a Bahia. Todavia, levanta-se a hipótese de que, percentualmente, em função da oferta de novos postos de trabalho e da instalação de estabelecimentos fora das áreas centrais, esteja ocorrendo uma diminuição relativa dessa força que o centro principal exerce sobre algumas cidades médias, como Vitória da Conquista, Itabuna e Feira de Santana. No plano das cidades de menores portes, algumas classificadas por outros autores como médias, não há evidência de reestruturação, pelo menos, relacionada à lógica da centralidade urbana.

Se a causa principal dessa perda relativa é, por um lado, a chegada de grandes equipamentos, como *shopping centers*, megaestabelecimentos de autosserviços e espaços de lazer, mormente os destinados à elite e, por outro, o deslocamento de antigos serviços públicos e a instalação de novos, o que é interessante discutir são os conflitos que emergem em certa ruptura da lógica da centralidade única; até porque não se trata de um processo pacífico, pois envolve interesses das elites locais, adicionados à força de um capital nacional e, em alguns casos, internacional, reproduzindo a própria desigualdade entre as classes, algo que já apontado anteriormente (SANTOS, J., 2009b).

No que tange aos novos padrões de moradia, encontram-se dificuldades para explicar a realidade baiana por meio de elaborações teóricas que não possuem evidência empírica na maioria dos casos estudados; isso, por exemplo, se levada em consideração a ideia da urbanização difusa e da cidade dispersa, abordada por Reis Filho (2009). Ressalvando-se os casos observados por Limonad (2007), restritos às “ilhas litorâneas isoladas” e que envolvem nuances mais complexas, o que vem marcando o mercado imobiliário nas cidades baianas, sobretudo as médias e, a depender do foco, pequenas áreas urbanas, ainda são (1) a verticalização em algumas áreas elitizadas; (2) a pujante valorização do solo urbano, cuja hipótese mais plausível para explicar a manutenção dos preços altos é o monopólio da terra urbana nas mãos de uma “elite imobiliária”, local ou não; (3) o crescimento do número de condomínios horizontais fechados, fenômeno que, aos poucos, ganha força na reprodução do capital imobiliário baiano e se desdobra para as cidades localizadas fora da Região Metropolitana. Nesse ponto, o grande *marketing* é tanto a venda da segurança, num contexto em que se estereotipa a violência social, quanto a aumento do valor, pois, como no caso mais impressionante da Bahia que é Santo Antonio de Jesus, os *outdoors* escancaradamente externam que “se deve comprar um terreno no condomínio porque ele valorizou 80% em menos de um ano”, ou seja, o reforço do mercado de terra urbana pela valorização, *per si*, perdendo de vista completamente a concepção e a produção da moradia como valor de uso.

Expande-se, portanto, a ação dos loteadores, fenômeno que não é novo nas cidades médias baianas, mas que, todavia, passa a constituir a mercantilização das terras urbanas, sustentada

pela lógica da escassez, da sua produção enquanto raridade (CARLOS; DAMIANI; SEABRA, 2001). Assim, cresce de modo inexorável a ação dos especuladores e incorporadores imobiliários nessas áreas urbanas, no contexto atual, vinculada a um capital que não está mais circunscrito à escala local e mesmo regional, produzindo novos desejos e necessidades, através da produção desses novos equipamentos urbanos e dos novos padrões de moradia.

No bojo dessas mudanças no padrão imobiliário, também se verifica em todas as cidades uma profunda segregação socioespacial, fenômeno que é majorado por dinâmicas que alteram o conteúdo e a morfologia de suas periferias urbanas⁷, áreas que deixam de ser exclusivamente associadas às classes de baixa renda, recebendo a classe média, uma elite urbana local e fortes investimentos do poder municipal e do setor imobiliário. Assim, junto com a autosegregação, aspecto relacionado à proliferação de condomínios fechados, expandem-se inúmeras áreas paupérrimas, indicando, de acordo com levantamentos empíricos: (a) o aumento dos focos de miserabilidade humana; (b) a recrudescente condição de vida da classe trabalhadora; (c) a proliferação do trabalho precário, também manifesta pelo que Thomaz Júnior (2006) denomina *plasticidade*; e (d) o convívio, cada vez mais frequente, das pessoas pobres com todo tipo de carência no que tange ao atendimento das necessidades básicas de qualquer sujeito social. Para agravar, todos esses aspectos possuem a aquiescência do poder público municipal, estadual e federal.

Finalmente, observamos um aprofundamento do processo de fragmentação socioespacial nas cidades médias baianas de porte maior, como Vitória da Conquista, Itabuna e Feira de Santana. A princípio, esta análise se afasta das ideias que entendem a fragmentação como o processo de parcelamento, em si, do solo urbano, como é apontado por Corrêa (1989). A presente concepção aproxima-se das discussões de Salgueiro (1998) e Oliveira Jr. e Martins (2008), quando, respectivamente, apontam que a atual dinâmica das cidades reverbera verdadeiros enclaves ou formas de estranhamentos, só apreensíveis se o foco for analisar as mudanças no cotidiano da vida urbana, nas quais as fraturas sociais são a maior evidência.

O fenômeno da fragmentação socioespacial está relacionado, por um lado, à implantação de *shopping centers* que, segundo J. Santos (2008), no caso das cidades baianas localizadas fora da Região Metropolitana de Salvador, foi uma dinâmica iniciada no final da década de 1990; ao reforço do consumo dos condomínios fechados; à implantação de novos espaços de lazer, cujo destino é a elite urbana regional. Por outro, à impossibilidade da realização/apropriação do urbano, também, pelas classes de baixo poder aquisitivo, cuja materialidade ganha contornos pela constatação do baixo grau de sua mobilidade nas cidades de médio porte. Em geral, tais grupos sociais estão enclausurados, reféns da vida nas periferias pobres, dinâmica também verificada em áreas urbanas menores, como Poções, Itapetinga, Santo Antônio de Jesus, dentre outras, e que reforça a negação do direito à cidade, que contém (e está contido em) outros direitos, como lazer, saúde, educação, ou seja, dignidade humana.

⁷ No sentido de distantes em relação às áreas centrais. Esse aspecto também é discutido por Sposito (2004).

Portanto, se é importante observar que, nas últimas quatro décadas, as cidades baianas passaram por importantes alterações, como produto de modificações oriundas de escalas diferentes, também se torna fundamental perceber que isso configurou um período de maior complexidade no conteúdo da urbanização, tendo como alicerce o amadurecimento das relações capitalistas na Bahia. Por outro lado, reproduziu e reproduz novas relações de trabalho e de produção no espaço geográfico, engendradas, mormente, no final século XX e início do século XXI, o que constitui movimentos hodiernos da vida e dinâmica da sociedade e transforma tanto o urbano quanto as cidades. Assim, a partir deste momento, o desafio é compreender, no plano epistemológico, a natureza dessa urbanização.

A URBANIZAÇÃO: REVELANDO SUA NATUREZA CONTRADITÓRIA

Sob o aporte das observações supracitadas, como primeiro ponto para se entender a natureza da urbanização contemporânea, destaca-se a necessidade de repensar a questão das relações campo–cidade. Assim, visando a uma heurística que supere a dualidade da percepção sobre urbano e o rural, parte-se de três pressupostos: (1) a ideia de que a dinâmica urbana é “alimentada”, dialeticamente, alimentando a rural, ou seja, o urbano está no rural, tanto quanto o inverso é verossímil; (2) a inoperância de insistir na definição de urbano e rural como realidades distintas, *per si*, recaindo em equívocos que adjetivam, por exemplo, cidades como rurais, perdendo de vista o que é crucial na discussão: a compreensão de que ambos os termos, no bojo das relações capitalistas, precisam ser repensados no plano epistemológico, porque tiveram seus conteúdos redefinidos e impelidos a certa homogeneização; (3) o mais importante: a noção de que, com a emergência de uma lógica de base capitalista, por mais que haja uma convergência para a homogeneização das relações de produção e de trabalho voltadas para a reprodução do capital, isso nunca se materializa plenamente, pois seria desconsiderar a própria base epistemológica que explica o capitalismo como um sistema contraditório. Por isso, não se sustenta nenhuma ideia de que o rural tenderia a desaparecer, pois iria de encontro às ideias F. Oliveira (2003) de que esse sistema se engendra de forma desigual e combinada, conteúdo teórico que faz parte destas reflexões.

Além desse, mais cinco aspectos constituem o cerne da discussão sobre a natureza contraditória da urbanização e, portanto, compõem estas reflexões a partir deste momento: (1) a apropriação privada do que é coletivamente produzido; (2) a relação entre consumo do/no espaço e sua negação ao produtor deste, materializando o fenômeno do estranhamento; (3) a proximidade da distância, que evidencia uma ruptura nas relações cotidianas; (4) a constituição de um ideal de cidadania que nega o indivíduo enquanto sujeito histórico; (5) a ideologia do desenvolvimento e do progresso que, no capitalismo, precisa ser questionada, pois só se realiza por meio da barbárie social.

Como primeiro ponto, destaca-se que, no bojo da urbanização sob a égide do capitalismo, com base nas ideias de M. Santos (1990), todo processo de produção implica um ato de produzir espaço e sua continuidade depende das condições da reprodução, fenômeno último analisado por Carlos (1994). Nessa relação, da mesma forma que produz o espaço, o processo produtivo produz condições para a sociedade reproduzir sua existência, de um modo dado, num dado lugar. Todo homem precisa de alguns elementos básicos para se reproduzir enquanto homem, que suprem as carências e necessidades do cotidiano, dentre esses, o acesso à moradia, ao lazer, aos benefícios sociais (educação, saúde etc.) e à cultura. De qualquer modo, ainda segundo Carlos (1994, p. 133-134), o que influenciará na forma como ele se apropriará destes é seu papel na divisão social do trabalho.

Portanto, foi essa estrutura estabelecida pelo capitalismo que o processo de urbanização, ao longo do tempo, acompanhou. Através das condições e dos meios essenciais de reprodução (o espaço, o sistema legislativo, o modelo político, os parâmetros ideológicos), às classes impõem-se os mecanismos que serviram e que servem para a ampliação do sistema. Por um lado, valorizam o capital e os meios de produção, valorizando concomitantemente aqueles que os detêm; por outro, desvalorizam a força do trabalho, perante a valorização do capital, desvalorizando simultaneamente aqueles que a detêm; garante-se, com isso, a continuidade da reprodução da divisão social do trabalho.

No entanto, contraditoriamente, essa relação cria uma hierarquia social, em função das diferentes possibilidades da participação dos sujeitos no processo. Assim, produz-se o espaço reproduzindo de forma desigual o modo como cada um dele se apropria, apontando qual lógica produz espacialmente as condições ideais para sua reprodução e, nessa direção, produzem-se espaços que serão apropriados desigualmente, seja na cidade ou no campo, dinâmicas tornadas perenes. Aliás, parte da música *Cidadão*, composta por Lúcio Barbosa, retrata bem o que discutimos:

Tá vendo aquele edifício moço?
Ajudei a levantar.
Foi um tempo de aflição, eram quatro “condução”, duas pra ir, duas pra voltar.
Hoje depois dele pronto, olho pra cima e fico tonto, mas me vem um cidadão
E me diz desconfiado, “tu tá aí admirado? Ou tá querendo roubar?”
Meu domingo tá perdido, vou pra casa entristecido, dá vontade de beber.
E pra aumentar meu tédio, eu nem posso olhar pro prédio que eu ajudei a fazer [...].

Isso reforça o fenômeno do estranhamento e também limita a apropriação da cidade pelas diversas classes. Percebe-se ainda que, independentemente da parcela do espaço na qual se produza e se realize a reprodução da vida, na urbanização sob o domínio do capitalismo, reforça-se o fato de que a apropriação do espaço pelos sujeitos sociais será sempre desigual, pois sinalizará a forma como cada um está inserido no processo, repercutindo na produção do espaço enquanto condição para reprodução de tal lógica. Essa ordem peremptória da urbanização imprime no espaço, portanto, as marcas da divisão social, territorial e técnica do

trabalho, que, por sua vez, cria a divisão no acesso aos mecanismos básicos para a manutenção do sistema produtivo. Isso nos leva à segunda questão: as condições de participação no processo de consumo que determinados indivíduos têm na sociedade contemporânea.

A priori, objetiva-se ir além da discussão sobre a capacidade de consumo individual, pois, indubitavelmente, não se busca aqui pensar o sujeito com base em seu poder de compra, o que recairia no que M. Santos (1985) apontou como a procura pelo “consumidor-mais-que-perfeito”. O caminho é debater as formas de se conseguir condições adequadas para viver com dignidade, como parte de uma comunidade/sociedade que deveria se realizar em função da reciprocidade do existir de cada indivíduo, o que, na barbárie da urbanização capitalista, não é uma utopia, mas impossibilidade de realização.

Desse modo é que o segundo aspecto da discussão sobre a natureza contraditória da urbanização emerge, pois, no bojo do processo de produção do espaço no capitalismo, aspecto discutido acima, é que se realiza o consumo do e no espaço, bem como sua própria negação. Nesse sentido, é fundamental entender que o ato de produzir é simultaneamente um ato de consumir espaço, porque esse processo sempre se desenvolve num determinado lugar e em sincronia com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Destarte, se no capitalismo a produção e a apropriação do espaço se realizam de acordo com o papel dos sujeitos no processo, ou seja, de modo desigual, o consumo do espaço também só se realizará desigualmente. Isso acontece porque os proprietários fundiários aliam-se aos grupos econômicos de portes diversos (em geral, os proprietários dos meios de produção e/ou os detentores dos capitais imobiliário, financeiro, agrário, industrial e comercial), que investem/imobilizam um montante significativo de capital e/ou dinheiro em determinadas parcelas do espaço urbano, periurbano ou rural, tornando material o próprio consumo do espaço, bem como sua privação, constituindo a condição do espaço como raridade.

A segregação espacial é a principal implicação do consumo desigual do espaço, ou seja, a negação a um dos direitos à cidade, sendo os movimentos de luta por um teto, as ocupações irregulares de certas áreas urbanas e os programas de financiamento de habitação popular (registre-se, financiamento, porque não se trata de doação, ou seja, sempre envolvem interesses do sistema financeiro) os únicos meios de acesso à terra pela população pobre.

No que tange às ocupações irregulares, como muitas ocorrem em áreas que oferecem risco de morte à população mais pobre, é interessante observar que o poder público governamental sempre desloca o foco central da questão — que são as condições de vida do trabalhador, a privatização decorrente do consumo do espaço urbano por uma classe e a lógica da valorização — para construir uma falsa ideia, como, por exemplo, o problema da encosta. É um falso problema porque a questão não é natural, ou seja, não é a ocupação das áreas de alta declividade, mas a ausência de infraestrutura adequada nessas ocupações. Salvador, aliás, é um caso representativo para se entender essa querela, pois, nos últimos anos, o poder público municipal vem fazendo uma campanha contra a ocupação de encostas. Todavia, não questiona o histórico processo de ocupação do bairro da Vitória, a área residencial mais

valorizada da cidade, mesmo estando esse bairro também assentado em uma área de encosta; ou seja, diferente de muitos outros, esse aspecto, em si, nunca foi um problema para a elite que nele reside.

O consumo no espaço implica a construção de nexos espaciais que possam tanto dar suporte à reprodução contínua e insaciável das novas ofertas, quanto recriar a concepção de espaços diferenciados para atender, também de forma diferenciada, a essa complexa teia de relações sociais. Assim, redefinem-se a cidade e os espaços da/na cidade com base em alterações do/ no cotidiano que fragmentam o tecido social. A reprodução da sociedade do consumo vem sendo marcada, atualmente, por uma articulação em rede que atravessa todos os interstícios sociais, sendo verificada não só nas áreas metropolitanas e nas cidades médias, mas também em pequenas cidades e nas áreas rurais. Assim, há uma submissão de todos os espaços a tais ditames, em nível global, em face da imposição dessa nova lógica.

Portanto, a análise do processo de urbanização na sociedade contemporânea deve abarcar, também, a discussão sobre as novas facetas engendradas nas relações sociais, que desvelam o consumo como o ópio que alicerça um conjunto de transformações políticas, econômicas, sociais, técnicas e culturais, cuja cidade é *locus* principal. O consumo no espaço urbano, como, deveras, em outras escalas, adquiriu premência porque a ascensão do regime de acumulação flexível reforçou e ampliou seu papel no ciclo de reprodução do capital. A fugacidade dos objetos, a efemeridade da moda e os mecanismos que, amiúde, suscitam os novos desejos e as novas necessidades decorrem na própria expansão do tecido terciário⁸, aumentando o número de estabelecimentos e empresas ligadas às atividades comerciais e de serviços e, concomitantemente, aos espaços onde tais atividades passam a ser localizadas e realizadas, sem deixar de aludir às inúmeras formas precárias de trabalho.

Assim, são superpostas dinâmicas que visam garantir esse consumo no espaço urbano, também estabelecido através da criação de instrumentos que possibilitam a circulação de pessoas, consumidores em potencial, que cumprem o papel de garantir a reprodução do capital investido por uma miríade de empresas, dentre as quais têm maior parcela de lucro os grandes capitalistas. É algo que atende sempre aos interesses das classes dominantes, em detrimento dos interesses coletivos e, como destaca Harvey (2004), isso não é uma nova faceta dos conflitos de classes.

As estratégias de reprodução do consumo, que, ao longo do tempo, acumularam transformações no espaço e na vida urbanas, adquirem novo contexto na cidade contemporânea. Assim, reitera-se que a produção dos espaços e o consumo do/ no espaço desvelam uma forma hodierna de articulação entre a produção da cidade e os conflitos de classes, que ressalta lógicas atuais de fragmentação e segregação socioespacial.

⁸ De acordo com J. Santos (2008, f. 248), o tecido terciário é um elemento que faz parte do tecido urbano e contém duas dimensões: uma quantitativa, que envolve o volume dos estabelecimentos, segmentado pelos diversos setores das atividades; e outra qualitativa, que engloba as características e as escalas do capital envolvido, bem como o grau de especialização da atividade.

Todavia, porque atualmente é interessante para a reprodução do capital, vários segmentos das classes populares também são inseridos nesse processo, o que faz emergir uma nova complexidade nessa barbárie que é a urbanização contemporânea. Ao se adaptar para atender à população pobre, o consumo tem como pano de fundo o discurso da democratização do acesso aos serviços e produtos. No entanto, implementa-se como uma forma de a periferia pobre participar da teia de relações, incorporando-se ao sistema de troca. Nessas áreas das cidades é criado um imaginário coletivo, com base nos veículos de reprodução de ideologias (mídia, escola, igreja etc.), de que o único meio para a inserção na sociedade será através da participação do sujeito no circuito de trocas. Esse processo, na realidade, apenas possibilita sua conversão em consumidor/usuário dos produtos oferecidos, sem gerar condições de este se apropriar da cidade e usufruí-la como real sujeito, o que conduz para o terceiro ponto.

Portanto, outro elemento da sociedade atual e que deve ser adicionado à discussão é a técnica, aspecto que seduziu as ideias de M. Santos (2000). Na urbanização contemporânea, a incorporação de uma miríade de novos componentes técnicos, para além da possibilidade de construir o que esse autor denominou como o “período popular da história”, vem reforçando uma proximidade que, contraditoriamente, distancia os sujeitos sociais. A técnica ou, mais adequadamente, sua apropriação e os interesses associados a seu uso (ressalvas que evitam o corrente maniqueísmo), se impôs como mediadora da relação entre os homens e reforçou um fenômeno premente nas cidades contemporâneas, sobretudo, nas maiores, que é a perda do convívio social.

A articulação do mundo atual, a (falsa) sociedade em rede, apontada por Castells (1999), só se tornou possível porque um conjunto de interesses políticos e econômicos convergiu para que esse arquétipo de “aldeia global” erigisse, com base num forte investimento em capital ligado à alta tecnologia, e isso alterou profundamente as relações tempo-espço, modificando a própria vida cotidiana. Nesse contexto, por exemplo, a empresa Google acumula montantes incomensuráveis de capital e a sociedade acredita que uma “nova comunidade”, via *Orkut*, está aproximando as pessoas, o que é uma falácia, porque se troca o espaço banal, o espaço de todos, subvertendo o antigo ideal de comunidade em um simulacro novo, cuja materialidade é o espaço virtual e o interesse é, essencialmente, a acumulação do capital.

Nessa mesma direção, os diversos aparelhos de comunicação que, hodiernamente, passaram a ser mediadores da relação entre os sujeitos, como sistemas de webcam e celulares que transmitem imagens em tempo real, longe de aproximar as pessoas, as estão distanciando, pois conseguem permutar a riqueza do encontro, que sempre marcou a lógica da vida cotidiana, por um mero simulacro. O fascínio pelos jogos por computadores também limitam as práticas de sociabilidade e a possibilidade da apropriação dos espaços, seja a praça, a rua, o bairro, sobretudo no caso das crianças e dos adolescentes, redefinindo a vida nas cidades e a própria cidade.

Todavia, é necessário apontar que o cerne do embate não são tais equipamentos, *per si*, mas a lógica que envolve sua disseminação. Ademais, é fundamental entender que estes não estão igualmente acessíveis a todos, o que só torna o problema ainda mais agudo.

No contexto de uma urbanização que emerge como barbárie social, portanto, a quimérica proximidade, que, na prática, distancia o sujeito, decorre sobremaneira no esvaziamento do humano, porque ocorre uma troca do contato, do maior convívio entre os sujeitos sociais e do aprender pela apreensão da alteridade da vida cotidiana por um verdadeiro simulacro. Nesse caso, a perda da cidade e das práticas urbanas enquanto elementos de sociabilidade, de realização do humano são a consequência que adquire contorno mais bem definido na sociedade atual.

A partir dessa complexa relação, no Brasil, como em outras partes do mundo, os aparelhos ideológicos ainda incutem no seio da sociedade paradigmas que limitam a possibilidade de seu próprio repensar e reificam o que M. Santos (1985) ponderou como a constituição do arquétipo do consumidor-mais-que-perfeito, associado a uma mascarada cidadania imperfeita, porque esta nunca se realiza de modo pleno. Ou seja, o que alimenta a sociedade, portanto, o próprio movimento de urbanização no contexto contemporâneo, é uma cidadania vã, que nega o indivíduo enquanto sujeito social e histórico, o que, aliás, é algo contraditório em essência.

Esse problemático equívoco esvazia a possibilidade da construção concreta da individualidade dos sujeitos, calcada na alteridade e na diferença, que poderia ser um ponto de partida para o olhar crítico sobre a sociedade, no sentido de constituir elementos que permitam a construção de práticas socioespaciais que permeiem ideais de coletividade verdadeiros. Todavia, essa mimese não se realiza sem intenção e sem interesses, porque, ao deslocar o foco da possibilidade da construção de um sujeito social e histórico e, nessa ótica, da construção de sua própria consciência enquanto classe social — o que apontaria elementos sinalizadores do papel de cada um no antagonismo social que marca o sistema capitalista —, também retira das classes pobres a possibilidade da superação dos limites impostos pela sociedade, que são calcados na desigualdade e nos conflitos entre as classes, garantindo a continuidade dessa lógica da barbárie, que passa a ser concebida como possibilidade única dentro do próprio sistema.

Portanto, não haverá cidadãos plenamente realizados, nem quaisquer possibilidades de superação da lógica que impera atualmente, dentre muitos outros aspectos, se não se levar em conta a relevância de se repensar o papel de cada um enquanto indivíduo, enquanto sujeito social histórico, porque uma discussão sobre o movimento de urbanização na sociedade contemporânea, que desconsidere essa ideia, perderá de vista a noção ontológica sobre o processo de humanização do homem.

Finalmente, todos esses pontos são urdidos por uma contradição que é central no engendrar do modo capitalista de produção: a ideologia do desenvolvimento e do progresso como panaceias que resolverão todos os problemas, inclusive, os que são criados no/pelo próprio

movimento de reprodução desse sistema. Nesse contexto, parecem bem ilustrativas as ideias de *Fausto*, de Goethe, em seu pacto com *Mefistófeles*, de que a superação dos problemas sociais da humanidade dar-se-á pela constituição de um ideal de desenvolvimento e de progresso que, por consequência, culmina com a morte de um casal de velhos, apenas porque este não se submeteu a tais lógicas. As mudanças ocorridas na sociedade, mormente, a partir dos últimos dois séculos, estão enriquecidas de experiências que, por sinal, são emblemáticas dessa histórica contradição entre progresso e atraso, entre desenvolvimento e barbárie, cujos inúmeros finais trágicos, todavia, não tiveram a presença dos anjos redentores que, no conto, salvaram a alma de Dr. Fausto.

O processo de urbanização, intensificado e profundamente modificado a partir do final do século XVIII em função da Primeira Revolução Industrial, teve na ideologia do desenvolvimento e do progresso um dos pilares que influenciaram as propostas de modificação das cidades em âmbito mundial. Tais decorrências foram sentidas, com maior vigor, no Brasil e em outras nações denominadas “em desenvolvimento” a partir da década de 1940, levando consigo todo esse “rasto” ideológico.

Abordando a sociedade brasileira, em específico, essa lógica teve como principal motor o Estado, que constituiu a ideologia de que a cidade era o arquétipo do progresso, em oposição ao campo como modelo do atraso, algo discutido alhures. Por sinal, isso ainda é premente e constrói em pequenas, médias e grandes áreas urbanas o paradoxo de que uma imensa massa de trabalhadores rurais sai do campo em busca da falsa ideia das “melhores condições de vida nas cidades”; todavia, ao chegar nessas cidades, mesmo vivendo em condições subumanas, ainda mantém o estereótipo de que a vida no campo “era ruim” e a esperança de um direito à cidade que nunca se realiza plenamente.

Nesse mesmo sentido, a “fé cega” no progresso e no desenvolvimento, não sem intenção, também desloca o olhar do que é central na problemática urbana: o fato de ser algo estrutural do capitalismo. Assim, técnicos, tecnólogos e acadêmicos, para além da Geografia, passam a acreditar (e nos fazem acreditar) que os problemas existentes nas cidades poderão ser resolvidos pelo planejamento urbano ligado ao sistema capitalista, mormente o estatal; ou seja, desconsideram a sua essência, porque não questionam algo crucial: será que o Estado capitalista conseguirá realmente resolver os problemas urbanos, se tais problemas, quando não são produzidos por ele mesmo, possuem a sua aquiescência? Ou seja, seria esse agente capaz de resolver as mazelas das cidades, criadas, sobretudo, por uma (i) lógica do planejamento urbano que é gerenciada por ele mesmo?

Ainda assim, várias pesquisas, geográficas ou não, quando analisam as cidades no Brasil ou fazem leituras sobre seu processo de urbanização, continuam a reverberar os “avanços”, o “desenvolvimento”, o “progresso”, dentre outras expressões de caráter similar, trazidos pelo/ no engendrar do sistema capitalista, nos dois últimos séculos. Destarte, a chegada de novos equipamentos urbanos, como *shopping centers*, megaestabelecimentos comerciais e grandes redes de empresas do setor terciário, ou de novos produtos imobiliários, como condomínios

horizontais fechados e prédios empresariais ou residenciais, dentre uma miríade de outros aspectos, são o rolo compressor de uma lógica que é sistematicamente orquestrada pelo Estado.

Tais análises, além de escamotear a realidade socioespacial, dão lastro aos discursos das elites locais, principalmente, do poder público estatal, que insiste em inculcar na sociedade a ideia de que “a gestão da cidade está no caminho certo”. Concomitante a isso, esconde-se a barbárie social que nela e dela emerge, sem sequer questionar o porquê de a cidade contemporânea, contraditória em sua essência, assumir boa parte de todas as formas de negação ao seu direito.

Apesar de verificada essa realidade sobre a cidade e a urbanização atuais, como expressões de uma barbárie social, todavia, apesar dos discursos e das análises paupérrimas, que transitam entre os “fatos positivos e negativos”, considera-se que nenhuma mudança na cidade, por si só, conseguirá mudar, em essência, a sociedade, sem que se mude o pensamento sobre ela (a cidade), o que implica modificar a própria cidade, sem o que nenhuma transformação social será possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise sobre a natureza contraditória da urbanização, no contexto de um novo padrão de complexidade, as mudanças traduzem, no plano da cidade, as engrenagens do processo geral de reprodução do capitalismo. As dificuldades em se compreender tais engrenagens são evidentes, principalmente, em função do modo como são implementadas, amiúde, a produção e a realização da mais-valia, bem como a exploração do trabalho. Contudo, esses limites não podem se constituir em fundamentos para que sejam desconsideradas as implicações de tais mudanças na sociedade.

Se novas adjetivações vêm sendo construídas teoricamente, com o intuito de tentar explicar o cerne da urbanização no mundo contemporâneo, como a ideia da urbanização difusa e da urbanização dispersa, faz-se necessária uma leitura crítica de tais análises sobre a urbanização, porque essas adjetivações podem estar usando recursos teóricos que não dão conta de explicar a realidade socioespacial brasileira, bem como incorrem no fetichismo da técnica.

Mesmo que ainda em desenvolvimento, as pesquisas apontam que as cidades baianas passaram por alterações que incidiram nos seus espaços internos, num período marcado por uma complexidade maior na urbanização e pela constituição de uma barbárie social. Essa dinâmica tem como alicerce a expansão das relações capitalistas na Bahia, expressão de seus avanços no Brasil, o que reproduz novas relações de trabalho e de produção. Tais transformações são associadas às ações políticas, aos ditames e à mobilidade do capital, às novas relações tempo-espaço e à reprodução da vida cotidiana. As leituras sobre tais mudanças necessitam

perder de vista o determinismo tecnológico como fórmula explicativa das transformações que ocorreram nas áreas urbanas do estado, principalmente, no século passado.

As consequências dessas mudanças são a reestruturação das cidades médias e modificações na estruturação das pequenas, ao passo que seus papéis no capitalismo são fortalecidos. Em ambos os casos, a precarização da vida dos trabalhadores, a segregação, a expansão da cidade e a terciarização são evidentes. Nas médias, surgem conflitos no centro antigo, entre este e as novas centralidades, bem como uma fragmentação socioespacial. A produção dessa estrutura que a cidade exprime hodiernamente é, por um lado, histórica, e, por outro, reconstrói a história da cidade, pois imprime uma lógica diferenciada no modo como serão utilizados os espaços urbanos, exigindo também diferenciados modos de gestão, de atuação do poder público, de ritmo de vida dos cidadãos e de atuação dos proprietários fundiários e dos capitalistas em geral.

Isso prova que a discussão sobre a relação capital-trabalho passa a ser o cerne da análise da problemática urbana porque abre novas perspectivas para o debate sobre a construção de um outro urbano e de uma outra urbanização. Nessa ótica, além de repensar profundamente a questão campo-cidade, cinco pontos devem ser levados em consideração para se pensar epistemologicamente sobre a natureza contraditória da urbanização: a apropriação privada do que é coletivamente produzido nega todas as formas de direito à cidade; a dialética entre a produção do espaço e o consumo do/no espaço, ao mesmo tempo em que garante a reprodução do sistema capitalista, materializa o estranhamento e a alienação socioespacial; a proximidade da distância, proporcionada pelas mudanças técnicas, é a mesma que alimenta a ruptura nas relações cotidianas na cidade; é necessário superar esse ideal de cidadania que é apregoado atualmente, porque nega o indivíduo enquanto sujeito histórico; finalmente, é seminal questionar a ideologia do desenvolvimento, do progresso e do avanço na análise sobre as cidades, porque essa ideologia realiza-se escamoteando a realidade, por meio da tentativa de dissimular a barbárie social que emerge do movimento de urbanização no capitalismo.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, P. A cidade com-fusa: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* (ANPUR), v. 5, p. 12-32, 2008.

CARLOS, A. F. A. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001

CARLOS, A. F. A.; DAMIANI, A.; SEABRA, O. C. de L. *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 2001.

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

- DAMIANI, A. L. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. de. (Org.). *Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 19-58.
- _____. A urbanização crítica na metrópole de São Paulo, a partir de fundamentos da geografia urbana. *Revista da ANPEGE*, v. 5, p. 51-70, 2009.
- ESPINHEIRA, G. Urbanização e barbárie. *Revista da Bahia*, Salvador, n. 13, p. 40-48, jun./ago. 1989.
- GOTTDINIER, M. *A produção social do espaço urbano*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1997.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2004.
- LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora URMG, 2004.
- _____. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora URMG, 2008.
- LIMONAD, E. Urbanização dispersa mais uma forma de expansão urbana? *Revista Formação*, Presidente Prudente, v. 1, p. 31-45, 2007.
- MESZÁROS, I. *Para além do capital*. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MESZÁROS, I. *Para além do capital*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MONCLÚS, F. J. (Org.). *La ciudad dispersa*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporànea, 1998.
- OLIVEIRA JÚNIOR, G. A.; MARTINS, A. de M. Novas expressões de centralidade e aprofundamento do estranhamento da vida cotidiana na cidade. *Mercator*, v. 7, p. 23-40, 2008.
- OLIVEIRA, A. U. *Agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- OLIVEIRA, F. de. *O ornitorrinco: crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- REIS FILHO, N. G. (Org.). *Sobre dispersão urbana*. São Paulo: Via das Artes, 2009.
- SALGUEIRO, T. B. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. *Revista Território*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p.39-54, jan./jun. 1998.
- SANTOS, J. Urbanização e reestruturação produtiva: as alterações do papel de Salvador no contexto baiano. *Revista Desenharia*, Salvador, v. 10, p. 23-40, 2009a.
- _____. Urbanização e produção de cidades na Bahia: reflexões sobre os processos de estruturação e reestruturação urbana. *Bahia Análise & Dados: cidades: conceitos, processos e história*, v. 19, n. 2, p. 499-509, jul./set. 2009b.
- _____. *A cidade poli(multi)nucleada: a reestruturação do espaço urbano em Salvador*. 2008. 402 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.
- _____. *A periferia enquanto espaço de reprodução da vida*. 2003. 206 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.
- _____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. *Por uma geografia nova*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
- _____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. Tendências da urbanização brasileira no fim do século XX. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). *Caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: Edusp, 1994. p. 117-126.

SILVA, M. A. da. *Les migrations pour le "Reconcavo" du petrole: Etat de Bahia, Bresil*. 1972. Thèse (Doutorado de dans géographie) – Universite Louis-Pasteur, Strasbourg, 1972.

SPOSITO, M. E. B. *O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo*, 2004. 504 f. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

THOMAZ JÚNIOR, A. Os limites da teoria e a plasticidade do trabalho (repensar autocrítico sobre a classe trabalhadora no Brasil). *Revista Pegada Eletrônica*, v. 7, p. 1-34, 2006.

CIDADES PEQUENAS DO SEMIÁRIDO: DINÂMICAS SOCIODEMOGRÁFICAS E MARGINALIZAÇÃO

*Diva Maria Ferlin Lopes**

Apresentado no *I Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia* (nov. 2009), este texto pretende oferecer uma caracterização geral das pequenas cidades do semiárido baiano a partir de informações do Censo 2000 e da Contagem de População 2007, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como dos Indicadores de Desenvolvimento Econômico (IDE) e Indicadores de Desenvolvimento Social (IDS) produzidos e divulgados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Além disso, tal caracterização considera ainda elementos derivados de observações empíricas.

Para efeito deste trabalho considera-se semiárido a área utilizada por Lopes e Dias (2003), que não coincide exatamente com a oficial estabelecida pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), na área da Bahia. Essa não coincidência — que não fere os objetivos deste estudo — é dada por oito municípios que, apesar de integrarem o semiárido oficial, foram, para efeito administrativo e de planejamento, incluídos em sub-regiões do litoral e oeste.

Cidades pequenas — com até 20 mil habitantes, considerando-se o referencial da Organização das Nações Unidas (ONU) — constituem um fenômeno numeroso no cenário urbano brasileiro e baiano. Por isso mesmo, são também uma referência familiar ou de caráter afetivo para um grande contingente de pessoas. Contudo, trabalhos técnicos ou científicos que as tenham como objeto são ainda relativamente pouco numerosos.

Parte dessa situação decorre do fato de elas serem praticamente invisíveis aos olhos dos técnicos e demais possíveis interessados, a exemplo de planejadores governamentais. Em trabalhos científicos, mesmo buscando características que possam ser generalizadas, focalizam-se, especialmente, as grandes unidades, pois além de saltar aos olhos, individualmente, seus problemas são também de grande magnitude. Daí que as pequenas cidades dispersas no espaço são tidas como sem importância e não se tornam objeto preferencial de pesquisa.

Essa não importância vai mais longe quando tais cidades estão no semiárido. Neste ponto, considera-se essencial entender que a Bahia é formada por três grandes áreas muito distintas (LOPES; DIAS, 2003): Litoral, Semiárido e Oeste (ou Cerrado). Essa regionalização leva em conta o fato de que a simples existência do semiárido — pela posição central e pelas dimensões que ostenta na Bahia — é suficiente para se reconhecer e demarcar a presença das outras duas áreas: litoral e cerrado.

* Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); analista técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). divaferlin@sei.ba.gov.br d.ferlin@uol.com.br

A história do conjunto de processos sociais, demográficos, econômicos, políticos e outros permite compreender, ao menos de modo aproximado, como as diferenças entre elas se estabeleceram e acentuaram. A ocupação da Bahia começou pelo litoral, onde surgiram os primeiros assentamentos que, posteriormente, deram origem a diversas cidades de variada importância. Parte delas se fortaleceu por conta do comércio com a metrópole portuguesa e parte, pelo apoio à agricultura especialmente a canavieira.

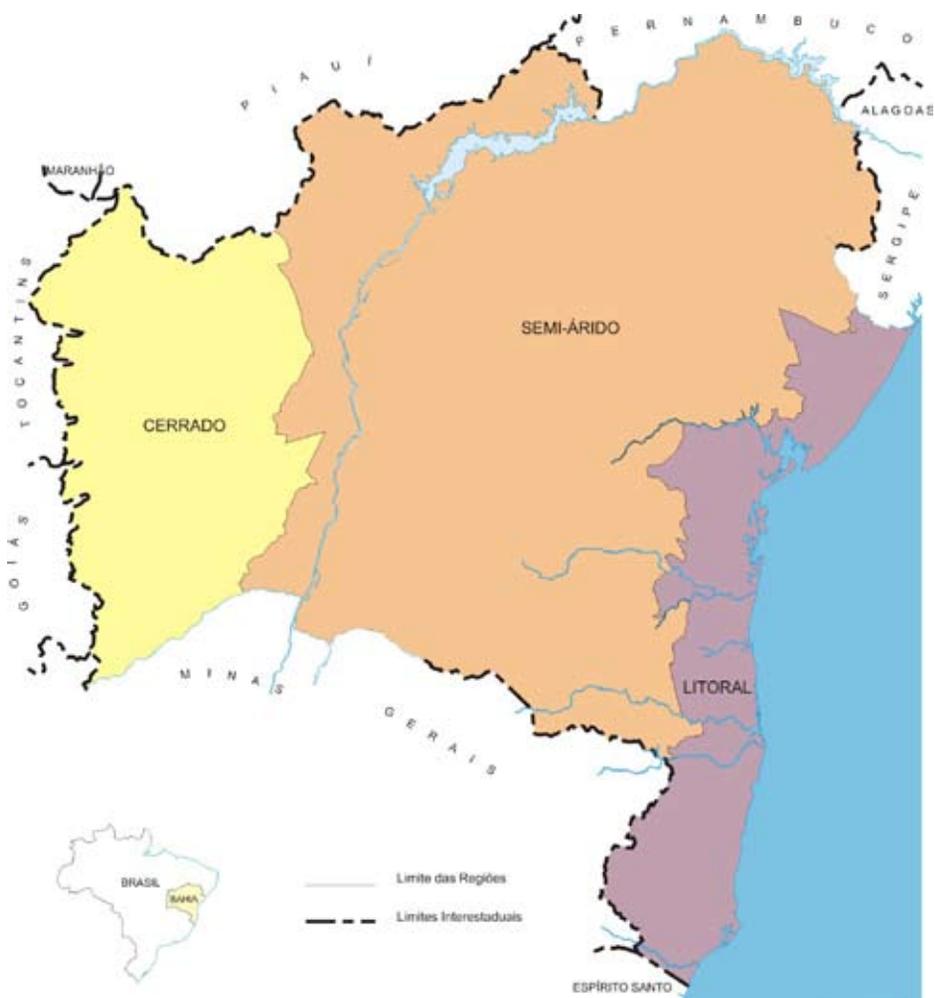
A criação de gado, cuja incompatibilidade com o cultivo da cana-de-açúcar forçou a expulsão dessa atividade do litoral, levou à gradativa interiorização e ocupação da região semiárida. A bovinocultura como atividade que prescindia de abundância de mão de obra explica, parcialmente, o “tecido esgarçado”, a origem da população rarefeita e empobrecida que persiste na região. Os frequentes períodos de seca e as inúmeras políticas malsucedidas de combate a seus efeitos, obrigando o sertanejo a migrar, também contribuíram para esse quase vazio demográfico ainda observado no interior do estado. Vale lembrar a inexistência de uma política mais efetiva de desenvolvimento econômico para essa área, tida, até hoje, como problemática.

No oeste da Bahia, também chamado de Além São Francisco, região igualmente de baixa densidade demográfica, existem cidades de origem antiga, da mesma forma surgidas da interiorização do gado, porém, só a partir de meados do século XIX, suas vilas e povoados apresentaram alguma expansão econômica. Posteriormente, a construção de Brasília deu novo impulso às atividades econômicas da região, pois esta se situa no raio de influência da capital federal. A implantação da soja extensiva e altamente mecanizada, a partir da segunda metade do século XX, vem alterando significativamente o panorama socioeconômico regional.

À luz desse muito sintético histórico da formação regional da Bahia em três grandes áreas é que se pretende compreender o cenário urbano das cidades do semiárido baiano com menos de dez mil residentes.

O semiárido brasileiro, e por extensão o baiano, é bastante analisado a partir das perspectivas físicas, climáticas e ambientais e mesmo econômicas com vistas ao aproveitamento de determinados recursos naturais. As abordagens de caráter humano ou social são menos frequentes.

Quando se menciona o semiárido, o imaginário coletivo o relaciona a áreas ressequidas, rios que se tornaram valas cortando o chão, animais mortos de fome e sede, pessoas saindo de suas terras em busca de alternativas de vida, fugindo da pobreza e da miséria. Cenas e sofrimentos reais que alimentam a literatura, a dramaturgia e a cinematografia nacionais. Todavia, contribuem para a construção de um cenário único, como se toda a região, que representa mais de 60% do território baiano, fosse completamente uniforme em sua miserabilidade. O que não é verdade.



Cartograma 1 – Bahia: três grandes áreas

Fonte: SEI (2003).

Há, sim, áreas pedregosas e praticamente secas a maior parte do tempo com pouca possibilidade de exploração econômica. Há outras ricas em minérios valiosos, como o ouro, ou importantes para a indústria, como o urânio. Há aquelas onde nascem rios que se tornam caudalosos e vão desaguar no litoral, como o Paraguaçu, ou o Rio de Contas. Há lugares com águas termais, como o Jorro, e outros onde nascem flores raras como a Sempre-Viva, de Mucujê. Essas diferenças de caráter físico-ambiental ainda incluem diferentes graus de risco de submissão à seca, que, sabidamente, é um fenômeno climático cíclico, o qual também não atinge uniformemente a região.

Retornando à questão das cidades, no semiárido baiano está Feira de Santana, o maior centro urbano depois de Salvador, e algumas outras unidades de porte menor, mas com posição de destaque na rede urbana como Vitória da Conquista, Paulo Afonso, Juazeiro etc. Nele se encontram, também, 187 cidades muito pequenas, com até dez mil moradores (em 2007), foco de interesse deste artigo.

A relevância de um núcleo urbano é, em parte, função de sua população, renda e escala de consumo, quanto menor o núcleo menor sua importância. Os estudos sobre redes de cidades — dos quais se tratará adiante —, por exemplo, não costumam individualizar as aglomerações com menos de 20 mil pessoas — que na Bahia, em 2007, somavam 359 ou 86% do total —, a menos que existam especificidades que lhes conferam alguma notoriedade. Essas especificidades podem ser derivadas de funções como centro religioso, turístico, ambiental ou paisagístico e mesmo pelo desenvolvimento de alguma atividade econômica, como certas feiras — tão comuns no Nordeste —, ou a produção e comercialização de artigos como bordados ou confecções de cama mesa e banho, *jeans* etc. Todavia, essas unidades tendem ao crescimento demográfico e econômico, quando não rapidamente, ao menos de modo contínuo. As demais, nesse caso, enfrentam maiores problemas.

As aglomerações de menor porte, notadamente as com populações inferiores a dez mil residentes, como unidades simples e com baixa complexidade comparativa às de maior porte, têm menores condições de competitividade — relativamente à região onde se localizam — por investimentos capazes de melhorar sua dinâmica socioeconômica de modo a gerar mais empregos e aumentar a renda. Isto acontece porque tais populações são formadas por um grande contingente de indivíduos de baixa escolaridade, geralmente ocupados em atividades tradicionais, de parca remuneração, que exigem pouca ou nenhuma qualificação profissional.

No semiárido, o isolamento dessas urbes é grande. Situam-se, muitas vezes, distantes das principais rodovias estaduais ou federais às quais se ligam por estradas secundárias, nem sempre bem conservadas. Esse isolamento, que não é apenas físico, é produto de uma marginalização relativa aos processos de desenvolvimento socioeconômico — que passam ao largo, pois elas não têm importância na dinâmica econômica, dado que seus poucos habitantes são majoritariamente de baixa renda e instrução —, em que pesem suas características históricas, econômicas, sociais, ambientais e outras que as tornam únicas. Tratando da província de Buenos Aires, nos pampas argentinos, Diez Tetamanti (2009), citando outro autor, apresentou a descrição de um cenário que guarda grande semelhança com qualquer das diversas regiões brasileiras e, no caso, com o semiárido baiano, coalhado dessas pequenas localidades. Eis o que ele encontrou:

Hablar de estos pueblos es vivirlos, es sentirlos y escucharlos en palabras de ellos mismos. Hay un mundo oculto, un país aparte, un lugar que no es del turismo ni de la producción. No es casi de nadie, pero es el lugar de muchos. Y esos muchos, dicen que fue de muchísimos. Definir pequeñas localidades

en el marco de la provincia es una tarea compleja, si tenemos en cuenta que podemos encontrar mas de 700 de ellas. Con características bien diferenciales, en cuanto población, ubicación, crecimiento (MONTABANI, 2004, apud DIEZ TETAMANTI, 2009, p. 119.)¹

Fazendo poesia em prosa, sem descuidar de uma apurada análise de contexto, o autor citado descreveu um quadro-situação da Argentina que se coaduna inteiramente com a própria realidade brasileira, inclusive a vivida no semiárido. São as lógicas socioespaciais latino-americanas — que, na verdade, são do capitalismo que seleciona os lugares que se desenvolverão e outros não. Pequenas cidades, como disse Diez Tetamanti (2009), estão ali, no fim da estrada com suas ruas barrentas, velhos carros e velhos homens, carentes de serviços e acessibilidade.

É realmente um mundo oculto. Para falar dessas localidades, sem dúvida, é preciso ir até elas, principalmente até aquelas do tipo mencionado por esse autor, de dois mil, três mil habitantes. Mesmo compartilhando os diversos processos territoriais ou regionais com cidades congêneres, elas os refletem diferentemente, pois suas características físico-ambientais, sociais e demográficas, econômicas, políticas, históricas e outras assim lhes determinam. De qualquer modo, para compreendê-las, é preciso considerá-las no contexto de sua região, que oferece os marcos estruturais de possibilidades de inserção num quadro de crescimento econômico e social.

CIDADES PEQUENAS DO SEMIÁRIDO: DIFERENCIAIS DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO, IDE E IDS

Das 257 cidades baianas do semiárido, 187 (72,54%) têm menos de dez mil habitantes e guardam muitas diferenças entre si, seja no tamanho da população, no ritmo de crescimento, nos serviços que oferecem, na posição que ocupam na rede de urbana ou nas escalas comparativas dos indicadores econômicos e sociais. Existem também diferenças intraurbanas de ordem social, econômica, ambiental, cultural etc.

Trazendo o foco para essas 187 sedes municipais, observou-se que registraram, em conjunto, em 2007, segundo a Contagem de População, um total de 925.066 habitantes, resultado de um crescimento da ordem de 1,65% ao ano em relação ao Censo 2000. Elas agrupavam, por-

¹ "Falar desses locais é vivê-los, é senti-los e escutá-los nas palavras deles próprios. Há um mundo oculto. Um país à parte, um lugar que não é do turismo, nem da produção. Não é quase de ninguém, mas é um lugar de muitos. E esses muitos dizem que foi de muitíssimos. Definir pequenas localidades no marco de uma província (um estado) é uma tarefa complexa se temos em conta que podemos encontrar mais de 700 delas com características bem diferentes enquanto população, localização, crescimento " (MONTABANI, 2004, apud DIEZ TETAMANTI, 2009, p. 119, tradução nossa).

tanto, naquela data, 6,57% da população total do estado, considerando-se que a população estimada² pelo IBGE, para a Bahia, foi de 14.080.654 pessoas.

Os cálculos de crescimento demográfico revelaram que, das pequenas cidades em evidência, 79 cresceram a 2% ao ano ou mais, entre 2000 e 2007, sugerindo a existência de um fluxo de entrada de novos residentes. Novo Horizonte se destaca entre esses, pois com 2.201 moradores em 2007, registrou o ritmo mais alto: 9,2% ao ano.

Com taxas maiores que 1% e menores que 2% ao ano contaram-se 54 cidades, as quais, aparentemente, não ganharam nem perderam residentes de modo significativo. Outras 39, apesar dos valores positivos, provavelmente perderam população em termos líquidos, pois suas taxas foram menores que 1% ao ano. As 15 cidades restantes perderam população em termos absolutos (Tabela 1).

Tabela 1 – Total de cidades do semiárido da Bahia com menos de dez mil habitantes e 2007, por faixa de crescimento de população – 200/2007

Nº	%	Tipo de crescimento
79	42,2	Crescimento acima de 2% a.a (sugestivo de imigração)
54	28,9	Crescimento acima de 1% e menor que 2% a.a.
39	20,9	Crescimento menor que 1% a.a. (sugestivo de perdas líquidas)
15	8,0	Crescimento negativo. Perderam residentes
187	100,0	Crescimento médio ao ano: 1,65%.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico de 2000 e Contagem de População de 2007.

No momento, não é possível levantar hipóteses explicativas sobre o ritmo de crescimento demográfico dessas cidades, seja para o que indica movimento migratório, seja para movimento emigratório líquido ou bruto. Sabe-se que há uma tendência geral de as pessoas passarem a residir em áreas urbanas e, muitas vezes, em cidades de médio porte, o que não é o caso. Portanto, seria preciso observar se o crescimento registrado nessas localidades é derivado de uma transferência dos arredores rurais do município, de municípios vizinhos, ou de qual outra situação. A primeira pergunta é: o que estaria atraindo novos moradores para áreas urbanas tão pequenas e, de modo geral, tão carentes de serviços urbanos no volume, na variedade e na qualidade que se observam nas cidades de maior porte? Por outro lado, o que estaria contribuindo mais decisivamente, para expulsar parte dos moradores de localidades que tiveram crescimento negativo, fragilizando ainda mais esses locais?

Seria preciso observar ainda as dinâmicas socioeconômicas regionais e suas interações com os processos estaduais e nacionais como forma de aproximação de possíveis abordagens explicativas.

² A Contagem de População 2007 não foi realizada nos municípios com 170 mil pessoas ou mais, o que, na Bahia, aconteceu em sete casos. Para os municípios não pesquisados, o IBGE divulgou montantes demográficos com base em estimativas. Desse modo, também a população do estado foi estimada.

A publicação *Índices de Desenvolvimento Econômico e Social dos Municípios Baianos* (2008) oferece outro tipo de abordagem para se analisarem os diferenciais existentes entre essas cidades. É verdade que esses indicadores se referem aos municípios e não a suas sedes, todavia, seu uso se justifica porque eles constituem um tipo de informação disponível para todas as unidades municipais, permitindo comparabilidade entre elas. Ademais, ainda que nem sempre as sedes agreguem a maior parte da população municipal, elas constituem o centro urbano e político de referência para o conjunto dos municípios e concentram parcela importante da vida econômica e dos serviços usados na construção desses indicadores. Desse modo, o IDE e o IDS constituem uma aproximação de razoável qualidade à realidade também das respectivas cidades.

O Índice de Desenvolvimento Econômico³ (IDE), 2006, pretende descrever de modo sintético as condições econômicas de cada município, estabelecendo uma ordem de classificação (*ranking*) entre eles. Para exemplificar, o primeiro colocado no *ranking*, Salvador, é o que registrou os maiores valores referentes aos indicadores usados na construção do IDE. O município de Caraíbas ficou em 417º lugar, que significa que, na comparação com os demais, teria, em tese, as piores condições de desenvolvimento econômico no estado, naquele ano.

Colocando-se lado a lado a população residente nas cidades do semiárido com menos de dez mil habitantes em 2007, suas taxas de crescimento médio anual entre 2000 e 2007 e o IDE dos respectivos municípios (Tabela 2), observou-se que há mais ainda a ser pesquisado e compreendido a respeito das pequenas cidades, nessa região. A melhor classificação obtida por elas no IDE, foi o 24º lugar, atribuído ao município de Jaguarari, cuja sede tem pouco mais de sete mil habitantes. Por hipótese, é o que apresenta as melhores condições de desenvolvimento econômico. Note-se que do conjunto observado, apenas 13 municípios obtiveram classificação entre os 100 primeiros lugares. Dentre esses, ao menos em uma das sedes houve perda de população em termos absolutos, ainda que quatro registrassem taxas de crescimento acima de 2% ao ano, sugestivas de ganhos migratórios líquidos.

Dos que obtiveram classificações a partir do 400º lugar — com exceção do 401º atribuído ao município de Araçás, situado em área litorânea —, as posições foram ocupadas apenas por municípios do semiárido. Dentre eles, apenas três contavam com mais de cinco mil habitantes na cidade, em 2007. É interessante observar que 13 dessas cidades exibiram taxas altas ou muito altas de crescimento demográfico e apenas duas apresentaram taxas negativas (Sítio do Mato e Guajeru).

Quais processos estariam ocorrendo nessas cidades — cujas populações variavam de cerca de 1.500 a sete mil pessoas — que pudessem atrair residentes a ponto de fazê-las crescer até acima de 5% ao ano, enquanto outras, na mesma área, estariam perdendo residentes?

³ O Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) é constituído dos seguintes indicadores: INF – Índice de Infraestrutura; IQM – Índice de Qualificação da Mão de obra; IPM – Índice do Produto Municipal, sendo definido pela expressão:
$$IDE = \sqrt[3]{INF \cdot IQM \cdot QPM}$$

Tabela 2 – Municípios do semiárido baiano selecionados, por ordem de classificação no IDE, 2006, até o 100º e a partir do 400º lugar e taxa de crescimento médio anual 2000/2007 da população das cidades

Municípios	População nas cidades em 2007	Taxa de crescimento da população das cidades 2000/2007	IDE 2006	
			Valor	Ranking
Classificações até o 100º lugar no ranking				
Jaguarari	7.022	1,15	5070,60	24º
Tanquinho	5.410	0,90	5062,17	30º
Maiquinique	6.566	3,37	5045,46	42º
Ipupiara	4.486	1,46	5037,89	48º
Lençóis	5.078	2,84	5028,29	53º
Mundo Novo	7.772	1,26	5023,97	59º
Ibicoara	2.934	3,37	5023,95	60º
Firmino Alves	2.807	1,87	5022,91	61º
Licínio de Almeida	4.828	0,45	5018,08	79º
Ichu	3.111	2,25	5016,34	84º
Saúde	6.456	1,07	5012,84	92º
Caém	3.565	0,78	5011,96	94º
Teodoro Sampaio	4.014	-0,57	5011,83	96º
Palmeiras	3.760	0,41	5010,85	98º
Classificações a partir do 400º lugar no ranking				
Anguera	4.104	2,49	4954,60	400º
Sítio do Mato	4.771	-0,67	4953,69	402º
Adustina	4.992	1,54	4952,37	403º
Matina	4.099	5,82	4951,94	404º
Novo Triunfo	6.119	2,22	4951,42	405º
Lagoa Real	2.745	4,58	4950,58	406º
Maetinga	2.576	3,88	4950,30	407º
Pedro Alexandre	2.617	2,98	4949,11	408º
Coronel João Sá	6.650	2,65	4948,99	409º
Guajeru	1.684	-0,33	4948,71	410º
Umburanas	5.923	3,01	4947,94	411º
Ribeira do Amparo	1.925	4,04	4944,28	412º
Ribeirão do Largo	3.184	4,38	4943,24	413º
Bom Jesus da Serra	2.227	3,64	4943,19	414º
Caturama	1.698	1,19	4937,74	415º
Caetanos	2.293	2,24	4936,91	416º
Caraíbas	1.942	4,53	4984,35	417º

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2000 e Contagem da População 2007.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Social (IDS)⁴, buscou-se também observar paralelamente os dados do IDS com os da população residente nas cidades do semiárido com menos de dez mil residentes, em 2007, e as respectivas taxas médias geométricas de crescimento anual, 2000/2007 (Tabela 3).

Dezoito dos municípios cujas sedes são foco deste estudo foram classificados até a 100ª posição, sendo que nenhuma de suas cidades apresentou crescimento demográfico negativo, ainda que cinco delas registrassem taxas que sugerem perdas demográficas líquidas (entre 0,90% a 0,06% ao ano), entre 2000/2007. Sete outras registraram alto ritmo de crescimento populacional (entre 2% e 5% ao ano). Entre os 417 municípios baianos, Ichu estava em 18º lugar, mas era o detentor da menor das sedes desse conjunto (3.111 residentes).

(Continua)

Tabela 3 – Municípios do semiárido baiano selecionados, por ordem de classificação no IDS, 2006, até o 100º e a partir do 400º lugar e taxa de crescimento médio anual 2000/2007 da população das cidades				
Municípios	População nas cidades em 2007	Taxa de crescimento da população das cidades 2000/2007	IDS	
			Valor	Ranking
Classificações até o 100º lugar no ranking				
Ichu	3.111	2,25	5111,32	18º
Itaguaçu da Bahia	2.373	2,57	5078,41	37º
Tanquinho	5.410	0,90	5067,52	46º
Antônio Gonçalves	5.283	0,06	5058,98	55º
Várzea do Poço	5.589	1,51	5054,98	61º
Irajuba	3.394	3,23	5051,37	65º
São José do Jacuípe	3.372	0,65	5049,99	66º
Mundo Novo	7.772	1,26	5049,23	68º
Maiquinique	6.566	3,37	5046,46	70º
Nova Fátima	4.828	1,20	5046,08	71º
Piritiba	9.269	1,95	5045,67	72º
Lençóis	5.078	2,84	5043,20	74º
Caldeirão Grande	4.343	0,89	5040,76	78º
Jaguarari	7.022	1,15	5037,55	84º
Marcionílio Souza	5.169	0,81	5036,24	87º
Capela do Alto Alegre	5.901	3,84	5035,71	90º
Antas	6.682	4,19	5033,46	93º
Paramirim	8.872	1,97	5030,22	97º

⁴ O Índice de Desenvolvimento Social é composto dos seguintes índices: INS – Índice do Nível de Saúde; INE – Índice do Nível de Educação; ISB – Índice da Oferta de Serviços Básicos; IRMCH – Índice da Renda Média dos Chefes de Família sendo definido pela expressão: $IDS = \sqrt[4]{INS \cdot INE \cdot ISB \cdot IRMCH}$

(Conclusão)

Tabela 3 – Municípios do semiárido baiano selecionados, por ordem de classificação no IDS, 2006, até o 100° e a partir do 400° lugar e taxa de crescimento médio anual 2000/2007 da população das cidades

Municípios	População nas cidades em 2007	Taxa de crescimento da população das cidades 2000/2007	IDS	
			Valor	Ranking
<i>Classificações a partir do 400º lugar no ranking</i>				
Antônio Cardoso	1.236	1,40	4923,24	400º
Umburanas	5.923	3,01	4922,29	401º
Ipecaetá	1.260	1,81	4912,93	402º
Guajeru	1.684	-0,33	4912,05	403º
Mulungu do Morro	4.792	2,03	4912,01	404º
Monte Santo	8.218	1,85	4910,68	405º
Sítio do Quinto	4.607	3,33	4908,24	406º
Piripá	6.583	3,29	4908,01	407º
Ribeirão do Largo	3.184	4,38	4906,78	408º
Pedro Alexandre	2.617	2,98	4905,88	409º
Caatiba	5.609	3,44	4904,09	410º
Encruzilhada	4.868	-0,33	4903,62	411º
Novo Triunfo	6.119	2,22	4896,77	412º
Pres. Jânio Quadros	3.864	4,12	4896,39	413º
Caetanos	2.293	2,24	4895,69	414º
Boa Nova	5.681	3,10	4894,29	415º
Maetinga	2.576	3,88	4874,18	416º
Mirante	1.595	3,20	4870,18	417º

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico de 2000; Contagem de População 2007 e Índices... SEI, 2008.

Ressalte-se que, das 187 localidades observadas, Ichu, Jaguarari, Lençóis, Maiquinique, Mundo Novo e Tanquinho apareceram simultaneamente entre os 100 primeiros lugares, tanto no IDE quanto no IDS, ainda que em diferentes posições.

A partir da 400ª posição encontraram-se 18 municípios, dos quais, 13 registraram taxas sugestivas de entrada de novos residentes, nas sedes, em ritmo acima de 2% ao ano. Em comportamento assemelhado ao visto acima, duas cidades registraram crescimento negativo em suas sedes: a já citada Guajeru e, desta vez, Encruzilhada.

Caetanos, Guajeru, Maetinga, Novo Triunfo, Pedro Alexandre, Ribeirão do Largo e Umburanas, também em diferentes posições, estavam posicionados a partir do 400º lugar, tanto no IDE quanto no IDS.

Observe-se que, a partir da 400ª posição — aquelas indicativas das piores condições de desenvolvimento econômico e social —, com apenas uma exceção, seja no IDE ou IDS, há apenas municípios situados no semiárido (Tabela 3).

CIDADES PEQUENAS DO SEMIÁRIDO: SUA INSERÇÃO NOS ESTUDOS SOBRE REDE URBANA

O IBGE publicou em 2008 um estudo denominado *Regiões de influência das cidades. 2007 (Regic)* com o objetivo de atualizar a análise da rede urbana brasileira. O estudo foi organizado “[...] a partir dos aspectos de gestão federal e empresarial e da dotação de equipamentos e serviços, de modo a identificar os pontos do território a partir dos quais são emitidas decisões e é exercido o comando em uma rede de cidades” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008. p. 18).

O conjunto de critérios utilizados levou a identificar, na rede brasileira, três níveis de metrópole, outros três de capitais regionais, dois níveis de centros sub-regionais, dois centros de zona e, finalmente, os centros locais. Em síntese, os níveis mencionados se referem às polarizações e articulações político-administrativas, financeiras, comerciais, etc, incluindo volume e variedade, que as cidades são capazes de exercer. Centros locais, na definição presente no referido estudo, são os que não polarizam outras localidades e servem apenas a seu meio circundante. Essa característica não tem necessariamente relação com o porte da cidade.

Na fração da rede brasileira constituída pelas cidades baianas, os mesmos critérios identificaram uma metrópole (de nível 3), Salvador, quatro capitais regionais da categoria B e duas da categoria C; seis centros sub-regionais A e nove centros sub-regionais B. Pela ótica da Regic, não se identificaram centros de zona na Bahia. Cidades sergipanas, inclusive a capital do estado, foram integradas à fração da rede brasileira polarizada pela capital baiana.

Os centros locais da rede encabeçada por Salvador incluem as demais cidades da região metropolitana, exceto Camaçari, pois, pelos critérios adotados, elas não influenciam, mas são influenciadas pela capital. No semiárido, sob este rótulo, entraram 225 cidades, cujos moradores somam cerca de 11% dos residentes baianos.

Essas e, mais ainda, as de população inferior a dez mil pessoas são aquelas que quase não aparecem nos mapas, a não ser nas escalas de detalhe. Todavia, como as demais, fazem parte do território e vivenciam os processos regionais a partir de suas próprias especificidades. Processos esses que as integram de um modo ou outro às redes hierárquicas, porém, de modo subalterno.

Através das redes hierarquizadas ou não, o espaço se organiza e, desse modo, as cidades, com seus diferenciais de renda e crescimento socioeconômico, participam também em graus variáveis da divisão nacional do trabalho. Na rede hierárquica, as pequenas cidades do semiá-

rido participam de modo marginal, consumindo produtos e serviços que circulam através do circuito inferior da economia urbana identificado por Santos (1979). A esse respeito, Corrêa assim expôs seu pensamento:

A diferenciação do consumo entre classes sociais se traduz em uma complexa hierarquia de localidades centrais que assume diferentes arranjos. Assim Santos refere-se aos 'circuitos superior e inferior' da economia e a suas projeções espaciais, que devem ser interpretadas como meios socioespaciais servindo a classes sociais distintas. O desdobramento da rede de localidades centrais em dois planos, um servindo a grupos sociais de alto e médio *status* e o outro servindo a grupos sociais de baixo *status* [...] constitui-se em uma similar interpretação do comportamento espacial de classes sociais distintas que coexistem no mesmo espaço face à própria reprodução social (CORRÊA. 1997, p. 22).

Todavia, a coexistência de distintas classes sociais no mesmo espaço — uma das características do espaço urbano — não ocorre apenas nas grandes cidades, como se poderia depreender. Ocorre também nos espaços das menores entre elas, embora as distâncias entre as classes não sejam, em geral, tão dramáticas, quanto numa metrópole.

Cidades pequenas não são espaços rurais como pretendem alguns autores — a exemplo de Veiga (2002) e Mendonça (2009) — que tentam desfazer os nexos existentes entre os termos cidade e urbano, sugerindo que nem toda cidade é ou pode ser considerada urbana, inclusive afirmando a possibilidade de uma cidade rural.

Não são cidades rurais. São cidades com todas as características que se espera de um espaço urbano, conforme descrito por Correa (1989), Thomlyson (1969) e outros e como ficou demonstrado em pesquisa realizada em três pequenas cidades do semiárido da Bahia. Estas se revelaram como espaços socialmente produzidos com elementos da cultura urbana e onde, de modo adensado, vivia certo número de pessoas, das quais uma proporção se ocupava de atividades não agrícolas. Esses mesmos espaços revelaram possuir certa centralidade econômica, refletida na multiplicidade de uso do solo, articulada com a presença de classes sociais distintas (LOPES, 2005). Assim, a existência dessas características evidenciou que mesmo cidades muito pequenas constituíam, sim, claramente, espaços urbanos.

Entretanto, quais características fazem com que alguns autores pretendam que esses espaços sejam considerados como não urbanos?

Não é difícil perceber. Tais espaços são centros muito pobres, muito carentes de uma variada gama de produtos e serviços encontrados nas cidades médias ou grandes e, com isso, incapazes de satisfazer a determinadas expectativas ou graus de exigência de uma classe média, que neles não habita, na qual se inserem muitos desses estudiosos, observadores e analistas.

Mesmo os poucos recursos existentes em termos de comércio e serviço trazem a marca do básico, da simplicidade, da não sofisticação.

Como dito acima, são cidades que fazem parte de redes hierárquicas, às quais se ligam de modo subalterno, via circulação de mercadorias e serviços, cuja produção é realizada por mão de obra intensiva — em geral de baixa qualificação — que prescinde de tecnologia de ponta e que atende a necessidades fundamentais, no nível da subsistência, exatamente como descrito por Santos (1979) a respeito do circuito inferior da economia urbana. Aparentemente, não existe entre essas cidades uma rede de tipo não hierárquico, que não a de circulação de mercadorias, a exemplo de uma de complementaridade de serviços.

Para Corrêa, é através da rede hierarquizada de localidades centrais que se realiza a articulação entre produção e consumo final e ele afirma ainda que a rede se constitui em uma estrutura territorial através da qual “[...] os assalariados, desprovidos dos meios de produção e sem produzir seus próprios meios de subsistência, têm seus salários drenados, via comércio varejista e rede bancária, para os grandes centros de decisão econômica” (CORRÊA, 1997, p. 20).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por esses termos, o autor evidencia que fazer parte da rede de cidades significa ter, através de mecanismos financeiros e comerciais, parte de seus recursos drenados para os centros aos quais se liga mais diretamente. O que é, portanto, um mecanismo de manutenção do *status quo*, ou seja, de sua subalternidade ou, mais ainda, de seu agravamento. Lentamente o sistema, do qual são partes, as abandona a si mesmas já que não oferecem boa produtividade e rentabilidade (DIEZ TETAMANTI, 2009).

No semiárido, muitas dessas pequenas cidades estão tão à margem do desenvolvimento econômico e social como o estão das principais rodovias que cortam a região. Constituem uma periferia socioeconômica de numa região periférica, integrante de um estado periférico, parte de um país do mundo capitalista, que muito se esforça por deixar de sê-lo. Elas são o quarto grau da periferia capitalista, selecionadas para se manter à margem do desenvolvimento.

As cidades em questão são pobres e carentes, mas são o urbano possível nesse contexto, cumprindo as funções de centralidade que lhes são inerentes.

Mais uma vez, dá-se voz a Diez Tetamanti.

Integrar a las pequeñas localidades a los beneficios que posee la ciudad no es tarea compleja desde el pensamiento y el análisis; pero tal vez sí lo sea desde la práctica. Distribuir la población y terminar con el hacinamiento requiere de invertir la dotación de los servicios que faltan, en hacer dinámico el transporte de pasajeros acortando tiempos o igualándolos

a los que son comunes en las ciudades. Integrar hacer honor al derecho de no migrar (DIEZ TETEMANTI, 2009, p. 128-129).⁵

Integrar as pequenas localidades ou dotá-las dos benefícios próprios de uma cidade é claramente papel do Estado e de sua vontade política.

REFERÊNCIAS

- CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). *Riscos de seca na Bahia*. Salvador: CEI, 1991. 110 p. (Série especiais CEI, 2).
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989. (Série princípios).
- _____. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- DIEZ TETAMANTI. Juan Manuel Diez. Pequenas localidades: caminho hacia la entropia. In: ENDLICH, Ângela Maria; ROCHA, Márcio Mendes (Org.) *Pequenas cidades e desenvolvimento local*. Maringá (PR): PGE, 2009. p. 117-131.
- ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DOS MUNICÍPIOS BAIANOS 2006. Salvador: SEI, v. 5, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Regiões de influência das cidades (REGIC) 2007*. IBGE: Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>>. Acesso em: 26 out. 2009.
- _____. *Contagem de população 2007*. IBGE: Rio de Janeiro, 2008.
- LOPES, Diva Maria Ferlin. O conceito de urbano e as cidades de pequeno porte no semiárido baiano: Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto. 2005. 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências, Salvador, 2005.
- LOPES, Diva Maria Ferlin; DIAS, Patrícia Chame. Grandes áreas da Bahia – características demográficas gerais: 1980-2000. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2000*. Salvador: SEI, 2003. p. 190-118.
- MENDONÇA, Magno José Távora de. *Transformações e permanências socioeconômicas do município de Pracuúba (AP) (1992-2008)*. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – UNIFAP, Macapá, 2009.
- SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1979.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- THOMLINSON, Ralph. *Urban structure: the social and spatial character of cities*. New York: Randon House, 1969.
- VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

⁵ Integrar as pequenas localidades nos benefícios que as grandes possuem não é tarefa complexa ao pensamento e análise, mas talvez o seja, sim, na prática. Distribuir a população e terminar o confinamento requer investir na dotação dos serviços que faltam, em fazer dinâmico o transporte de passageiros, encurtando tempos ou igualando-os aos comuns nas cidades. Integrar é fazer honra ao direito de não migrar (DIEZ TETEMANTI, 2008, p. 128-129, tradução nossa).

PARTE II

87

Série Estudos e Pesquisas

O PAPEL DAS CIDADES MÉDIAS E
PEQUENAS: REDISCUTINDO OS AGENTES
E SUAS PRÁTICAS NA INTERFACE
LOCAL/REGIONAL

CIDADES PEQUENAS E MÉDIAS: REFLEXÕES TEÓRICAS E APLICADAS

*Sylvio Bandeira de Mello e Silva**

Estudar as cidades pequenas e médias no Brasil e, destacadamente, na Bahia é de grande importância para a Geografia brasileira. Isto decorre do fato, dentre outras razões, de que, no fundo, as análises dos pequenos centros urbanos e das cidades intermediárias dizem respeito a todo o amplo contexto da organização do espaço de um determinado país. Por conseguinte, elas devem contribuir para o pleno entendimento da estrutura e dinâmica do território brasileiro, cada vez mais inserido no contexto global.

Portanto, o crescimento dos estudos, dos trabalhos em eventos e das publicações sobre cidades pequenas e médias é bem-vindo. Entretanto, refletindo-se sobre esses trabalhos, causa preocupação a limitada dimensão da discussão sobre a contextualização teórico-conceitual, de natureza urbano-regional, que possa contribuir para a compreensão de toda a nossa espacialidade, como foi dito anteriormente. Com efeito, há, em geral, uma tendência de valorizar estudos isolados de caso e/ou setoriais, que, evidentemente, são relevantes, mas que devem ser bem colocados diante das perspectivas teóricas e conceituais da Geografia e de áreas afins, cada vez mais interessadas pelas questões espaciais de forma abrangente. Muitas vezes também a questão da centralidade é discutida no contexto do que poderia ser chamado de estruturação/reestruturação produtiva, mas sem uma necessária e ampla revisão do conceito na Geografia.

É preciso reconhecer, finalmente, que a visão urbano-regional, ou seja, a que valoriza o sistema de cidades como um todo, contribui fortemente para os estudos de caso, com destaque para a dinâmica da organização interna das pequenas e médias cidades. Como já escreveu Brian Berry (1964), a cidade deve ser vista como um sistema dentro de um sistema de cidades. Com isto, por exemplo, a ênfase excessiva na valorização das idiosincrasias é evitada.

É por essa razão que serão tratados mais os aspectos teórico-conceituais do que propriamente as pequenas e médias cidades da Bahia e, quando isso acontecer, com base em trabalhos já desenvolvidos pelo autor, vai-se tentar integrar os exemplos com as perspectivas mais abrangentes de nossa disciplina, particularmente em questões interescolares e intersetoriais.

* Professor titular aposentado (UFBA); professor colaborador do mestrado em Geografia (UFBA); professor e coordenador do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSal); pesquisador (CNPq). sylvvioms@ucsal.br.

DISCUTINDO OS FUNDAMENTOS DAS ANÁLISES URBANO-REGIONAIS NA GEOGRAFIA

É preciso, inicialmente, reconhecer e valorizar o fato de que as preocupações com a relação entre cidades de diferentes tamanhos e regiões são bem antigas na Geografia e em áreas afins. Thünen, em 1826, ao desenhar, de forma pioneira, o seu modelo econômico-espacial, propôs imediatamente um espaço, o Estado Isolado, organizado a partir de uma única cidade central e depois introduziu outras cidades menores. Assim, Thünen é o patrono dos estudos sobre relações cidade e campo e sobre cidade e região. Pode-se dizer, da mesma forma, que ele é o pioneiro da questão centro-periferia (SILVA, 1976). A preocupação urbano-regional estava também presente em trabalhos geográficos de Friedrich Ratzel e Alfred Hettner. Em língua francesa, destaca-se, dentre outros, Vidal de La Blache, que chegou a afirmar que as cidades e as estradas criam a região, sendo, portanto, organismos que dirigem o abastecimento regional (VIDAL DE LA BLACHE, 1920). Hoje, chamaríamos de centros da logística regional.

Mas, sem dúvida alguma, a maior contribuição para a teoria e aplicação urbano-regional na Geografia foi a de Walter Christaller, com a Teoria das Localidades Centrais (1966). Destacando sua relevância, o modelo das localidades centrais é básico para a organização hierárquica e em rede dos serviços de saúde proposta pela Organização Mundial da Saúde, pela Organização Pan-americana de Saúde e pelo Sistema Único de Saúde/Brasil. A teoria foi indicada com uma das dez maiores ideias geográficas em termos de repercussão dentro e fora da disciplina (HANSON, 1997). As demais foram as seguintes: a ideia do mapa, o mapa de previsão do tempo, os sistemas geográficos de informação, a adaptação do homem ao meio, a climatologia do balanço hídrico, as transformações da terra causadas pelo homem, a organização espacial e a interdependência, a megalópole e o sentido do lugar.

Christaller percebeu, em sua época, que faltava uma teoria que complementasse a Teoria da Localização das Atividades Agropecuárias (THÜNEN, 1910) e a Teoria de Localização das Indústrias (WEBER, 1929), ou seja, uma teoria que tratasse da localização dos serviços. Como os serviços se localizam nas cidades, ele mesmo indicou que sua intenção era a de criar uma teoria de localização dos negócios e instituições urbanas, consagrada em seu livro como Teoria das Localidades Centrais, que tem como área de aplicação o sul da Alemanha.

Em termos muito resumidos, Christaller (1966) afirma que a característica principal de uma cidade é a de ser o centro de uma região, ou seja, ela é um lugar central, podendo assumir diversas dimensões (grandes, médios e pequenos lugares centrais).

Daí decorrem alguns conceitos básicos, aqui resumidos:

- Centralidade: importância relativa de um lugar em relação à região do seu entorno, ou ainda, o nível de oferecimento de funções centrais por parte de uma determinada cidade para si mesma e para sua região. Neste sentido, corresponde ao excedente na oferta de bens e serviços por parte de uma localidade central em comparação com as demais.

- Bens e serviços centrais (ou, simplesmente, bens centrais): bens e serviços que são oferecidos necessariamente em poucos lugares centrais para serem consumidos em muitos pontos dispersos. Assim, há bens centrais de ordem elevada que só podem ser oferecidos em lugares centrais de ordem elevada e bens centrais de ordem bem mais baixa que são oferecidos em lugares centrais de baixo nível hierárquico (mas, igualmente, em lugares centrais de ordem elevada, ou seja, uma metrópole tem também funções centrais de cidades médias e pequenas).
- Limiar de um bem central: o nível mínimo de demanda por um bem que deve existir para que seja oferecido por uma determinada cidade (lugar central).
- Alcance de um bem: a maior distância que uma população dispersa se dispõe a percorrer para adquirir um bem oferecido por um lugar central.
- Hierarquia urbana: disposição e integração dos lugares centrais segundo o tamanho e o número de centros, cuja variação dependerá da oferta de bens e serviços segundo os conceitos acima explicados.
- Região de influência urbana: é a região subordinada ao papel de um determinado lugar central de acordo com sua posição na hierarquia urbana.

Com base nas considerações expostas, fica confirmado que não é possível que todos os bens e serviços sejam oferecidos em todas as localidades centrais, fazendo decorrer daí a estrutura da hierarquia no sentido de que os bens e serviços com limiares e alcances diferenciados serão oferecidos em centros de nível hierárquico diversificado (pequenos, médios e grandes). Portanto, a distribuição dos bens e serviços, intra e interurbana, não é aleatória, ou melhor, não acontece ao acaso; ela é, no fundo, uma decorrência da interação espacial entre consumidores e provedores de bens e serviços em pequenos, médios e grandes centros (BURNS, 1997, p.178).

Trabalhando com essas ideias-chave, Christaller formula três princípios:

- Princípio de mercado: no sistema de localidades centrais, todos os bens e serviços destinados a toda a região são oferecidos por um número mínimo de localidades centrais. Na conclusão, ele é apresentado como o mais importante.
- Princípio da circulação: é o de satisfazer todas as demandas possíveis de transporte com um custo mínimo, o que afeta o estabelecimento e a operação das rotas de transporte.
- Princípio administrativo: é o da organização institucional hierarquizada, de natureza política e administrativa, em seu rebatimento espacial, priorizando lugares e áreas.

“Os três princípios determinam, cada um de acordo com suas leis próprias, os sistemas das localidades centrais. Dois são econômicos [e por isso valorizam a eficiência econômica] e um é político” [abrindo campo para a discussão da equidade] (CHRISTALLER, 1966, p. 80).

O pioneirismo de Christaller foi logo complementado por outro teórico locacional alemão, o economista August Lösch (1954), que destacou em sua obra as cidades como instâncias organizadoras da economia.

Como o melhor exemplo de um pioneiro trabalho puramente dedutivo em Geografia, segue abaixo o sumário do livro de Christaller (1966), *Os lugares centrais do Sul da Alemanha*:

INTRODUÇÃO

Existem leis que determinam o número, os tamanhos e a distribuição das cidades? Algumas observações sobre o plano e as fontes do estudo sob investigação.

I. PARTE TEÓRICA: OS FUNDAMENTOS TEÓRICO-ECONÔMICOS DA GEOGRAFIA URBANA

Conceitos fundamentais

Centralização como um princípio de ordem. Lugares centrais. Importância e centralidade. Bens e serviços centrais. A região de influência. A distância econômica e o alcance de um bem.

Relações estáticas

Introdução: o consumo de bens centrais e o desenvolvimento de lugares centrais. A distribuição da população dos lugares centrais. Os bens centrais. A região. O tráfego. O alcance dos bens centrais. O sistema dos lugares centrais.

C. Processos dinâmicos

Introdução: o ponto de vista dinâmico. A população. Os bens centrais. Os custos de produção e os progressos técnicos. A região. O tráfego. O alcance dos bens centrais. Aspectos dinâmicos do sistema de lugares centrais. Ciclo de negócios.

D. Resultados

Teoria econômica geral e especial.

II. A PARTE DE CONTEXTO: APLICAÇÃO DA TEORIA DA LOCALIZAÇÃO À ATUAL GEOGRAFIA DO POVOAMENTO

O método de determinação dos lugares centrais

A importância de um lugar. A centralidade de um lugar.

Resultados preliminares

Os lugares centrais. Os outros elementos do sistema. Os sistemas.

III. A PARTE REGIONAL: O NÚMERO, TAMANHOS E DISTRIBUIÇÃO DOS LUGARES CENTRAIS NO SUL DA ALEMANHA

O sistema urbano-regional de Munique

Os fatos básicos. A metrópole regional. As linhas de direção. Análise dos sistemas que compõem a região (no original alemão, Christaller examinou, da mesma forma, os sistemas urbano-regionais de Nürnberg, Stuttgart, Strassburg e Frankfurt).

IV CONCLUSÃO

Verificação da teoria

Leis de distribuição. Desvios terciários explicados pela economia. Desvios não explicados pela teoria.

Resultados metodológicos para a Geografia do povoamento

O método econômico na Geografia do povoamento. Outros métodos da Geografia do povoamento.

Economia nacional ou economia geográfica.

BIBLIOGRAFIA

Finalizando as observações sobre a Teoria das Localidades Centrais, adicionam-se três pequenos comentários:

- Christaller calculou o número ideal de lugares centrais segundo o tamanho e sua posição na hierarquia urbana, a área e a população de cada região de influência, o número de bens centrais oferecidos e a distância entre os lugares, de forma a permitir uma eficiente e justa distribuição, reduzindo ao máximo as desvantagens dos pequenos e distantes centros. Assim, no seu esquema original, a menor localidade tem um raio de influência de 4 km, permitindo o acesso em um curto espaço de tempo, e a maior, de 108 km. A forma geométrica escolhida para mostrar as diferentes áreas de influência é o hexágono, já que ela permite um perfeito alinhamento das áreas (hexágonos) de diferentes tamanhos.
- Christaller igualmente se preocupou com a realidade dos países subdesenvolvidos, onde, segundo ele, os sistemas de localidades centrais são ainda instáveis e imperfeitos. “Assim, neste caso, o conhecimento do ótimo teórico na distribuição das localidades centrais é da maior importância prática” (CHRISTALLER, 1966, p. 126).
- Por último, Christaller (1966, p. 21) também mencionou o que chamou de “oferta não central de bens centrais”, referindo-se ao crescimento das compras via correio por catálogo de empresas como uma opção que deve ser avaliada pelo consumidor. *Mutatis mutandis*, isto pode ser comparado hoje ao comércio eletrônico e ao ensino à distância, o que certamente flexibiliza ainda mais o modelo das localidades centrais, mas centraliza sua gestão em poucos pontos.

APLICAÇÕES DO EMBASAMENTO TEÓRICO URBANO-REGIONAL

Na Geografia, a contribuição de Christaller foi sempre objeto de controvérsias e, certamente, isto perdura até hoje. Em seu tempo, sua obra foi vista pelos geógrafos alemães como sendo de Economia e não de Geografia. Sua vida foi polêmica em um momento muito complexo da história europeia: nos anos 1920, participou do movimento socialista alemão e, mais tarde, colaborou com a aplicação do seu trabalho no planejamento da ocupação nazista do Leste europeu. Nos anos 1950 e 1960, trabalhou com a Geografia do Turismo, deixando uma significativa contribuição teórico-locacional, a da preferência pelo turismo por regiões periféricas, distantes das áreas centrais (CHRISTALLER, 1955, 1963; SILVA, 1996; EUFRÁSIO, 1996).

No Brasil, um dos trabalhos pioneiros a apresentar a teoria das localidades centrais foi o de Santos (1959), destacando mais o método da medição da centralidade, proposto por Christaller e comparando-o com o do geógrafo francês Michel Rochefort, preferido por Milton Santos e pelos demais geógrafos brasileiros que atuavam na época na Geografia Urbana e Regional, especialmente os do IBGE, UFRJ e USP. A realização, no Rio de Janeiro, do Congresso da União Geográfica Internacional, em 1956, foi fundamental para estreitar as relações da Geografia francesa com a Geografia brasileira. O embasamento teórico de Christaller não foi analisado por Santos, no trabalho acima citado. Bem mais tarde, já no contexto da afirmação da Geo-

grafia Crítica, Santos se insurge contra a perspectiva locacional/espacial (SANTOS, 1978), mas, junto com Silveira, há uma boa aproximação, mesmo apoiados em outras estruturas de pensamento, com as questões da centralidade quando afirmam que as cidades seriam “[...] produtoras de bens e serviços exigidos por elas próprias e por seu entorno” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 280).

É preciso ressaltar que a importante contribuição de Rochefort, demonstrada no trabalho de Santos (1959), aproxima-se bastante da de Christaller no sentido da criação de uma metodologia de análise integrada da hierarquia urbana e da rede urbana. Enquanto Christaller mede, na época, a centralidade tomando como indicador a relação entre o número de telefones da localidade e da região e a população da localidade e da região, Rochefort o faz padronizando as mesmas relações com a população empregada no setor terciário (serviços) e não com o número de telefones. Mas faltou a Rochefort justamente a abrangente fundamentação teórica, como ele mesmo reconheceu, no final dos anos 90, em comunicação pessoal a este autor. Entretanto, isto não impediu a larga aplicação de sua metodologia na França, no Brasil e em outros países. Na França, merece referência o projeto Metrôpoles de Equilíbrio (ROCHEFORT, 2002), tentando diminuir a grande primazia de Paris, e, no Brasil, a partir de 1974, o primeiro projeto de implantação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, em que se destacou a contribuição da geógrafa Maria Adélia Aparecida de Souza, ex-aluna do Prof. Rochefort, em Paris, ao lado do arquiteto Jorge Guilherme Francisconi. Em 1978, foi estabelecido o Programa de Cidades Médias, financiado pelo Banco Mundial (SOUZA, 2002). Esses dois projetos brasileiros tiveram forte participação de Michel Rochefort. Antes, Rochefort havia sido consultor do IBGE, especialmente com o Grupo de Trabalho de Geografia Urbana, resultando no trabalho *O Rio de Janeiro e Sua Região* (BERNARDES, 1964; ALMEIDA, 2004). A influência das ideias de Christaller acontecerá mais ou menos na mesma época, também e, sobretudo, no IBGE, no contexto da introdução da chamada revolução teórica e quantitativa, sob a influência de Speridião Faissol. Mas, sem dúvida, foi Roberto Lobato Azevedo Corrêa o grande divulgador e aplicador da perspectiva da centralidade no IBGE. Corrêa trabalhou no IBGE, no início de sua carreira, com Lysia Bernardes, passou uma temporada na Universidade de Strasbourg (França) e fez o seu mestrado na Universidade de Chicago (Estados Unidos), com o geógrafo Brian B. J. Berry, um dos maiores nomes da teorização e quantificação em Geografia. Corrêa publicou vários trabalhos sobre a temática da centralidade, dentre eles (CORRÊA; LOJKASEK, 1972; CORRÊA, 1982; 1989) e participou, e depois coordenou, no IBGE, os estudos sobre região de influência urbana, todos fortemente apoiados nos princípios da centralidade até hoje (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008).

Como informação adicional, a contribuição de Thünen foi introduzida no Brasil pelo geógrafo alemão Leo Waibel (1958), que trabalhou no IBGE por alguns anos, sendo aplicada mais tarde por vários geógrafos brasileiros. Já a teoria da localização industrial de Alfred Weber foi resumida por Silva (1976), mas não foi aplicada extensamente por nenhum geógrafo brasileiro. Neste campo, a preferência foi sempre para a teoria dos polos de crescimento, de François Perroux

(1977), embora, algumas vezes, a polarização, na origem de natureza industrial, tenha sido trabalhada como sinônimo de centralidade definida com base em serviços. Nenhum geógrafo brasileiro aplicou o modelo de Lösch, certamente em função da existência da contribuição geográfica de Christaller.

EFICIÊNCIA E EQUIDADE ESPACIAIS COMO DESDOBRAMENTOS IMPORTANTES NO DEBATE SOBRE CIDADES PEQUENAS E MÉDIAS

Como vimos, a aplicação das noções básicas de centralidade no contexto da organização espacial foi sempre perseguida pelos autores. De fato, estão presentes em todo esse amplo conjunto de ideias muitos elementos que podem contribuir para atingir objetivos de natureza econômico-espacial e socioespacial. Assim, pode-se dizer que a aplicabilidade foi uma questão presente desde o nascimento das ideias sobre centralidade, tanto na perspectiva teórica (CHRISTALLER; LÖSCH) como na empírica (ROCHEFORT, dentre outros).

Com efeito, essas ideias fizeram emergir um problema fundamental: o da adequação das estruturas espaciais às necessidades do desenvolvimento econômico-social, o que coloca em evidência o planejamento regional (*raumordnung*, na Alemanha, *aménagement du territoire*, na França, *town and country planning*, na Inglaterra, e *regional planning*, nos Estados Unidos).

Em trabalho anterior (SILVA; SILVA; LEÃO, 1987, p. 28-31), houve a oportunidade de reflexão sobre a questão acima proposta, aqui discutida em termos mais resumidos.

Esta preocupação tem implicado a análise dos conceitos de eficiência e equidade espaciais, que, em termos mais específicos e concretos, tem colocado a problemática da concentração *versus* distribuição. À primeira vista, a concentração espacial refletiria (via metropolização, por exemplo) a busca da maximização da eficiência, sobretudo econômica, como o objetivo de se obterem maiores índices de crescimento, mas comprometendo os aspectos distributivos, de equidade social. A ideia da dominação metropolitana ganha grande expressão neste caso e tem muita relevância no Brasil e na Bahia. Com relação a este problema, Rondinelli (1985a) mostra que muitas organizações internacionais de desenvolvimento mudaram suas abordagens no Terceiro Mundo. Até meados da década de 70, houve muita atenção para a maximização do crescimento econômico nacional, basicamente através do desenvolvimento industrial nos grandes centros urbanos, assumindo que os benefícios iriam se difundir sobre todo o território. Pouco a pouco, ainda segundo este autor, cresceu a interpretação de que o crescimento do produto nacional bruto sozinho não seria suficiente para promover uma distribuição geograficamente equitativa do desenvolvimento econômico. Para tanto, seria fundamental, teoricamente e dentre outros aspectos, a existência de uma estrutura urbana hierarquizada, integrada e bem distribuída sobre o espaço, assegurando, desta forma, a difusão de bens e serviços para o conjunto da sociedade. É aí que se destaca a relevância das cidades médias.

Mas, finalmente, o que se entende por eficiência e equidade espaciais? Com base em Morrill e Symons (1977) e em Rondinelli (1985a), eficiência espacial, teoricamente, são os retornos de todas as atividades maximizados em um sistema competitivo, a partir de seus padrões locacionais e das interações espaciais decorrentes. Trata-se, portanto, de um critério econômico bastante analisado, por exemplo, em nível micro, visto agora do ponto de vista espacial. Para serviços públicos fundamentais (escolas, hospitais, instituições culturais etc.), nos quais, em muitas situações, não se espera a obtenção de lucros, um eficiente padrão espacial deveria ser, em termos ideais, predeterminado pela sociedade em relação aos custos mínimos e ao nível e área de atendimento. Se estes serviços objetivam o lucro, seus critérios deverão ser os de eficiência econômica, já referidos anteriormente. Em todos os casos, devem ser assumidas as restrições impostas pela escassez de recursos, a busca de redução dos custos de operação e o esforço do consumidor em também tentar minimizar seus custos na procura de bens e serviços. A medida dos custos de transporte, por exemplo, tem-se revelado extremamente relevante e bastante eficaz para a compreensão da questão.

É preciso observar que a noção de equidade espacial não foi claramente destacada pelas teorias locacionais e da interação espacial quando estas tomaram o pressuposto da racionalidade econômica como básico para o entendimento da organização espacial. Admite-se que a ideia de justiça em nível espacial seria atingida, por definição, com o eficiente funcionamento da economia em nível espacial. Assim, Christaller e Lösch construíram, significativamente, modelos de localidades centrais buscando atingir a maximização da distribuição espacial dos bens e serviços por um mínimo de localidades centrais, isto é, a custos mínimos. E isto seria válido tanto para o sistema capitalista como para o socialista.

Se o preço, como um regulador da economia (da produção e do consumo), é eliminado e outro regulador, digamos, as regras e a razão organizada de um corpo econômico, o substitui, é claro que não haverá mudança fundamental no padrão dos tamanhos e distribuição dos lugares centrais porque o chamado princípio econômico — o de obter-se a maior satisfação das necessidades com os menores gastos (menores custos) — é efetivo e decisivo tanto no sistema econômico capitalista como no socialista. A única diferença é que um regulador que é deficiente — o preço — é substituído por outro regulador, o qual provavelmente também tem deficiências, tais como o raciocínio da liderança científica, política e econômica. O objetivo de ambos os sistemas é o mesmo: trazer as necessidades ilimitadas em harmonia com a escassez de bens (CHRISTALLER, 1966, p. 134-135).

Desta forma, admite-se, implicitamente, que a ideia de justiça em nível espacial seria atingida, por definição, com o eficiente funcionamento da economia em nível espacial. Como este embasamento teórico nem sempre tem sido constatado no mundo real, sobretudo nos países subdesenvolvidos, como demonstrou Rondinelli em seu exemplo acima mencionado,

e, como não tem sido possível esperar que a eficiência produza, em uma determinada e razoável escala de tempo, resultados espacialmente equitativos, esta questão tem sido intensamente discutida, sobretudo na formulação de políticas de planejamento dentro de uma perspectiva democrática. A noção de equidade, portanto, ganha destaque quando se admite que os benefícios do processo de crescimento econômico não estão sendo distribuídos de forma justa (ou equilibrada) sobre todo o espaço geográfico. Isto é extremamente agravado quando combinado com as grandes diferenças de renda per capita e da qualificação do capital humano em uma determinada sociedade, diferenças estas que são acentuadas pelos desequilíbrios espaciais. Neste sentido, a sociedade deveria definir quais seriam os padrões mínimos a serem atingidos no processo de distribuição de bens e serviços em nível social e espacial. Estas questões relacionam-se com os padrões de eficiência espacial, repercutindo nos seus critérios de avaliação. Assim, em termos de conceito, equidade espacial, teoricamente, é a maximização do acesso a todos os componentes do bem-estar social por parte de uma determinada população, a partir de seus padrões espaciais.

É necessário caracterizar como os dois conceitos podem ser subdivididos, em termos analíticos, visando a uma melhor compreensão destas questões antes de se atingir o nível de aplicação. Desta forma, a esfera da eficiência espacial poderia, com base nas contribuições de Morrill e Symons (1977) e na de Rondinelli (1985b), com alterações, ser trabalhada através de dois subconjuntos expressos pela eficiência setorial especializada ou pelo equilíbrio no sistema econômico. O primeiro subconjunto destacaria determinados setores dinâmicos, com maior repercussão espacial, que passariam a ser prioritários. O segundo subconjunto tentaria se basear na busca de um sistema produtivo bem integrado setorialmente e sem desequilíbrios em nível espacial. Já a equidade espacial poderia igualmente ser trabalhada em dois subconjuntos principais, o da equidade temporal do arranjo espacial e o da equidade temporal no sistema de transporte. O primeiro subconjunto tentaria incorporar ao arranjo espacial, em dado momento, os critérios abrangentes da justiça social, projetando temporalmente sua consecução e o segundo destacaria setorialmente o papel dos transportes na promoção da equidade espacial através da maximização da acessibilidade e da interação socioespacial.

A esta altura, deve ser destacada a necessária preocupação em integrar os conceitos de eficiência espacial e de equidade espacial no esforço analítico e na formulação de estratégias urbano-regionais, procurando evitar o comprometimento do processo de desenvolvimento econômico-social através da maximização de um aspecto em detrimento de outro. A extrema valorização da eficiência espacial, por exemplo, perpetuaria e agravaria os desequilíbrios existentes e uma ênfase exagerada da equidade espacial poderia, através de uma pulverização dos recursos, por exemplo, comprometer as condições produtivas da economia, anulando seus benefícios almejados.

É preciso, portanto, que a análise urbano-regional procure criticar e definir, em termos amplos, o melhor (mais eficiente) e o mais justo (mais equitativo) uso do espaço pela sociedade, cola-

borando na formulação de medidas em nível espacial, o que necessariamente passa pelas pequenas e médias cidades.

Foi com base nestas ideias que procurei, ao longo dos meus trabalhos, integrar a análise urbano-regional ao planejamento regional. Antes desta fase, lembro-me que um dos meus primeiros trabalhos de consultoria foi sobre regiões geoeconômicas da Bahia, por solicitação do então Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), dirigido, na Bahia, pelo Prof. Hildérico Pinheiro, que desejava usá-lo no planejamento educacional do estado da Bahia.

Mais tarde, minha tese de doutorado foi sobre a organização urbano-regional do Recôncavo sul, orientada pelo saudoso mestre Bernard Kayser, que tem, dentre outras contribuições, uma importante definição de região.

A região é sobre a terra um espaço preciso mas não imutável, inscrito em um dado quadro natural, respondendo a três características essenciais: os laços existentes entre seus habitantes, sua organização em torno de um centro dotado de uma certa autonomia e sua integração funcional em uma economia global (KAYSER, 1964, p. 306-307).

Pouco tempo depois, tomei conhecimento da Teoria das Localidades Centrais, de Christaller, como decorrência dos contatos com outros colegas já no ambiente da expansão teórica e quantitativa no Brasil, que teve no IBGE (Speridião Faissol) e no Departamento de Geografia de Rio Claro (SP) (Antonio Christofolletti) os principais elementos de efervescência.

Em 1972, o Governo do Estado da Bahia solicitou ao Departamento de Geografia da UFBA que realizasse um estudo para a regionalização administrativa do estado. O projeto foi coordenado por mim e por Douracy Soares (BAHIA, 1973). Toda a abordagem foi embasada na questão das localidades centrais, empregando-se, como metodologia, a análise fatorial e a cartografia temática. O resultado foi a proposição de uma regionalização administrativa, aceita pelo governo estadual através do Decreto 23.731, de 9/10/1973. O objetivo era o de descentralizar os serviços do estado, até então enormemente centralizados em Salvador. Os mais relevantes resultados ocorreram com a criação das diretorias regionais de Saúde e Educação (Dires e Direc) e das coordenadorias regionais de Trânsito.

Este trabalho contribuiu para direcionar minha produção acadêmica no campo urbano-regional. Em 1975, defendi a tese de professor titular *Urbanização e Desenvolvimento Regional no Estado da Bahia: Uma Visão Sistêmica*, em que apliquei a teoria locacional para a análise de todo o sistema urbano-regional baiano. Em 1989, como destaque, foi publicado o livro *Urbanização e Metropolização no Estado da Bahia* (em colaboração com S. de O. Leão e B. C. N. Silva). Em 1985, trabalhei sobre Feira de Santana e sua região (SILVA; SILVA; LEÃO, 1985), e em 1987, sobre Ilhéus-Itabuna e sua região (SILVA; SILVA; LEÃO,

1987). Estas referências estão sendo dadas porque contextualizam o papel das pequenas e médias cidades no estado da Bahia em diferentes momentos. Como conclusão válida até hoje, fica claro que o estado da Bahia tem, ao mesmo tempo, um forte processo de urbanização no interior e um intenso processo de metropolização em torno de Salvador, confirmado recentemente por Silva e Rocha (2006). Portanto, é profundo o dilema entre eficiência espacial e equidade espacial, ou seja, entre concentração metropolitana e desconcentração urbana no interior.

En passant, tive a oportunidade de colaborar com o projeto de criação da Universidade Estadual de Feira de Santana (através do Prof. Romélio Aquino) e da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (através do Prof. Jorge Hage), usando, com base na Teoria das Localidades Centrais, o argumento da necessidade de maior equidade espacial na oferta do ensino superior na Bahia. Observa-se que as quatro universidades estaduais hoje exercem um papel muito importante no sistema urbano-regional do estado da Bahia. As três universidades regionais (Feira de Santana, Ilhéus-Itabuna e Vitória da Conquista) seguem a real hierarquia urbana da Bahia e a universidade multicampi (a do Estado da Bahia) tem um expressivo papel distributivo junto às cidades médias e pequenas do interior do estado.

É preciso mencionar que o Instituto Federal de Educação e Tecnologia (IFET), da Bahia, está executando uma forte descentralização de seus cursos médios e superiores para cidades médias e pequenas, rompendo com a primazia anterior da Região Metropolitana de Salvador (Salvador e Simões Filho). A criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Cruz das Almas, Cachoeira, Santo Antônio de Jesus e Amargosa) vai nesta direção como um desdobramento da Universidade Federal da Bahia, bem como o *campus* de Juazeiro, da Universidade Federal do Vale do São Francisco. A Universidade Federal da Bahia só recentemente abriu unidades em Barreiras, que poderão se transformar em Universidade Federal do Oeste da Bahia e em Vitória da Conquista. As instituições particulares, da mesma forma, estão crescendo nas cidades médias e até em pequenas, como Paripiranga, no nordeste do estado e Paramirim, no centro-sul baiano. É significativo observar que a expansão recente do ensino superior na Bahia não tem ocorrido por força de uma abrangente política urbano-regional (princípio da administração, segundo Christaller), mas sim pelo crescimento do mercado, especialmente pela dinâmica da urbanização, provocando a ampliação da demanda (princípio de mercado), que precisa ser atendida com menores custos de deslocamento (princípio da circulação). A expansão acima está sendo tão intensa e rápida que torna necessária, em curto prazo, uma avaliação integrada com base em critérios de eficiência e equidade espaciais.

Ainda no campo da educação, desenvolvi, em colaboração, um esquema locacional hierárquico-funcional intra e interurbano para o estado de Roraima (Quadro 1) (SILVA; SILVA; SILVA, 2008) e que pode ser aplicado em outras áreas, como em saúde, por exemplo.

Níveis de ensino	Padrões locacionais
1. Creche e pré-escola (creche: atende crianças até três anos; pré-escola: atende crianças de quatro a seis anos)	Distribuição espacial muito densa das creches e pré-escola para assegurar o fácil acesso das crianças (pequenas distâncias entre residências e creche), pequena dimensão dos estabelecimentos. Fundamental importância do acompanhamento familiar nos deslocamentos. Pequenas áreas de atendimento (partes de bairros, por exemplo)
2. Alfabetização (idades variadas, inclusive envolvendo adultos)	Tendência a uma dispersão aleatória, já que normalmente utiliza instalações de creches, pré-escolas e do ensino fundamental, além de igrejas, clubes e organizações sociais
3. Ensino fundamental (duração mínima de oito anos, população de sete a 14 anos, em geral)	Distribuição espacial densa das escolas para assegurar o acesso das crianças (distâncias médias entre residências e escola). Maior dimensão dos estabelecimentos. Menor importância do acompanhamento familiar nos deslocamentos, relevância do transporte escolar no campo e na cidade, também importância do transporte público. Médias áreas de atendimento (áreas rurais e bairros, por exemplo)
4. Ensino médio (duração mínima de três anos, população de 15 a 17 anos, em geral)	Distribuição espacial menos densa que para o ensino fundamental, também com distâncias superiores com relação ao nível anterior. Dimensão variada dos estabelecimentos, em geral menores que os do ensino fundamental. Relevância do transporte escolar e do transporte público. Áreas de atendimento maiores que no nível anterior (grandes bairros ou conjuntos de bairros próximos, extensas áreas rurais)
5. Ensino superior (graduação) (duração variada)	Distribuição espacial bem menos densa. Padrões locacionais menos rígidos na escala da cidade, da região e do país. Importância dos serviços de apoio aos estudantes (residências, restaurantes, bolsas etc.). Grandes áreas de influência (cidades, regiões, estados). Variedade quanto à dimensão dos estabelecimentos (universidades, centros universitários, faculdades, escolas etc)
6. Ensino superior (pós-graduação) (duração variada)	Distribuição espacial ainda mais rarefeita, em particular para os cursos de doutorado. Padrões locacionais menos rígidos. Inserção nas escalas nacional e internacional. Importância dos serviços educacionais (bolsas, residências, restaurantes)

Quadro 1 – Padrões locacionais do sistema educacional com base em critérios de eficiência e equidade

Fonte: SILVA; SILVA; SILVA, 2008, p. 7.

Recentemente, voltei a trabalhar sobre estas questões com um colega propondo uma estratégia abrangente de desenvolvimento urbano-regional para a Bahia (SILVA; FONSECA, 2008).

Uma última informação sobre meu envolvimento com a temática das cidades pequenas e médias, especialmente as pequenas: no mestrado em Geografia da UFBA, orientei a dissertação de Diva Maria Ferlin Lopes (2005) sobre pequenas cidades do nordeste do estado da Bahia (Sítio do Quinto, Novo Triunfo e Santa Bárbara). Na discussão sobre o melhor conceito de cidade pequena, sugeri a ela que lesse a obra de Walter Christaller, em inglês. Ela leu o livro e se apropriou de muitas ideias e métodos relevantes, o que permitiu comprovar que os pequenos centros escolhidos eram efetivamente cidades, já que exerciam funções centrais compatíveis com seu tamanho (limiar) e com sua área de influência (alcance), comparativamente limitada, mas concreta (LOPES, 2009). Em nível intraurbano, uma aluna do mestrado em Planejamento Territorial da UCSal, Aliger Santos Pereira (2007), orientanda da Profa. Barbara-Christine Nentwig Silva, também consultou Christaller e aplicou sua teoria na análise da distribuição geográfica das casas lotéricas em Salvador, com excelentes resultados.

CONCLUSÃO

É fundamental refletir sobre questões teóricas e conceituais que podem contribuir para os estudos sobre pequenas e médias cidades, recuperando, revisando contribuições e propondo novos desdobramentos.

Com certeza, isto permitirá avançar mais na discussão sobre o conceito de cidade pequena e de cidade média e sobre a questão do seu papel na organização do espaço brasileiro. Estudos comparativos poderão dimensionar as diferentes formas de estruturação interna das cidades pequenas e médias e de seu papel nos muito diversos sistemas urbano-regionais de nosso país, como ocorre, por exemplo, quando se analisa a rede urbana da Amazônia e a do Sudeste, ou, em uma outra escala, o oeste de São Paulo e o oeste da Bahia.

E, mais ainda, possibilitará avaliar se a relação entre eficiência espacial e equidade espacial está sendo efetivamente favorável à construção de um país, histórica e geograficamente heterogêneo, bem mais justo, ou seja, se está ocorrendo uma efetiva difusão do bem-estar, medida pela acessibilidade a bens e serviços em todo o território nacional, envolvendo o papel diferenciado dos pequenos e médios centros urbanos. Assim, a aplicação do conhecimento geográfico será devidamente valorizada.

Com esta proposta, duas constatações finais são importantes:

Enquanto os geógrafos do IBGE permanecem fiéis basicamente à Teoria das Localidades Centrais, muitos pesquisadores universitários usam outras abordagens, com destaque crescente para as questões de estruturação/reestruturação produtiva.

O desafio seria o de tentar combinar as duas abordagens, levando em conta, particularmente, o impacto das novas tecnologias nos setores produtivos propriamente ditos e nos setores de consumo de bens e utilização de serviços. Em outras palavras, saber como as novas tecnologias de informação (ALMEIDA; MONTEIRO; CÂMARA, 2007), de produção, de distribuição e de consumo estão estruturando/reestruturando as cidades grandes, médias e pequenas e, conseqüentemente, o espaço regional e nacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. M. de; MONTEIRO, A. M. V.; CÂMARA, G. Perspectiva histórica de modelos de dinâmicas urbanas e regionais. In: ALMEIDA, C. M. de; CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. M. V. (Org.). *Geoinformação em urbanismo: cidade real x cidade virtual*. São Paulo: Oficina de Textos, 2007. p. 254-285.

ALMEIDA, R. S. de. O pensamento geográfico do IBGE no contexto do planejamento estatal brasileiro. In: MARTINS, R. A. et al. (Ed.). *Filosofia e história da ciência no Cone Sul: 3º Encontro*. Campinas, 2004, p. 410-415.

BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. *Projeto de regionalização administrativa para o Estado da Bahia*. Salvador: SEPLANTEC, 1973.

- BERNARDES, L. M. C. *O Rio de Janeiro e sua região*. Rio de Janeiro: IBGE, 1964.
- BERRY, B. J. L. City as systems within systems of cities. *Papers of the Regional Science Association*, n. 13, p. 147-163, 1964.
- BURNS, E. K. Nested hexagons: central place theory. In: HANSON, S. *10 geographic ideas that changed the world*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1997.
- CHRISTALLER, W. *Central places in Southern Germany*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1966.
- _____. Some considerations of tourism location in Europe: the peripheral regions – underdeveloped countries – recreation areas. In: LUND CONGRESS, 12., 1963. *Papers*. [S.l.]: Regional Science Association, 1963. p. 95-105.
- _____. Beiträge zu einer Geographie des Fremdenverkehrs. *Erdkunde*, v. 9, n. 1, p. 1-19, fev. 1955.
- CORRÊA, R. L. A. Hinterlândias, hierarquias e redes: uma avaliação da produção geográfica brasileira. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 5, n. 3, p. 113-137, 1989.
- _____. Repensando a teoria das localidades centrais. In: SANTOS, M. *Novos rumos da Geografia brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1982.
- CORRÊA, R. L. A.; LOJKASEK, V. S. Uma definição estatística da hierarquia urbana. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 34, n. 3, p. 154-171, jul./set. 1972.
- EUFRÁSIO, M. A. O turismo nos lugares centrais e o turismo ambiental na obra de Christaller. In: LEMOS, A. I. G. de. *Turismo: impactos socioambientais*, São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 287-295.
- HANSON, S. E. (Org.). *10 Geographic ideas that changed the world*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Regiões de influência das cidades - 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- KAYSER, B. La région comme objet d'étude de la Géographie. In: GEORGE, P. et al. *La Géographie active*. Paris: Presses Universitaires de France, 1964.
- LOPES, D. M. F. Cidades pequenas são urbanas? O urbano possível. *Bahia Análise & Dados - Cidades: conceitos, processos e história*, Salvador, v. 19, n. 2, p. 395-412, jul./set. 2009.
- _____. *O conceito de urbano e as cidades de pequeno porte no semi-árido baiano*: Novo Triunfo, Santa Bárbara e Sítio do Quinto. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Bahia, 2005.
- LÖSCH, A. *The economics of location*. New Haven and London: Yale University Press, 1954.
- MORRILL, R. L.; SYMONS, J. E. Efficiency and equity aspects of optimum location. *Geographical Analysis*, Columbus, v. 9, p. 215-225, jul. 1977.
- PEREIRA, A. S. *Loterias: uma parceria público-privada no território de Salvador*. 2007. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) - Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2007.
- PERROUX, F. Note sur la notion de pôle de croissance. *Économie Appliquée*, 1955.
- _____. O conceito de Pólo de Crescimento. In: SCHWARTZMAN, J. *Economia Regional – Textos escolhidos*. Belo Horizonte: Convênio CEDEPLAR/CETREDE-MINTER, UFMG, 1977. p. 145-156.
- ROCHFORT, M. Des métropoles d'équilibre aux métropoles d'aujourd'hui. *Strates* [En ligne], Numéro Hors-série, 2002 - Parcours dans la recherche urbaine, Michel Rochfort, un géographe engagé. Mis

em ligne le: 2 mai. 2005. Disponível em: <<http://strates.revues.org/document515.html>>. Acesso em: 2 mar.2010.

RONDINELLI, D. A. Equity, growth and development. *Journal of the American Planning Association*, v. 51, n. 4, p. 434-448, 1985a.

_____. *Applied methods of regional analysis*. Boulder: Westview Press, 1985b.

SANTOS, M. *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: HUCITEC, 1978.

_____. *A cidade como centro de região*. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia – Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, 1959.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, B. C. N.; COELHO, A. S. Macrocefalia urbana e sua repercussão nos serviços de saúde. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, v.7, n. 13, p. 28-34, jan. 2006.

SILVA, B. C. N.; ROCHA, A. P. Análise da dinâmica da urbanização no Estado da Bahia. In: SILVA, S. B. M.; SILVA, B. C. N. (Org.). *Estudos sobre urbanização, território e Bahia*. 2. ed. Salvador: UFBA, 2006. p. 118-138.

SILVA, B. C. N.; SILVA, S. B. M.; SILVA, M. P. Rede urbana e educação em Roraima. *RDE. Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, v. 10, n. 18, p. 5-26, dez. 2008.

SILVA, S. B. M. *Urbanização e desenvolvimento regional do Estado da Bahia: uma visão sistêmica*. 1975. 145 f. Tese (Professor Titular)-Instituto de Geociências, Departamento de Geografia – UFBA, Salvador, 1975.

_____. Teorias de localização e de desenvolvimento regional. *Geografia*, Rio Claro, v. 1, n. 2, p. 1-23, 1976.

_____. Geografia, turismo e crescimento: o exemplo do Estado da Bahia. In: RODRIGUES, A. A. A. (Org.). *Turismo e Geografia*. Reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 122-143.

SILVA, S. B. M.; FONSECA, A. A. M. da. Políticas territoriais de integração e fortalecimento urbano e regional para o Estado da Bahia. *RDE. Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, v. 10, n. 17, p. 15-22, jan. 2008.

SILVA, S. B. M.; LEÃO, S. de O.; SILVA, B. C. N. *Urbanização e metropolização no Estado da Bahia: evolução e dinâmica*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.

SILVA, S. B. M.; SILVA, B. C. N.; LEÃO, S. O. *O subsistema urbano-regional de Feira de Santana*. Recife: SUDENE, 1985.

_____. *O subsistema urbano-regional de Ilhéus-Itabuna*. Recife: SUDENE, 1987.

SILVA, S. B. M.; SILVA, B. C. N.; SILVA, M. P. Rede urbana e educação em Roraima. *RDE. Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, v. 10, n. 18, p.5-14, dez. 2008.

SOUZA, M. A. A. de. Quarante ans de relations avec le Brésil. *Strates* [En ligne], Numéro Hors-série. 2002 – Parcours dans la recherche urbaine, Michel Rochefort, un géographe engagé. Mis en ligne le: 18 mai 2005. Disponível em: <<http://strates.revues.org/document561.html>>. Acesso em: 2 de mar. 2010.

THÜNEN, J. H. von. *Der isolierte Staat in Beziehung auf Landwirtschaft und Nationalökonomie*. Jena: 1910.

VIDAL DE LA BLACHE, P. *La France de l'Est*. Paris: Armand Colin, 1920.

WAIBEL, L. A lei de Thünen e sua significação para a Geografia Agrária. In: WAIBEL, L. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

WEBER, A. *Theory of location of industries*. Chicago: The University of Chicago Press, 1929.

A PROPOSIÇÃO DO CONCEITO DE CENTRALIDADE CULTURAL E A PROMOÇÃO DE EVENTOS FESTIVOS COMO ESTRATÉGIA DE TURISTIFICAÇÃO DE PEQUENAS CIDADES: REFLEXÕES A PARTIR DE ALGUNS ESTUDOS DE CASO

*Janio Roque Barros de Castro**

INTRODUÇÃO

No contexto da hierarquia urbana tradicional, dividem-se as cidades em metrópoles, centros regionais, que correspondem geralmente a cidades de médio porte, centros sub-regionais, que seriam aquelas unidades urbanas situadas em uma situação intermediária entre a pequena e a média cidade, e, por fim, as pequenas cidades. Esse arranjo urbano funciona como um sistema aberto, articulado, como lembra o professor Roberto Lobato Corrêa (1989a). Quanto maior a oferta de bens e serviços, maior a polaridade de uma cidade e, conseqüentemente, mais elevada a sua posição nos patamares da rede urbana. Dessa forma, fica fácil identificar as unidades urbanas que exercem influência em uma determinada região ou mesmo um país. Além desses aspectos funcionais citados, o que caracterizaria uma pequena cidade? A partir da leitura do senso comum, a resposta a esse questionamento não seria uma tarefa muito laboriosa. Por outro lado, sob o ponto de vista acadêmico, a elaboração de conceitos, classificações implica necessariamente a definição de critérios norteadores do recorte analítico. No caso específico das tipologias urbanas e da sua inserção em uma rede hierárquica, esses critérios podem ser de natureza socioeconômica, político-administrativa ou cultural, como se propõe nesse ensaio, no qual se busca analisar a relação entre cultura e espaço urbano, com ênfase nas festas juninas espetacularizadas.

Nas pequenas cidades, quase todos os moradores se conhecem. Por isso, é muito comum se observar as pequenas nucleações de conversa nas praças e nos logradouros públicos. Nas grandes cidades, os encontros em praças públicas ou em *shoppings* podem ser considerados eventuais ou combinados, ao passo que, na pequena cidade, esses encontros são constantes em função da “circularidade repetitiva”: passa-se pela mesma praça, ou logradouro público, várias vezes durante a semana. Esse deslocamento do transeunte pela pequena cidade, que, pelas suas dimensões físicas, estimula a pedestrialização, acontece em vias públicas entornadas por edificações residenciais ou comerciais de pessoas conhecidas, por isso o passante gesticula, para, conversa. Um outro aspecto que caracteriza a pequena cidade é a natureza dos eventos sociais locais. Um casamento de uma pessoa conhecida, muitas vezes, não se

* Mestre em Geografia e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); professor adjunto e do quadro permanente do Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional na Universidade do Estado da Bahia (Uneb). janioroque@yahoo.com.br

limita apenas à esfera familiar e acaba se tornando um evento social da cidade. Algumas festas familiares, comunitárias, públicas ou privadas mobilizam toda a cidade.

Atualmente, tem-se verificado uma valorização das manifestações culturais, como os eventos festivos, que são cada vez mais espetacularizados não só em grandes centros urbanos como em pequenas e médias cidades. Como lembra Arantes (1998), nunca se falou tanto em cultura e seus derivados como nos dias de hoje, determinando o que essa autora chama de “era da cultura”. Como essa valorização da cultura no/do espaço urbano chega à pequena cidade? Cidades como Cachoeira e Santo Amaro, no Recôncavo baiano, por exemplo, podem ser consideradas como pequenas ou como centros locais situados nos patamares inferiores da hierarquia urbana tradicional. No entanto, sob o prisma das suas potencialidades culturais materiais e imateriais, podem ser consideradas centros urbanos de projeção regional e, sazonalmente, extrarregional. Na Bahia, a partir, sobretudo, dos anos 1990, as festas de algumas pequenas cidades foram progressivamente se transformando em grandes eventos festivos, configurando, assim, uma modalidade de turismo sazonal. Esses eventos passaram a ser utilizados pelos gestores públicos como divulgadores dos atributos culturais materiais e imateriais dessas cidades, buscando, assim, inseri-las no circuito turístico do estado. Para a consignação desses propósitos, além de se promover eventos festivos espetacularizados lastreados midiaticamente, algumas cidades passaram a valorizar a questão cultural em documentos institucionais, como os planos diretores urbanos.

Entende-se por centralidade cultural o uso e exploração das potencialidades culturais na/da cidade, com o propósito de transformá-la em um centro regional sazonal ou perene. Como pode ser dimensionada analiticamente a questão da centralidade cultural aplicada a pequenas cidades? No presente trabalho, analisam-se as estratégias de pequenas cidades baianas como Amargosa, Cachoeira e Cruz das Almas para se destacarem como polos regionais a partir da exploração dos seus atributos culturais materiais e imateriais, dando especial ênfase às festas juninas espetacularizadas em espaço público. Na primeira parte deste ensaio, faz-se uma breve apreciação da relação entre cultura e espaço urbano para, posteriormente, analisar-se a concepção de centralidade cultural aplicada às pequenas cidades, a partir da menção e análise de estudos de caso. Após essa abordagem preliminar sobre cultura e “culturalização” urbana, parte-se para a análise do papel do processo de espetacularização das festas juninas para a promoção do turismo sazonal em pequenas cidades do Recôncavo baiano.

CULTURA E ESPAÇO URBANO: UMA APRECIÇÃO PRELIMINAR

A cidade é uma produção coletiva de múltiplos agentes sociais e de diferentes técnicas ao longo do tempo. O desenho urbano e as práticas sociais na/da cidade são reflexos da dinâmica política e socioeconômica e também um produto que reproduz o contexto cultural no qual está inserido. Segundo Corrêa (1989b), o espaço urbano é reflexo e condicionante social. Nesse contexto, como analisar a cidade a partir do viés cultural? Nesse trabalho,

busca-se compreender a relação entre cultura e espaço urbano a partir das especificidades de pequenas cidades.

Sob a ótica da configuração espacial, as cidades pequenas do Brasil apresentam uma morfologia que se repete: uma imponente igreja católica no centro, situada geralmente na praça principal, e uma área predominantemente comercial entornada por pequenas casas residenciais. Esta configuração reflete o papel hegemônico do catolicismo no Brasil ao longo do tempo. Segundo Santos (1988), cada lugar combina variáveis de tempos diferentes. Para esse autor, o arranjo de um lugar, através da aceitação ou rejeição do novo, vai depender da ação de fatores ali existentes, como o espaço, o local e o cultural. Em cidades históricas do interior baiano, como Cachoeira e Santo Amaro, no Recôncavo, por exemplo, pode-se notar a inserção do novo na presença de edificações recentes e do velho nos antigos sobrados, que revelam as formas de se construir e ornamentar as residências no passado. A morfologia urbana no seu conjunto e as formas espaciais individualizadas (a exemplo das unidades residenciais) revelam aspectos das práticas culturais de um povo em uma determinada época.

Não só as formas espaciais exibem as práticas culturais como também os aspectos imateriais ou mesmo o nome de uma região ou cidade. Segundo Corrêa (2003), a toponímia constitui-se em relevante marca cultural e expressa uma efetiva apropriação do espaço por um dado grupo cultural. O nome da cidade, dessa forma, não representa apenas uma identificação do lugar a partir de critérios estatístico-administrativos. O topônimo pode tanto expressar elementos das práticas culturais do lugar como também representar estratégias de consolidação de um determinado grupo hegemônico sobre outro.

No Brasil, centenas de cidades recebem o nome de santos cultuados tanto pelo catolicismo oficial romanizado quanto pelas práticas não formais do catolicismo popular. Se, por um lado, a prática de se homenagear os santos explicita a forte religiosidade do brasileiro, por outro, revela relações de poder e hegemonia da Igreja católica, que está presente no território brasileiro desde o início do processo de colonização (CASTRO, 2006). Além disso, muitas cidades brasileiras apresentam denominações de matrizes indígenas. Entretanto, surge uma questão: quantas cidades no Brasil apresentam na sua denominação uma homenagem a cultos de matriz afro-brasileira? Os cultos candomblecistas foram perseguidos ao longo da história do Brasil tanto por governantes como por segmentos tradicionais do catolicismo romanizado, produzindo, assim, o temor e o desdém pela cultura negra de raízes africanas que se arraigaram no imaginário coletivo. Quanto à cultura indígena, pode-se falar mais em desconhecimento, falta de visibilidade e de valorização do que em um processo de perseguição ou discriminação sistematizado, como ocorrera com os cultos afros. Do ponto de vista da materialidade, pode-se citar o exemplo da Praça do Campo Grande, em Salvador, que tem ao centro uma grande estátua de um índio representando o caboclo em um espaço de elevada visibilidade da capital baiana. Por outro lado, se a estátua do caboclo apresenta-se como estratégia de rememoração de eventos do passado, por outro, nota-se a falta de visibilidade midiática para tradicionais blocos de índios que desfilam no Carnaval

de Salvador. A seletividade imagética faz com que apareça na tela das grandes emissoras de TV o Carnaval espetáculo dos grandes blocos puxados pelos cantores de axé music. O mesmo se aplica aos importantes blocos afros, que têm pouca visibilidade midiática, mesmo em âmbito estadual. O Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares, em Maceió, capital de Alagoas, é uma das raras edificações de grande visibilidade pública que homenageiam um herói negro em um país no qual, desde criança, aprende-se nas telas das TVs que os heróis são brancos europeus ou americanos. O reconhecimento e respeito à cultura negra e indígena devem passar tanto pela valorização da forma (monumentos, praças) como também pelo respeito às práticas e manifestações culturais do povo brasileiro, que representam o seu patrimônio imaterial.

Além dos nomes de cidades, as denominações de algumas regiões também podem ser portadoras tanto de carga ideológica como de elementos das matrizes culturais de um povo. A ideia de região sob o viés político-administrativo ou turístico, fundamentada nas especificidades culturais locais/regionais também pode de ser uma estratégia arbitrária. Em uma proposição de regionalização do estado da Bahia, bastante conhecida pelas suas reiteradas inserções na mídia em função da atividade turística, aparecem regiões denominadas de Costa do Coqueiro, Costa do Dendê, Costa do Descobrimento, entre outras denominações que procuram fazer associações entre elementos da natureza e as atividades econômicas de uma determinada porção territorial do estado.

Na dimensão do espaço intraurbano, podem-se notar algumas denominações arbitrárias e verticais que denunciam influências eurocêntricas ou mesmo relações de poder e dominação traçadas in loco pelo clientelismo coronelista ou por interesses econômicos. É importante enfatizar, no entanto, a falta de receptividade de algumas comunidades urbanas em aceitar um topônimo imposto nos escritórios de políticos que, em alguns casos, nem conhecem a comunidade que desejam denominar. Esse tipo de situação faz com que, em muitos casos, uma localidade seja desconhecida pelo seu nome oficial e notabilizada pelo nome popular, consolidado pelas tradições do lugar. Em meados de 1980, o bairro do Beiru, na periferia de Salvador, passou a se chamar Tancredo Neves, em homenagem ao então recém-eleito presidente da República, que morreu antes de tomar posse. Alguns moradores preferiam Beiru, que é uma expressão originária de religiões de matriz afro-brasileira. No entanto, outros residentes resistiam, ao associar essa denominação a aspectos pejorativos. Uma empresa de ônibus que circula desse bairro para a Barra, na orla de Salvador, para evitar problemas, optou por constar as duas denominações. O que é importante salientar é que Tancredo Neves é o nome de uma cidade da Bahia, do aeroporto de Belo Horizonte, de logradouros públicos etc. Beiru, no entanto, é um topônimo que reflete elementos das especificidades socioculturais, históricas, identitárias daquela porção territorial de Salvador e é uma expressão que remete a aspectos da memória coletiva verificados apenas naquelas imediações.

As práticas culturais de um povo são reveladas na sua forma de produzir, de organizar, de transformar seu espaço de vivência/apropriação. A morfologia urbana e as formas espaciais

denunciam uma visão de mundo e elementos das especificidades do lugar. O uso da madeira na construção de casas na Região Sul e o costume de cortar a porta da frente ao meio no sentido horizontal, para que, eventualmente, seja utilizada também como janela, no sertão nordestino, não representam apenas uma estratégia para se proteger das baixas temperaturas, no caso das casas de madeira, ou para promover uma maior circulação do ar dentro das casas, no caso das unidades habitacionais de alguns sertanejos. A forma de produção, apropriação, adaptação e morfologia do habitar são reflexos de um determinado contexto cultural construído historicamente. A racionalidade arquitetônica, muitas vezes de maneira vertical e abrupta, rompe com práticas culturais que foram construídas ao longo do tempo por pessoas simples de um determinado lugar. O comodismo dos projetos preconcebidos em gabinetes se sobrepõe a uma eventual tarefa mais laboriosa que seria uma leitura respeitosa das práticas culturais de uma determinada comunidade.

O nome de uma cidade, um monumento, uma forma espacial ou um ritual festivo pode tanto revelar elementos das práticas culturais de um povo quanto pode trazer velados interesses políticos, ideológicos de determinados grupos sociais hegemônicos ou hegemonzados. Existem diferenças entre as práticas culturais produzidas horizontalmente nos meios populares e a promoção de eventos culturais instituídos formalmente com fins turísticos, como será abordado neste trabalho.

AS PROPOSIÇÕES DE TURISTIFICAÇÃO E A QUESTÃO DA CENTRALIDADE CULTURAL: O CASO DA CIDADE DE CACHOEIRA

A questão cultural, nas suas dimensões espaciais, é tão relevante na contemporaneidade que se nota de forma mais recorrente o uso de expressões como região cultural e paisagem cultural aplicadas à leitura do Recôncavo baiano e relacionadas à concepção de centralidade cultural. O turismo cultural assentado nas potencialidades do patrimônio arquitetônico e paisagístico e nas festas populares foi abraçado pelos gestores públicos da cidade de Cachoeira como atividade econômica prioritária.

Nas últimas décadas, muitas cidades têm procurado investir na construção de uma imagem turística peculiar, capaz de alavancar o *city marketing*. Se não existe uma tradição efetivamente construída pela coletividade sem uma intencionalidade gestonária específica, inventam-se tradições a partir de elementos culturais preexistentes. Dessa forma surgiu e cresceu a tradição das festas juninas urbanas concentradas e espetacularizadas na histórica cidade de Cachoeira, no início da década de 1970, por iniciativa da Bahiatursa¹. Todavia, pode-se afirmar que, em relação às proposições de turistificação cíclica e perene de Cachoeira, existe um problema que nem a Bahiatursa nem a prefeitura conseguiram solucionar: o caráter pontual e estanque das principais festividades populares no

¹ Empresa de Turismo da Bahia, vinculada à Secretaria de Turismo.

calendário local. O desafio para os promotores da turistificação seria o seguinte: como promover um turismo de eventos impulsionado pelo patrimônio imaterial, como as festas populares, e relacioná-lo à museificação arquitetônica da cidade como um continuum temporal, abarcando, assim, outras manifestações culturais importantes? Os gestores públicos de Cachoeira buscam apoio institucional nas secretarias do Turismo e da Cultura, notadamente na atualidade, lastreados pela constatação do caráter destoante e peculiar do potencial cultural reconhecido pelo Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS). Essa iniciativa ganhou fôlego novo a partir do ano de 2008, com a campanha para que a cidade de Cachoeira seja tombada como patrimônio histórico da humanidade. Campanha essa que foi divulgada e oficializada aproveitando-se a visibilidade midiática das festas juninas espetacularizadas e as comemorações cívicas do dia 25 de junho, quando se festeja a resistência daquela cidade à colonização portuguesa, através da delimitação do território livre do domínio de Portugal, após a Câmara de Cachoeira proclamar D. Pedro I como príncipe regente do Brasil, em 1822.

Apesar de toda volúpia dos gestores municipais no sentido de intensificar o processo de espetacularização de festas populares, um dos gargalos logísticos do turismo de eventos em Cachoeira é a falta de um fluxo contínuo de visitantes. Para solucionar esse problema, as municipalidades buscam alternativas para perenizar o seu papel de centralidade sazonal do entretenimento festivo. Nesse contexto, Cachoeira e, em menor grau, Amargosa se destacam porque os governantes não se limitam a esboçar um perfil de cidade festiva; busca-se uma polaridade cultural de espectro regional.

Consta do Plano Diretor Urbano (PDU) de Cachoeira que, em um cenário preditivo, para alavancar o desenvolvimento da cidade, é essencial que se associe a sua força e cultura ao conceito de baianidade, criando e fortalecendo um posicionamento de “capital do Recôncavo” (CACHOEIRA, 2006). O que se entende por Recôncavo, afinal? Recôncavo, Recôncavo baiano, Recôncavo Sul e Território Recôncavo. Nessas três formas de denominação de uma das mais importantes regiões do estado da Bahia, existem diferenças assentadas em aspectos econômicos, históricos, espaciais, culturais e no quantitativo de cidades. A expressão Recôncavo Sul foi, durante muito tempo, adotada pela Secretaria de Planejamento e pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), para tipificar um dos recortes espaciais da regionalização econômica do território baiano. Quando se fala em Recôncavo, pode-se incluir Salvador e Região Metropolitana, o que não acontece quando se usa a expressão Recôncavo Sul ou a mais recentemente adotada Território Recôncavo. A marca “capital do Recôncavo”, aplicada a Cachoeira, está assentada em uma estratégia para estimular a visibilidade urbana, com fortes componentes políticos, culturais e mercadológicos, que têm por objetivo consolidar uma inserção regional peculiar. Essa proposição de centralidade cultural refere-se a elementos de natureza histórica e sociocultural, portanto, está relacionada à concepção de Recôncavo baiano. Como se destacou anteriormente, a expressão Recôncavo Sul refere-se a aspectos socioeconômicos, enquanto que as abordagens sobre Recôncavo

baiano estão assentadas, sobretudo, na dimensão cultural e histórica. Segundo o Plano Diretor Urbano de Cachoeira, para o êxito dessa proposição, é necessário que o conceito de Recôncavo seja conjugado à baianidade. A expressão capital traz consigo um forte componente de centralidade política, administrativa, econômica ou cultural, que pode ser aplicado a Salvador, ou festiva, como nos casos de Caruaru, em Pernambuco, que se autointitula “capital do forró”. No caso específico de Cachoeira, além da polaridade festiva sazonal, vislumbra-se uma projeção regional dotada de uma relativa regularidade temporal assentada nos seus atributos culturais. No PDU, projeta-se a afirmação de Cachoeira como polo turístico do estado cerca de oito a 12 anos após a publicação do referido documento institucional. Por isso, a veiculação midiática da marca de “capital do Recôncavo” nos eventos de elevada visibilidade, como as festas juninas espetacularizadas, é de relevante importância para consignação dos objetivos propostos. No dia 25 de junho de 2008, transferiu-se a capital do estado da Bahia para Cachoeira, em um contexto festivo e de celebração cívica. A mudança provisória da capital política e administrativa do estado da Bahia tem um caráter simbólico e histórico-cultural relevante. São proposições, projetos e ações que visam racionalizar e consolidar uma centralidade cultural em uma dimensão preditiva.

Constam do Plano Diretor Urbano de Cachoeira proposições atinentes à implantação de um centro de cultura e artes na área urbana, significando, assim, a formalização, através da fixidez e da materialidade edificada, dos propósitos de consolidação e ampliação da centralidade cultural, cujo raio de abrangência apresenta um espectro regional relacionado ao seu entorno imediato e descontínuo (transescalar; transregional). Devido à expressividade do seu patrimônio cultural material e imaterial, considera-se que Cachoeira exerce uma centralidade cultural perene, mesmo apresentando uma atividade turística ainda incipiente e sazonal. Por isso, a retórica do PDU é mais enfática no que concerne à museificação da cidade no seu conjunto do que na proposição de criação de centros culturais nucleados.

Seguindo-se a lógica capitalista de turistificação dos lugares na contemporaneidade, para a consolidação de um cluster turístico em um cenário preditivo, seria imprescindível a associação entre a patrimonialização física e imaterial e a exploração racional das potencialidades naturais, que dinamizariam Cachoeira a ponto de destacá-la no território baiano. Uma análise mais detalhada dessas proposições e da moldura institucional que envolve sua possível implementação revela que não há um conjunto de ações sistematizadas que visem integrar as múltiplas potencialidades turísticas de Cachoeira com eventos importantes como as tradicionais festas juninas espetacularizadas no espaço urbano. A cidade em tela, inegavelmente, já é um polo festivo do ciclo junino consolidado e apresenta eventos conhecidos nacionalmente, como a festa de Nossa Senhora da Boa Morte. Entretanto, o projeto de construção de uma polaridade cultural efetiva e duradoura, que congregue as várias facetas socioculturais do município, ainda é apenas uma proposição institucional.

A RETÓRICA INSTITUCIONAL E VALORIZAÇÃO DA QUESTÃO CULTURAL NAS CIDADES DE AMARGOSA E CRUZ DAS ALMAS

Assim como Cachoeira, Amargosa e Cruz das Almas também realizam megafestas juninas espetacularizadas em espaço público. Apesar de priorizar as festividades do ciclo junino como evento cultural estruturante do seu calendário festivo e turístico, os gestores públicos dessas duas cidades, nos últimos anos, têm procurado diversificar o leque de opções culturais. Em Amargosa, procura-se incentivar e divulgar as potencialidades gastronômicas, como consta do seu Plano Diretor Urbano, enquanto os gestores de Cruz das Almas têm procurado “revitalizar” manifestações culturais rurais. Recentemente, criou-se a Associação de Artesãos Cruz-almenses e denominou-se a cidade cenográfica montada no ciclo junino de Praça do Artesanato, onde se comercializam alguns produtos cerâmicos ou outros souvenirs locais. É importante ressaltar que o artesanato e a gastronomia são apontados pelo Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável como importantes manifestações culturais, mensuradas como relevantes atrativos turísticos.

No PDU da cidade de Cruz das Almas, não consta uma proposição sistematizada de turistificação a partir da promoção de festas juninas espetacularizadas. Todavia, reforça-se a retórica da polaridade festiva e de uma eventual centralidade cultural. Em termos de ação sistematizada em relação à questão cultural, pode-se mencionar a iniciativa do Departamento Municipal de Cultura, que fez um trabalho de “resgate” de manifestações culturais como samba de roda, samba de enxada, capoeira regional, artesanato, presépio e terno de Reis, que são práticas predominantemente rurais. A expressão “resgate”, utilizada pela Secretaria de Cultura, é um indicativo do caráter residual de muitas dessas práticas culturais.

Pode-se afirmar que não existe um descompasso entre as proposições comunitárias, que apontam para vaticínios atinentes à concepção da cidade como polo cultural e festivo, e as proposições retóricas do PDU de Cruz das Almas. Durante a elaboração do Plano Diretor Urbano, entre os cenários vislumbrados na participação comunitária, constam depoimentos de moradores fazendo apologia à cidade e vislumbrando um futuro no qual Cruz das Almas se destaque como polo econômico e cultural no Recôncavo baiano. Essas ilações são construídas em um cenário exploratório, a partir da leitura de elementos do presente, e potencializadas por questões de ordem topofílica², que alimentam o imaginário local, fazendo as pessoas produzirem e reproduzirem expressões enfáticas como “Rainha do Planalto” e cidade “universitária”, para se referir à cidade em tela.

As pessoas tanto desejam a consolidação de Cruz das Almas como polo cultural, quanto vislumbram uma maior participação da coletividade nas questões sociopolíticas, ou seja, uma

² Segundo o geógrafo Yi-Fu-Tuan (1980), o termo topofilia pode ser compreendido como o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou meio ambiente físico. Dessa forma, em uma dimensão topofílica, a concepção de lugar reveste-se de aspectos relacionados tanto à percepção e à afetividade quanto a atitudes e valores envolvidos nas relações com o meio ambiente.

maior horizontalização na gestão da cidade. Os gestores públicos de Cruz das Almas, desde os anos 1990, entendem que as festas juninas espetacularizadas na área urbana se constituem em um evento cultural impulsionador de uma eventual atividade turística local, apesar dessa política cultural não ser unanimidade entre os moradores do município. Do ponto de vista da intervenção física das municipalidades, propõe-se a criação do Museu do Fumo, uma importante atividade econômica local/regional há muitas décadas, e a construção de um centro de convenções, equipamento público inexistente no Recôncavo Sul da Bahia. Além de explicitar o papel de polaridade regional, a partir da oferta de serviços e de educação no seu Plano Diretor Urbano, fica implícito na retórica institucional o desejo de consolidação de uma polaridade cultural. O Museu do Fumo seria instalado em uma antiga estação ferroviária desativada, uma edificação em estilo modernista, situada na entrada da cidade, em uma área cogitada no PDU para abrigar a festa junina concentrada. Enquanto cidades históricas como Cachoeira buscam a polaridade regional na dimensão cultural, através da museificação urbana, Cruz das Almas, que não possui um centro histórico, insere-se no contexto do rebatimento espacial na escala local das macropolíticas assentadas na musealização, balizadas pela patrimonialização cultural, a partir da leitura de determinadas especificidades culturais.

A cidade de Amargosa realiza, desde os anos 1990, uma grande festa junina muito conhecida em âmbito estadual. A polaridade festiva de Amargosa no período junino é o eixo norteador de um projeto mais amplo de centralidade regional assentada no patrimônio cultural. Constam do Plano Diretor Urbano do município dois projetos expressivos para a área cultural: a criação do centro de cultura e do Museu do Vale do Jequiriçá. A patrimonialização e a museificação cultural são uma tendência mundial que galga os patamares da rede urbana, atingindo não só grandes centros metropolitanos como também centros sub-regionais e as cidades locais. No caso específico de Amargosa, trata-se de uma estratégia de inserção da cidade como um polo cultural, que exerce influência em uma porção territorial do Recôncavo Sul. No PDU da cidade em tela, realça-se como uma das diretrizes para a política municipal de cultura a elaboração de diagnóstico cultural regional, subsidiando a construção de uma estratégia de hegemonização de Amargosa no âmbito cultural regional. Uma das ações pontuadas como importantes para a viabilização desse projeto é a valorização e os incentivos aos movimentos culturais locais e regionais. O caráter pontual do turismo e a natureza monolítica dessa atividade econômica são um problema diagnosticado e um desafio a ser transposto para consignação desses objetivos propostos.

O interesse em consolidar Amargosa como polo cultural vai além do seu papel de centralidade festiva sazonal do período junino e, de acordo com a retórica institucional, vislumbra-se uma perspectiva mais ampla ancorada na sedimentação de um continuum turístico, festivo e cultural. O próprio topônimo regional “Vale do Jequiriçá” remete à leitura de uma “região cultural”. Além dos elementos intangíveis da esfera do simbólico, busca-se na materialidade a afirmação cultural dessa cidade no Recôncavo, com a construção do museu regional e da casa da cultura. Em outras cidades históricas do Recôncavo baiano, como Cachoeira e Nazaré, a construção de equipamentos culturais centrais, como museus temáticos ou centros de

cultura de forma geral, não aparece de forma tão enfática na retórica institucional porque se acredita que os ganhos com o *city marketing* assentado na museificação urbana sejam mais relevantes, ou seja, mesmo que conste nos planos diretores urbanos uma delimitação de áreas consideradas como centro histórico, reforça-se o discurso de que a cidade como um todo é um museu. A museificação urbana está relacionada à cenarização e turistificação do lugar.

As proposições de uma eventual centralidade cultural na escala regional são dimensionadas a partir de elementos formalistas, materiais e da exploração racional da tradição inventada do São João espetáculo de Amargosa. Visando atingir esses objetivos, nas festas juninas espetacularizadas em praça pública do ano de 2007, homenageou-se a cultura do Recôncavo baiano. A retórica dos promotores das festas juninas de Amargosa, assentada na regionalidade cultural, transita do recorte sub-regional (Vale do Jequiçá) à escala nacional (tradições, cultura brasileira), fazendo inferência à dimensão macrorregional (Região Nordeste). Visando viabilizar esse papel de centro cultural regional, convidaram-se outras cidades da Bahia para mostrarem suas manifestações culturais em um contexto atual de forte valorização da cultura como marca, símbolo, grife, mercadoria e elemento propulsor de uma imagem-síntese da cidade.

A ESPETACULARIZAÇÃO DAS FESTAS JUNINAS NO ESPAÇO URBANO E AS PROPOSIÇÕES DE TURISTIFICAÇÃO DE PEQUENAS CIDADES DO RECÔNCAVO BAIANO

Nas festas juninas nos seus moldes tradicionais, difusas, policentradas em unidades residenciais, predominantemente rurais, não existia uma preocupação de criar uma imagem-marca de um determinado lugar. A cooptação urbana, seguida da concentração e espetacularização, constitui-se em uma alavanca de projeção midiática deflagrada sazonalmente, mesmo em se tratando de pequenas cidades do interior da Bahia. Jacques (2006) destaca que a experiência corporal da cidade se opõe à concepção de uma imagem-síntese da cidade fixada por logotipo publicitário. Aquela noção de lugar festivo familiar nas dimensões topológica³ e topofílica ou de lugar na acepção de Milton Santos (1999), entendido como recorte espacial do acontecer solidário, transformou-se em um local festivo midiaticizado, espaço compartilhado entre moradores e pessoas de outras localidades, cuja imagem pode ser transmitida para o mundo por emissoras de TV ou mesmo por câmeras de celulares. A especificidade do lugar festivo do ciclo junino hibridiza-se com a ubiquidade das formas espaciais e da composição estética na festa de massa em um contexto de reprodutibilidade intensa de uma tipologia festiva que lembra a massificação consumista da obra de arte, como foi destacada por Walter Benjamin (1996).

³ Nesse caso, o lugar no sentido topológico refere-se a um recorte geográfico relacionado à escala local, ao entorno imediato.

Turistificação, mercantilização e espetacularização são três conceitos que interagem e se complementam na contemporaneidade. Trata-se de três acepções analíticas que balizam a análise das novas (velhas) facetas do sistema capitalista, sobretudo em grandes cidades. O centro histórico de uma cidade, o Carnaval, uma determinada manifestação cultural podem ser espetacularizados turisticamente em uma perspectiva mercadológica. No Brasil, nas últimas décadas, as festas viraram um bom negócio para comerciantes, cervejarias, donos de hotéis e políticos, que se projetam com a dimensão espetacular e massiva de grandes eventos festivos. As festas juninas concentradas no espaço urbano de Cruz das Almas e Amargosa se ampliaram na década de 1990, quando o grupo liderado pelo falecido líder político Antônio Carlos Magalhães retomou a hegemonia política no estado e adotou uma política pesada de planejamento e divulgação das potencialidades turísticas materiais e imateriais do estado da Bahia. O objetivo era instituir um marco administrativo assentado em uma modalidade de economia do entretenimento turístico capaz de se constituir em alavanca política e em um instrumento de desenvolvimento regional e local. Essa política de promoção turística a partir da ação governamental centrou-se principalmente em Salvador e em algumas cidades do interior, como Porto Seguro, no extremo sul, e em outras cidades do litoral norte. Nesse contexto, alguns gestores públicos locais viram nas festas juninas a possibilidade de inserção no circuito turístico sazonal do estado. As responsáveis pela ampliação e espetacularização midiática desses eventos foram as municipalidades, que buscaram usufruir dos dividendos de uma política de valorização da atividade turística em âmbito estadual (CASTRO, 2009).

A espetacularização urbana das festas juninas em algumas cidades do território baiano na década de 1990 se processou em um contexto nacional de diversificação da modalidade turística e, em âmbito estadual, na turistificação dos lugares e na multipolarização turística. Dessa forma, ou se busca explorar eventuais potencialidades turísticas do lugar, prática geralmente ligada à valorização dos seus atributos naturais ou culturais, ou se investe nas tradições culturais do lugar, que passam a ser vistas não como um patrimônio imaterial rememorado através das suas práticas festivas, mas como um produto a ser vendido para turistas. Neste contexto, retradicionalizam-se mercadologicamente determinadas manifestações festivas e se marginalizam midiaticamente práticas lúdico-culturais que não representam esse forte chamariz turístico. A inserção de festas juninas espetacularizadas no espaço urbano é uma iniciativa das municipalidades que atuam na escala local e que se constituem em um rebatimento de iniciativas adotadas na escala macro, como consequência dos novos ditames consumistas da contemporaneidade. Contudo, apesar de o arranjo estético-espacial das várias festas juninas urbanas da Bahia apresentar similaridade visível, existem especificidades no rebatimento local/regional. Essas especificidades são exploradas por determinadas iniciativas adotadas pela macrogestão do território (governo federal ou das unidades federadas), a partir de um enfoque analítico lastreado por uma leitura crítica da dinâmica territorial das festas juninas nos principais polos festivos do estado. Podem-se apresentar dois exemplos de cidades baianas nas quais as festas juninas destoam não só pela sua dimensão espacial como também pela relevância das suas potencialidades cultu-

rais: Cachoeira e Cruz das Almas. Na primeira cidade, desde a década de 1960, encontram-se registros da festa junina urbana ligada à tradicional Feira do Porto⁴, no Plano de Turismo para o Recôncavo Baiano (QUEIROZ, 2002). Dessa forma, cooptada ou não pela racionalidade mercadológica do turismo, pode-se afirmar que a festa junina em Cachoeira é uma tradição reinventada no/para o espaço urbano. A festa junina em Cruz das Almas pode ser considerada uma tradição reinventada pelos gestores públicos para atrair turistas de eventos para a cidade, que já era conhecida por causa da pirotecnia lúdica da guerra de espadas⁵. Já em Amargosa, a festa concentrada cresceu às expensas dos investimentos em publicidade, na apresentação de artistas conhecidos nacionalmente e no esforço de se fundir a antiga grife cidade-jardim à marca do São João espetáculo.

O São João da cidade de Cruz das Almas foi notabilizado em âmbito nacional pela guerra de espadas. A partir do início dos anos 1990, inventou-se a tradição dos chamados “arraiais urbanos”. Essa modalidade de festa junina empreendida pelas municipalidades e deflagrada em praça pública se transformou rapidamente em uma estratégia para inserção da cidade, mesmo que periféricamente, no circuito festivo sazonal. Nessa mesma década, acirrou-se a competitividade urbana porque várias cidades queriam realizar o São João urbano, o que contribuiu de forma substancial para o aumento dos cachês dos músicos de grande difusão midiática. A opção pelas festas juninas como tradição inventada muitas vezes ocorre a partir da sobreposição ou reinvenção de práticas festivas tradicionais, como as festas em louvor à padroeira ou as tradicionais lavagens de bairros. Para a turistificação das cidades, os segmentos diretamente interessados geralmente apresentam um receituário que consiste inicialmente em priorizar um determinado “produto” ou uma determinada especificidade local. Posteriormente, apresenta-se o conjunto de elementos históricos, artísticos, culturais e ambientais que representariam as eventuais potencialidades daquele lugar.

A necessidade e as possibilidades de turistificação do município de Amargosa, impulsionadas pelas festas de São João, aparecem de forma enfática no Plano Diretor Urbano. Os gestores públicos dessa cidade procuram associar eventuais potencialidades do turismo rural, do patrimônio material e imaterial, com algumas festividades populares. Procura-se estimular uma associação entre o turismo de eventos, ecológico e rural para se viabilizar a perenização dessa atividade. Não existe, no entanto, um escalonamento sistematizado de ações e metas visando uma eventual consolidação do processo de turistificação do município em tela. Entretanto, a

⁴ A Feira do Porto é um evento socioeconômico e cultural secular. Nas imediações do antigo porto da cidade de Cachoeira, comercializavam-se produtos tipicamente regionais, aproveitando-se o fluxo intenso de pessoas, sobretudo no período junino, quando se notava maior oferta de produtos. Aquela Feira do Porto como mercado periódico e evento cultural do passado, a partir do início dos anos 1970, se mesclou com a promoção turística das festas juninas por iniciativa da Bahiatursa. Um dos pontos marcantes da Feira do Porto atualmente é a comercialização de artefatos cerâmicos.

⁵ A espada é um artefato pirotécnico simples que varia de dez a 30 centímetros de comprimento, apresentando um diâmetro que pode variar de três a oito centímetros, feito da mistura de pólvora, enxofre, barro e limalha de ferro prensados em um pedaço de bambu; possui um pequeno orifício em uma das extremidades que impulsiona o artefato de forma errante quando ocorre a combustão, produzindo uma luminosidade e um barulho característicos. Com a queima da pólvora, ocorre o deslocamento em alta velocidade. O principal ponto de deflagração da tradicional guerra de espadas é a Praça Senador Temístocles Passos, a maior e mais importante de Cruz das Almas.

análise de documentos oficiais permite ao pesquisador fazer algumas ilações sobre as etapas alcançadas e transpostas para efetivação da atividade turística. Um primeiro passo para atrair diferentes perfis de visitantes é o investimento na diversificação da matriz programática das festas juninas, que mescla o chamado forró eletrônico com outras modalidades musicais, com o São João cultural dos folguedos folclóricos locais e a cenografia rural verificada na montagem de cidades cenográficas, que já se constituem em marcos do São João da cidade. Uma segunda etapa a se considerar é o aproveitamento racional da hipervisibilidade da cidade no clímax junino para divulgação do seu patrimônio paisagístico urbano e rural. Um terceiro momento foi o estímulo ao ecoturismo, tanto no ciclo junino quanto ao longo do ano. A quarta etapa foi a requalificação urbana da Praça do Bosque, onde acontecem as festas juninas de Amargosa. A promoção de megafestas juninas no espaço urbano é uma prática que se insere no contexto de uma política de espetacularização turística de caráter sazonal, cuja expressividade dos números (de turistas, de dinheiro circulando, de veículos em trânsito etc.) interessa em termos de imagem de “modelo administrativo empreendedor”, “promotor do desenvolvimento”. Seus resultados em termos de promoção de emprego e renda são pontuais e questionáveis. Já em termos de incremento dos lucros dos setores hoteleiros, dos circuitos empresariais e comerciais de modo geral e de projeção da imagem da cidade, são considerados relevantes.

REFLEXÕES FINAIS

Nos planos diretores urbanos de algumas cidades do Recôncavo, nota-se uma preocupação de se resgatar, buscar ou encontrar uma suposta identidade cultural da cidade. Muitas vezes, a mudança ou reinvenção dos lugares passa a ser vista como uma perda de uma certa “aura” do lugar. Concebe-se uma suposta identidade cultural da cidade como algo engessado, petrificado e cenarizado. Paradoxalmente, em muitos casos, critica-se a concepção petrificada de patrimônio cultural. No entanto, petrifica-se da mesma forma, na medida em que se concebe cultura como cenário, engessando, assim, toda sua complexidade e dinamismo. Um questionamento pertinente seria: o que é cultura, afinal? Segundo Don Mitchell (1999), a cultura, no sentido ontológico como é colocada, não existe; o que existe é uma ideia, uma concepção de cultura, que pode ser disseminada para atender a diferentes interesses. Se, por um lado, o patrimônio cultural não é petrificação de práticas do passado, por outro, acredita-se ser desnecessária a busca de uma suposta identidade cultural monolitizada. Qual seria o eixo norteador ou estruturante de uma identidade cultural urbana? Qual seria a identidade cultural de Amargosa? Essa suposta identidade cultural estaria ligada aos folguedos e manifestações festivas do passado ou à promoção de festas/eventos espetacularizados no presente, mesclada ao slogan de “cidade-jardim”, no caso de Amargosa, e “cidade-museu”, no caso de Cachoeira? Em primeiro lugar, não existe essa identidade enquanto unidade essencialista e muito menos um distanciamento compartimentado entre passado e presente. As múltiplas identidades de importantes cidades do Recôncavo, como Amargosa, Cachoeira,

Cruz das Almas, Nazaré e Santo Amaro, constituem-se em constructos incessantes, em uma trama de dialogicidade entre passado e presente, envolvendo múltiplos agentes, práticas e espaços de atuação, transformação, dinamização e apropriação.

A expressão “alavanca cultural” utilizada no Plano Diretor Urbano de Cachoeira demonstra o interesse dos gestores públicos locais em assentar o desenvolvimento urbano nas potencialidades multi-identitárias e diversas de seu patrimônio cultural. Essa proposição difere em parte daquela apresentada por Amargosa e Cruz das Almas, que monolitizam o seu *marketing* urbano, utilizando como elemento catalisador as grandes festas juninas. A propósito, nessas duas últimas cidades, as festas em espaço público e privado coexistem a partir de uma simbiose sincronizada. No caso específico das festas juninas em Amargosa, Cachoeira e Cruz das Almas, a diversidade da matriz programática é um reflexo da própria natureza híbrida e dinâmica dos eventos culturais da atualidade, notadamente no espaço urbano.

A “identidade cultural” de uma cidade pode ser inventada pelos gestores públicos, para fins de promoção de uma imagem-síntese de cidade sazonalmente turística? Do ponto de vista da dinâmica cultural, sabe-se que não. Entretanto, no atual contexto de turistificação exacerbada, determinadas iniciativas das municipalidades, quando bem lastreadas midiaticamente, podem produzir peculiaridades culturais “fabricadas”, que passam a ser exibidas de forma intensa nos meios de comunicação e acabam se transformando em imagens-marca de determinadas cidades. Evidentemente que as manifestações festivas, folclóricas, cênicas e as práticas gastronômicas de uma cidade como Cachoeira se transformaram nos últimos anos, sem necessariamente comprometer uma suposta identidade cultural urbana ou esgarçar o patrimônio histórico-cultural por isso. A expressão “hibridização cultural”, no sentido apontado por Nestor Garcia Canclini (2003), poderia ser utilizada, em vez de “descaracterização”. Além disso, outras expressões, como “resistência cultural” e “preservação da identidade”, muito frequentes em alguns planos diretores urbanos, são questionáveis, notadamente quando se abordam questões atinentes aos processos culturais no/do espaço urbano, que apresentam uma dinamicidade expressiva.

REFERÊNCIAS

- AMARGOSA. Prefeitura. Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Amargosa. Relatório de Leitura da Cidade – Parte I – Perfil Urbanístico local. Amargosa-Ba, 2006.
- ARANTES, Otilia B. Fiori. Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável. Pólo Salvador e entorno. Diagnóstico. Salvador: SECULT, 2004. v. 1.
- BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas I – magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- CACHOEIRA. Prefeitura. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Cachoeira. Perfil urbanístico. Lei 730 / 2006. Salvador: PCL, 2005. Cachoeira / Ba, 2006.

CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

CASTRO, Janio Roque B. de. A espetacularização das festas juninas no espaço urbano como estratégia de turistificação de pequenas cidades da Bahia. Bahia Análise & Dados: cidades: conceitos, processos e história, Salvador, v. 19, n. 2, p. 487-498, jul./set. 2009.

_____. Cultura, manifestações culturais e espaço urbano na contemporaneidade: uma breve leitura a partir da configuração espacial e das festas populares. Textura. Revista Acadêmica da FAMAM. Cruz das Almas, v. 1, n. 2, (jul./dez.) 2006.

CORRÊA, R. Lobato. A geografia cultural e o urbano. In: CORRÊA, R. Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). Introdução à geografia cultural. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2003. p. 167-186.

_____. A rede urbana. São Paulo: Ática, 1989a.

_____. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1989b.

CRUZ DAS ALMAS. Prefeitura. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Cruz das Almas. Cruz das Almas /Ba: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, 2001.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

JACQUES, P. Berenstein. Elogio aos errantes: a arte de se perder na cidade. In: JACQUES, P. Berenstein; JEUDY, H. Pierre. (Org.). Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais. Tradução de Rejane Janowitz. Salvador: EDUFBA / FAUFBA, 2006.

JEUDY, Henry-Pierre. Espelho das cidades. Tradução de Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

MITCHELL, Don. Não existe aquilo que chamamos de cultura: para uma reconceitualização da idéia de cultura na geografia. Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, n. 8, p. 31-51, ago./dez. 1999.

QUEIROZ, L. Aquino de. Turismo na Bahia: estratégias para o desenvolvimento. Salvador: SECULT, 2002.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1988.

SERPA, Angelo. O espaço público na cidade contemporânea. São Paulo: Contexto, 2007.

TUAN, Yi – Fu. Topofilia. Um estudo da percepção. Atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980.

URBANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO INDUSTRIAL DAS CIDADES MÉDIAS DA BAHIA: UM OLHAR SOBRE FEIRA DE SANTANA

*Nacelice Barbosa Freitas**

REFLEXÕES INICIAIS

A importância do estudo sobre as cidades médias na Bahia implica uma questão prévia que é a conceituação. Segundo Corrêa (2007, p. 25), “conceituar cidade média implica em esforço de abstração, de estabelecer a unidade daquilo que é pouco conhecido, que aparece como muito diversificado”.

A problemática se amplia quando se trata das especificidades de cada uma das unidades e, além disso, de acordo com Amorim Filho (2007), o estudo sobre cidades médias é recente, podendo-se afirmar que as discussões da temática foram iniciadas, nos anos 50 e 60, na Europa Ocidental e, nos anos 60 e 70, no Brasil. Após a Segunda Guerra Mundial, os debates urbanos se inclinam para a análise das redes urbanas e também para o planejamento como forma de alcançar o desenvolvimento.

Embora as pesquisas sobre o urbano tenham como prioridade as grandes cidades, a partir dos anos 70 as cidades médias passam a ser objetos privilegiados para a implantação do desenvolvimento regional, na França e também no Brasil.

Tendo em vista este aspecto busca-se explicar o papel de Feira de Santana no contexto regional/local, levando-se em consideração a complexidade e especificidade do processo de urbanização desde os anos 70, sua importância na rede urbana do Estado, assim como sua peculiaridade locacional como fator determinante para a modernização industrial.

Na Bahia, a despeito das pesquisas e das várias iniciativas direcionadas para as cidades médias, percebe-se que estas, no geral, são tratadas como estudo de caso, não havendo muita ênfase sobre a questão referente a sua posição na hierarquia urbana, ou sobre como se estruturam a rede urbana e os aspectos internos a elas. Silva, Silva e Leão (1985) e Silva e Silva (2003) desenvolvem estudos significativos referentes à urbanização baiana, enfocando basicamente a hierarquia e as características do processo de urbanização; observa-se, portanto, que é uma abordagem geral sobre o estado, não avaliando as especificidades. Uma análise sobre cidades na Bahia deve considerar, além do número de municípios — 417 (quatrocentos e dezessete) —, a significativa diferenciação do tamanho da população, um dos aspectos que dificultam a classificação.

* Professora assistente do Curso de Licenciatura e Bacharelado em Geografia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFBA) e doutoranda em Geografia (UFS).

Sposito (2007, p. 9) chama a atenção para a diferença e o cuidado que se deve ter quando se pretende elaborar uma definição dos termos “cidades médias” e “cidades de porte médio”. Para a autora, as cidades médias são tratadas, na literatura brasileira, como aquelas “que desempenham papéis de intermediação entre cidades maiores e menores no âmbito de diferentes redes urbanas e que, portanto, diferem das denominadas ‘cidades de porte médio’ cujo reconhecimento advém de seus tamanhos demográficos”.

Observa-se que há dificuldades quando se busca uma explicação sobre a rede urbana da Bahia, pois traçar uma classificação implica, inicialmente, fazer uma leitura detalhada da população de 417 municípios, tendo a capital do Estado uma população total de 2.443.107 e uma população urbana de 2.442.102 habitantes, de acordo com os dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000). Na segunda posição se encontra Feira de Santana com população total e urbana de 480.949 e 431.419 habitantes, respectivamente, enquanto Vitória da Conquista, na terceira posição, apresenta 262.494 e 225.545 habitantes, correspondendo aproximadamente à metade da população total da segunda e pouco mais que 10% da população da capital. Para acentuar a preocupação e justificativa sobre a necessidade de ampliação das pesquisas referentes à questão, Catolândia, município que apresenta menor população total e urbana, possui 3.092 habitantes, sendo 848 no espaço urbano, o que corresponde a 0,12% da população total da capital e 0,64% em relação à segunda maior cidade da Bahia. Nessa perspectiva, Sposito (2007) expõe que o tema carece de aprofundamento teórico-metodológico.

Conhecendo as limitações teóricas e as possíveis imprecisões, mas, ao mesmo tempo, a necessidade de ampliação das reflexões sobre o tema, colocam-se as cidades médias da Bahia no campo do debate, especialmente com o intuito de refletir sobre seu papel local/regional. Trata-se, portanto, neste texto, de uma tentativa de expor a realidade, levando-se em conta o processo de produção do espaço urbano e das formas de participação das diferentes cidades na divisão territorial do trabalho.

A Bahia desfruta de uma especificidade quando se analisa em profundidade o processo de colonização — um elemento fundamental para a formação das cidades: a concentração no litoral faz com que seja consolidado um crescimento urbano voltado para as condições de circulação da época.

Salvador, *locus* do início do processo de colonização, capital da Colônia até 1763, situa-se neste início de século como metrópole nacional. É óbvia a condição urbana que a coloca como uma das cidades mais importantes do Brasil e da América Latina

A análise da rede urbana da Bahia, entretanto, permite incluir Feira de Santana numa segunda posição, se observado seu tamanho populacional. Esta pode ser definida como cidade de porte médio, mas também se situa numa posição intermediária, tomando-se como referência seu papel do ponto de vista econômico, concentrado no desenvolvimento das atividades de comércio e serviços e na indústria.

O tamanho demográfico, ao mesmo tempo em que constitui um fator facilitador da definição, pode constituir uma dificuldade, tendo em vista o tamanho da população em relação à capital e aos outros 415 municípios baianos. É a segunda maior cidade, numa posição isolada, destacando-se entre as demais, fato que provoca a elaboração de um projeto de lei, encaminhado à Assembléia Legislativa da Bahia em 2008, que tem como proposta instituir a Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS). A população total e a urbana serão tomadas como critério principal para a classificação de Feira de Santana, partindo do número absoluto de habitantes. Deve-se atentar, porém, para o que afirma Corrêa (2007, p. 25) quando se refere ao tamanho demográfico absoluto, porque este deve ser relativizado, pois “duzentos mil habitantes tem sentido diferente quando se consideram, por exemplo, os Estados Unidos, a Finlândia e o Uruguai, países com processo distinto de urbanização”. Se tais diferenças são apresentadas entre países, nesta discussão apresentam-se as diferenciações internas do estado da Bahia.

Outro aspecto a ser considerado é a “escala espacial de referência”, isto é, a classificação da cidade no âmbito da escala local/regional, registrando-se que Feira de Santana tem população maior que a de sete capitais brasileiras, segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000).

A dimensão temporal representa outra dificuldade a ser considerada na visão de Corrêa (2007, p. 26), pois o “rápido e intenso processo de urbanização”, pelo qual têm passado as cidades brasileiras, impõe limites e a análise feita na década de 1970 pode estar superada na atualidade, ou seja, 200 mil habitantes, identificados naquele período, têm significado diferente para uma avaliação no início do século XXI.

Ao analisar o processo de urbanização Feira de Santana, observa-se que, desde o final do século XIX, sua posição intermediária é decorrente do desenvolvimento das atividades produtivas, especialmente da pecuária; porém, tomando-se como parâmetro o tamanho demográfico, assume a condição de cidade média na década de 1970, quando alcança população urbana superior a 100 mil habitantes. A modernização industrial, consolidada a partir da década de 1970, determina uma dinâmica territorial que confirma este lugar na hierarquia urbana do estado.

FORMAÇÃO TERRITORIAL DE FEIRA DE SANTANA: A CONSOLIDAÇÃO DA CIDADE MÉDIA

A formação territorial de Feira de Santana está vinculada à expansão da pecuária, que se consolidou a partir do final do século XVIII. Até então, a feira de gado mais importante da Bahia era a de Capuame no norte do Recôncavo; suas pastagens, porém, foram substituídas pelos canaviais, perdendo a região sua característica. Abre-se, com isso, um novo espaço para a expansão daquela atividade produtiva, e Feira de Santana, aldeia sem expressão,

transforma-se em importante centro de comercialização de produtos oriundos da pecuária e principal feira de gado do estado, já em 1828 (FREITAS, 1998).

Poppino (1968, p. 12) afirma que, “desde os tempos coloniais, tornou-se conhecida como um entreposto comercial de vida própria” e, “em 1950, era conhecida em todo o Nordeste do Brasil”, isto devido ao importante mercado de produtos agrícolas e pecuários.

Dessa forma, a cidade, constituída a partir de um inexpressivo povoado, gravitando em torno de uma capelinha e de uma feira, adquire importância regional, tendo em vista a concentração das atividades na pecuária e na comercialização de produtos agrícolas. A aglomeração urbana que se desenvolve nas proximidades da capela da Fazenda Sant’Ana dos Olhos d’Água se beneficia da busca de pastagens e da tentativa de penetração para o interior, consolidando um processo de urbanização caracterizado pela expansão do setor terciário.

A Bahia, no período colonial, tem a formação territorial associada à monocultura canavieira no litoral, obrigando os criadores a efetivarem o desenvolvimento da pecuária no interior. Feira de Santana, portanto, difere das cidades litorâneas, pois se caracteriza pela variação na produção. Apesar da importância significativa da pecuária, Feira de Santana apresenta características econômicas próprias e divergentes da realidade da época, ou seja, desenvolve a pecuária e uma agricultura predominantemente de subsistência, mas, em segundo plano, pratica a comercialização do fumo, do algodão e de produtos agrícolas e alimentícios, em vez da monocultura para exportação.

De origem relativamente recente, se comparada ao processo de formação territorial da Bahia, o município foi considerado uma unidade política em 1873. Desde 1693 fez parte da Comarca de Cachoeira, sendo elevado à categoria de Freguesia no ano de 1696. No início do século XIX, Feira de Santana já era “grande e povoada” e considerada o “maior arraial da Paróquia de São José das Itaporocas”, passando à categoria de povoado em 1819: até então, Cachoeira era a segunda maior cidade do estado (POPPINO, 1968, p. 21).

Em 13 de novembro de 1832, o povoado passa à categoria de vila, mediante decreto imperial. A sede do município, ora criado, corresponde a uma área de 12 mil quilômetros, desligada do município de Cachoeira e é escolhida para esta situação por ser a maior comunidade da região e a mais importante do ponto de vista econômico. Naquele período, a quase totalidade da produção agrícola e pastoril da região era comercializada na feira, antes de seguir para a capital.

Em 16 de junho de 1873, a vila foi elevada à categoria de cidade com a denominação de Cidade Comercial de Feira de Santana. Desde então, amplia seu papel em nível local/regional, sendo o setor terciário o mais expressivo economicamente.

Pode-se afirmar que o processo de produção da cidade média é iniciado, quando Feira de Santana passa de aldeia sem importância a principal feira de gado do estado, em 1828. O comércio de gado era realizado no “Campo do Gado ou da Gameleira” que se localizava a

aproximadamente um quilômetro ao norte da Capela de Santana, fortalecendo as atividades comerciais do centro (POPPINO, 1968, p. 75).

Atualmente constitui-se como centro comercial de médio porte, com influência marcante em nível local/regional, posicionando-se como segunda maior cidade do Estado e, desde a data de sua emancipação, adquire expressividade nacional, garantindo sua influência no cenário econômico da Bahia.

Nessa perspectiva, a urbanização, processo consolidado na década de 1970, quando registra a predominância de população urbana, resulta tanto da expansão das áreas de pastagens e redução da população rural, quanto da expansão do comércio, que apresenta o terciário superior e o terciário inferior, bastante diversificado em decorrência da ampliação tecnológica, além da influência marcante da industrialização, especialmente nesse período que representa uma ruptura com o atraso industrial da primeira metade do século XX.

O Centro Industrial do Subaé é outro elemento marcante para formação territorial. Criado através da Lei Municipal nº 690, em 14 de dezembro de 1970, é constituído por dois distritos industriais, um deles instalado no bairro do Tomba, área que se situa na parte sul da cidade e é responsável pelo acesso à BR-101 e, o outro, às margens da BR-324, em contato direto com a capital; ocupa, portanto, Feira de Santana uma posição privilegiada, pois, além de ser considerada o maior entroncamento rodoviário do Norte-Nordeste do país, é o único município que, não sendo capital, detém um centro industrial de médio porte.

Tal formação está diretamente ligada à história da pecuária e ao comércio do gado na Bahia. Os primeiros povoadores eram criadores e a Fazenda Santana dos Olhos d'Água era pouso obrigatório de antigos tropeiros que levavam o rebanho em direção a Salvador, além de comercializar, no local, uma parte do mesmo. As vantagens locais, de intermediária entre o Recôncavo e o Sertão baiano, fazem com que a cidade funcione como entreposto comercial, ocorrendo uma rápida expansão do comércio que, com o advento do rodoviarismo, favorece o contato com outras regiões (POPPINO, 1968; SILVA; SILVA; LEÃO, 1985).

As relações intra e inter-regionais e o dinamismo econômico que inicialmente eram voltados para os limites microrregionais, atualmente têm reconhecida sua importância em nível nacional, devido ao mercado de produtos agrícolas e pecuários, à existência de um setor terciário bastante diversificado e à consolidação do setor industrial (SILVA; SILVA; LEÃO, 1985). Assim, garante a posição de centro regional, estendendo constantemente a sua área de influência.

URBANIZAÇÃO E DINÂMICA POPULACIONAL DAS CIDADES MÉDIAS: FEIRA DE SANTANA COMO FOCO DA ANÁLISE

O crescimento urbano na Bahia inicia-se no século XVI, “com a instituição do sistema de capitâneas hereditárias e com a criação do primeiro Governo Geral” (SILVA; SILVA; LEÃO, 1989,

p. 36). Os centros urbanos concentravam-se no litoral, nas áreas de planície e as atividades produtivas eram comandadas por núcleos urbanos com frágil vinculação entre si.

Emerge, portanto, uma rede urbana como consequência da estrutura do mercado que é essencialmente voltado para fora, mas fundamental para, no plano interno, formar as primeiras vilas e cidades. O desejo crescente de apropriação do espaço promove a ampliação de sua ocupação, que adentra os vales dos rios, preparando caminhos e fundando povoados, diretamente ligados aos portos que têm por principal função o escoamento da produção. Até então não se pode falar de uma rede integrada e as cidades, nesse período, não se constituem em centros da produção, em decorrência das especificidades da agroexportação: isto só será possível quando incorporadas à consolidação da atividade industrial.

No final do século XVII, mesmo com o povoamento concentrado no litoral, inicia-se a penetração para o interior, tendo por base a pecuária; é quando são abertas as primeiras vias de acesso para a comunicação com o norte e o nordeste da Bahia, por onde serão conduzidos os rebanhos de bovinos em direção ao Recôncavo, além de facilitar a circulação de pessoas e mercadorias. Nos séculos XVIII e XIX, o desenvolvimento das atividades agrícolas ainda influencia a concentração populacional na costa. O processo de “litoralização” do fenômeno urbano, na Bahia, porém, é flexibilizado com a expansão da pecuária, fato preponderante para a posterior diversificação da rede urbana.

Este aspecto é acentuado com a introdução de complexos e modernos sistemas de produção, a ampliação da infraestrutura viária e dos meios de comunicação, etc. Assim, a modernização instalada na região confere um significativo impulso ao crescimento urbano e, posteriormente, ao processo de urbanização.

Compreendendo tal processo como resultado da relação campo-cidade, em que o movimento direciona-se para a ampliação do espaço urbano, é importante ressaltar que a Bahia apresenta uma especificidade: o espaço urbano antecede o rural em decorrência do processo de colonização. Em face do contexto apresentado, Feira de Santana expõe uma ação divergente, encaminhando a formação urbana após a consolidação do rural.

A leitura dos dados que indicam os municípios mais populosos da Bahia evidenciam a importância da análise da rede urbana (Tabela 1).

(Continua)

Municípios	Total	Urbana
Salvador	2443107	2442102
Feira de Santana	480949	431419
Vitória da Conquista	262494	225545
Itabuna	196675	191184
Ilhéus	222127	162277

(Conclusão)

Municípios	Total	Urbana
Camaçari	161727	154402
Juazeiro	174567	133278
Jequié	147202	130296
Barreiras	131849	115784
Alagoinhas	130095	112440
Lauro de Freitas	113543	108595
Teixeira de Freitas	107486	99128
Paulo Afonso	96499	82584
Porto Seguro	95721	79619

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico, 2000.

Entre os 417 municípios baianos, apenas 14 detêm uma população total superior a 95 mil habitantes e população urbana maior que 79 mil, em 2000. Esta situação é mantida em 2007, quando se interpretam os números referentes à contagem da população feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As alterações ocorridas entre 2000 e 2007 relacionam-se a mudanças de posição de alguns municípios, como Juazeiro, que assume a terceira posição, em confronto com o sétimo lugar que ocupava em 2000 e Camaçari, que ultrapassa Itabuna e Ilhéus no mesmo período. Feira de Santana é o segundo da lista dos mais populosos e está bem distante de Vitória da Conquista que ocupa o terceiro lugar.

Até 1960, o percentual da população urbana de Feira de Santana é inferior a 50%, mas é significativo o salto até a década de 1970, pois passa de 49,30% para 70,63% da população morando no centro urbano e chega a 80,24% em 1980 e a 85,89% em 1991. Em 2000 apresenta um grau de urbanização de 89,80%, bem superior à média do estado que é de 67,1% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1973, 1983, 1996, 2001).

Feira de Santana é, portanto, cidade-sede de um município que tem uma população maior que a de nove capitais brasileiras em 1991, quando contava com 405.848 habitantes, e maior que a de sete capitais brasileiras em 2000, identificando-se um número de 480.949 habitantes, de acordo com os dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre 1991 e 2000 (Tabela 2).

No que se refere ao tamanho demográfico, como um dos indicadores básicos para a definição do tamanho do município observa-se a importância deste no nível nacional. Além disso, até o final do século XX, retoma Feira de Santana a posição de população maior que a de nove capitais brasileiras, ao se conferirem os dados das estimativas do IBGE para 2007, que indicam uma população de 571.997 pessoas.

Tabela 2 – População de Feira de Santana e de algumas capitais brasileiras – 1991 e 2000

Municípios	População 1991	População 2000
Feira de Santana	405 848	480.949
Aracaju *	402 341	498 619
Cuiabá *	402 813	483.346
Porto Velho	286 400	380 988
Vitória	258 777	317 085
Florianópolis	255 390	342.315
Rio Branco	197 376	314 127
Macapá	179 777	458 008
Boa Vista	144 249	242 179
Palmas	24 334	208 166

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censos Demográficos, Brasil e Bahia - 1991 e 2000.

* Municípios com população maior que a de Feira de Santana em 2000.

No que diz respeito à localização no estado, o município integra a Microrregião Geográfica de Feira de Santana, que faz parte da Mesorregião do Centro Norte Baiano, situado numa área entre o litoral e o sertão, denominada agreste baiano (Figura 1). Sua presença é marcante em decorrência da expansão do setor terciário, consolidando a incontestável capacidade de atender à demanda regional/local de prestação de serviços, especialmente nas áreas de educação, saúde, produtos alimentícios, vestuário, eletroeletrônicos etc.

A Microrregião Geográfica de Feira de Santana é composta de 23 municípios, mas Feira de Santana exerce um papel fundamental no que diz respeito à centralização e à concentração das atividades econômicas. Em 2005, as estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontavam para quase um milhão de habitantes residindo numa área correspondente a 12.646, 80 Km².

O principal questionamento acerca da compreensão da hierarquia urbana na Bahia refere-se à complexidade para a definição das cidades médias. Visando uma classificação destas no âmbito do estado, consideraram-se os dados demográficos de 2000 e, para isso, selecionaram-se como mais populosos aqueles municípios com mais de 95 mil habitantes. Incluir Feira de Santana nesta categoria implica observar o número de sua população total — aproximadamente cinco vezes maior que a de Porto Seguro — o menos populoso da classe — e, ao mesmo tempo, cinco vezes menor que a de Salvador, que detém a maior população do estado —, o que confirma a dificuldade de se estabelecer uma ordem linear entre esses números.

Mas, a partir de uma avaliação sobre a capacidade de Feira de Santana atender à demanda de oferta de bens e serviços em âmbito regional, conclui-se que é indiscutível sua condição de centro intermediário. Os cuidados teóricos e conceituais, portanto, direcionam-se para a carência de aprofundamento da análise com relação às especificidades das cidades médias na Bahia.

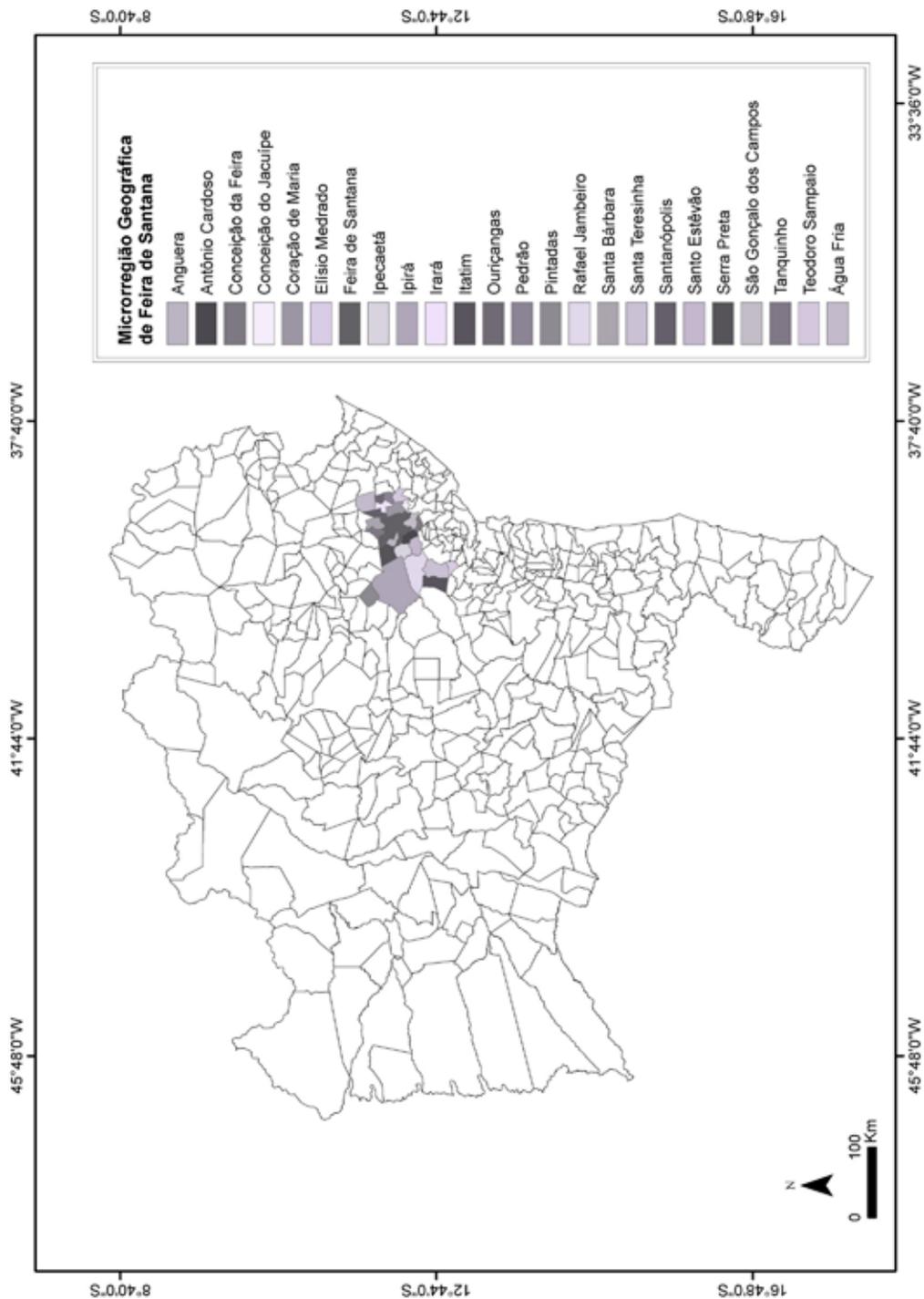


Figura 1 – Microrregião Geográfica de Feira de Santana: localização na Bahia

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000). Banco de Dados. Adaptado por SILVA, Cleonice Moreira da.

A complexidade do referido estudo se amplia, pois, pode-se afirmar que, do total de 403, somente 22 municípios possuem população total maior que 53 mil habitantes em 2000 e maior que 54 mil em 2007, o que induz à afirmação de que 381 municípios contam com população total inferior a 54 mil pessoas em 2007 (Tabela 3).

Tabela 3 – Bahia: população total e urbana dos municípios com mais de 53 mil habitantes – 2000 e 2007

Municípios	Total	Urbana	Contagem da população
	2000		2007
Eunápolis	84.120	79.161	93984
Serrinha	83.206	45.943	71383
Valença	77.509	55.884	84931
Santo Antônio de Jesus	77.368	66.245	84256
Candeias	76.783	69.127	78618
Jacobina	76.492	52.088	76463
Guanambi	71.728	54.003	76230
Senhor do Bonfim	67.723	51.343	72511
Itamaraju	64.144	48.037	65327
Brumado	62.148	40.710	62381
Campo Formoso	61.942	21.003	65137
Ipirá	61.746	23.320	60043
Itaberaba	58.943	44.517	59393
Santo Amaro	58.414	44.505	58028
Itapetinga	57.931	55.182	63243
Irecê	57.436	53.143	62676
Conceição do Coité	56.317	28.026	60835
Monte Santo	56.139	7.226	52249
Casa Nova	55.730	27.266	62862
Bom Jesus da Lapa	54.421	37.726	62199
Euclides da Cunha	53.885	24.531	56625
Cruz das Almas	53.049	39.604	54827

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2000 e Contagem da População 2007.

Sabe-se que as análises correntes sobre o urbano na Bahia indicam, sobretudo, as características do processo de urbanização na atualidade, especialmente os principais motivos do crescimento populacional das cidades. Nessa perspectiva, é oportuna a busca de uma explicação sobre a rede urbana baiana, com o intuito de expandir os conhecimentos sobre as cidades médias, tendo como referência a posição que assumem na escala regional/local e concordando que o estado constitui-se em valioso laboratório para o estudo da dinâmica territorial.

MODERNIZAÇÃO INDUSTRIAL, DESENVOLVIMENTO E DINÂMICA TERRITORIAL EM FEIRA DE SANTANA

O Brasil, no período entre o século XVI e o início do século XIX, tem a produção do espaço assinalada pela condição de colônia, com uma estrutura econômica que orienta as atividades para o comércio exterior, ou seja, para a exportação da produção mais rentável em determinados momentos históricos; assim, consolida-se uma base agroexportadora centrada na monocultura. No final do século XIX, porém, vários fatores, a exemplo da abolição da escravidão e da imigração europeia, propiciam um incremento industrial que incentiva a formação de um mercado consumidor com capacidade de absorver uma limitada, porém emergente produção industrial.

O fraco desenvolvimento industrial brasileiro resulta, portanto, da própria estrutura econômica do país, tanto na colônia quanto no império, porque, além da falta de um mercado interno significativo, da carência de braços livres e energia abundante, identifica-se a ausência de um protecionismo que ofereça condições para a indústria brasileira concorrer com a estrangeira, pois se baseia na produção agrícola para o mercado externo, sendo conseqüentemente dependente deste (LUZ, 1975).

A Bahia reflete as formas espaciais específicas das relações sociais, políticas e econômicas existentes no contexto da colonização, constituindo-se como centro da reprodução do capital mercantil e comercial. Inserida na estrutura agroexportadora, tem a base econômica altamente dependente das exigências externas, produzindo sempre o que é interessante a seu mais importante mercado consumidor — Portugal — e não diretamente para suprir as necessidades locais.

Ao longo do século XIX, quando a Europa se encaminha para a segunda Revolução Industrial, o Brasil institui a modernização do setor açucareiro, e, segundo Silva, Silva e Leão (1989, p.124), “as primeiras inovações tecnológicas introduzidas no ambiente das *‘plantations’* de açúcar foram levadas a efeito pelos próprios empresários no início do século XIX. Neste particular, a Bahia é considerada um estado pioneiro no cenário nacional”. De acordo com os autores, esta indústria foi um dos ramos mais importantes na segunda metade do século XIX, estruturando-se como o maior centro produtor neste setor, absorvendo grande quantidade de mão de obra liberada pelos engenhos coloniais e pela lavoura de fumo.

A estrutura industrial, portanto, não opera as transformações necessárias à ampliação do dinamismo local/regional e, até as décadas de 40 e 50 do século passado, não é dotada de capacidade para concorrer com o Centro-Sul que tem seu setor industrial dinamizado pelo capital cafeeiro.

Fatores históricos como a Primeira Guerra Mundial, a crise econômica de 1929 e a Revolução de 1930 fornecem elementos para a ruptura com o passado colonial e a arrancada para o processo de industrialização (BRUM, 1983). Nesse período ocorre a ascensão da burguesia ao poder, passando-se para uma nova fase econômica, tornando-se vitoriosa a ideologia do nacional-desenvolvimentismo que tem por proposta o desenvolvimento autônomo sob base industrial. A Segunda Guerra Mundial e as dificuldades impostas pelas relações socioespaciais internacionais favorecem a consolidação da substituição de importações; além disso, a intensificação do comércio interno e as melhorias nas comunicações são fundamentais para a mudança na dinâmica territorial. No estado ainda predomina a agroexportação e, em Feira de Santana, a pecuária e o comércio são determinantes para a formação territorial.

A segunda metade da década de 1950 — governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) — é marcada pelo modelo econômico caracterizado pela desnacionalização da economia e abertura à penetração do capital estrangeiro que vai dirigir o processo de industrialização no Brasil. O Plano de Metas tem por objetivo modernizar o País, retirando-o do atraso histórico em que se encontra, isto é, avançar “cinquenta anos em cinco” (BRUM, 1983; BECKER; EGLER, 1994).

O tipo de modernização implantado nos anos 60, no Brasil, explica o papel do Estado, quando faz uso do “vetor científico-tecnológico” para garantir a dominação sobre o território, concretizando o projeto geopolítico da ditadura militar. Segundo Becker e Egler (1994), a modernização acelerada nesse período é consequência da combinação desses fatores que têm como implicação a apropriação do território.

O Brasil, até esse momento, desenvolve a industrialização através da substituição de importações, tendo como suportes o capital estrangeiro e a penetração crescente das multinacionais. É nesse contexto que o Estado, com a justificativa de corrigir as desigualdades econômicas regionais, implanta centros e distritos industriais em outras regiões do país, consolidando uma nova dinâmica territorial.

O processo de modernização se constitui em elemento-chave para a compreensão da organização espacial urbana de Feira de Santana quando se analisam as estratégias de desenvolvimento regional implantadas pelos administradores do processo em nível local/regional.

A modernização industrial constitui, portanto, uma forma de entender a dinâmica territorial nas diversas escalas: nacional, regional, estadual e local, porque as forças políticas locais apropriam-se do território, sob o ponto de vista de controle do espaço, fato que é determinante para a compreensão da expansão urbana (PIRES, 2006).

Castro (1996, p. 288-289) define modernização como o resultado da estruturação de um “fato moderno”, novo, diretamente vinculado à contemporaneidade, afirmando que “ao se utilizar o conceito de modernização não é possível escapar do conteúdo dinâmico que lhe foi conferido pela modernidade ocidental”. Dessa forma, tem-se o reflexo em todos os setores da sociedade, promovendo um processo de ruptura com o passado, superando estruturas

arcaicas. A Bahia tem, no processo de industrialização implantado no final da década de 1960, a ampliação espacial do projeto nacional, que tem por meta romper com o atraso e o Estado através do planejamento é o principal responsável pelo desenvolvimento regional.

Sob o ponto de vista econômico, esse processo “envolve expansão e transformação do sistema produtivo mediante a incorporação de inovações técnicas”. Nova dinâmica territorial foi implantada no espaço, definindo, determinando o nível de desenvolvimento político-social e, conseqüentemente, territorial (CASTRO, 1996, p. 290). Essa abordagem permite concluir que a modernização impõe uma dinâmica territorial em decorrência das relações sociais e de poder estabelecidas.

É patente o papel do Estado no processo de modernização industrial, na segunda metade do século XX, como mentor e executor de planos econômicos, principalmente após 1964, imprimindo então uma dinâmica territorial específica em nível regional e nacional.

A pretensão das forças políticas, nesse período, é ampliar o poder do Estado, além de viabilizar a saída da estagnação econômica que corrói a Nação desde os primeiros anos da década. Pode-se afirmar que, desde a década de 1930, o Estado, representando os setores hegemônicos e tendo como alicerce a ideologia do nacionalismo, ambiciona desenvolver o país, tendo como lastro para este processo a industrialização moderna: ressaltam-se o período JK e Eurico Gaspar Dutra, por suas notórias ligações com os interesses financeiros internacionais e refletidos no modelo associado dependente (BRUM, 1983).

A participação do Estado na economia representava a garantia financeira para as indústrias, especialmente as multinacionais. Ele se constituía em “avalista em termos econômicos e políticos”, era proprietário e empresário das atividades de transportes, produção e refino de petróleo, controlava a maior parcela do setor siderúrgico e energia elétrica, rebaixava os salários, fixava os preços, as taxas de juros e aluguéis, redefinindo seu papel como pressuposto geral da acumulação capitalista: uma autonomia com incursão em diversos setores, tendo por base a reprodução ampliada do capital (IANNI, 1991, p.186).

O planejamento era considerado, por parte do Estado, uma “técnica neutra”, que poderia ser aplicada “em qualquer regime econômico” e em qualquer fase do processo de desenvolvimento (IANNI, 1991, p.156). Desde o início do século XX, o mesmo é visto como instrumento que indica os meios e as ideias para implantar o desenvolvimento e melhorar a qualidade de vida da população, ou seja, resolver os problemas inerentes à sociedade capitalista. Este planejamento, portanto, traz embutida a intenção idealista de transformar o espaço prevendo seu bom funcionamento. O poder político, tanto na escala nacional, quanto regional e local, utiliza-se desse discurso para instituir uma industrialização que viabiliza, essencialmente, a reprodução ampliada do capital, alargando o fosso entre Nordeste e Centro-Sul. Embora a base discursiva tente revelar uma proposta de desenvolvimento regional, realiza-se a ampliação da divisão territorial do trabalho e, segundo Oliveira (2008a), o desenvolvimento desigual e combinado.

A proposta nacional-desenvolvimentista da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o apoio do Estado — que utiliza o discurso do desenvolvimento regional —, assim como a posição geográfica da Bahia, no Nordeste e em relação ao Centro-Sul, fazem com esta seja convertida em solo fértil para implantação de centros industriais.

A modernização industrial brasileira e, conseqüentemente, baiana é apoiada pelo Estado, via planejamento econômico, e tem por base a proposta de tentar transformar o Brasil em um país de Primeiro Mundo, motivo amplamente utilizado para justificar a implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA) e do Complexo Petroquímico de Camaçari (Copec) na Região Metropolitana de Salvador (RMS), do Centro Industrial do Subaé (CIS), em Feira de Santana, e dos Distritos Industriais em Itabuna e Ilhéus, resultado da política de desenvolvimento para o Nordeste que, na década de 1960, estrutura uma industrialização, buscando maior integração do estado ao conjunto da economia nacional.

Nessa perspectiva, a modernização industrial em Feira de Santana tem como marco a implantação do Centro Industrial do Subaé (CIS) em 1970. O CIS, desde sua origem, caracteriza-se por estar voltado para a produção de bens finais e intermediários, apresentando um setor diversificado.

A recente industrialização proporcionou mudanças estruturais na economia baiana na segunda metade do século XX, passando o eixo dinâmico, antes centrado na agricultura, para o setor secundário. O estado se impôs em nível regional, desenvolvendo a capacidade de produzir bens intermediários, sendo seu principal mercado o Sudeste do país. A atividade produtiva, propalada como meio para alcançar o desenvolvimento, é efetivada no perímetro da Região Metropolitana de Salvador (RMS), mas, a partir de então, desloca-se em direção ao sertão e, no espaço baiano, registram-se novas articulações espaciais, especialmente quando o processo atinge Feira de Santana. Tem-se, portanto, o fortalecimento das relações entre as cidades da Bahia que sediam o elemento industrial, além da mudança do perfil funcional de uma cidade média, que passa a ser orientado pelos interesses daqueles responsáveis pela distribuição da produção em escala regional/nacional.

Em face do contexto apresentado, é importante registrar que a produção de manufaturados de caráter industrial se constituía em uma atividade de importância secundária até meados do século XX, porque a cidade ainda não tinha este setor fortalecido.

Segundo Silva, Silva e Leão (1985, p. 311),

O setor industrial, que se foi afirmando a partir da segunda metade do século XIX, foi uma atividade bem relacionada com o setor agrícola, ou seja, a produção industrial consistia basicamente na transformação das matérias agrícolas regionais para consumo regional ou para exportação. A indústria surge, assim, como decorrência da expansão do setor primário

regional, cujos produtos eram comercializados por Feira de Santana. Os capitais são essencialmente da região.

Até a segunda metade do século XX as indústrias localizavam-se de forma dispersa no espaço urbano, mas em 1970, com a implantação do CIS — que teve como principais atrativos para sua implantação os incentivos fiscais do programa Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor), a isenção do Imposto de Renda e o excedente de mão de obra — se estabelece a concentração industrial. Atualmente Feira de Santana situa-se como o mais importante centro industrial do interior do estado, o único município de todo o Norte-Nordeste — que não é capital — a possuir um centro industrial de médio porte, como já foi dito.

Assim, o processo de industrialização, tanto na Bahia quanto em Feira de Santana, reflete a política nacional que tem por base o ideário cepalino: tirar a América Latina do atraso econômico e consolidar o desenvolvimento regional através da industrialização. Essa também é a justificativa para a estruturação dos centros industriais baianos, resultantes da interiorização dos centros e distritos industriais, demandas dos municípios especialmente do poder político local.

Pode-se afirmar que a modernização industrial implantada teve como premissa básica a reprodução ampliada do capital e, na visão de Oliveira (2008a; 2008b), reflete a prática política do desenvolvimento regional que tem por base a expansão das indústrias do Centro-Sul. Esta abordagem conduz à discussão sobre a questão territorial na perspectiva da divisão territorial do trabalho, contrapondo-se à problemática do “desequilíbrio” ou “desigualdade” regional e toma como referência a lei do desenvolvimento desigual e combinado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre cidades médias na Bahia deve levar em consideração a crescente aceleração da urbanização em curto espaço de tempo, uma característica fundamental, que resultou inicialmente da concentração das atividades no setor terciário e não da transformação de uma economia agrária em industrial, diante do crescimento frágil do setor secundário (CASTELLS, 1973). Os elementos fundamentais para explicá-la estão ligados ao tipo de industrialização e aos padrões de acumulação, assim como às formas de exploração capitalista no campo, quando é o antagonismo cidade-campo o principal responsável pela urbanização acelerada no Brasil e também na Bahia.

O crescimento populacional total e urbano é fundamental para a compreensão das características dos principais centros urbanos baianos, independentemente da posição em que estão colocados na hierarquia urbana.

Um estudo mais detalhado sobre o tema em questão impele para a necessidade de desenvolvimento de explicações mais aprofundadas, em decorrência da complexidade do fenômeno baiano, especialmente porque o aprofundamento na divisão social e territorial do trabalho

provoca significativas transformações entre as cidades, ampliando as diferenças entre elas, apesar das inúmeras semelhanças no que se refere à dinâmica territorial iniciada com o processo de colonização.

Quanto à modernização industrial pode-se avaliar que, no final do século XIX, o processo de industrialização implantado no Brasil fez com que se intensificasse o crescimento urbano. Entre 1890 e 1900, em diversos pontos do país, erguem-se indústrias, voltadas para o mercado regional, provocando rápido incremento da população urbana, tendo-se como consequência a formação de um mercado nacional. Na visão de Lopes (1976), o desenvolvimento industrial que ocorre subsequentemente concentra-se no Centro-Sul. A Bahia, nesse contexto, expõe uma dinâmica territorial alicerçada no atraso industrial, fato que será modificado durante a segunda metade do século XX, alcançando diversos municípios, constando Feira de Santana como um dos mais representativos.

Assim, a partir do final dos anos 60, a industrialização redefine o urbano na Bahia porque o estado toma este processo como lastro para expandir a urbanização sob a égide do capital industrial. A multiplicação das cidades médias é tomada como tendência para o futuro, pois, diante da inserção no meio técnico-científico, evidentemente, haverá aceleração maior e mais qualificada da urbanização, ainda que venha acompanhada “do desemprego, do subemprego ou do emprego mal pago”. Não mais a “urbanização da sociedade”, mas a “urbanização do território”, resultado da ampliação no espaço dos “nexos modernos” (SANTOS, 1993, p. 121, 125).

A modernização industrial consolidada, nas décadas de 1960 e 1970, na Bahia e especialmente em Feira de Santana deve ser confrontada com o desenvolvimento da atividade industrial até metade do século XIX, pois era considerada, naquela época, como secundária, restringindo-se à transformação de matérias-primas agrícolas. Em 1950, apesar do atraso, Feira de Santana reflete essa condição, quando a indústria de carnes resultava da importância do gado para o município e visava ao abastecimento de outras regiões do estado. Antes da Segunda Guerra Mundial, porém, além da indústria de fumo, nenhuma outra podia ser definida como importante, destacando-se como atividades econômicas mais importantes a pecuária e a agricultura. Mas, mesmo com todas as dificuldades, o município, em meados do século XX, torna-se um centro industrial importante da Bahia, consolidando uma modernização determinante para a atual dinâmica territorial. Vários fatores contribuíram para o crescimento industrial nesse período: um deles é o crescimento populacional urbano; além disso, o desenvolvimento dos transportes o transforma em importante eixo rodoviário do País.

Conclui-se que Feira de Santana reflete o dinamismo econômico do estado, como resposta à ampliação da sua influência local/regional, impondo uma dinâmica territorial que consolida a posição de cidade média e centro intermediário e de segunda maior cidade no espaço baiano, aspectos que justificam os estudos sobre ela.

É notória, porém, a importância das cidades médias — definidas neste estudo pelo tamanho demográfico superior a 95 mil habitantes e inferior à capital em 2000 —, acreditando-se que a opção por esta análise, na Bahia, ainda careça de profundas reflexões.

REFERÊNCIAS

- AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Origens, evolução e perspectivas dos estudos sobre cidades médias. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). *Cidades médias: espaços em evolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- BECKER, Bertha K.; EGLER, Claudio A. *Brasil uma nova potência regional na economia-mundo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- BRUM, A. *Desenvolvimento econômico brasileiro*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- CASTELLS, Manuel. La urbanización dependiente em la América Latina. In: CASTELLS, Manuel (Org.). *Imperialismo y urbanización em América Latina*. Barcelona: Gustavo Gili, 1973. p. 7-26.
- CASTRO, Iná Elias de. *Seca versus seca*. Novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). *Cidades médias: espaços em evolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- FREITAS, Nacelice Barbosa. *Urbanização de Feira de Santana: influência da industrialização 1970-1996*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.
- HAESBAERT, R. "Gaúchos" e baianos no "novo" Nordeste: entre globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand. Brasil, 1996.
- IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 1970*. Rio de Janeiro: IBGE, 1973.
- _____. *Censo demográfico 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.
- _____. *Censo demográfico 1991*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.
- _____. *Censo demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.
- _____. *Contagem da população 2007*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- LOPES, Juez Rubens Brandão. *Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1976.
- LUZ, N. V. *A luta pela industrialização no Brasil: 1808 a 1930*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- OLIVEIRA, Francisco. *Noiva da Revolução; Elegia para uma re(li)gião*: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classe. São Paulo: Boitempo, 2008a.
- _____. *Crítica à razão dualista; O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2008b.

PIRES, Elson Luciano Silva. Mutações e dinâmicas territoriais locais: delineamento preliminar dos aspectos conceituais e morfológicos. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Org.). *Cidades médias: produção do espaço urbano regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

POPPINO, Rolie. *Feira de Santana*. Salvador: Itapuã, 1968.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SILVA, Sylvio Carlos B. de M.; SILVA, Bárbara-Christine N.; LEAO, Sônia de O. *Urbanização e metropolização no Estado da Bahia: evolução e dinâmica*. Salvador: Centro editorial e didático da UFBA, 1989.

_____. *O subsistema urbano regional de Feira de Santana*. Recife: SUDENE/CPR, 1985.

SILVA, Sylvio Carlos B. de M.; SILVA, Barbara-Christine N. *Estudos sobre globalização e território e Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2003.

SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão. Sobre novas possibilidades e perspectivas: historiando nosso percurso e apresentando nossos textos sobre cidades médias. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). *Cidades médias: espaços em evolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PARTE III

87

Série Estudos e Pesquisas

PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO E O
PLANEJAMENTO/GESTÃO DAS CIDADES
MÉDIAS E PEQUENAS DA BAHIA

A ELABORAÇÃO DE PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS COMO POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO: QUATRO EXPERIÊNCIAS RECENTES EM MUNICÍPIOS BAIANOS

Fábio Moura Costa*

INTRODUÇÃO

Do ponto de vista da Geografia, a questão dos planos diretores municipais (PDM) merece toda a atenção por revelar como o Estado brasileiro, seja ele na escala nacional ou subnacional, pode agir direta ou indiretamente na produção e/ou organização do espaço, que, neste caso, é o território municipal. Essa ação tanto pode atender aos interesses e objetivos comuns da população local como um todo ou apenas a grupos específicos, como também pode privilegiar mais os interesses e objetivos de agentes econômicos ou políticos externos interessados em algo naquele território.

Entretanto, com a mudança substancial na natureza do PDM ocorrida nas últimas décadas, o estudo desses planos se tornou uma tarefa mais complexa. Isso passou a demandar da Geografia e dos geógrafos análises mais refinadas e integradoras de diversos fenômenos, articulando, assim, um quadro teórico mais amplo que o usualmente empregado nos estudos urbanos *stricto sensu*.

Em primeiro lugar, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2002) alçou o PDM de uma condição de peça técnica indicativa de usos e das formas de ocupação do solo urbano, como também de estratégias de desenvolvimento e expansão urbana, à condição de lei municipal responsável pela regulamentação e controle dos usos e do processo de ocupação do solo urbano. Isto significa dizer que a lei do PDM passou a integrar o ordenamento jurídico do qual o Estado brasileiro se vale para exercer seu poder regulatório sobre o território.

Em segundo lugar, a entrada em vigor da Lei federal nº 10.257, de 2001 — o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001a) —, ampliou a área de abrangência do plano diretor da cidade, enquanto espaço urbano por excelência, de forma a contemplar todo o espaço municipal: zona urbana mais zona rural. Da mesma forma, o estatuto suscitou a politização do processo de elaboração dos PDM, diante do caráter tecnocrático vigente até a CF/1988. A atuação do Serviço Federal de Habitação, Arquitetura e Urbanismo (Serfhou), criado em 1964, é emblemática, visto que políticas públicas e planos, sobretudo do setor habitacional, eram formulados por técnicos de forma exógena aos governos locais e sem consultas àquela sociedade.

* Bacharel em Urbanismo pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb); especialista em Planejamento de Cidades pela Universidade Católica do Salvador (UCSal); mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atua na Coordenação Socioambiental do Instituto de Gestão das Águas e Clima (Ingá). fmouracosta@yahoo.com.br

Portanto, este é o contexto geral deste artigo, que tem como ponto de partida a seleção e análise dos PDM de quatro municípios baianos, concebidos segundo o texto legal contido no Estatuto da Cidade, a partir de 2002.

Na metodologia da pesquisa, foi utilizado o método de procedimento denominado por Gil (2002) de estudo de casos múltiplos. Eles foram estruturados a partir de dois conjuntos de critérios responsáveis pela seleção dos quatro planos diretores municipais. Foram eles:

1. O universo de pesquisa são os PDM elaborados a partir de 2002 para municípios baianos. O ano de 2002 foi decidido em razão de o Estatuto da Cidade entrar em vigor a partir de outubro de 2001. No entanto, deu-se preferência aos planos mais recentemente finalizados, visto que o Conselho das Cidades (Concidades), presidido pelo Ministério das Cidades, vem editando, desde 2003, várias resoluções no sentido de detalhar e padronizar os conteúdos e a forma de elaboração dos planos.
2. Deste universo, foram identificados dois grandes programas ligados à esfera governamental — federal e estadual — que, de forma exclusiva ou não, objetivaram promover a elaboração de PDM para diversas municipalidades baianas. Um dos programas contou com recursos financeiros internacionais para a contratação de consultorias especializadas em planejamento urbano. O outro foi custeado com recursos dos tesouros de cada município e apenas contemplou a capacitação e orientação técnico-metodológica de servidores municipais por consultores contratados.
3. Para o primeiro grupo, foram selecionados os municípios de Barra do Choça e Morro do Chapéu. Ambos integraram o Programa de Administração Municipal e Desenvolvimento de Infraestrutura Urbana (Produr). Este programa vigorou entre 1997 e 2004 e elaborou PDM para 96 municípios baianos. Seus agentes financiadores e executivos foram, respectivamente, o Banco Mundial (BM) e a Companhia de Ação Regional do Estado da Bahia (CAR-BA). Uma de suas linhas de ação foi, justamente, o financiamento da elaboração de planos diretores municipais via contratação de empresas de consultoria. Por esta modalidade, o município de Morro do Chapéu foi selecionado, visto que seu PDM, finalizado em 2005, foi elaborado pela UFC Engenharia Ltda., que participou de mais 14 planos. Já o município de Barra do Choça foi selecionado porque seu PDM é ainda mais recente, de 2006, e a empresa AST Consultoria e Planejamento Ltda., que o elaborou, finalizou mais quatro planos, todos em 2005.
4. Já no segundo grupo, foram selecionados os municípios de Tremedal e São Felipe. Ambos integraram o Programa de Apoio à Elaboração de Planos Diretores Participativos dos Municípios do Estado da Bahia (PDP-BA). Este programa vigorou entre agosto de 2006 e maio de 2007 e foi coordenado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), entidade municipalista de natureza jurídica não governamental e de atuação nacional. Note-se que os 26 municípios que resolveram aderir a esse programa pagaram com recursos próprios os serviços técnicos contratados com a CNM. Nesta modalidade,

ambos os municípios foram selecionados pelo fato de que, no momento de montagem do projeto de pesquisa (2007), suas experiências se apresentaram consistentes e em estágio mais avançado de finalização. A Figura 1 traz a localização dos quatro municípios estudados.

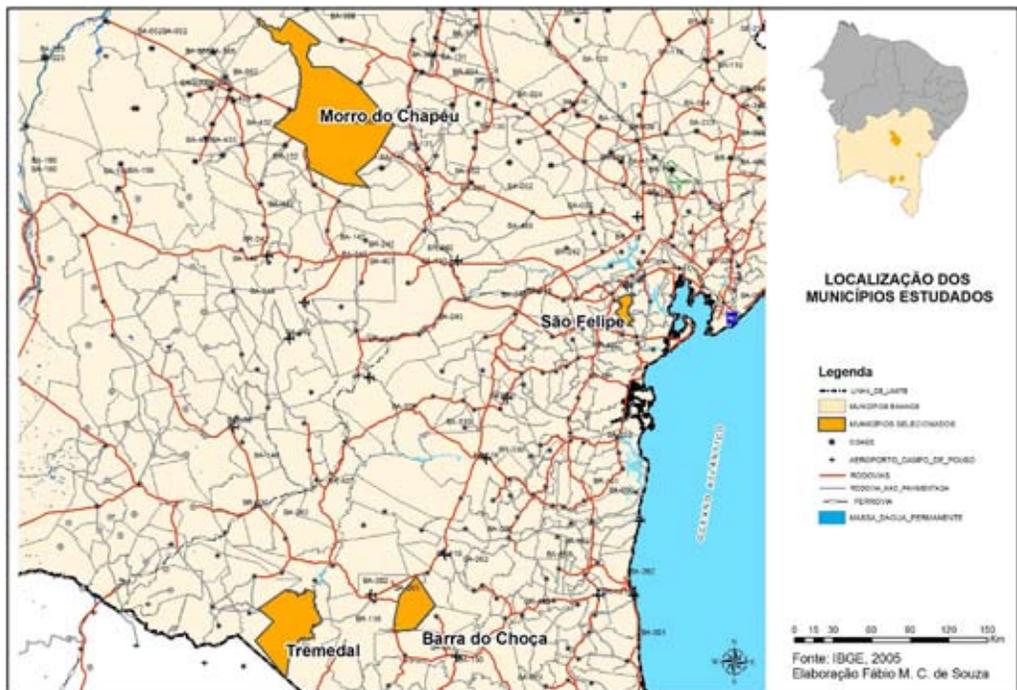


Figura 1 – Localização dos municípios estudados

Fonte: elaboração do autor a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Para tal empresa, tornou-se necessário agrupar o esforço analítico em dois blocos — o processo de elaboração dos planos sob a perspectiva da participação popular e o conteúdo efetivamente contemplado nas leis instituidoras dos planos —, visto que, além do conteúdo técnico, os PDM devem ser tomados como fenômeno político e institucional.

PARTICIPAÇÃO POPULAR E O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DOS PLANOS

Inicia-se a análise propriamente dita dos quatro PDM selecionados a partir do tratamento dispensado à questão da participação popular no bojo da elaboração dos planos. Para tanto, desdobra-se esta análise em dois momentos: como a formatação do processo de planejamento municipal enfocou a participação no decorrer das atividades, e como os planos assim elaborados incorporaram o princípio de gestão democrática da cidade, tão caro ao Estatuto da Cidade e às resoluções 25 e 34 do Concidades (BRASIL, 2005a; 2005b).

De forma geral, pode-se dizer que as metodologias participativas empregadas pelos técnicos contratados não apresentaram grandes inovações. Em realidade, tais métodos, de tão conhecidos e praticados nacionalmente, já foram alvo de uma institucionalização em âmbito federal, como prova, aliás, a edição da Resolução 25. A seguir, são listadas as principais técnicas e instrumentos de sensibilização e mobilização utilizados pelas equipes para “chamar” a população para participar das atividades inerentes à elaboração dos PDM.

- Divulgação em carros de som e rádios comunitárias.
- Produção de faixas e cartazes a serem espalhados pelas ruas da sede e povoados.
- Mensagens impressas em contas de água e energia.
- Treinamento dos agentes comunitários de saúde (ACS) para que fizessem divulgação, quando das suas visitas, de casa em casa.
- Levantamento e cadastramento de todas as entidades sociais representativas de setores da sociedade local (associações e sindicatos em geral, por exemplo).
- Realização de concursos de redação nas escolas versando sobre a história do município e/ou de como o município deveria ser no futuro próximo.
- Criação de urnas, com disponibilização em locais públicos, para que a população pudesse contribuir com sugestões por escrito.
- Emissões de convites personalizados entregues diretamente nas residências, devidamente protocolados, comunicando e convidando para os eventos públicos.

Mesmo quando se analisa pelo viés da concepção das estratégias de promoção da participação, a homogeneidade entre o processo de elaboração dos quatro PDM é muito grande. Grosso modo, a operacionalização desse tipo de estratégia é descrita a seguir:

- Formação de uma equipe municipal (de três a seis pessoas) para tocar o processo localmente. Esta equipe é sempre composta por alguns funcionários municipais. O principal critério para a seleção não é a formação técnica ou capacidade de trabalho do funcionário, mas sim pertencer ao grupo de pessoas ligadas diretamente ao chefe do Executivo, quando não indicadas e nomeadas pelo próprio.
- Organização de um grande evento público, em geral na maior/melhor praça ou ginásio da sede municipal, para marcar o lançamento e o início oficial dos trabalhos.
- Criação de um grupo local cuja composição deve respeitar o equilíbrio entre membros do poder público municipal e da sociedade civil. Em Morro do Chapéu, esse grupo recebeu o nome de Grupo de Apoio ao Plano (GAP); em Barra do Choça, chamou-se Grupo de Apoio Técnico (GAT); e em Tremedal e São Felipe, foi definida a designação Núcleo Gestor Local (NGL), visto que ambos seguiam a metodologia-padrão da CNM. Foram esses grupos que deliberaram em nome de toda população municipal sobre, por exemplo, os locais, datas e horários das reuniões e eventos; quando e como publicar os resultados das atividades; as pautas a serem discutidas com a população; a elaboração de atas e relatórios discorrendo e analisando o conhecimento gerado nas reuniões públicas; onde guardar/arquivar todo o material produzido no decorrer da elaboração dos planos etc.

- Organização de reuniões públicas cujo objetivo declarado foi discutir com a população os problemas locais e as potencialidades municipais. Nestas reuniões, também eram registradas, por membros das equipes municipais, as demandas dos moradores.
- Para operacionalizar estas reuniões, o município foi dividido em regiões (por agregação de vilas e povoados considerados próximos) e a sede municipal foi regionalizada por bairros. Isto se deu, em todos os casos, sem nenhum tipo de consulta prévia à população interessada. Assim, foram definidas as unidades de planejamento, por assim dizer, sendo as demandas locais organizadas a partir da eleição de prioridades pelos próprios moradores de cada região criada, já que as prefeituras assumiram não poder atender a todas as demandas de uma só vez.
- De posse de todos os problemas, demandas e sugestões registradas e hierarquizadas de forma regionalizada, as equipes, grupos ou núcleos de planejamento discutiam internamente a respectiva relevância e viabilidade, de modo a elaborar uma lista unificada de temas e demandas prioritárias para serem incorporadas ao texto final do PDM.
- Mas não somente isso. Também internamente, ou seja, longe de reuniões ou consultas públicas — e aí reside a crítica —, as equipes locais eram convidadas pelos consultores para pensar o município de forma mais ampla e menos limitada às demandas de caráter especificamente físico-espaciais (estradas, pontes, casas, praças, jardins, matadouros etc.), almejando, assim, “construir” um projeto de cidade, algo considerado essencial pelos teóricos ou ideólogos do planejamento empresarial-estratégico de cidades. Neste sentido, é emblemática a passagem abaixo, extraída de um dos relatórios que fundamentaram o Plano Diretor de Barra do Choça.

Conforme apresentado na proposta técnica, a estratégia de participação da comunidade aponta para dois focos de discussão com metodologias e públicos diferenciados.

O primeiro se refere ao espaço constituído por técnicos e dirigentes da Prefeitura, Vereadores, funcionários públicos, lideranças dos diversos segmentos da sociedade civil e demais cidadãos interessados — o Grupo de Trabalho e Acompanhamento (GTA) — grupo que discute e aprofunda temas referentes à problemática urbana e as proposições necessárias à superação dos problemas e aproveitamento das potencialidades. O segundo foco de discussões refere-se às questões territoriais, realizadas com moradores dos bairros, distritos e povoados, [...] (BARRA DO CHOÇA; AST, 2006, p. 30).

As reuniões serviram para as discussões dos grupos de bairros, que discutiram questões de demandas e projetos espacializados, e do GTA, que discutiram questões referentes a alguns temas importantes do município (BARRA DO CHOÇA; AST, 2006, p. 31).

- Todavia, tal fenômeno ocorreu de forma diferenciada para os municípios que fizeram parte do Produr e os que integraram o PDP-BA. Enquanto que neste grupo os municípios de Tremedal e São Felipe confeccionaram, via trabalho dos próprios técnicos municipais, a denominada Leitura da Realidade Municipal, os do grupo do Produr — Barra do Choça e Morro do Chapéu — receberam das mãos dos técnicos contratados os chamados Relatório do Plano Estratégico e Caderno de Oportunidades prontos e acabados, conforme a metodologia desenvolvida, aplicada e cobrada pelo Banco Mundial e, no caso baiano, levada a cabo por meio da CAR.
- Para legitimar socialmente a hierarquização empreendida pelo GAP, GAT ou NGL dos temas, demandas ou propostas prioritárias a serem consideradas nos planos, em todas as municipalidades, foi evocada uma prática denominada pelas próprias metodologias de pacto territorial. No entanto, percebe-se uma diferença conceitual no entendimento do que seja um pacto territorial no âmbito dos municípios do Produr e no dos municípios do PDP-BA. Em Morro do Chapéu e em Barra do Choça, esta questão é abordada da seguinte forma:

É importante colocar que o resultado deste trabalho [o Pacto Territorial] é fruto de extensas reuniões com as comunidades territoriais da sede das vilas localizadas no município, amplamente documentadas (MORRO DO CHAPÉU; UFC, 2003, p. 187). [...]

A partir das discussões sobre os aspectos positivos e negativos [de Morro do Chapéu], os moradores listaram uma série de propostas de intervenções, tanto na sede quanto nas demais localidades, que atenderiam a suas necessidades e que poderiam promover melhorias nas condições de moradia, de trabalho, de circulação, de convivência, de divertimento e de segurança (MORRO DO CHAPÉU; UFC, 2003, p. 188).

O Pacto Territorial se caracteriza pelo registro das opiniões e solicitações dos moradores de Barra do Choça sobre as questões que envolvem a oferta de serviços públicos e de infra-estrutura urbana nas comunidades territoriais em que vivem, seja o bairro, a cidade ou o distrito (BARRA DO CHOÇA; AST, 2006, p. 31). [...]

A partir das discussões sobre os aspectos positivos e negativos de Barra do Choça os moradores listaram uma série de propostas de intervenções, tanto na sede quanto nas demais localidades, que atenderiam a suas necessidades e que poderiam promover melhorias nas condições de moradia, de trabalho, de circulação, de convivência, de divertimento e de segurança (BARRA DO CHOÇA; AST, 2006, p. 31).

A propósito, chama-se a atenção que, nas citações acima, dois parágrafos de fato se repetem, não obstante sejam oriundos de diferentes empresas de consultoria. Isto posto, cumpre citar

o entendimento do que representa o pacto territorial segundo a proposta metodológica do PDP-BA utilizada em São Felipe e em Tremedal.

A equipe técnica deve apresentar propostas para serem apresentadas ao Núcleo Gestor Local. As propostas devem ser discutidas em um debate interno. Na defesa das propostas, muitas vezes, acontecem tensões e disputas e isso é saudável, desde que se transformem em discussões públicas e não em negociações “por baixo do pano”.

É necessário detalhar os impactos e os benefícios das propostas. [...]

É importante identificar a extensão dos ganhos e perdas para cada comunidade. O pacto sócio-territorial baseia-se na avaliação desses ganhos e perdas em cada proposta. A abrangência dos benefícios coletivos da proposta também devem ser consideradas (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2007, p. 15).

Percebe-se, então, que a noção de pacto territorial trabalhada pela metodologia da CNM direciona o processo de elaboração e seleção de propostas para a dimensão do fazer político, visto que os moradores da sede, vilas e povoados devem discutir entre si, e com as prefeituras, quais demandas deveriam ser atendidas prioritariamente e quais poderiam ser implementadas *a posteriori*. Já a metodologia do Produr, ainda que também promova uma hierarquização das propostas apresentadas aos membros da equipe técnica municipal, reduz o pacto territorial a uma institucionalização mediante listagem, registro e espacialização dessas propostas em mapas ou plantas. É como se as prefeituras estivessem apenas garantindo que haviam registrado as demandas populares, sem discussões entre cada unidade de planejamento.

- Por fim, nada é tão idêntico no processo de elaboração de um PDM, atualmente, quanto a sua apresentação pública por meio da organização de um grande evento, geralmente denominado como conferência da cidade, ou, após o advento do Estatuto da Cidade, como conferência municipal. Com este evento, as equipes técnicas municipais e os consultores contratados procuram obter da população presente uma legitimação social do produto elaborado. Conforme preconiza o estatuto, somente após a aprovação do texto do PDM nesse fórum, tal documento pode ser encaminhado à Câmara de Vereadores para que receba ou não a legitimação jurídica. Isso difere em muito de práticas anteriores a 2001, quando os PDM não eram obrigados por lei a passar por um processo de avaliação popular.

Ainda no contexto da elaboração dos PDM, é possível também analisar a questão da participação popular como princípio a partir da aplicação dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade (síntese no Quadro 1), que procuram promover a gestão democrática da cidade, uma importante inovação institucional.

Instrumentos (por tipo)	Barra do Choça	Morro do Chapéu	São Felipe	Tremedal
Estudo de impacto de vizinhança	Sim	Não	Sim	Sim
Órgão colegiado de política urbana	Sim	Cita, mas não institui	Sim	Sim
Debates, audiências e consultas públicas	Sim, smas somente para a revisão do plano diretor	Cita, mas não institui	Sim	Sim
Conferências sobre assuntos de interesse local	Sim	Cita, mas não institui	Não	Sim
Iniciativa popular de projetos de lei, planos e similares	Não	Cita, mas não institui	Não	Sim

Quadro 1 – Instrumentos de gestão democrática do Estatuto da Cidade previstos no PDM estudados

Fonte: elaboração do autor com base nas leis dos PDM.

Observando-se o Quadro 1, constata-se que somente o município de Tremedal previu, em seu plano, a aplicação de todos os recursos institucionais dessa natureza. Entre os principais, cita-se: (i) a criação do Sistema de Informações Municipais (SIM), que deverá conter diversos tipos de dados (cadastros e plantas georreferenciados), de modo a dar suporte à gestão municipal; (ii) a instituição (com bom nível de detalhamento) do Conselho Municipal da Cidade (Comcid), como instância e órgão central de planejamento municipal participativo; e (iii) as conferências municipais, a serem realizadas a cada dois anos, como principal fórum de gestão democrática, mas com sua natureza limitada a casos específicos ligados à alteração ou não de algum conteúdo do plano, mediante comprovação técnica somente, não prevendo, assim, convocação extraordinária para discutir outros temas.

O município de São Felipe também instituiu o Comcid, nos mesmos moldes de Tremedal, mas sem detalhá-lo. Todavia, não contemplou na lei do seu PDM um dos mais importantes instrumentos — as conferências sobre assuntos de interesse local — para fazer com que a população questione, opine e delibere sobre temas importantes para o desenvolvimento e/ou qualidade de vida na cidade ou no município como um todo.

Talvez pelo fato de seguir a metodologia da CNM, em ambos os planos, o estudo de impacto de vizinhança (EIV) aparece como importante instrumento para a discussão entre população e poder público, mediante a realização de audiências públicas, sobre o licenciamento ou não de empreendimentos privados ou públicos causadores de impactos socioambientais na cidade ou na zona rural.

No município de Barra do Choça, a lei do PDM se revelou profícua na criação de estruturas institucionais que pudessem viabilizar a gestão democrática da cidade. Por ela, foram criados: (i) o Sistema Municipal de Planejamento (SMP), definindo seus integrantes e atribuições; (ii) o Centro de Informações Municipais (CIM), que deve ser o órgão responsável pela sistematização de dados e informações necessários à avaliação da implantação do plano (na verdade, trata-se do Balcão de Informações cobrado pela metodologia BM/CAR); (iii) o Conselho Municipal do Plano Diretor Urbano (CMPDU), que deve funcionar como um fórum consultivo

e deliberativo sobre questões — obras, recursos, licenças, prazos — relativas à execução do plano; e (iv) as conferências municipais da cidade, que, sendo realizadas a cada dois anos ou por convocação extraordinária, somente podem alterar algum conteúdo do plano mediante comprovação técnica.

Em Barra do Choça, o EIV, apesar de previsto no plano e suficientemente detalhado quanto a sua aplicabilidade, não aparece com a conotação de instrumento de gestão democrática, posto que não menciona a realização de audiências públicas para discutir com a população o licenciamento ou não de empreendimentos.

Já a situação do município de Morro do Chapéu é mais delicada, visto que não traz em seu plano, de forma clara e precisa, como toda lei deve ser, a aplicação dos instrumentos de democratização da gestão pública. Preferiu se valer de artifícios jurídicos do tipo encontrado no Inciso IX do Artigo 25 da lei do plano.

§1º O Poder Público municipal terá o prazo de até 03 (três) meses, a partir do início da vigência desta lei, para promover as reuniões de debates e aprovar com a comunidade os instrumentos de gestão democrática a serem implementados no Município.

§2º Uma vez escolhido os instrumentos de gestão democrática, o Poder Público municipal terá o prazo de 05 (cinco) meses para regulamentar a composição, funcionamento e gestão destes instrumentos, na forma determinada pelo Estatuto da Cidade (MORRO DO CHAPÉU, 2005, p. 27).

Acredita-se que as normas jurídicas federais que regulam, desde o ano de 2001, a elaboração dos PDM são suficientemente claras e isonômicas às municipalidades brasileiras e, deseja-se acreditar, amplamente conhecidas pelos agentes públicos municipais e pelos consultores especializados em planejamento urbano. E, pelo aqui exposto, se percebe que, em termos de organização da participação popular, as metodologias são tão similares que denotam uma certa padronização, ou mesmo uma fórmula amplamente replicada, mas não criticada com profundidade.

No entanto, quando se tem em mente a análise da criação e da instituição de estruturas capazes de levar a termo o princípio da gestão democrática da cidade, os resultados observados são bem distintos daqueles que a norma preconiza. Em cada um dos municípios estudados, observam-se dissonantes e indesejáveis situações. Esse fenômeno confirma o problema da territorialidade das instituições apontado por Castro (2005).

Emblemático disso é o fato de um município como Morro do Chapéu, cujo número de moradores urbanos representava, em 2000, 57,4% da população total, não definir objetivamente em seu PDM (ou em outra lei que o complementa) a aplicação dos instrumentos de gestão democrática da cidade, enquanto Tremedal, cujo número de moradores urbanos representava, em 2000, apenas 16,5% da população municipal (cerca de 3.500 pessoas), ter previsto em seu plano a aplicação de todos eles.

O CONTEÚDO DOS PLANOS: PRINCIPAIS ASPECTOS

Cumprir nesta seção abordar outro tema de igual importância para a problemática em tela: a questão dos conteúdos que um PDM deve contemplar. Nesta direção, o estudo dos PDM de Barra do Choça, Morro do Chapéu, São Felipe e Tremedal revelou que três grandes temas — ou títulos, no jargão jurídico — se destacam como tipos de conteúdo. Assim, eles podem ser considerados em separado, caso se queira realizar uma análise crítica mais precisa.

a) Princípios, diretrizes, estratégias e investimentos para o desenvolvimento municipal

Em qualquer peça de planejamento governamental, como planos, programas, projetos e ações, é mister a definição de diretrizes gerais e/ou setoriais, de objetivos gerais e específicos, de metas e suas quantificações, prazos de execução, entre outros itens necessários à prática da gestão pública. Para mencionar apenas um exemplo de tal prática, cita-se o PPA, que é elaborado pelo Poder Executivo em todos os níveis governamentais para um período de quatro anos, ou seja, sua elaboração requer um esforço de planejamento em políticas públicas para além da conjuntura momentânea.

Analisando-se por este prisma e tendo em mente que o PDM é considerado na legislação como o principal instrumento de execução da política urbana, pode-se dizer que tal peça de planejamento deveria seguir esta mesma lógica, guardando as devidas proporções, é claro.

Focalizando-se os quatro PDM, observou-se que, em todos eles, houve uma preocupação em definir, de forma clara e objetiva, os princípios e diretrizes que os regem. Tal aspecto dos respectivos PDM é revelador, seja de forma intencional seja de forma despercebida, da visão de desenvolvimento e de território que seus artífices carregam.

Questões como a função social da cidade e da propriedade urbana e a promoção da participação popular na gestão pública municipal encabeçaram todos os PDM como princípios ou diretrizes gerais. Mas isto já era esperado, visto que esses temas compõem a base do próprio Estatuto da Cidade, portanto não servindo, nesta perspectiva, como elemento revelador de uma determinada intencionalidade subjacente aos agentes institucionais envolvidos na elaboração de cada PDM.

Também não causou estranhamento que a abordagem da temática ambiental nos quatro planos diretores acontecesse pelo viés do polêmico paradigma do desenvolvimento, compondo, juntamente com os temas anteriores, uma fundamentação teórica, por assim dizer, para a construção de um projeto de desenvolvimento urbano e municipal.

Ainda nesta mesma linha argumentativa, estão inscritos nos quatro planos, porém com menor ênfase, dois temas: a abrangência espacial dos PDM, que, com o Estatuto da Cidade, passam a ter que considerar todo o território municipal e não somente a zona urbana; e a centralidade do PDM para o planejamento municipal, o que se desdobra em ações previs-

tas em leis de caráter mais administrativo, como o PPA, a LDO e LOA. Estas leis devem ser ajustadas e elaboradas em função do conteúdo propositivo do PDM.

Vencido este conteúdo de natureza mais teórico-filosófica do processo de planejamento, fica nítida uma diferenciação entre os planos elaborados no âmbito do Produr e os do PDP-BA quando tratam das estratégias e dos investimentos considerados necessários a um processo de desenvolvimento. Os do primeiro grupo incorporaram, com muita fidelidade, as orientações contidas nos manuais elaborados pelo BM e pela CAR. Já no segundo grupo, o elo de identidade ficou por conta da observância das cartilhas produzidas pela CNM com base nos manuais da SNPU (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2006, 2007).

Por isso, não constitui surpresa municípios com dimensões administrativas, econômicas e financeiras tímidas, senão frágeis, como Barra do Choça e Morro do Chapéu, abordarem a questão do desenvolvimento urbano e municipal em termos de propostas e projetos estratégicos e estruturantes. Observe-se o exemplo abaixo:

Art. 8º Os projetos urbanos aqui apresentados foram classificados em três categorias:

I – Projetos estratégicos — são aqueles considerados estratégicos, disposto no art. 9º desta Lei, que incidem na área urbana da sede municipal e são apontados como capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico do município, gerar oportunidades de trabalho e estruturar o espaço urbano e municipal;

II – Projetos urbanos estruturantes ou de apoio aos projetos estratégicos — aqueles que incidem na estruturação do espaço urbano de forma a diminuir a vulnerabilidade urbana ou que apresentam perspectivas de desenvolvimento e que assim, direta ou indiretamente, dão apoio aos projetos estratégicos urbanos e

III – Projetos urbanos — são os demais projetos que contribuem para a elevação da qualidade ambiental urbana, melhoria dos serviços públicos e que atendem às demandas registradas pelos grupos comunitários (BARRA DO CHOÇA, 2006).

Analisando-se as leis do plano, percebe-se que é grande o volume de propostas contidas nesses documentos cujos focos são, sobretudo, setores econômicos estratégicos, como o agronegócio, o turismo, a logística e ainda o chamado desenvolvimento institucional. No entanto, grande parte delas é recomendada sob a rubrica de projetos desvinculados de políticas públicas ou outros planos municipais. Tal postura faz remeter ao modelo de planejamento e gestão estratégica/empresarial de cidades encampado pelo BM desde os anos de 1990.

Já no caso dos municípios de São Felipe e Tremedal, a abordagem da questão do desenvolvimento urbano e municipal ocorreu quase que de forma inversa. Duas características marcaram esses dois PDM. Primeiramente, a recomendação de diversos tipos de políticas e planos setoriais, em vez da formatação de projetos estratégicos de setores econômicos, incluindo até a recomendação de alguns tipos de estudos (algo inexistente nos outros dois PDM).

Em segundo lugar, o fato de, nas próprias leis dos planos, serem tratadas minúcias não condizentes com a natureza específica de um PDM e que, por isso mesmo, poderiam ser deixadas a cargo dos próprios planos setoriais aí recomendados. Acredita-se que tal postura dos formuladores deva ter comprometido muito a fluidez e uma boa compreensão dos planos por parte da população em geral, além de, inexoravelmente, dificultar a fase de implementação dos planos.

Por outro lado, o conteúdo nestes dois PDM, diferentemente dos dois casos anteriores, dá mais ênfase à questão do território usado (SANTOS, 1999). Demandas sociais ligadas ao cotidiano e ao espaço banal, na perspectiva miltoniana, são tratadas como questão de investimentos prioritários do poder público municipal. São elencadas, neste sentido, ações específicas referentes a temas urbano-ambientais, como habitação, saneamento e recursos hídricos, energia elétrica, transportes e mobilidade e equipamentos comunitários. E ainda temas rotulados pelos próprios PDM como de desenvolvimento sociocultural, como saúde, educação, assistência social, cultura e esportes.

Noutro viés analítico, a falta de uma definição espacial, temporal e quantitativa atingiu boa parte das propostas mencionadas nos textos das quatro leis, sendo, portanto, um problema comum aos quatro processos de planejamento. Muitas vezes, elas aparecem nos PDM da forma descrita a seguir, sem que sejam detalhadas em anexos complementares às leis:

- Projeto estratégico de melhoria das estradas municipais (em Barra do Choça).
- Desenvolvimento da cidadania no município e programas de oferta de lazer e estímulo cultural aos jovens (em Morro do Chapéu).
- Criação de programas de geração de emprego e renda, diminuindo o índice de desemprego (em Tremedal).
- Implantação de abrigos em pontos de ônibus, táxis e vans no município; construção de novas salas de aulas, novos postos médicos e um centro esportivo (em São Felipe).

Nos PDM de Barra do Choça e Morro do Chapéu, pode ser identificado mais um tipo de problema: no que pese a riqueza dos seus relatórios técnicos parciais, não se encontrou, nas suas respectivas leis, uma só proposta de caráter físico-espacial que fizesse referência a um lugar específico. Este aspecto foi considerado satisfatório nos PDM de São Felipe e Tremedal. Todavia, nem todas as propostas de caráter físico-espacial foram formuladas nestes planos, como as abaixo destacadas:

- Apoio à instalação de indústrias privadas na zona urbana, no distrito de Lagoa Preta, São Felipe, Venda Velha e Furado da Cancela (em Tremedal).

- Implantação de programas de reflorestamento e revitalização dos rios Ressaca, Tapioconga e Gavião e de córregos e nascentes (em Tremedal).
- Instalação de postos de saúde da família (PSF) no distrito de Lagoa Preta e nas comunidades de Serrinha, Grota, Venda Velha, Tanção, Riachão, Berrador e Neblina (em Tremedal).
- Construção e/ou ampliação de saneamento ambiental na sede, no distrito de Lagoa Preta e nos povoados de São Felipe, Venda Velha e Furado da Cancela; construção de fossas sépticas para as famílias carentes das demais comunidades (em Tremedal).
- Elaboração e implantação do projeto de terminal rodoviário, na entrada da cidade, obedecendo aos critérios estabelecidos no estudo de impacto de vizinhança (em São Felipe).
- Implantação do sistema de telefonia pública nas comunidades rurais da Pitinga, Caboclo, Chaves e Bom Gosto e nas demais onde ainda não constar esse serviço (em São Felipe).
- Construção de posto médico-odontológico nos povoados rurais da Pitinga e do Bom Gosto, com implantação de uma equipe de saúde da família em cada um deles (em São Felipe).

Aliás, pelo teor das propostas supracitadas, grifa-se que estes dois municípios contemplaram muito satisfatoriamente no texto das leis dos PDM os núcleos urbanos existentes na zona rural como vilas e povoados. E a leitura dos relatórios técnicos parciais, elaborados segundo a metodologia do PDP-BA, confirma que as propostas hierarquizadas e pactuadas com a população, de acordo com a regionalização definida para as reuniões públicas, de fato foram incluídas nos PDM.

b) Os instrumentos de política urbana e de desenvolvimento municipal

Se, na perspectiva dos princípios ou diretrizes gerais norteadores dos PDM, questões fundamentais como a função social da cidade e da propriedade urbana e a promoção da participação popular na gestão pública municipal não são reveladoras de intencionalidades tácitas, porque são compulsórias, conforme já foi colocado, no que diz respeito à aplicação de instrumentos de política urbana e de desenvolvimento, o significado é bem distinto.

Na literatura especializada em planejamento e gestão urbana, gestão pública, ou direito urbanístico, uma das características mais comentadas do Estatuto da Cidade, é a sistematização de um arsenal de instrumentos cuja finalidade essencial é proporcionar aos governantes uma gestão municipal mais eficiente, eficaz, democrática e responsável social e ambientalmente falando. Por isso mesmo, neste trabalho, não se poderia deixar de analisar como os PDM em tela fizeram uso destes recursos institucionais que tanto servem à regulação do território como à indução do desenvolvimento.

O essencial aqui não é entrar na discussão do histórico e da conceituação dos instrumentos e das suas vantagens e problemas decorrentes da aplicação por uma prefeitura municipal. Na perspectiva da elaboração de políticas públicas e da construção de um projeto de desenvolvimento municipal, o essencial é averiguar, nas leis dos quatro PDM, enquanto produto final e legal do processo de planejamento, quais e sob que condições os instrumentos sistematizados pelo Estatuto da Cidade foram incorporados aos PDM.

Tipo de instrumento	Descrição
Indução do desenvolvimento urbano	Reúne os instrumentos que incorporam a avaliação dos efeitos da regulação sobre o mercado de terras, oferecendo, assim, ao poder público uma maior capacidade de intervir no uso, na ocupação e na rentabilidade das terras urbanas, tendo em vista a efetiva operacionalização da função social da cidade e da propriedade urbana
Regularização fundiária	Estes instrumentos possibilitam novas formas de legalização de áreas urbanas ocupadas por populações de baixa renda em áreas que não lhes pertencem legalmente. O objetivo da regularização fundiária é legalizar a permanência destas populações em seus locais de moradia, o que significa a integração dessas populações ao espaço urbano, aumentando sua qualidade de vida e resgatando sua cidadania
Gestão democrática da cidade	O intuito deste tipo de instrumento é ampliar a base de conhecimento, planejamento e sustentação da política urbana, que, assim, vai deixando de ser um assunto restrito aos especialistas, passando a ser um patrimônio de toda a sociedade que por ela é afetada

Quadro 2 – Tipos de instrumentos de política urbana e de desenvolvimento municipal contidos no Estatuto da Cidade

Fonte: Brasil, 2001b.

A utilização dos instrumentos de gestão democrática da cidade já foi abordada na seção que analisou a organização da participação popular e o processo de elaboração dos PDM. Constatou-se que eles foram mal e desigualmente aproveitados.

Em todos os quatro PDM analisados, foram encontrados capítulos específicos para tratar dos instrumentos de política e desenvolvimento urbano. Mas isto não significa dizer que todo o instrumental contido no estatuto tenha sido apropriado e previsto pelos agentes responsáveis pelo conteúdo técnico dos planos. E, nesta seara, o problema apontado por Castro (2005) também se confirma. O estudo da realidade mostrou situações municipais bastante díspares umas das outras.

Já é sabido que a aplicação de alguns dos instrumentos do estatuto pelo poder público municipal de forma legal depende de dois pré-requisitos: (i) a edição de lei específica que regulamente cada instrumento previsto no PDM; e (ii) a delimitação espacial por meio de mapa temático que aponte as áreas onde o instrumento pretende ser aplicado.

A análise dos planos revela, no mínimo, um quadro de inobservância geral para com o texto do Estatuto de Cidade, que é normativo e isonômico às municipalidades. Este problema pode ser creditado tanto aos agentes políticos municipais como às equipes de planejadores. No primeiro caso, pelas decisões políticas tomadas por esses agentes responsáveis, em última análise, por incluir determinado instrumento, ação, projeto ou programa na lei do PDM.

No segundo caso, cabe lembrar que, tanto nos municípios do Produr quanto nos do PDP-BA, as equipes de técnicos municipais foram acompanhadas e assessoradas pelas equipes técnicas das consultorias contratadas, que se subentende altamente qualificadas. A situação é mais grave ainda no caso do Produr, visto que os PDM finalizados pelas empresas UFC Engenharia

e AST Planejamento foram analisados pela CAR antes de serem submetidos às conferências municipais e, conseqüentemente, ao processo de votação nas câmaras de vereadores.

Em relação aos instrumentos de indução do desenvolvimento, os PDM de Barra do Choça e Morro do Chapéu parecem ignorar aqueles institutos mais básicos e facultados ao poder público municipal desde a CF/1988 — parcelamento, edificação ou utilização compulsórios; IPTU progressivo no tempo; desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública. E mesmo quando o instituto do parcelamento, edificação ou utilização compulsórios é previsto no PDM de Barra do Choça, não é prevista a compulsória regulamentação por lei específica. E apesar de ter elaborado o mapa temático delimitando as áreas de incidência, não se faz a correlação no texto da lei com o referido mapa. Isso não representa um caso isolado. As falhas de não prever regulamentação específica ou não incorporar à lei do PDM o devido mapa temático acontecem para outros instrumentos também.

No que pese Morro do Chapéu ter previsto a aplicação de apenas dois instrumentos de indução do desenvolvimento, o fez da forma como é cobrada pelo Estatuto da Cidade. Os municípios de São Felipe e Tremedal fizeram bastante uso deste instrumental, especialmente o primeiro. Inclusive, deram um tratamento detalhado a cada um deles já nas leis dos respectivos PDM. Todavia, pecaram no mais básico. Dos instrumentos que requerem atenção especial, pode-se dizer que, com base na leitura realizada, todos possuem algum tipo de inconsistência.

Em relação aos instrumentos para a promoção da regularização fundiária municipal, todos os quatro PDM privilegiaram a aplicação das zonas especiais de interesse social (ZEIS). Mas somente o PDM de Tremedal fez um uso completo desses importantes instrumentos de combate a um dos problemas sociais mais comuns e graves em qualquer município baiano ou brasileiro. Se forem observados os dados sobre a quantidade de moradores e domicílios urbanos em cada município, fica difícil entender o porquê de os PDM de Barra do Choça e de Morro do Chapéu não preverem os demais instrumentos dessa natureza.

c) Institucionalização do planejamento municipal

O terceiro viés de análise do conteúdo de um PDM pode ser o que ele traz em termos de pensar e institucionalizar, no âmbito dos governos municipais, a práxis de planejamento e gestão urbana, mas que deve abranger toda a área municipal. Em outras palavras, trata-se de averiguar se houve uma preocupação, por parte dos artífices dos quatro PDM em tela, de dotar a gestão pública municipal de instrumentos e instâncias capazes de não somente dar continuidade ao processo de planejamento deflagrado com a elaboração dos PDM, mas também de gerir a sua implementação e a do próprio ideal de desenvolvimento enquanto elemento animador de todo este processo.

As análises das quatro leis revelam que somente no município de Morro do Chapéu não houve nem menção formal, nem programática de tal conteúdo. Já nos demais municípios, a questão da institucionalização do planejamento municipal apareceu nas leis na forma de capítulos ou seções específicas.

Com base nas proposições elencadas, pode-se dizer que, nos PDM aprovados em Barra do Choça e em Tremedal, houve uma institucionalização, pelo menos em termos jurídicos, da atividade de planejamento urbano. Cada um ao seu modo, mas seguindo as diretrizes das instituições responsáveis pelos programas de elaboração dos PDM, procurou dotar as prefeituras de estruturas institucionais capazes de viabilizar localmente a práxis do planejamento.

Enquanto Morro do Chapéu e São Felipe se limitaram, basicamente, à criação de conselhos municipais, nos outros dois municípios as propostas se mostraram muito mais abrangentes em termos de recursos institucionais: criação de secretarias e órgãos de planejamento; instâncias de sistematização do planejamento; ferramentas de suporte ao planejamento, como centros ou sistemas de informações municipais; fundos que pudessem financiar os programas e as ações planejadas; além de conselhos paritários e deliberativos focados no planejamento e no desenvolvimento.

O fato do PDM de Barra do Choça privilegiar a questão do desenvolvimento urbano nas estruturas administrativas previstas talvez seja facilmente compreendido quando se tem em mente que o Produr foi originalmente formatado com ênfase no desenvolvimento urbano e institucional inerente ao pensamento do BM.

Em realidade, de acordo com a observação das estruturas propostas, foi somente em Tremedal, o município de perfil mais rural entre os quatro estudados, que o planejamento e a gestão com foco em toda a área municipal puderam ser identificados. Não que isto tenha sido fruto de uma rigorosa cobrança metodológica do PDP-BA. Verificou-se que tal iniciativa partiu da própria equipe municipal, sob orientação dos técnicos contratados pela CNM.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, ao se contrapor prefeituras municipais que elaboraram seus PDM com recursos financeiros e humanos próprios com prefeituras que elaboraram PDM com recursos externos, acredita-se que estaria sendo testada a capacidade do PDM de priorizar os interesses e objetivos locais, constituindo, desta maneira, um autêntico projeto de desenvolvimento municipal. Caso isto não acontecesse, o PDM se tornaria mais uma peça técnica de planejamento, sem maiores aplicações práticas.

Esta característica do PDM seria oriunda da escolha pelos agentes sociais locais e não da imposição pelos agentes financiadores ou equipe de consultores, dos temas locais a serem discutidos, dos diagnósticos e prognósticos elaborados e dos instrumentos de planejamento efetivamente previstos e implantados. Igualmente importante é o fato de que se procurou observar a capacidade de o Estatuto da Cidade fazer valer a tão preconizada gestão democrática da cidade a partir da elaboração dos PDM.

Acredita-se que, para representar no território um projeto de desenvolvimento, e não apenas uma normatização do território, os PDM deveriam apresentar objetivos e conteúdos mais focados na base local, na sua dinâmica interna e nos aspectos sociais, culturais, econômicos e administrativos que os agentes sociais locais entendem como significativos para um processo de desenvolvimento.

Diante de tudo que foi exposto ao longo da pesquisa, conclui-se que, do modo como os PDM dos municípios de Barra do Choça, Morro do Chapéu, São Felipe e Tremedal foram elaborados, será muito difícil que um processo planejado de desenvolvimento territorializado na escala municipal possa ser alavancado e, muito menos, mantido a médio ou longo prazo em qualquer uma das municipalidades.

Em essência, nos dois primeiros casos, detectou-se uma grande ênfase na programação de projetos econômicos mais amplos e que superam a própria capacidade administrativa/institucional de ambas as prefeituras. E nos dois outros casos, não obstante a inclusão de muitas das demandas populares, notou-se uma falta de consistência e articulação entre objetivos, projetos e meios de execução. Em todos eles, percebeu-se uma grande preocupação em atender à legislação federal que regulamenta a matéria como um casuísmo.

Por outro lado, isso não significa dizer que a elaboração dos PDM tenha obtido como resultado, exclusivamente, o aumento da capacidade do Estado para intervir e regular o território. A confrontação da análise dos PDM com a análise dos processos de planejamento revelou nuances de processos sociais complexos, tanto quanto a problemática envolvendo projetos de desenvolvimento *versus* regulação.

Nesta perspectiva, destaca-se o efeito pedagógico deste tipo de política sobre a administração pública dos quatro municípios estudados. Primeiramente, aponta-se como efeito positivo a constatação que, de fato, houve um crescimento profissional dos servidores municipais que integraram as equipes de planejamento. Tendo contato com consultores especializados e seus métodos de trabalho, assumindo nas prefeituras atividades e tarefas além das habituais e recebendo mais responsabilidades do próprio gestor local, os técnicos municipais desenvolveram novas habilidades e adquiriram muitos conhecimentos sobre a prática de planejamento territorial.

Em segundo lugar, deve ser ressaltada como bastante positiva a disseminação entre a população em geral, mas, sobretudo nos líderes de organizações civis (associações de moradores, de artesãos, de produtores rurais, de sindicatos etc.), de técnicas e instrumentos para a prática de uma gestão pública mais democrática, ainda que esses agentes sociais não tenham podido acompanhar de dentro da administração municipal o processo de planejamento.

Mesmo assim, não obstante a alta relevância de tudo que possa ser discutido e contemplado nos processos de planejamento voltados à elaboração dos planos diretores municipais, não se pode perder de vista que somente ações de planejamento como estas não são capazes de dar conta, ao mesmo tempo e com a mesma prioridade, de todos os conteúdos do território

— espacial, econômico, político, institucional, social, cultural, ambiental. Por isso mesmo, o PDM apresenta, como instrumento de desenvolvimento municipal, muitas limitações e condicionantes internos e externos.

REFERÊNCIAS

- BARRA DO CHOÇA. Prefeitura; AST. Consultoria e Planejamento. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Barra do Choça* – relatório final do plano diretor urbano. Salvador: CAR, 2006.
- BARRA DO CHOÇA. *Lei complementar n. 4 de 9 de outubro de 2006*. Institui o Plano Diretor Urbano (PDU) de Barra do Choça, estabelece os mecanismos da sua gestão e dá outras providências. Barra do Choça, 2006.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.
- BRASIL. *Estatuto da Cidade: guia para a implementação pelos municípios e cidadãos*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001b. 35 p. – (Série fontes de referência. Legislação. n. 40).
- BRASIL. *Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001*. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001a.
- BRASIL. Resolução nº 25, de 18 de março de 2005. Especifica os procedimentos necessários para garantir a participação popular no processo de elaboração de Planos Diretores municipais. *Diário Oficial da União*, nº 60, 30 mar. 2005a. Seção 1, p. 102.
- BRASIL. Resolução nº 34, de 1 de julho de 2005. Especifica o conteúdo mínimo dos Planos Diretores municipais. *Diário Oficial da União*, nº 60, 14 jul. 2005b. Seção 1, p. 89.
- CASTRO, Iná Elias de. Territorialidade e institucionalidade das desigualdades sociais no Brasil: potenciais de ruptura e de conservação da escala política local. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 18, p. 35-51, 2005.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS (Brasil). *Elaborando propostas e temas prioritários*. Brasília: CNM, 2007.
- _____. *Metodologia para a elaboração de plano diretor participativo*. Brasília: CNM, 2006.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MORRO DO CHAPÉU. Lei n. 715, de 23 de maio de 2005. Institui o Plano Diretor do município de Morro do Chapéu e dá outras providências. *Diário Oficial dos Municípios*, nº 18.924, 27 ago. 2005.
- MORRO DO CHAPÉU. Prefeitura; UFC. Engenharia e Planejamento. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Morro do Chapéu* – relatório do plano estratégico. Salvador: CAR, 2003.
- SANTOS, Milton. O território e saber local: algumas categorias de análise. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 15-26, ago./dez. 1999.
- SÃO FELIPE. *Lei complementar n. 5, de 21 de Maio de 2007*. Institui o Plano Diretor do município de São Felipe e dá outras providências. São Felipe: Gabinete do Prefeito, 2007.
- TREMEDAL. *Lei complementar n. 7 de 21 de Maio de 2007*. Dispõe sobre a instituição do Plano Diretor Participativo do Município de Tremedal e dá outras providências. Tremedal, 2007.

URBANIZAÇÃO E GESTÃO URBANA NO SUL DA BAHIA: O PREDOMÍNIO DA AGLOMERAÇÃO DE ITABUNA–ILHÉUS NA REDE URBANA REGIONAL

Gilmar Alves Trindade*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A rede urbana do sul da Bahia, como parte integrante e indissociável da rede urbana brasileira, reproduz, regionalmente, algumas características que são comuns a grande parte do território brasileiro; ela é formada por centros urbanos novos e antigos (Quadro 1), desde aqueles criados no período colonial (como Ilhéus e Belmonte) aos criados entre final do século XIX e início do século XX (como Itabuna, Ubaitaba e Ipiaú) e, até mesmo centros urbanos sedes de municípios emancipados muito recentemente, após 1960, desmembrados dos territórios de municípios mais antigos (como Camacan, Teolândia, Floresta Azul e Barra do Rocha). A consideração do tempo histórico é fundamental para a compreensão de muitas das assimetrias existentes entre as cidades; desde diferenças quanto à estrutura intraurbana até os aspectos econômico e demográfico e mesmo funções que exercem regionalmente, especialmente aquelas ligadas à influência político-administrativa.

Emancipação política	Municípios
Antes de 1890	São Jorge dos Ilhéus (atual Ilhéus); Barra do Rio de Contas (atual Itacaré); São Pedro do Belmonte (atual Belmonte); Imperial Vila de Canavieiras (atual Canavieiras)
1890-1950	Una; Itabuna; Itapira (atual Ubaitaba); Ipiaú
1951-1980	Coaraci; Ibicarai; Itajuípe; Ubatã; Uruçuca; Gandu; Itagibá; Itapebi; Buerarema; Ibirataia; Itapitanga; Aurelino Leal; Barra do Rocha; Camacan; Ibirapitanga; Itapé; Almadina; Barro Preto; Firmino Alves; Floresta Azul; Gongogi; Itaju do Colônia; Itamari; Mascote; Pau Brasil; Teolândia; Santa Cruz da Vitória; Wenceslau Guimarães
1981-1990	Arataca; Jussari; Nova Ibiá; Santa Luzia, São José da Vitória

Quadro 1 – Microrregião Itabuna–Ilhéus: emancipação política dos municípios

Fonte: Trindade, 2010.

No território da mesorregião Sul Baiano destaca-se a microrregião Itabuna–Ilhéus para uma análise mais detida; ela é uma das 32 microrregiões geográficas em que o estado da Bahia encontra-se fragmentado (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1990), constituída por 41 municípios, localiza-se na porção sudeste do território baiano e tem as duas cidades, que lhe dão nome, como os centros de influência regional (Figura 1).

O processo histórico-geográfico de constituição da referida região (outrora identificada como região cacauera) está relacionado à produção e exportação do cacau, *commodity* responsável

* Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); professor do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). ga.trindade@uol.com.br

pela construção de paisagens urbanas e rurais singulares, ao mesmo tempo em que viabilizou o desenvolvimento de uma rede urbana que gradativamente articulou as áreas produtoras na zona rural às cidades de pequeno e médio porte regionais e, conseqüentemente, aos centros de importação e consumo em diferentes lugares do mundo.



Figura 1 – Microrregião Itabuna-Ilhéus

No âmbito da microrregião Itabuna–Ilhéus e no bojo das articulações estabelecidas na/pela rede urbana, as duas cidades se destacam por uma série de fatores que, ao longo do tempo, foram responsáveis pela consolidação das funções urbano-regionais que exercem sobre sua hinterlândia, um amplo território no sudeste da Bahia.

Associado ao desenvolvimento da cacauicultura e ao conseqüente incremento das atividades comerciais, toda uma rede de fluxos intra e inter-regionais se estabeleceu. Os núcleos do povoamento inicial expandiram-se espacialmente e adquiriram o *status* de cidades, mesmo que inseridos em um contexto socioespacial ainda eminentemente rural. Na primeira metade do século XX, Itabuna e Ilhéus já detinham a primazia como centros de polarização regional em virtude do conjunto de funções que engendram: centros do comércio atacadista e varejista, *locus* de centralização das atividades financeiras e das firmas exportadoras de cacau, centros da decisão política, entroncamento rodoviário (Itabuna) e base portuária para o escoamento da produção de cacau (Ilhéus); mais recentemente, em função dos imperativos do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996b; 1999), as duas cidades ampliaram a densidade e os fluxos — materiais e imateriais — de suas redes geográficas.

Além dos fluxos historicamente relacionados à cacauicultura — responsáveis pela gênese da rede urbana regional — deve-se considerar, atualmente, todo um séquito de fluxos estabelecidos no bojo do controvertido processo de globalização, responsáveis pela articulação entre lugares e regiões e pela ampliação de suas relações endógenas e exógenas.

No caso específico da microrregião Itabuna–Ilhéus é possível destacar algumas transformações recentes: o recrudescimento dos fluxos informacionais a partir da década de 1990; o incremento do turismo e das redes associadas a esta atividade, em Ilhéus, Itacaré, Comandatuba e Canavieiras; a expansão das atividades produtivas ligadas ao setor secundário, como a instalação de novas indústrias em Itabuna, Ilhéus e até mesmo em cidades de pequeno porte; a ampliação da oferta de serviços ligados ao ensino superior público e privado; a instalação de novos equipamentos urbanos que fazem emergir novas centralidades, como o *shopping center* em Itabuna; a modernização da malha rodoviária litorânea e a redefinição dos fluxos de transportes aéreos, principalmente para atender aos negócios do turismo em Comandatuba (aeroporto privado “na ilha”) e em Itacaré e Ilhéus (Aeroporto Jorge Amado); refuncionalização do Porto do Malhado, que passa a atender à demanda de exportação de soja e de outros produtos provenientes do oeste, do sul e extremo-sul da Bahia e do sudoeste baiano (óxido de magnésio); instalação recente de grandes empresas atacadistas (Atacadão e Makro) localizadas no território de Ilhéus, ainda que bem mais próximas da cidade de Itabuna; entre outros.

CIDADE, REDE E REGIÃO NO SUL DA BAHIA: A GÊNESE DO PREDOMÍNIO REGIONAL DE ILHÉUS E ITABUNA

Neste início do século XXI, as relações estabelecidas entre os centros urbanos do sul da Bahia se complexificaram bastante, redimensionando a configuração do espaço regional em virtude das transformações verificadas em sua matriz econômica após a crise iniciada em 1989 e da ampliação dos fluxos geográficos materiais e imateriais, estes, decorrentes da emergência do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1999). Tais transformações imprimiram nova forma à rede urbana regional, na medida em que novos conteúdos econômicos, políticos e culturais vieram somar-se a aqueles historicamente constituídos neste recorte do território baiano tradicionalmente conhecido como microrregião cacauzeira (DINIZ; DUARTE, 1983) ou, como mais recentemente passou a ser denominado, microrregião Itabuna-Ilhéus (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1990).

O que fazer com os modelos teóricos tradicionais de hierarquia urbana que submetiam as cidades menores às maiores, dotadas de melhor infraestrutura e capacidade de oferecer bens e serviços? Abandoná-los por completo ou buscar novos esquemas para a compreensão e explicação da dinâmica das redes urbanas na contemporaneidade? É certo que temos que considerar o movimento do presente e as radicais transformações socioespaciais provocadas recentemente pelas inovações técnicas e informacionais; mas será que tais transformações mudaram por completo, em todos os lugares, os conteúdos das interações espaciais, de forma homogênea? Não ficaram rugosidades (SANTOS, 1999) de tempos pretéritos que convivem hoje simultaneamente com os novos vetores técnico-informacionais? A pesquisa geográfica deve contribuir com a elucidação de questões dessa natureza; os estudos de caso podem, em um segundo momento, ser agrupados, articulados, a fim de que seja possível construir uma análise espacial da totalidade do espaço brasileiro no bojo de suas interfaces com o mundo. Nesse sentido é preciso considerar que:

Com a transformação do mundo, devemos substituir as antigas categorias de análise por outras, que dêem conta da explicação do novo e da mudança. A análise, para ser válida, não pode ser vazia da história concreta. Como resposta às novas redes de relações é que podemos, hoje, falar de uma nova hierarquia urbana (SANTOS, 1996a, p. 57).

O espaço regional tratado como microrregião Itabuna-Ilhéus resulta de uma configuração territorial que pode ser, a priori, identificada a partir da consideração da ampliação das funções urbanas de Itabuna e Ilhéus, os centros regionais, bem como dos novos conteúdos surgidos em centros de menor porte, como Ubaitaba, Itacaré, Camacan, Itapebi, Gandu e Una. Neste sentido,

Podemos articular a questão urbana com a questão regional através da lógica da produção/reprodução social, escapando assim de uma visão fragmentada do território. Na tradição do pensamento geográfico, a

cidade é parte integrante e, ao mesmo tempo, formadora da região e, como tal, não podem, nem devem, ser tratadas de modo separado ou desconexo (EGLER, 2001, p. 26).

Cidade e região podem ser consideradas um par dialético e, no estudo de suas inter-relações, considera-se conveniente fazer uso da análise da rede urbana, na medida em que a rede urbana tem um papel fundamental na organização do espaço, pois promove a integração entre fixos e fluxos, entre a configuração territorial e as relações sociais, “seu estudo é fundamental para a compreensão das articulações entre as diversas frações do espaço” (SANTOS, 1996a, p. 112). Os fluxos que conectam lugares e pessoas são viabilizados pela rede urbana.

A rede aparece como o instrumento que viabiliza exatamente duas estratégias: circular e comunicar [...] os fluxos de todo tipo — das mercadorias às informações — pressupõem a existência das redes. A primeira propriedade das redes é a conexão, os nós das redes são assim lugares de conexões, lugares de poder e de referência (DIAS, 1995a, p. 147-148).

Na avaliação de Castells (2001, p. 498), a rede seria um conjunto de nós interconectados, onde o nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta; o que um nó é depende do tipo de rede que esteja sendo tratada. Para este autor, redes são estruturas abertas capazes de se expandir de forma ilimitada, articulando novos nós, desde que consigam comunicar-se dentro da rede, quer dizer, desde que os mesmos códigos de comunicação sejam compartilhados.

Fazendo referência aos diversos fluxos que circulam no interior de uma rede, conectando nós e redimensionando a existência da própria rede, Souza considera que:

Na rede, o que há é, em termos abstratos e para efeito de representação gráfica, um conjunto de pontos — os nós — conectados entre si por segmentos — arcos — que correspondem aos fluxos que interligam os nós — fluxos de bens, pessoas ou informações — sendo que os arcos podem ainda indicar elementos infra-estruturais presentes no substrato espacial — p. ex., estradas — que viabilizam fisicamente os deslocamentos dos fluxos (SOUZA, 1995, p. 93).

Na realidade, as cidades podem ser identificadas como nós de redes, especialmente as cidades médias e grandes, lugares de conexão entre as diferentes escalas através das quais os fluxos de toda natureza circulam. Para Santos e Silveira (2001, p. 280),

As cidades são os pontos de interseção e superposição entre as horizontalidades e as verticalidades. Elas oferecem os meios para o consumo final das famílias e administrações e o consumo intermediário das empresas. Assim, elas funcionam como entrepostos e fábricas, isto é, como depositárias e como produtoras de bens e de serviços exigidos por elas próprias e por seu entorno.

E nesse movimento as cidades vão estabelecendo uma ponte entre o global e o local, em vista das crescentes necessidades de intermediação e da demanda também crescente de relações; além disso, como vivemos imersos no bojo da aceleração contemporânea, há que se considerar a necessidade permanente de informação de toda ordem, e este é um dado a mais a ser considerado no momento de explicar a teia de relações que articulam as cidades entre si, no contexto da região que integram e, simultaneamente, as relações estabelecidas com cidades de outras regiões do país e do mundo. Essas relações complexas que articulam os lugares na contemporaneidade nos possibilitam considerar que:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, entre sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações, e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 1996b, p. 111).

No bojo dessas transformações engendradas pelos sistemas de objetos e de ações, há que se compreender que a rede urbana funciona como um conjunto de aglomerações produzindo bens e serviços junto com uma infraestrutura de suporte e com fluxos que, por meio desses instrumentos de intercâmbio, circulam entre as aglomerações (SANTOS, 2005, p. 89).

Para se compreender o processo de constituição da rede urbana no sul da Bahia é necessário que se considere como ponto de partida a influência da cacauicultura como elemento de fomento da produção desse espaço regional. Quando se considera a teia de ações emanadas e de objetos criados para fomentar a cacauicultura na microrregião Itabuna–Ilhéus, percebe-se que, também na região, a criação de fixos produtivos levou ao surgimento de fluxos que, por sua vez, exigiram novos fixos para viabilizar o seu próprio desenvolvimento ao longo do tempo. Segundo Santos,

Os fixos são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens. Os fluxos são o movimento, a circulação e assim eles nos dão, também, a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo. Desse modo, as categorias clássicas, isto é, a produção propriamente dita, a circulação, a distribuição e o consumo podem ser estudados através desses dois elementos, fixos e fluxos (SANTOS, 1996a, p. 77).

Para Santos, a análise dos fluxos é, às vezes, difícil, pela ausência de dados. Mas o estudo dos fixos permite uma abordagem possível, através dos objetos localizados: agências de Correios, sucursais bancárias, empresas exportadoras, portos e aeroportos, escolas

e universidades, hospitais, fábricas, empresas de telecomunicações. Cada tipo de fixo surge com suas características, que são técnicas e organizacionais. E desse modo, a cada tipo de fixo corresponde uma tipologia de fluxos. Fixos e fluxos interagem e se alteram mutuamente.

FIXOS E FLUXOS RELACIONADOS À PRODUÇÃO DE CACAU E À GÊNESE DA REDE URBANA REGIONAL

Entre o fim do século XIX e início do XX, não havendo no interior da zona cacauera outro meio de transporte além do fluvial, era natural que os plantadores preferissem a vizinhança dos rios, espraiando-se, timidamente, pelo interior, onde, por motivos idênticos, se fixavam nos vales dos afluentes e subafluentes. Disso se beneficiavam os caminhos abertos nas matas, pelos quais, em tropas de burros, escoava o produto, em demanda dos rios. E na foz, ou perto dela, saída única para o mar, vale dizer para os mercados compradores, as cidadezinhas ganhavam em animação, à sombra do comércio cacauero (SANTOS, 1957, p. 58).

De acordo com Domingues e Keller (1958, p. 69), até 1910, início da construção da estrada de ferro Ilhéus–Conquista, na sua linha tronco Ilhéus–Itabuna, os únicos meios utilizados para o transporte do cacau eram a canoa e a tropa de burros. De alguns povoados que se estabeleceram às margens dos rios, utilizados como vias fluviais de escoamento do produto, irradiavam-se as estradas, muitas vezes, simples picadas, para as plantações de onde saía o cacau seco carregado pelas tropas; e assim os portos marítimos, estabelecidos na embocadura dos rios cacaueros, tinham suas funções desdobradas pelos pequenos portos fluviais localizados rio acima.

Estrada de ferro e porto são dois objetos criados para, entre outras ações, por a produção em movimento e podem nascer destinados a um certo tipo de ação, a cuja plena eficácia se tornam indispensáveis, pois “são as ações que, em última análise, definem os objetos, dando-lhes um sentido [...] considerar as ações separadamente ou os objetos separadamente não dá conta da sua realidade histórica” (SANTOS, 1999, p. 70). Em virtude do crescimento da produção de cacau e da necessidade de seu escoamento, fez-se necessário o incremento dos meios de circulação. Neste sentido, a introdução da estrada de ferro, fator novo do arcabouço regional, elemento modificador da organização espacial então vigorante, trouxe algumas modificações para a rede urbana da zona cacauera. Partindo de Ilhéus, a estrada de ferro contribuiu para o fortalecimento de vários núcleos populacionais no interior da zona produtora de cacau (SANTOS, 1957, p. 63).

A maior importância do transporte ferroviário perdurou até a implantação da política rodoviária do Instituto de Cacau da Bahia. A partir de Itabuna foram abertas estradas de rodagem em direção aos mais importantes centros cacaueros da região. O estabelecimento da rede rodoviária trouxe modificações às relações comerciais e às zonas de influência estabelecidas e deu origem a numerosos núcleos de população, nascidos como entrepostos, sobretudo,

nos entroncamentos rodoviários. A configuração do que posteriormente passaria a se chamar região cacauera começou então a se desenhar nesse contexto histórico da passagem do século XIX para o século XX. Nesse transcorrer do tempo é importante atentar para o fato de que as formas constituem o sistema da atualidade, e isso se dá porque as ações nelas existentes são sempre atuais e, desse modo, as renovam. A consideração do espaço geográfico como o resultado da conjugação entre sistemas de objetos e sistemas de ações nos possibilita transitar do passado ao futuro, tendo como fundamento a necessidade de explicar o presente (SANTOS, 1999, p. 81).

Itabuna e Ilhéus passaram a atrair para seus territórios a maior parte da renda regionalmente produzida, decorrente da produção de cacau. Podemos concordar com Egler (2001, p. 28), quando afirma que:

As aglomerações urbanas mantêm e reforçam laços de interdependência entre si e entre elas e as regiões que elas polarizam dentro de um dado território. A expressão de rede urbana é mais usada para evocar os fluxos que existem entre os pontos desse território.

Gradativamente, esses lugares vão consolidando seu comando por toda a hinterlândia produtora de cacau, estabelecendo assim uma função bem definida no bojo da divisão territorial do trabalho. Como definiu Corrêa (1989, p.49), através das funções articuladas de suas cidades — comércio atacadista e varejista, bancos, indústrias e serviços de transporte, armazenagem, contabilidade, educação, saúde —, a rede urbana passa a ser uma condição para a divisão territorial do trabalho.

Os dois principais centros urbanos da zona cacauera são, incontestavelmente, Ilhéus e Itabuna. Ilhéus, no litoral, é o grande centro exportador de cacau, enquanto Itabuna, entroncamento rodoviário, mais interiorizado, tem como atividade precípua a concentração da produção de vasta área, canalizada para o porto marítimo de Ilhéus. Acrescenta-se-lhe, ainda, uma função de distribuição de produtos importados para uma vasta hinterlândia, dela dependente economicamente. Esta função, no passado, esteve ligada exclusivamente ao porto de Ilhéus, pelo qual Itabuna recebia parte das mercadorias, porém, hoje, apresenta-se mais independente, graças ao desenvolvimento da circulação rodoviária. No entanto, ainda hoje, as funções das duas cidades se completam. Por estas razões podemos considerar que:

A articulação resultante da circulação vai dar origem e reforçar uma diferenciação entre núcleos urbanos no que se refere ao volume e tipos de produtos comercializados, às atividades político-administrativas, à importância como pontos focais em relação ao território exterior a eles e ao tamanho demográfico. Esta diferenciação traduz-se em uma hierarquia entre os núcleos urbanos e em especializações funcionais (CORRÊA, 1989, p. 7).

Itabuna e Ilhéus concentram os equipamentos e serviços que lhes possibilitaram influenciar os municípios da região — na medida em que drenam a renda regional proveniente da produção de cacau — e, simultaneamente, construíram novas interações que não permitiram que esses municípios fugissem de sua dependência político-econômica, como aquelas provenientes de serviços mais especializados nas áreas de saúde, educação e finanças, do incremento do comércio varejista e mesmo da instalação de novos centros de consumo (como o *shopping center*).

As interações espaciais caracterizam-se, preponderantemente, por uma assimetria, isto é, por relações que tendem a favorecer um lugar em detrimento de outros, ampliando as diferenças já existentes (CORRÊA, 1997, p. 280).

No âmbito dessas assimetrias, os centros urbanos vão definindo seus papéis no contexto do espaço regional do qual fazem parte. Deve-se considerar que a organização do espaço por uma cidade resulta de sua capacidade de, num dado momento, exercer influência sobre determinada porção do território. Isso ocorre pela conjugação de dois fatores: a presença de serviços e funções que garantam à aglomeração a possibilidade de atender às necessidades de certa porção da área que a circunda e a existência de uma rede de transportes destinada a permitir que a primeira influência se exercite e, através da qual, a cidade estabeleça relações com o meio rural e ponha a sua área de influência em relação com o exterior (TRICART; SANTOS, 1958, p. 22-23).

Para se analisar uma cidade qualquer não basta situá-la em sua rede regional, faz-se necessário compreender os laços de estrutura que subordinam esta a uma unidade mais vasta, formada pelo estado ou mesmo pela área de influência de algumas grandes corporações (ROCHEFORT, 1998, p. 18). Mas, de qualquer forma, no estado atual da organização dos transportes e da distribuição, a rede urbana constitui-se ainda em uma indispensável estrutura técnica da vida regional, que tem que ser cuidadosamente analisada no momento da análise das transformações urbanas que caracterizam o território baiano neste momento.

A CONSOLIDAÇÃO DE ITABUNA COMO O MAIS IMPORTANTE ENTROCAMENTO RODOVIÁRIO NA REGIÃO

Entre 1920 e 1940, a construção de estradas, a introdução do transporte rodoviário e sua importância crescente, que conduziriam a sua predominância a partir dos anos 50, transferiram, pouco a pouco, para Itabuna, a condição de centro econômico regional, lugar de passagem obrigatório de pessoas e mercadorias provenientes ou destinadas ao sul, sudoeste e extremo-sul da Bahia. Ilhéus e seu porto passariam a ter uma importância relativa; procurava-se valorizar a posição espacial de Itabuna, reforçada pela nova espacialização introduzida pelas estradas. O que se observa, cada vez mais intensamente, é que:

A hegemonia da cultura cacauêira, com seus ciclos alternados de ascensão e queda na produção e preços, formou gradativamente esses dois centros urbanos e toda a rede regional de cidades, dando-lhes características específicas e capacidade de responder estruturalmente ao melhor desempenho dessa atividade agrícola (FUNDAÇÃO CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS, 1992, p. 9).

Na década de 60, Itabuna foi, mais uma vez, beneficiada com a melhoria das articulações viárias com Salvador, Vitória da Conquista e Jequié e, na década de 1970, montou-se o arcabouço final com a ligação, via BR-101, entre o Centro-sul e o Nordeste (Figura 2). Não é demais lembrar que “os objetos que constituem o espaço geográfico são intencionalmente concebidos para o exercício de certas finalidades, intencionalmente fabricados e intencionalmente localizados; a ordem espacial assim resultante é, também, intencional” (SANTOS, 1999, p. 267). A fluidez estava garantida e Itabuna já apresentava capacidade plena para se tornar um centro moderno de recepção de mercadorias produzidas em outras regiões do país, o que lhe permitiu tornar-se um centro também de comércio e serviços de apoio a uma rede de cidades a ela mais facilmente articulada. E assim, à presença inicial das ferrovias e das rodovias, posteriormente se superpuseram “os fluxos de informação — eixos invisíveis e imateriais, certo — mas que se tornaram uma condição necessária a todo movimento de elementos materiais entre as cidades que eles passaram a solidarizar” (DIAS, 1995a, p. 150). Itabuna é sede de duas retransmissoras de TV (Cabrália e Santa Cruz) e de uma TV por assinatura (TV I).

Se até a década de 80 era possível referir-se, com certa tranquilidade, à região comandada pelas cidades de Itabuna e Ilhéus através da denominação região cacauêira, a partir dos anos 90 alguns acontecimentos redundaram em mudanças de conteúdos geográficos que alteraram inclusive a denominação da referida região, uma vez que novos vetores econômicos, políticos e culturais alteraram as relações socioespaciais na região. Evidentemente que essas transformações implicaram em mudanças também na forma/conteúdo da rede urbana, em virtude do declínio de alguns fluxos relacionados à comercialização do cacau e do recrudescimento de fluxos geográficos de outras naturezas.

Apesar das transformações verificadas em toda a região, os centros regionais — Itabuna e Ilhéus — mantiveram seu predomínio sobre o espaço regional, principalmente porque a década de 1990 correspondeu também ao período de instalação de novos equipamentos industriais em ambos os municípios, de incremento do comércio em Itabuna, inclusive com a instalação de um *shopping center* e do revigoração do turismo em Itacaré, Canavieiras e Ilhéus. No caso do *shopping center*, relacionado ao comércio varejista de Itabuna e sua hinterlândia, verifica-se aquilo que fora apontado por Corrêa (2006) em seu estudo, ou seja, que este equipamento urbano tem o poder de alterar padrões de deslocamentos para compras já solidamente estabelecidos no âmbito da rede urbana. Com relação a Itabuna e Ilhéus, cidades de médio porte distantes entre si apenas 30 km, chegou-se mesmo a afirmar

que “se até recentemente foi possível falar separadamente de Ilhéus e Itabuna, hoje é mais conveniente tratar dos dois centros praticamente como uma só unidade urbana responsável pela condução da vida regional” (SILVA et al.,1987, p. 407).

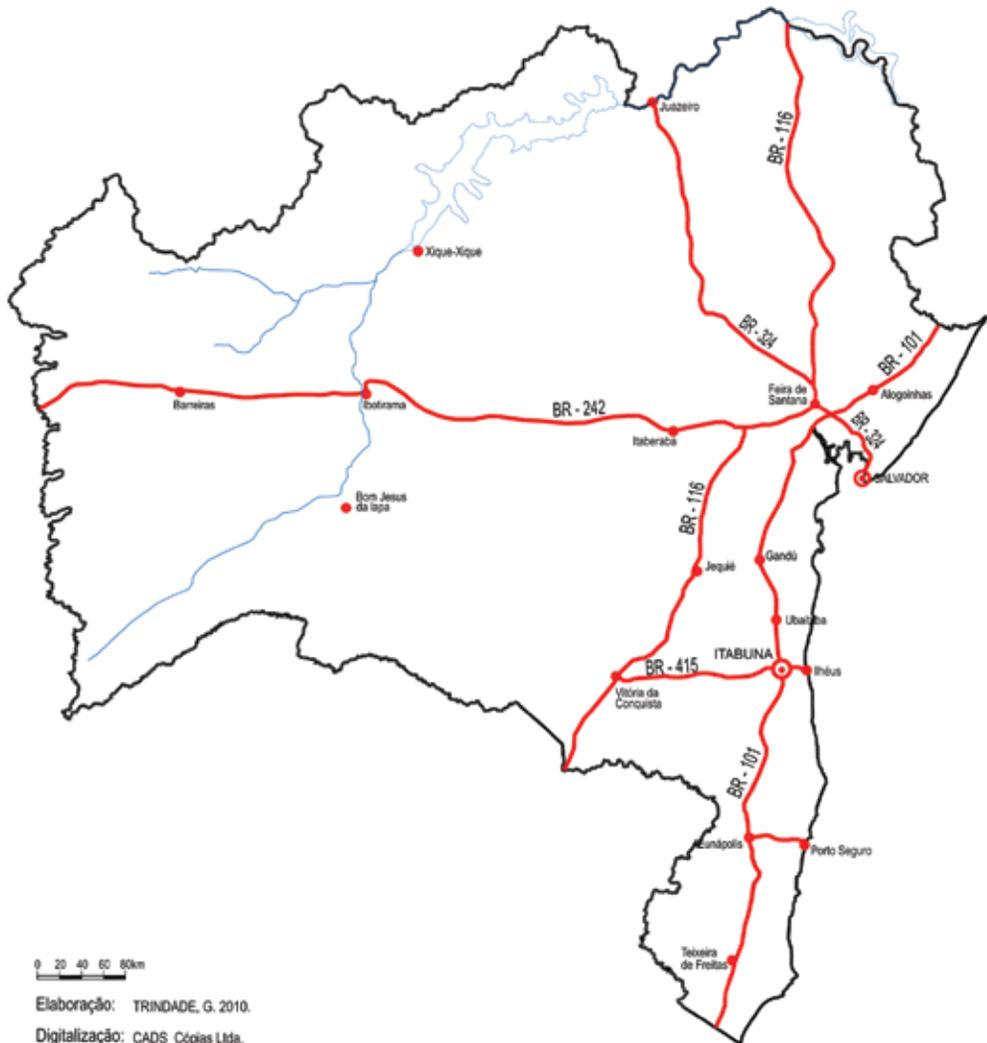


Figura 2 – A posição geográfica privilegiada de Itabuna no território baiano

Essas duas cidades de médio porte do sul da Bahia têm suas redes de transporte articuladas através da BR-415. São constantes os fluxos entre as duas cidades; convém reafirmar que “os fluxos definem a forma e os processos espaciais” (CASTELLS, 2001, p. 434) na rede urbana. Em virtude da grande fluidez que há entre os dois centros, tem-se questionado se já existe, efetivamente, o fenômeno da conurbação no espaço compreendido entre Itabuna e Ilhéus.

Para Silva, “não se pode falar de uma tendência a uma conurbação do tipo físico-territorial, mas, certamente, já existe uma conurbação funcional com forte tendência à expansão” (SILVA et al.,1987, p. 407).

De fato, ainda há uma considerável densidade de propriedades rurais ao longo da Rodovia Ilhéus-Itabuna, impedindo a instalação de equipamentos urbanos neste trecho e a mudança de conteúdos das paisagens rurais em paisagens eminentemente urbanas. Entretanto, cada vez mais rapidamente, são instalados equipamentos urbanos ao longo da rodovia. Convém lembrar que dois bairros de Ilhéus (Salobrinho e Banco da Vitória) e duas grandes instituições ligadas ao ensino e à pesquisa (UESC e Ceplac) localizam-se nesse intervalo. Ao longo da própria rodovia, os fluxos vão surgindo ou se intensificando. Neste contexto socioespacial do início do século XXI vê-se que “a sociedade está sendo construída em torno de fluxos: fluxos de capital, de informação, de tecnologia, de interação organizacional, de imagens, sons e símbolos” (CASTELLS, 2001, p. 436), que transformam radicalmente os lugares impondo novos conteúdos nas suas articulações com o mundo.

Vê-se, assim, que a rede urbana na microrregião Itabuna–Ilhéus sofreu significativas transformações nas duas últimas décadas (1990 e 2010). As transformações ocorridas alteraram paisagens, imprimiram novos significados aos espaços urbanos e rurais dos municípios, engendraram novas formas de articulação entre as cidades de médio e pequeno porte da região — bem como com outros lugares e regiões do Brasil e do mundo — e redimensionaram a estrutura espacial (econômica, política, ambiental, social, cultural).

Simultaneamente, tudo isso contribuiu para que novos fluxos — inclusive imateriais — passassem a integrar a rede urbana no âmbito de suas conexões endógenas e exógenas, tornando muito mais complexa e difícil a definição de um padrão, uma forma, uma tipologia de rede urbana “regional”, na medida em que as conexões se ampliam cada vez mais intensamente no plano nacional e no mundial. A emergência da técnica e da informação redimensiona os fluxos no âmbito da rede, impondo maior celeridade no movimento de capital, de mercadorias e mesmo de pessoas. Mas não são todas as pessoas nem todos os lugares que participarão desse movimento com a mesma velocidade. Por isso mesmo, a ideia de hierarquia urbana não pode ser ainda descartada. Quais cidades (no bojo da rede urbana cujo nó é a aglomeração Ilhéus-Itabuna) terão condições plenas de usar em seu benefício os atributos técnico-informacionais e, assim, de se livrar do predomínio de Itabuna e Ilhéus sobre sua dinâmica política, econômica e social?

ADOTANDO UM CONCEITO DE CIDADE MÉDIA PARA AMPLIAR A ANÁLISE DAS FUNÇÕES EXERCIDAS REGIONALMENTE POR ITABUNA E ILHÉUS NO SUL DA BAHIA

O vigor das cidades médias depende muito mais de sua situação geográfica que de seu tamanho.

Oswaldo Amorim Filho & Rodrigo Serra, 2001.

As cidades costumam ser identificadas, a priori, como grandes, médias e pequenas, levando-se em consideração alguns elementos que, em determinados momentos, são usados isoladamente ou em conjunto, quando se pretende definir o porte, a dimensão ou a sua importância regional.

A tarefa não é fácil, especialmente quando se consideram os níveis de complexidade do território brasileiro: as determinações históricas ao longo de mais de cinco séculos de reprodução de seu espaço geográfico; as dimensões de um território gigantesco — para muitos, continental — com mais de 8.500.000 km²; as disparidades regionais traduzidas através de diferenciações de ordem política, econômica, social, cultural e natural; um processo de urbanização que, até meados dos anos 1960, densificou os espaços próximos ao litoral em detrimento dos demais no interior do território, e a ação do Estado — em todos os níveis de escala — como principal agente de planejamento e gestão da ocupação do território.

Quando se trata de definir o que seja uma cidade média, a tarefa torna-se ainda mais complexa a partir da própria delimitação do que seja “médio”, em um contexto socioespacial onde há várias possibilidades de definição do que seja uma “pequena” e uma “grande” cidade. Entretanto, os elementos que mais frequentemente têm sido utilizados na definição do que seja uma cidade média são: as funções urbanas que esta exerce regionalmente, o contingente populacional e a estrutura intraurbana atrelada aos serviços oferecidos a uma hinterlândia.

Na avaliação de Corrêa (2007) há várias dificuldades na conceituação de cidade média, especialmente aquelas relacionadas ao tamanho demográfico, que deve ser relativizado, pois 100 mil habitantes têm sentido diferente quando se consideram, por exemplo, o sertão da Bahia, o interior de São Paulo e a Amazônia, espaços que passaram por processos diferenciados de urbanização. O autor ainda lembra que “a cidade média deve ser pensada segundo uma dada escala espacial em relação à qual pode adquirir sentido” (CORRÊA, 2007, p. 26).

Assim, pode-se questionar: Teixeira de Freitas é uma cidade média no extremo-sul da Bahia, uma cidade média baiana, nordestina ou brasileira? Em todas essas escalas de análise ou apenas em uma dentre elas? O que o autor enfatiza em seu questionamento é, objetivamente: “existe uma escala espacial para a qual é possível pensar em cidade média?” (CORRÊA, 2007, p. 26).

Vê-se, de imediato, que esses elementos, por si sós, são insuficientes para se definir o que é uma cidade média, havendo a necessidade de se construir uma base teórico-metodológica que seja mais consistente e que considere as especificidades regionais e a complexidade têmporo-espacial do território, especialmente ao se tratar de estudos urbanos empreendidos no atual contexto de desenvolvimento da urbanização da sociedade.

Inicialmente, pode-se pensar na construção de um conceito sobre cidades médias partindo da análise desenvolvida por Corrêa (2007), destacando alguns elementos que certamente influem na determinação dessas cidades (Quadro 2).

Localização relativa	Elite empreendedora	Interações espaciais
Uma cidade média, que é também um lugar central na hierarquia regional, dispõe de expressiva localização relativa, constituindo-se em foco de vias de circulação e efetivo nó de tráfego, envolvendo pessoas, capitais, informações, mercadorias e serviços, em expressiva quantidade e variedade	É esta elite que estabelece uma relativa autonomia econômica e política numa cidade, criando interesses locais e regionais e competindo em alguns setores de atividades com as grandes cidades e centros metropolitanos	A cidade média apresenta interações espaciais intensas, complexas, multidirecionais e marcadas pela multiescalaridade. Essas interações se realizam em duas escalas espaciais gerais, a escala regional e a escala extra-regional, seja ela nacional ou mundial. Essas interações extrarregionais são decisivas para a identificação de uma cidade média, distinguindo-a, assim, de uma capital regional

Quadro 2 – Elementos que influem na determinação de uma cidade média

Fonte: Adaptado de Corrêa, 2007, p. 29-30.

Tendo por base esta abordagem depreende-se ser possível avançar na construção de um conceito mais preciso sobre cidades médias, considerando: o papel (as funções) que os centros urbanos desempenham tanto no espaço regional do qual participam como na totalidade do território nacional; as ações endógenas dos agentes sociais e as articulações (interações espaciais) mais densas que, através da rede urbana, conectam essas cidades com outros centros urbanos nas escalas regional, nacional e mundial.

Amorim Filho e Serra (2001, p. 2-3) ressaltam que não há um consenso sobre o que seria uma cidade média, mas consideram que o critério de classificação baseado no tamanho demográfico — pelo menos como primeira aproximação — tem sido o mais usado para identificá-la. Entretanto, “essa definição sempre coloca delicados problemas, sobretudo quando se trata de cidades classificadas no limiar ou faixa de interseção, das médias com as pequenas cidades, de um lado, e com as grandes, de outro” (AMORIM FILHO; SERRA, 2001, p. 3). Para esses autores, o critério demográfico é apenas útil para identificar o grupo ou a faixa que pode conter as cidades médias, pois outros critérios como estrutura interna e relações externas com outros centros devem ser também considerados.

Ainda que fazendo uso de outros critérios para a identificação de uma cidade média, a maior parte dos estudos publicados entre 1990 e 2005 considerou os limiares inferior e superior, respectivamente, em 100 mil e 500 mil habitantes (SANTOS, 1996c; AMORIM FILHO; SERRA, 2001; MARICATO, 2001). Convém lembrar que, na década de 1980, com base na experiência acumulada sobre as cidades médias, especialmente as francesas, já existia a sistematização de alguns atributos, à época, necessários para uma cidade se inserir na qualificação de cidade média, conforme registraram Amorim Filho e Serra (2001):

- Estabelecer interações constantes e duradouras tanto com seu espaço regional quanto com centros urbanos de hierarquia superior;
- Ter um tamanho demográfico e funcional suficiente para oferecer uma gama ampla de bens e serviços ao espaço regional a ela subordinado;
- Possuir capacidade de receber e fixar os migrantes de cidades menores e da zona rural, funcionando como ponto de interrupção do movimento migratório na direção das grandes cidades, já saturadas;

- Ter condições necessárias ao estabelecimento de relações de dinamização com o espaço rural regional;
- E possuir espaço intraurbano diversificado, com um centro funcional já bem definido e uma periferia dinâmica e em expansão, inclusive com novos núcleos habitacionais periféricos.

Na realidade, pode-se avançar um pouco mais na definição dos atributos necessários para a definição de uma cidade média, pensando a urbanização brasileira no contexto deste período técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996b), e incluir entre eles a investigação da densidade técnica instalada (DIAS, 1995b) e o mapeamento das “redes-suportes” e das “redes-serviços” (BENAKOUCHE, 1995; TOLEDO JÚNIOR, 2003) disponíveis na cidade e necessárias para conectar mais eficazmente esses centros regionais com as pequenas cidades do seu entorno.

Em um estudo recente sobre as cidades médias, tratadas como espaços em transição, Sposito chama a atenção para o fato de que, na literatura sobre o tema, os termos cidade média e cidade de médio porte estão sendo empregados como se fossem sinônimos, por isso a autora sugere algum cuidado quanto ao uso dessas expressões.

O cuidado refere-se à adoção da expressão “cidade média”, largamente utilizada na bibliografia brasileira para fazer referência às cidades que desempenham papéis de intermediação entre cidades maiores e menores no âmbito de diferentes redes urbanas e que, portanto, diferem das denominadas “cidades de médio porte” cujo reconhecimento advém de seus tamanhos demográficos (SPOSITO, 2007, p. 9).

Somente estudos empíricos amparados em consistente reflexão teórico-metodológica poderão esclarecer questões dessa natureza e evitar o uso equivocado dos conceitos. Os resultados desses estudos — no território baiano, inclusive — devem esclarecer mais objetivamente acerca da identificação e caracterização das cidades médias baianas, assim como, da definição daqueles centros urbanos que, regionalmente, devem ser considerados como cidades de médio porte. O mapeamento dessas informações pode desvendar aspectos relevantes sobre a rede urbana baiana, possibilitando a comparação com redes urbanas de outros estados e, finalmente, uma visão mais abrangente e integrada acerca da rede urbana na totalidade do território brasileiro.

No caso baiano especificamente, uma atenção deve ser dada aos estudos sobre Juazeiro (e Petrolina-PE), Alagoinhas, Barreiras, Vitória da Conquista, Jequié, Feira de Santana, Teixeira de Freitas, Eunápolis (e Porto Seguro), Itabuna-Ilhéus, Santo Antonio de Jesus. Mas também sobre alguns centros urbanos situados em regiões mais interiorizadas do território baiano (no “miolo”), localizados relativamente distantes daqueles centros maiores, econômica e demograficamente, e que exercem, regionalmente, funções relevantes sobre suas hinterlândias, a exemplo de Guanambi, Seabra, Bom Jesus da Lapa, Irecê, Paulo Afonso, Jacobina e Senhor do Bonfim (Figura 3).

UM BREVE AGENDAMENTO SOBRE GESTÃO URBANA E PLANEJAMENTO NA MICRORREGIÃO ITABUNA-ILHÉUS: AO SE CONSIDERAREM O NÍVEL E A QUANTIDADE DE INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS ATUALMENTE, PERCEBE-SE QUE AS PRÁTICAS RECENTES INDICAM MAIS RECUOS QUE AVANÇOS

Se a democracia é hoje menos questionada do que nunca, todos os seus conceitos satélites têm vindo a ser questionados e declarados em crise: a patologia da participação, sob a forma do conformismo, do abstencionismo e da apatia política; a apatia da representação, sob a forma da distância entre eleitores e eleitos, do ensimesmamento dos parlamentares, da marginalização e governamentalização dos parlamentos [...]

Boaventura de Sousa Santos, 2006, p. 21.

Em alguns estudos publicados recentemente (TRINDADE, 2005a, 2005b) foram discutidas questões relacionadas à gestão e ao planejamento urbano em Itabuna e apresentadas algumas evidências da ausência de planejamento urbano no município, fruto de pesquisa de campo para a consecução de um projeto acadêmico ligado à pós-graduação em Geografia (TRINDADE, 2001). Entre outros aspectos, a pesquisa revelou que:

- As discussões empreendidas em torno da gestão do espaço urbano, considerando as articulações — muitas vezes contraditórias — estabelecidas entre os diferentes atores sociais envolvidos no processo, e as questões levantadas acerca das práticas de planejamento na escala local revelam a produção de um espaço urbano fragmentado e desarticulado, cuja gestão apresenta-se ainda extremamente fechada às demandas por participação das coletividades;
- Apesar do incentivo à participação popular expresso na Constituição Federal de 1988, reforçado em 2001 pela Lei 10.257, o Estatuto da Cidade, os municípios continuam sendo geridos de forma arbitrária, na medida em que as decisões tomadas aleatoriamente tendem a beneficiar segmentos e grupos privilegiados em detrimento da maioria dos que vivem na cidade; existe um corporativismo na gestão urbana que redundava sempre em danos para a maior parte dos moradores, pois as práticas perversas de gestão têm organizado a cidade para usufruto de alguns poucos. A cidade é tratada como um grande negócio em que alguns grupos privilegiados saem enriquecidos após o período de quatro anos de gestão;
- A gestão é concentrada no poder (do) Executivo e o Legislativo é geralmente esvaziado de sua função precípua, pois não fiscaliza de fato as ações da administração municipal. O que ocorre frequentemente é que a maior parte dos vereadores, em função da inexperiência, da ignorância e/ou da avidez por dinheiro, prefere sucumbir à cooptação do que assumir com seriedade as funções para as quais foi eleita. É que estamos vivendo em um período de crise marcado pela “tirania do dinheiro” (SANTOS, 2000, p. 44), no qual muitas pessoas perdem completamente valores e princípios que desde a antiguidade

(clássica) vêm sendo construídos pelas sociedades humanas e que são a base de nosso desenvolvimento civilizatório: a ética, a alteridade e a honra.

- Há ausência de planejamento urbano, apesar de o documento (PDDU) ter sido elaborado. Gastam-se recursos do orçamento com a contratação de equipes técnicas provenientes de Salvador, contratadas para elaborar o Plano Diretor, seminários abertos ao público são realizados (para dar “satisfação” à opinião pública) e o documento chega mesmo a ser finalizado. Entretanto, não é posto em prática, costuma ser engavetado, não é disponibilizado para consulta pública e, muitas vezes, chega até a desaparecer; ou seja, as cidades são geridas improvisadamente. Põe-se em prática o que é de interesse daquele grupo que está no poder e que pode privilegiar os setores econômicos envolvidos com as obras de engenharia urbana. Não se enxerga a totalidade da cidade, não se pensa a articulação da sede com o município, ignora-se a zona rural. Muitos desses setores são completamente despreparados e incompetentes para essa função tão importante que impacta decisivamente sobre a vida da população: a gestão de uma cidade, de um município.
- Outras questões mais específicas sobre a gestão e o planejamento do espaço urbano local, inclusive quanto à questão da incipiente participação popular, podem ser consultadas nas referências informadas anteriormente.

Partindo-se da análise intraurbana para a análise regional é conveniente pontuar algumas questões para a discussão acerca do inter-relacionamento (ou da ausência dele) entre Itabuna e Ilhéus, duas cidades de médio porte (trabalhos empíricos poderão demonstrar se são efetivamente cidades médias) relevantes na condução das interações espaciais que ocorrem no sul da Bahia. Muitos autores têm tratado esses dois centros urbanos como espaços complementares, aparecendo em alguns momentos como um “bipolo” (SILVA et al., 1987) e mesmo como uma “aglomeração urbana” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008), tendência que parece prevalecer.

Recentemente tem aparecido nas mídias locais proposições acerca da definição de uma região metropolitana tendo como núcleos Itabuna e Ilhéus; algumas lideranças políticas teriam mesmo um projeto de lei pronto para ser encaminhado à Assembleia Legislativa Estadual. No entanto, não há discussão de fato sobre esta questão: o que é e como funciona um espaço metropolitano? Quais tipos, volumes e intensidades de fluxos definem uma região metropolitana? Qual a densidade das interações espaciais existentes entre Itabuna e Ilhéus e os possíveis municípios que integrariam essa região metropolitana? Quais seriam eles? Qual a magnitude da população aglomerada e a extensão da área urbanizada? Há integração econômica e social do conjunto dos prováveis municípios da região metropolitana? No âmbito metropolitano, a centralidade seria exercida pela cidade de Itabuna? Qual o propósito da criação de uma região metropolitana no sul da Bahia? Como a sociedade dos demais municípios — cujos territórios passariam a compor essa região metropolitana — se posiciona acerca desta questão? Vê-se que há ainda muitos aspectos a serem discutidos e pesquisados antes de se determinar uma região metropolitana a partir dessas duas cidades; não pode ser fruto de interesses políticos alheios à realidade socioespacial que existe concretamente.

Ainda quanto à gestão do território é preciso considerar que existe de fato complementaridade entre Itabuna e Ilhéus. As duas cidades distam entre si apenas 32 km, intervalo no qual há prenúncio de uma conurbação territorial e possuem, individualmente, funções que as tornam mais capazes de, conjuntamente, influenciar as cidades de pequeno porte da região — como já foi discutido na primeira parte deste texto. Entretanto, os gestores municipais não têm enxergado isso, que é um dado incontestável ao longo do processo histórico de desenvolvimento dessas cidades. A gestão oficial de Itabuna governa “de costas para Ilhéus” e vice-versa.

Essa ausência de complementaridade entre as gestões dos territórios de Itabuna e Ilhéus compromete o próprio desenvolvimento regional, pois, pelo menos algumas ações que impactam ambos os territórios — inclusive a discussão sobre a metropolização — deveriam ser assumidas conjuntamente, teriam mais respaldo social e maior força política nas instâncias estadual e federal. Os problemas decorrentes da última crise da cacauicultura deveriam ter servido como alerta para os gestores municipais na região, pois o que acontece no território de um município — especialmente os problemas ambientais, sociais e econômicos — não fica restrito aos limites municipais, extrapolando-os e provocando efeitos sobre a organização socioespacial de toda a região e mesmo de outros espaços.

Ainda é demasiadamente anacrônica a gestão urbana nos municípios da microrregião Itabuna-Ilhéus (e certamente em muitos dos 417 municípios que compõem atualmente o território baiano). A ineficácia administrativa, a falta de vontade política para atender satisfatoriamente aos reclamos da sociedade, a “tirania do dinheiro” e a ignorância dos gestores quanto às questões territoriais — em todas as escalas geográficas — devem comprometer ainda por algum tempo o pleno exercício da cidadania dos milhares/milhões de habitantes desses espaços cada vez mais complexos, contraditórios e densamente povoados, que são as cidades neste alvorecer do século XXI.

REFERÊNCIAS

- AMORIM FILHO, O.; SERRA, R.V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R.V. (Org.). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 1-34.
- BENAKOUCHE, T. Redes de comunicação eletrônica e desigualdades regionais. In: GONÇALVES, M. F. (Org.). *O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p. 227-237.
- CASTELLS, M. *A Sociedade em rede: a era da informação – economia, sociedade e cultura*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. v. 1.
- CORRÊA, R. L. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E. et al. (Org.). *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.
- _____. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

- CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-34.
- DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E. et al. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995a. p. 141-162.
- _____. *Réseaux d'information et réseau urbain au Brésil*. Paris: L'Harmattan, 1995b.
- DINIZ, A. F.; DUARTE, A. C. *A região cacauera da Bahia*. Recife: SUDENE, 1983.
- DOMINGUES, A. J.; KELLER, E. C. *Bahia: guia de excursão realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia*. Rio de Janeiro: UGI, 1958.
- EGLER, C. A. G. *Subsídios à caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: configuração e dinâmica da rede urbana*. Petrópolis – RJ: Laget/UFRJ, mar. 2001. p. 1-90. Disponível em: <<http://www.laget.igeo.ufrj.br/egler/pdf/redeur.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2008.
- FUNDAÇÃO CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS (BA). *Ilhéus - Itabuna: estratégias de desenvolvimento*. Salvador; CPE, 1992.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Regiões de influência das cidades (2007)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- _____. *Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas*. v. 1. Rio de Janeiro; IBGE, 1990. v. 1.
- MARICATO, E. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis – RJ: Vozes, 2001.
- ROCHFORT, M. *Redes e sistemas: ensinando sobre o urbano e a região*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SANTOS, B. S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- SANTOS, M. *Zona do cacau: introdução ao estudo geográfico*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1957.
- _____. SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996a.
- _____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996b.
- _____. *A Urbanização brasileira*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996c.
- _____. *A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: EDUSP, 2005.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SILVA, S. B. M. et al. *O subsistema urbano-regional de Ilhéus e Itabuna*. Recife: SUDENE, 1987.
- SOUZA, M. L. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E. et al. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.
- SPOSITO, M. E. B. Sobre novas possibilidades e perspectivas: historiando nosso percurso e apresentando nossos textos sobre cidades médias. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 9-20.

SPOSITO, M. E. B. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 35-68.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Sistema de transportes – rodovias Estado da Bahia 2007*. Salvador: SEI, 2007. Informações geoambientais – cartogramas. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2009.

TOLEDO JÚNIOR, R. de. Telecomunicações e uso do território brasileiro. In: SOUZA, M. A. de. *Território brasileiro: usos e abusos*. Campinas-SP: Edições Territorial, 2003. p. 93-107.

TRICART, J.; SANTOS, M. *Estudos de Geografia da Bahia*. Salvador: Progresso, 1958.

TRINDADE, G. A. *A participação das associações de moradores na produção/gestão do espaço urbano em Itabuna*. Dissertação (Mestrado) – UFBA, Salvador, 2001.

_____. A gestão do espaço urbano local. *Revista Especiaria*, Ilhéus, v. 1, n. 11-12, p. 197-219, dez. 2005a.

_____. Práticas recentes na gestão do espaço urbano em Itabuna/BA. *Revista GeoTextos*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 117-135, dez. 2005b.

PARTE IV

AS RELAÇÕES CAMPO–CIDADE:
POSSIBILIDADES DE ANÁLISE E
METODOLOGIAS

87

Série Estudos e Pesquisas

SESP

CAMPO E CIDADE. CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS. ALGUMAS PROPOSIÇÕES PARA A PESQUISA E O DEBATE

*Arthur Magon Whitacker**

APRESENTAÇÃO

O desenvolvimento deste texto é resultado da análise apresentada na mesa redonda “As relações campo–cidade: possibilidades de análise e metodologias”, integrante do “I Simpósio cidades médias e pequenas da Bahia”. A ordem da apresentação foi respeitada, embora o texto escrito agregue algumas citações e créditos que permitem que se compreenda melhor o pensamento expresso na ocasião.

Toda leitura é parcelar, e aquela que aqui se sintetiza, não foge à regra. Traz, portanto, limitações e possibilidades do que se pode construir. Desta feita, não se deve tomar esta breve discussão sobre a Geografia Urbana brasileira como uma sistematização ampla e referencial, sobretudo, porque o presente objetivo não é fazer uma remissão.

No entanto, ao adentrar no tema das metodologias, há tanto a proposição de temas — quase uma agenda posta ao debate e à investigação — quanto um olhar, ainda que fracionado, sobre os encaminhamentos metodológicos que vêm sendo desenvolvidos pelo grupo de pesquisa Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe).

PARA INICIAR O DEBATE

Na Geografia Urbana contemporânea brasileira, identificam-se proposições analíticas e recortes considerados preeminentes para o debate sobre as relações campo–cidade.

Proposições analíticas

A discussão do urbano, em oposição, contraposição ou diferenciação do rural, tomando-se a teoria marxista como ponto de partida, é uma dessas proposições analíticas. Funda-se, em grande medida, em pelos menos duas frentes teóricas, detalhadas adiante e que não devem ser tomadas como únicas, mas são as utilizadas nesta discussão.

Uma frente diz respeito à compreensão da existência, ou da latência, de uma sociedade urbana e que apresenta a cidade como uma construção social da qual emana o urbano. Esse urbano é compreendido como a cidade em si e aquilo que ela congrega, concentra

* Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, *Campus* de Presidente Prudente. arthurmw@fct.unesp.br

e possibilita do ponto de vista da produção de relações socioespaciais próprias. Ajusta-se, assim, a uma compreensão do espaço como produto social e, portanto, dota esta instância do real de determinação (tanto quanto qualquer outro produto social) de novas relações sociais. Essas relações, advindas da produção social do espaço, trariam, por ser a cidade capaz de as congregar, a diferença e a diversidade, mas também o conflito e a possibilidade do novo, do *devir*.

Nesse sentido, considerando o acima explicitado, a cidade seria a forma espacial privilegiada para a construção da *utopia*, do outro lugar possível. Ao campo se relegaria uma posição quase que subalterna nesse processo, ao menos até o momento em que o urbano, a sociedade urbana, aquela construída na diversidade, na diferença e no conflito, se sobrepujasse a ele e a seu próprio modo de vida.

Há, assim, uma compreensão de que a proximidade, o conflito e a síntese, expressos na cidade e manifestos no urbano, trariam a possibilidade de construção de uma sociedade diferente, que se arraigaria também no campo. Utópica para alguns e determinista para outros, por compreender a determinação das formas construídas sobre as práticas sociais, práticas, portanto, socioespaciais, essa corrente se alicerça, sobretudo, no pensamento de Henri Lefebvre.

São importantes leituras para esta compreensão: *O Pensamento Marxista e a Cidade*, *O Direito à Cidade*, *A Revolução Urbana* e *Do Rural ao Urbano*.

Para Lefebvre, “a cidade é consumo, meio de produção, mas, antes, reúne os elementos da produção. Porém, nada cria, mas sim centraliza as criações. Por isso, ao mesmo tempo cria tudo, pois nada pode existir sem as relações e inter-relações que ela permite” e, “nesse sentido, a cidade constrói, libera, aporta a essência das relações sociais: a existência recíproca e a manifestação das diferenças procedentes dos conflitos ou que levam aos conflitos” (LEFEBVRE, 1983, p. 123-124).

Uma segunda frente toma o campo como meio de produção e a cidade como suporte da produção. Essa cisão analítica, nesta leitura, aproxima de uma visão menor do pensamento marxista e o torna extemporâneo, tirando sua grande riqueza que é, justamente, o *devir*. De qualquer sorte, pela teoria marxista, de fato, no campo, as terras são meio e, na cidade, são suporte da produção. Esta análise considera, entretanto, que a referência do pensamento lefebvreano é feita não às terras urbanas, mas à cidade, que é muito mais que aquelas, como se busca apresentar. Esta segunda visão esteve e está presente tanto na Geografia Urbana quanto na Geografia Rural e, se é possível identificar que, na primeira frente teórica, o viés sobre a relação campo–cidade privilegia o olhar da cidade para o campo, nesta segunda não há privilégios, o que, no entanto, não a torna imparcial, obviamente.

Os trabalhos e autores são muitos e de qualidade, mas, considera-se, neste texto, que muitos deles tendem a tratar campo e cidade de maneira dicotômica e, via de regra, como opostos e concorrentes, em especial quando:

a) do ponto de vista do campo, passa-se a debater o campo como o espaço do devir e não a cidade. Esse espaço do *devir* seria dado pela manifestação do modo de produzir camponês, aquele que se mostraria, ao menos, contra-hegemônico e que, em sua efetivação, promoveria o conflito, trocado, na cidade, pela coerção subliminar da diferença;

b) do ponto de vista da cidade, privilegia-se ora uma leitura da primazia da cidade sobre o campo, ora da dependência da cidade em relação ao campo. Nesse caso, pode-se apontar como um equívoco recorrente se deixar tomar pela forma (campo e cidade), ou pela leitura formal (meio ou suporte da produção).

É certo que a questão campo–cidade se impõe para um tanto quanto para outro, porque os processos gerais que os engendram e as manifestações formais desses processos se transformam ainda mais abruptamente no período histórico contemporâneo, quando assistimos a uma reestruturação econômica, produtiva e espacial.

Recortes

Quanto aos recortes, identifica-se aqui um no qual a premência é metropolitana ou das grandes cidades. Os temas decorrentes são muito variados, não cabendo a este texto fazer um estudo acurado deles, e fundam-se no entendimento da cidade e do urbano a partir da experiência metropolitana.

Há, contudo, um crescente interesse, do ponto de vista dos recortes analíticos, temáticos e escalares, pelas realidades urbanas não metropolitanas. Não que se deva considerar que o tema seja hodierno, haja vista a vasta e qualificada produção precedente, de temática geográfica, tanto na academia quanto em organismos de pesquisa, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apenas para citar dois exemplos.

Os estudos desenvolvidos pelo IBGE/Regiões de Influência das Cidades (Regic) sobre a rede urbana brasileira, sua configuração, mudanças e tendências atuaram como base para a definição de políticas públicas e constituem fonte de dados para pesquisas na referida área.

Com relação ao Ipea, deve-se, ao menos, citar os seguintes trabalhos: Andrade, s.d; Andrade; Lodder (1979); Andrade, Serra (1998); Andrade, e Serra (2001).

Faz-se, também, necessário reconhecer a inserção da temática no discurso e na ação estatal de planejamento, materializada, por exemplo, nas políticas específicas vinculadas aos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) que seguiram em três versões sequenciais (1972-74), (1974-78), (1979-80). Desses planos, fizeram parte o Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio (PNCCPM).

Pode-se depreender, portanto, que há crescente interesse por tais espaços urbanos nas ações de planejamento e gestão do Estado. Esses interesses são tão múltiplos quanto

se mostra a necessidade deles. Os estudos sobre pequenas e médias cidades têm-se mostrado, assim, fecundos e estão, por vários motivos, no cenário nacional de debate da Geografia Urbana.

Podemos pensar — e aí está uma possibilidade de estudo — nas relações existentes entre a disseminação de unidades universitárias por todo o país, acompanhada por um crescimento e por uma diversidade regional de cursos de pós-graduação em Geografia com o consequente aumento dos estudos sobre cidades pequenas e médias.

Há, também, o entendimento de que os processos recentes de reestruturação produtiva e urbano-regional operantes no Brasil têm levado novas áreas e cidades a ocuparem posições distintas daquelas de poucos anos atrás no sistema urbano nacional. Considerando-se, pois, relevantes os pontos levantados, deve-se observar a premência de estudos empíricos que lancem mão dos referenciais teóricos disponíveis e que se debrucem sobre a diversidade de realidades urbanas e de interações entre elas e com o campo, também heterogêneo, pois a seletividade espacial opera nestas duas instâncias campo-rural e cidade-urbano. Isso promove e lança luz sobre o debate entre a teoria e a realidade a se apreender.

As pesquisas e propostas de intervenção sobre cidades médias e pequenas exigem a análise das relações entre o rural e o urbano, entre o campo e a cidade. Essas cidades médias e pequenas, quanto mais distantes das entidades metropolitanas (se analisada a realidade urbana brasileira) denotam estreita relação com o campo, tanto como suporte da produção neste, quanto como canal de drenagem de capitais originados no campo através do consumo produtivo e do consumo consumptivo (ELIAS, 2003, 2007, 2008), compreendendo-o como suporte da produção, portanto, mas assomando-se, também, a cidade, ela própria, como meio de produção, como apontado anteriormente.

Para o enfrentamento dessas questões, são relevantes alguns encaminhamentos, expostos a seguir.

POSSIBILIDADES DE ANÁLISE E METODOLOGIAS

Cidade e campo

Do ponto de vista da análise dos procedimentos de intervenção e investigação, tema da mesa da qual este texto se origina, faz-se necessária a distinção conceitual entre cidade e campo e urbano e rural.

Cidade e campo são dimensões ao mesmo tempo distintas e complementares da existência social e, como característica comum, são formas espaciais.

Rural e urbano denotam processos e sua identificação perpassa a compreensão de que são, também, fenômenos.

Urbano e rural, cidade e campo. Esta distinção é necessária porque cidade e campo se caracterizam por representar concentração e dispersão e por ser continentes de processos socioespaciais próprios e complementares. Urbano e rural se distinguem por serem atributos e constituintes, condições e condicionantes. Enfim, cidade e campo são formas espaciais. Urbano e rural possuem, acima de tudo, uma dimensão processual, são conteúdo e contingente.

Esta distinção é necessária, pois há distinções e diferenciações ora observáveis na forma, ora nos processos, tanto quanto há complementaridades. A título de exemplo, a primeira maneira que se apresenta para definir campo é contrapô-lo a cidade e vice-versa.

É, assim, necessário um enfoque múltiplo para uma realidade múltipla, o que denota diferentes enfoques analíticos e procedimentos metodológicos para a distinção das diferentes possibilidades de relação cidade-campo.

Isso não nos coloca, necessariamente, diante de um relativismo teórico, nem nos priva da exigência de um arcabouço conceitual que diminua a polissemia expressa em termos tão inócuos e, ao mesmo tempo, alienantes, quanto *rurbano*.

Os enfoques analíticos podem partir:

- da oposição — a cidade é diferente do campo;
- da complementação — a cidade complementa o campo e vice-versa;
- da complementaridade — só se compreende o campo juntamente com a cidade e vice-versa.

São procedimentos metodológicos válidos aqueles que permitam que se compreendam:

- as dinâmicas de concentração e dispersão de atividades e pessoas;
- a seletividade espacial e a divisão técnica e territorial do trabalho;
- a produção, a reprodução e o consumo;
- a competição, a concorrência e a complementaridade entre as atividades econômicas e instâncias espaciais;
- a difusão do urbano e do rural (consumo e primazia econômica, cultura, valores).

Não se pode, ainda, deixar de se considerar as seguintes especificidades:

- o que seja urbano e o que seja rural, o que seja cidade e o que seja campo em distintas formações socioespaciais;
- o que seja urbano e o que seja rural, o que seja cidade e o que seja campo em diferentes momentos históricos;
- o que seja urbano e o que seja rural, o que seja cidade e o que seja campo nas diversas peças legais.

A leitura dicotômica torna mais difícil a apreensão do urbano e do rural, da cidade e do campo. Há, portanto, múltiplas dimensões que abarcam manifestações sociais, políticas,

ideológicas, econômicas, históricas e culturais que implicam uma constante redefinição das relações entre o urbano e o rural e entre cidade e campo.

O processo de urbanização passa por profundas transformações, acentuadas na segunda metade do último século, e a magnitude dessas transformações impõe desafios que devem ser superados, discutindo-se o espaço urbano e o espaço rural além de suas distinções e oposições. Nesse sentido, há que se compreenderem as relações e complementaridades estabelecidas entre esses dois espaços.

Assim, a discussão sobre as distinções e complementaridades entre os pares cidade-campo e urbano-rural merece ser posta compreendendo-se as transformações pelas quais passam estas formas e estes processos e as particularidades assumidas por eles nas diferentes formações socioespaciais.

Desconhecer isso implica um debate tautológico, sem referências históricas e espaciais e pode desembocar em um corolário bastante ruim para o plano técnico-administrativo e para o planejamento do Estado, considerando-se especialmente o interesse desta instância pelo tema, manifesta na proposição do simpósio que motivou este texto juntamente com a Universidade: a imprecisão terminológica culmina em ações descoladas dos discursos.

Há a possibilidade de se pensar em uma agenda preliminar para a pesquisa sobre cidade e campo, urbano e rural no Brasil? A fala de Roberto Lobato Corrêa no II Simpósio Internacional sobre Cidades Médias (Cimepe), ocorrido na Universidade Federal de Uberlândia em 2006, e ainda as proposições metodológicas para pesquisas em cidades médias descritas em Sposito e outros (2007), geraram o esforço de síntese a seguir:

- Compreender a diversidade das formas e processos espaciais que redundam em unidades administrativas alcunhadas de cidades;
- Compreender os papéis e funções desempenhados na rede urbana pelos pequenos e médios municípios nacionais;
- Compreender a seletividade espacial que resulta em um meio técnico científico-informacional espacialmente disperso e concentrado, tanto no campo quanto na cidade;
- Compreender as diferentes formas de produção, trabalho, propriedade da terra e subordinação da produção;
- Compreender as composições do consumo produtivo e do consumo consumptivo nas pequenas e médias cidades;
- Estabelecer um referencial conceitual e terminológico mínimo para qualificar o debate;
- Manter e usar padrões de classificação e delimitação político-administrativos que permitam a reflexão a partir da observação de séries históricas amplas.

As cidades médias e pequenas

Para o estudo das cidades médias e pequenas no Brasil atual, alguns elementos são primordiais. Devemos compreender a diversidade de realidades urbanas, a despeito da unidade legal que define cidade e campo.

As realidades urbanas são diversas, em grande medida, em função da diversidade de papéis regionais, fruto da divisão técnica e territorial do trabalho, da seletividade espacial. Essa diversidade se deve, também, à inserção, ou não, das cidades de porte pequeno ou médio em realidades metropolitanas e/ou de aglomerações urbanas diferenciadas, tornando fundamental o emprego do conceito de posição geográfica, o que ajuda a compreender como o tamanho demográfico não pode ser um critério primordial para a definição de cidade média ou pequena.

O conceito de primazia urbana e a noção de rede hierárquica não podem, no Brasil, ser tomados como ultrapassados, em função de uma sobreposição às redes hierárquicas de redes de competição, de solidariedade ou de complementaridade, como se pode depreender de Benko e Lipietz (1992) e Camagni (1993).

As redes e aglomerações urbanas devem ser compreendidas como formadas por contiguidades territoriais e/ou por continuidades espaciais, como nos apresenta Camagni (1993) e também Sposito (2004). Isso permite que a posição geográfica seja avaliada conjuntamente com articulações escalares mais complexas (SOJA, 1993, 2002), o que possibilita a compreensão dos papéis desempenhados pelas pequenas e médias cidades além das relações hierárquicas diretas e das hinterlândias (CHRISTALLER, 1966).

PARA FINALIZAR

A discussão sobre as relações cidade-campo e sobre cidades médias e pequenas é especialmente pertinente num país de tão grande diversidade regional e que passa por intenso processo de reestruturação econômica, produtiva e urbana.

São exemplos:

- o recente e crescente processo de urbanização (o Brasil é um dos poucos países do mundo no qual ainda deve haver a fundação de novas cidades);
- a inversão demográfica ocorrida na passagem dos anos 1970 (de um país eminentemente de população agrária para um país majoritariamente de população urbana. Isso, no mundo, só ocorreu em 2008);
- as transformações ocorridas no e por conta do processo de metropolização e do recente processo de desconcentração/reconcentração industrial (isso dotou de novos papéis algumas cidades médias e pequenas).

Há, portanto, a necessidade de:

- valorização e incremento das pesquisas oficiais desenvolvidas;
- reconhecimento da importância da organização, mensuração e disponibilização de dados e informações nas diversas municipalidades brasileiras;
- incremento e desenvolvimento de pesquisas empíricas, pois muito do conhecimento produzido nestas e por estas pesquisas é inédito e fundamental para o país.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, T. A. *Considerações preliminares sobre uma política de descentralização espacial através do apoio ao desenvolvimento das cidades médias no Brasil*. [S.l.]: IPEA/INPES, [s.d.]. Mimeografado.
- ANDRADE, T. A.; LODDER, C. *Sistema urbano e cidades médias no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.
- ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Org.). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. *O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. (Texto para discussão, 554)
- BENKO, G. B.; LIPIETZ, A. (Org.). *Les régions qui gagnent. Districts et réseaux: les nouveaux paradigmes de La géographie économique*, Paris: PUF, 1992.
- CAMAGNI, R. *Organisation économique et réseaux de villes*. In: SALLEZ, A. (Org.). *Les villes, lieux d'Europe*. Paris: DATAR/Éditions de l'Aube, 1993.
- CHRISTALLER, W. *Central places in Southern Germany*. New Jersey: Prentice-hall, 1966. 230 p.
- ELIAS, D. *Redes agroindustriais e urbanização dispersa no Brasil*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2008. Trabalho apresentado no X Coloquio Internacional de Geocrítica. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/270.htm>>. Acesso em: 12/ jun. 2010
- _____. *Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas*. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. (Coleção Geografia em Movimento).
- ELIAS, Denise (Org.). *Globalização e agricultura*. São Paulo: Edusp, 2003.
- LEFEBVRE, Henri. *La revolución urbana*. Madrid: Alianza, 1983.
- _____. *O pensamento marxista e a cidade*. Póvoa de Varzim: Ulisseia, 1972.
- _____. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Península, 1971.
- _____. *O Direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969
- SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Francisco Alves, 1979.
- SOJA, E. W. *Postmetropolis: critical studies of cities and regions*. Oxford: Blackwell Publishing, 2002.
- _____. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 324 p.
- SPOSITO, M. E. B. *O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo*. 2004. 508 f. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente-SP, 2004.
- SPOSITO, M. E. B. et al. *O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica*. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007 (Coleção Geografia em Movimento).

RELAÇÃO CAMPO–CIDADE: EM BUSCA DE UMA LEITURA DIALÉTICA PARA A COMPREENSÃO DESSES ESPAÇOS NA ATUALIDADE

Suzane Tosta Souza*

A relação campo–cidade constitui-se em um debate instigante e rico para a Ciência Geográfica tratando-se, no caso específico da influência dessa relação na produção das pequenas e médias cidades, fundamental para o entendimento dos espaços urbanos e rurais no Brasil. Trata-se, entretanto, de uma temática ainda pouco difundida; apenas nos últimos anos os congressos de Geografia têm dedicado espaços específicos para esta discussão. O presente artigo tem por finalidade levantar algumas questões sobre a relação entre campo e cidade, resgatando estudos que apontam para perspectivas diferenciadas e, por fim, opta por pensar campo e cidade enquanto espaços dialeticamente imbricados que, ao mesmo tempo em que apresentam um conteúdo social e histórico específico, só podem ser compreendidos enquanto totalidade concreta do modo de produção capitalista, portanto, indispensavelmente relacionados.

Os desafios para se discutir teoricamente a relação campo–cidade são concretos na medida em que, na maioria das abordagens, se verifica o predomínio de uma leitura dicotomizada, tanto nas Ciências Sociais como na Geografia, resultado da própria fragmentação do trabalho intelectual, levando à cisão de tais análises. Assim, predomina a leitura dual em que, de um lado estuda-se o campo, o todo rural, de outro, o espaço urbano e as cidades. Tais leituras apontam para diversas direções, destacando-se as análises que propõem a oposição entre esses espaços, em que a cidade passa a ser vista como *locus* do desenvolvimento, da industrialização, da técnica, portanto, da modernidade, e o campo, local do atraso e, até mesmo, impeditivo do avanço das forças produtivas, resquício do passado, que precisa ser transformado. Essas análises, por sua vez, acabam por repercutir em outra forma de analisar a relação campo–cidade, fundamentada no princípio da subordinação do primeiro em relação à segunda, em que, tomando por base a leitura desenvolvimentista, cabe transformar o campo, promover as condições concretas para que este possa experimentar o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, de modo a apresentar o mesmo patamar de “desenvolvimento das cidades”.

De acordo com esta análise, o camponês, que historicamente se reproduz por meio do trabalho familiar na terra, passa a representar o atraso, o impeditivo ao pleno florescimento das relações capitalistas de produção, por isso, precisa se transformar no agricultor familiar, completamente sujeitado aos desígnios da produção capitalista ditada mundialmente, pensamento bastante difundido no Brasil por Ricardo Abramovay (1992). Acrescenta-se a essa

* Doutora em Geografia Humana pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), professora adjunta do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). suzanetosta@hotmail.com

perspectiva o fato de esses camponeses não mais viverem apenas das atividades agrícolas, já que a percepção é a de que “o campo está se urbanizando”, portanto, o camponês, que historicamente teve uma relação umbilical com a terra, não mais vive apenas do trabalho nesta, inserindo-se em outros ramos da produção mediante a difusão, no campo, de setores como indústria e serviços, tornando-se pluriativo e, melhor, adaptando-se a essa “leitura” do novo rural, conforme apontado por Graziano da Silva.

Assim, o camponês não apenas se encontra integrado ao circuito produtivo — na condição de trabalhador — como não mais sobrevive eminentemente das atividades agrícolas, inserindo-se também, enquanto força de trabalho, em outros setores da economia como a indústria e o comércio. Nesta leitura, do ponto de vista da produção e da produtividade, o avanço das forças produtivas, os incrementos tecnológicos e os conhecimentos científicos aplicados na agricultura resolveriam o problema do campo. Por isso, o caminho para o campo brasileiro seria o “agronegócio” e os camponeses, pluriativos, não precisariam mais da terra para viver, concepção defendida por Francisco Graziano (2004)¹, com a qual defende sua principal tese — a de que o Brasil não precisa mais de reforma agrária. Tais análises, entretanto, desconsideram a totalidade social do campo brasileiro, a luta de classes e os conflitos históricos existentes no meio rural.

Por outro lado, é preciso considerar as condições concretas em que o modo de produção capitalista se desenvolve no campo e nas cidades e os papéis que impõe a esses espaços. Desse modo, a leitura de Carlos (2004) aponta para a necessidade de se rediscutirem as relações campo–cidade, com destaque para o processo de industrialização impulsionado pela sociedade urbana e as definições que legitimam a propriedade privada da terra. A industrialização permitiu, com o desenvolvimento do mundo da mercadoria e da generalização do valor de troca, o avanço das comunicações e a expansão da informação, assim como aprofundou e redefiniu as relações entre os lugares enquanto hierarquização espacial entre espaços dominados/dominantes, sob o comando da metrópole nacional. A divisão do trabalho na sociedade — realizando-se como divisão de tarefas e atividades ligadas às necessidades específicas para sua realização, envolvendo espaço e tempo diferenciados — revela, em seu fundamento, a divisão de classes, o estado e a propriedade privada, bem como a luta em torno desta.

Nesse sentido, o tempo/espaço de todos os momentos da vida cotidiana é capturado pelo tempo cíclico, sob a dominação do tempo linear, esvaziando os usos do espaço, submetendo o uso ao valor de troca e a vida cotidiana às exigências da realização da produção capitalista. No plano socioespacial permitiu-se a realização da propriedade privada no cerne do processo de apropriação, redefinindo-o como base na divisão social do trabalho (CARLOS, 2004, p. 8).

¹ Francisco Graziano, economista, defendeu amplamente esta ideia recentemente na reportagem “O Brasil não precisa de reforma agrária”, publicada pela Revista Veja, em março de 2004.

Desse modo, torna-se fundamental compreender as contradições do desenvolvimento do modo capitalista de produção, que se apropria do campo através da propriedade privada da terra como forma de garantir maior renda aos grandes proprietários fundiários e às empresas capitalistas. Estas passam a se territorializar nesses espaços, expropriando os camponeses e expulsando os trabalhadores assalariados, bem como precarizando as relações de trabalho. Nas cidades, para onde se dirige grande parte da força de trabalho proletarizada, a impossibilidade de acesso ao mercado formal de trabalho e a degradação das condições de vida, como resultados mais evidentes da crise estrutural do capital a partir da década de 1970, levam diversos autores a afirmarem o fim do trabalho. Tomando por base a leitura dialética, Antunes (2002) aponta a centralidade do trabalho enquanto condição ontológica do homem, ainda que considere que, sob o predomínio do trabalho alienado que caracteriza o modo capitalista de produção, tais condições cada vez mais precarizadas são apresentadas aos trabalhadores, sobretudo aos pouco qualificados,, levando-os às condições da informalidade, da terceirização, da flexibilização, da hifenização, da subcontratação ou mesmo da marginalidade e do desemprego permanente.

Considerando a leitura que apresenta o campo enquanto subordinado à cidade, cabe destacar que o desenvolvimento do capital no campo ao mesmo tempo em que promove o processo de proletarização dos trabalhadores assalariados e camponeses que perdem suas terras, também e contraditoriamente reproduz essa classe no campo e se apropria do produto do trabalho gerado pelo camponês através do processo de sujeição da renda deste ao capital (MARTINS, 1981; CONCEIÇÃO, 1991; OLIVEIRA, 1998, 2001). Assim, o capital não precisa remunerar o trabalhador, já que se reproduz no campo utilizando-se também das relações não-capitalistas de produção. Por outro lado, ao mesmo tempo em que o camponês se subordina ao capital, busca formas de resistir a ele praticando uma agricultura diversificada voltada, prioritariamente, aos interesses da família. Essa racionalidade camponesa tem por princípio fundamental não a reprodução do lucro (como na ótica capitalista) ou a extração da renda da terra (conforme os interesses dos proprietários fundiários), mas a reprodução da vida, a garantia do sustento da família (SOUZA, 2008).

Além disso, conforme aponta Carlos (2004), não se trata de pensar na subordinação do campo à cidade, mas na subordinação de ambos ao modo capitalista de produção e ainda, igual e contraditoriamente, nas possibilidades de resistências e permanências impulsionadas pela classe trabalhadora, no campo e na cidade, que se consolidam na luta pela moradia urbana e o direito à cidade e, no campo, principalmente, a partir da luta pela terra. Assim, para a classe trabalhadora, campo e cidade passam a representar possibilidades concretas de sobrevivência, na luta pelo trabalho ou pela terra, em que a mobilidade passa a ser vista como uma realidade concreta.

A cidade e campo se diferenciam pelo conteúdo das relações sociais neles contidas e estas, hoje, ganham conteúdo em sua articulação com a construção da sociedade urbana, não transformando o campo em

cidade, mas articulando-o ao urbano de um “outro modo”, redefinindo o conteúdo da contradição cidade/campo, bem como aquilo que lhes une (CARLOS, 2004, p. 9).

Considerando essas contradições do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e o papel que este país passa a assumir, em diferentes momentos, na divisão social do trabalho, Frabetti (2006 apud MARTINS, 1981) argumenta que ainda não foram resolvidas as contradições resultantes da questão da propriedade da terra no Brasil agrário, visto que, considerando a reprodução capitalista de relações de produção não capitalistas no campo e os “vestígios arcaicos da formação econômica brasileira” que até hoje não foram eliminados, torna-se impossível não refletir sobre a mediação que as relações entre cidade e campo exercem no processo histórico deste país.

Aliada à concepção dos teóricos, que considera a subordinação do campo à cidade, desconsiderando os reais objetivos do desenvolvimento do capital no campo e nas cidades e a inserção do país na divisão internacional do trabalho, outros autores apontam que o campo desempenha um papel de complementariedade em relação às cidades. Da mesma forma, verifica-se o predomínio de uma abordagem funcional, como se fosse possível pensar esses espaços apenas “pelas atividades econômicas” que desempenham, desconsiderando a imbricação de tais atividades no campo e nas cidades, como forma indispensável da reprodução do capital. Desse modo, pode-se observar a presença de complexos agroindustriais e do agronegócio, presentes na difusão da agricultura capitalizada, no campo, representando o “moderno”, assim como os subempregos e a miséria generalizada nas periferias urbanas, expressões do que há de mais “atrasado”. Assim, há que se considerar a dimensão concreta do desenvolvimento do capitalismo no campo e nas cidades e as contradições inerentes a esse processo (MENEZES, 2007; SANTOS, 2009).

Nas Ciências Sociais e também na Geografia, pensar o campo enquanto *continuum* da cidade, ao mesmo tempo em que demonstra o nível de relação entre esses espaços, não foge de uma leitura dual, conforme aponta Frabetti (2006, p. 154-155):

(...) para esta teoria, o rural e o urbano seriam outra coisa além de dois pontos extremos entre os quais admite-se uma gradação. Este ponto de vista evolucionista também pressupõe que a generalização das relações de mercado viria a urbanizar o campo, arrefecendo qualquer possibilidade de se perceber contradição na relação entre processos sociais urbanos e do meio rural.

Tomando por base a análise do campo e da cidade, enquanto totalidade concreta do modo capitalista de produção, nas suas contradições, o estudo realizado por Frabetti (2006) retoma o debate realizado por Paul Singer (1979), para quem a separação entre campo e cidade possui um efeito secundário em relação ao processo social fundamental para a formação da sociedade de classes, que é “a participação dos homens no processo de produção e distribuição” (SINGER, 1979, p. 13). Por isso, para este autor, não faz sentido explicar a sociedade a partir

da relação cidade-campo: ao contrário, são as relações de classe que explicariam a distinção e o intercâmbio entre ambos.

Por outro lado, Frabetti (2006, p. 145) faz um contraponto necessário: estes resultados “superestruturais” (ou seja, o campo e a cidade) devem ser compreendidos dialeticamente como expressão concreta de uma das mais antigas e persistentes rupturas no processo histórico, as quais compõem a estrutura mais elementar da base material das sociedades, indispensáveis, portanto, para sua reprodução. Daí a possibilidade de pensarmos, nas mais variadas conjunturas, as contradições em cuja origem estão a separação e a oposição dialética entre campo e cidade: esta relação tem sido condição para a reprodução da ordem, bem como para o surgimento de crises, nas mais diversas formações sociais.

Ao analisar a situação brasileira, Frabetti (2006, p. 151) aponta que a compreensão do meio rural e de sua relação com a cidade em uma sociedade a exemplo da brasileira, cuja modernização resulta do processo de desenvolvimento desigual e combinado do capital, deve, portanto, considerar centralmente a possibilidade de o campo comportar usos que não se reduzem às determinações das relações de mercado e da agricultura industrializada, de modo que esse irredutível (ainda que subordinado ao movimento do capital na esfera da circulação de mercadorias) constitua a chave interpretativa da relação contemporânea entre campo e cidade.

Assim, há que se destacarem as contradições existentes na sociedade, no curso geral do processo histórico. Acrescenta-se a isso a compreensão de que tal sociedade encontra-se dividida em classes sociais com interesses antagônicos e de como estes se materializam no campo e na cidade, apropriando-se dos diferentes espaços e de seus reflexos para os trabalhadores do campo e da cidade.

De acordo com Marques (2006), a compreensão desse processo histórico, que envolve a reflexão acerca dos diversos momentos da acumulação capitalista no Brasil e a divisão social do trabalho estabelecida a partir de então requerem a compreensão da formação e reprodução da classe trabalhadora no país. Assim, há que se superar a concepção reducionista que analisa os processos a partir de uma tendência homogeneizante do desenvolvimento desse modo de produção, que aponta para a subordinação de toda forma de trabalho ao assalariamento. Como expressão concreta desse processo, a autora aponta para a complexa trajetória do trabalhador que luta pela terra no Brasil e cuja vida se estabelece na constante mobilidade entre o campo e a cidade, mediante o intenso movimento entre o trabalho urbano e o rural. Essa mobilidade campo-cidade se faz enquanto estratégia de reprodução social para esses sujeitos “constitutivos de uma totalidade concreta que os engloba. Totalidade que é determinada pelo capitalismo em seu movimento de reprodução ampliada” (MARQUES, 2006, p. 172). Essa “sociedade urbana” passa a adquirir maior dinâmica com a economia cafeeira, em que a cidade assume o papel de *locus* da produção, incrementando a formação de um mercado de trabalho urbano.

Com a crise da produção cafeeira, a ação do Estado volta-se para o incentivo à industrialização. Ainda na década de 1930 são definidas as condições trabalhistas que regulam o mercado

formal, algo que não se estende ao campo. Nas cidades, a massas proletárias se amontoam nos bolsões de miséria. Por outro lado, tanto no campo quanto nas cidades verificam-se, nas décadas posteriores, movimentos reivindicatórios da classe trabalhadora/camponesa, em destaque a luta pela permanência na terra, a exemplo das Ligas Camponesas, na década de 1950. A esses movimentos populares segue-se a repressão iniciada com o Golpe Militar, de 1964. A Ditadura Militar, que dura 21 anos, será fundamental para a expansão capitalista no território brasileiro: nas cidades, por meio da difusão da industrialização, da proletarização e do crescimento desordenado (sobremodo das grandes cidades concentradoras de capital) e, no campo, a partir da concentração fundiária, de modo a garantir as demandas do capital agrário e financeiro e dos grandes proprietários fundiários.

A industrialização da agricultura altera, substancialmente, as relações de produção, fundamentadas na expansão das relações capitalistas, com o processo de proletarização que se generaliza nas cidades e se expande para o campo, convertendo parte da população camponesa em força de trabalho assalariada. Entretanto, ao final dos anos de 1970, esse processo trás seu revés: a reorganização dos trabalhadores que buscam fugir das condições de exploração a que são submetidos. Na cidade, sua expressão mais concreta se dá por meio do fortalecimento dos sindicatos e, no campo, a partir da organização de movimentos sociais de luta pela terra, em que a questão camponesa emerge como central.

Nas décadas de 1980 e 1990 verifica-se a exacerbação dos reflexos mais concretos da crise estrutural do sistema do capital. O processo de reestruturação advém de uma necessidade do sistema de manter seus padrões produtivos, a exploração da mais-valia e a extração da taxa de lucro. Para os trabalhadores isso representa novas formas de precarização do trabalho, bem como o avanço do desemprego estrutural, que alguns teóricos difundem como o discurso do não trabalho. Tal crise do sistema de capital repercute na diminuição nas taxas de crescimento econômico, aumento da pobreza e das desigualdades sociais. A abertura do mercado para a incrementação de uma política de importações, por sua vez, repercute na desindustrialização de grandes centros urbanos. A mobilidade do capital busca formas de explorar mais trabalho, inclusive nas áreas ditas periféricas.

Retomando o processo histórico para compreender a realidade brasileira, Francisco de Oliveira (2003) aponta que o país vai passar por mudanças substanciais em sua política econômica, a partir do projeto “desenvolvimentista” inaugurado por Getúlio Vargas, baseado em um processo de industrialização que seria, portanto, condição indispensável para a superação do “subdesenvolvimento”. O cenário mundial caracterizado pelo fim da Primeira Guerra Mundial, seguido da Crise de 1929 na Bolsa de Nova York, constitui-se em um grande golpe para o capitalismo. Assim, a economia de mercado passa a contar com o apoio do Estado, por meio de uma política nacionalista a partir da qual se pode entender a atuação do Governo Vargas, seguido por outros governos, que passam a criar, no Brasil, todas as condições para a expansão capitalista investindo em uma política de industrialização. Tal política é então acompanhada de um acelerado processo de urbanização, por meio do

qual se verifica a ascensão do urbano enquanto modo de vida, que representa a condição de “moderno”, em detrimento do campo, que passa a ser visto como “atrasado”, sinônimo de “subdesenvolvido”. Trata-se, na análise de Marques (2002), de uma forma de pensar campo—cidade de forma dicotômica, em que o campo passa a ser definido pelo que não é urbano. Contraditoriamente, a industrialização brasileira ocorre a partir da exportação, em larga escala, de gêneros agrícolas, que subsidiam os juros da dívida, fazendo com que as demandas de produção e produtividade sejam intensificadas (inclusive para atender às crescentes demandas da população nos grandes centros urbanos). Assim, o campo deixa de ser visto como “atrasado”, sendo necessário “modernizá-lo” a fim de atender a tais demandas do modelo produtivo. A partir daí, o campo passa a ser analisado como contínuo do processo de urbanização.

Nesse processo, a presença do Estado é fundamental à criação de todas as condições para “desenvolver” o campo, desde os incentivos creditícios e criação de órgãos para o desenvolvimento de pesquisas e tecnologias, até a expansão da fronteira agrícola em direção a novas áreas como as regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, para abrir novas possibilidades de “territorialização do capital” ou “monopolização da produção”, conforme destacado por Oliveira (1998). Tais políticas são direcionadas a médios e grandes proprietários de terras, condenando as unidades de produção familiar, excluindo milhares de camponeses que tinham no cultivo da terra sua possibilidade de reprodução. Além disso, a ocupação de novas áreas por grileiros e latifundiários se fez desconsiderando a existência de centenas de comunidades que viviam da terra, como os povos da floresta (índios e seringueiros), os povos cerradeiros (camponeses e índios), dentre outros.

A indústria se espalha em direção ao campo a partir dos complexos agroindustriais, em que a produção já sai do campo manufaturada com destino às grandes cidades e à exportação. O modelo de desenvolvimento implementado no campo ocorre com a difusão de equipamentos, adubos e defensivos químicos, utilizados sem o menor controle, muitas vezes inadequados à realidade climática e ao tipo de solo do local, ocasionando a destruição de vários ecossistemas. Verifica-se a ascensão do paradigma do agronegócio. Nas grandes cidades, diferente do desenvolvimento e da modernidade anunciada, milhares de trabalhadores vivem de subempregos ou estão desempregados, sem condições mínimas de moradia, assistência médica, alimentação e acesso à escola; amontoando-se de forma precária, nas encostas das grandes cidades — constantemente atingidas por deslizamentos. Outros problemas são a construção de prédios e vias de acesso que impermeabilizam o solo urbano, além da poluição sonora e do ar, dentre outros danos à natureza. O aumento das desigualdades sociais, da pobreza, da violência urbana e da marginalidade representa um quadro que nem de longe pode ser considerado como “desenvolvido”. Para Marques (2002), a retomada da abordagem dicotômica e uma redefinição da relação campo—cidade resultam exatamente da crise urbana e da degradação das condições de vida nas cidades, em que diversos autores passam a criticar a ideia de que tudo é urbano.

Assim, Marques (2006) considera que, nas últimas décadas, o campo tem abrigado parte da “população sobrando do Brasil”, que ingressa nas fileiras da luta pela terra, ou mesmo passa a desempenhar tarefas no âmbito da produção familiar. Para a autora, o crescimento urbano verificado nas grandes cidades e a redução nas oportunidades de emprego têm levado parte desses trabalhadores a retornar para o lugar de origem, inclusive para o campo, onde busca garantir a sobrevivência. Dessa forma, “a unidade familiar camponesa continua a representar parcela significativa da população trabalhadora no campo e a abrigar desempregados rurais e urbanos”. Para tanto, destaca a importância da família como unidade social que agrega membros com ou sem renda, devido às práticas solidárias e ao desenvolvimento de atividades de autossustentação. Com isso, verifica-se a reprodução da família entre campo e cidade, com fluxo de renda e de pessoas nas duas direções.

À exceção de um reduzido número de trabalhadores qualificados, as constantes ameaças do desemprego estrutural levam o operário de hoje à condição de desempregado, informal ou “autônomo”, cuja trajetória é marcada pela insegurança, instabilidade e precariedade. A mobilidade campo–cidade passa a representar, muitas vezes, a única possibilidade de sobrevivência para parcelas significativas da classe trabalhadora. Ora camponeses, ora assalariados, ora informais, ora desempregados, os trabalhadores vão alternando a vida na intensa mobilidade de seu trabalho (SILVA, 1999; SILVA, 2003; THOMAZ JÚNIOR, 2006; CONCEIÇÃO, 2007; SOUZA, 2008).

A partir daí, podemos analisar a produção dos espaços rurais e urbanos, “suas funções e seu conteúdo social” (MARQUES, 2002), a ação da sociedade na natureza, transformando-a em natureza humanizada, cujas relações não se enquadram e, muitas vezes, não respeitam os limites administrativos pré-definidos. Assim, a dinâmica da sociedade, em seu movimento, nos dá novas possibilidades de entender o campo e a cidade enquanto espaços dialeticamente imbricados. Com isso, busca-se resgatar a dimensão territorial do desenvolvimento do modelo produtivo, rompendo com o pensar dicotômico, em que, por um lado, se verifica o desenvolvimento desigual e combinado (a partir do qual se pode pensar a relação campo–cidade) e, por outro, não se pode desprezar as particularidades que caracterizam os modos de vida no campo e na cidade e a relação que estes estabelecem com a terra e com o trabalho.

De acordo com Carlos (2004), a análise sobre o campo e a cidade, bem como a relação campo–cidade, deve se basear no movimento da sociedade, no processo histórico, desigual e contraditório, não em uma visão dicotômica, ancorada na perspectiva demográfica ou na mera definição de atividades desenvolvidas em um ou outro espaço, pois essa leitura é insuficiente e esconde as contradições do processo. Para ela, a reorganização do processo produtivo aponta “novas estratégias de sobrevivência no campo e na cidade”, em destaque a ação dos movimentos sociais nesses espaços. Os terrenos vazios, que garantem o aumento do valor, e a terra improdutiva no campo, para a garantia da extração da renda da terra, revelam a extensão do mundo da mercadoria, segundo Carlos (2004), produzindo uma significativa parcela de população sem terra para plantar, sem teto e sem trabalho enquanto possibilidade de repro-

dução social. São esses sujeitos que vão alimentar a luta da classe trabalhadora-camponesa, na intensa mobilidade entre o campo e a cidade, portanto, fundamentais para a compreensão atual desses espaços na dialética que exprime o próprio movimento do capital.

Na região sudoeste da Bahia pode-se constatar que, acompanhando essa onda “modernizante”, é implementada, a partir da década de 1970, a difusão de pesquisas e tecnologias voltadas à expansão da produção da monocultura do café, sobretudo nas grandes e médias propriedades — o que repercute na falência de centenas de pequenos agricultores, perda ou abandono de suas terras, no crescimento das cidades (com destaque para Vitória da Conquista) e no acelerado processo de empobrecimento da população camponesa. Contraditoriamente à modernização anunciada, o que se verifica é o agravamento das condições de trabalho no campo, dada a intensificação dos conflitos do capital *versus* trabalho na região, o que redundou na histórica greve dos trabalhadores do café e de outros tantos trabalhadores expulsos do campo, via mecanização, que passam a se amontoar nas cidades próximas. Contrariando esta realidade, a história local registra uma série de iniciativas de resistência por parte dos trabalhadores rurais e famílias camponesas empobrecidas, que lutam para não perder suas terras, buscando condições para se reproduzir no campo.

Um dos reflexos mais evidentes desta modernização que, segundo Oliveira (2003), reproduz igual e contraditoriamente o atraso, foi o inchaço da cidade de Vitória da Conquista (maior centro urbano regional e terceira maior cidade do estado da Bahia), que passa de uma população urbana de 8.644 habitantes, em 1940, para 48.712 habitantes em 1960, o que representa um crescimento na taxa de urbanização de 25,7%, em 1940 para 60,7% em 1960, que cresce ainda mais nas décadas posteriores (CENSO DEMOGRÁFICO, IBGE, 1940 e 1960).

Quanto à população rural, apesar de apresentar um pequeno crescimento em termos absolutos no município, passa de 24.910 para 31.401 habitantes no mesmo período; em termos relativos a taxa da população rural decresce de 74,3%, em 1940 para 39,3% em 1960. No ano de 2000, a taxa de urbanização atinge 85,9% do total, ou 225.430 habitantes, enquanto os classificados como população rural compõem apenas 14,1%, ou 37.155 habitantes. Considerando os outros municípios da região, constata-se que, mesmo com o crescimento verificado nas cidades, a maior parte da população vive no campo.

Além disso, apesar dos dados oficiais disponibilizados pelo IBGE, não se pode deixar de levantar algumas contradições, ou mesmo críticas, acerca destes, com destaque para a lacuna existente na definição do que é campo e do que é cidade — quando o critério de classificação é definido a partir da delimitação administrativa, da operacionalização do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e do Imposto Territorial Rural (ITR), o que torna a discussão dos conceitos de rural e urbano superficial, meramente quantitativa e inadequada à realidade concreta dos moradores da cidade e do campo e cria uma falsa ideia de urbanização a qualquer custo. É importante ressaltar que, conforme já destacado, na população urbana da Vitória da Conquista são incluídas centenas de famílias que vivem em 11 distritos e diversos povoados e que sobrevivem, predominantemente, de atividades agrícolas.

Ao invés da “modernização” que seria viabilizada através do modelo industrial e da urbanização da sociedade, o que se verifica é a exclusão de milhares de trabalhadores nas cidades e no campo, assim como famílias camponesas desterritorializadas que passam — sobretudo a partir da ascensão dos movimentos sociais rurais de luta pela terra — a criar possibilidades de conquistar a terra — seja através da ocupação ou de outras iniciativas, como cooperativas, associações etc. — e a desenvolver formas de resistência no campo. Tais movimentos demonstram a necessidade do retorno do homem à terra, a busca de uma nova relação entre a sociedade e a natureza e a negação do atual modelo de desenvolvimento, baseado unicamente na cultura urbana, que tira do camponês toda e qualquer possibilidade de reprodução enquanto ser social. O que se verifica na região em estudo é uma incorporação econômica desvinculada de uma práxis social que sacrifica, exclui e expropria centenas de famílias que vivem da/na terra. Assim, no sudoeste da Bahia, a “modernidade”, acompanhada de uma acelerada urbanização, trouxe também a miséria, a marginalidade, a segregação social — retratos fiéis da falência do modelo de desenvolvimento implementado no país. Para tanto, retomamos, como subsídio teórico, a análise de Francisco de Oliveira (2003), que considera que o atraso é reproduzido exatamente pela busca da modernidade, e a condição de subdesenvolvimento é igual e contraditoriamente reproduzida pelo desenvolvimento.

De acordo com Alentejano (2003), analisar a relação campo–cidade no século XXI constitui-se uma grande encruzilhada, já que, ao contrário das vantagens da urbanização (como se pregava na metade do século XX), verifica-se hoje a proliferação de estudos que apontam para a revalorização do rural e as limitações do modelo de urbanização; entretanto, esta revalorização toma caminhos distintos: para uns significaria uma revisão do modelo de desenvolvimento agropecuário historicamente dominante no país — associando a reforma na estrutura fundiária e na política agrícola implementada até então; para outros significa a possibilidade de aproveitamento das potencialidades deste modelo — ou a revalorização conservadora do rural, ou seja, a sobrevida do latifúndio. Entretanto, é necessário que se pense além da agricultura e do meio rural; é preciso compreender que “o grande salto no debate atual da questão da reforma agrária deve ser a inserção desta no contexto da discussão do modelo de desenvolvimento a ser implementado no país” (ALENTEJANO, 2003, p. 27), ou seja, retomar os debates agrários, não como questão secundária

[...] à tendência de industrialização do campo e de urbanização da sociedade; onde o caráter fortemente urbanizado da sociedade seja o ponto de partida para a nova reflexão sobre o lugar da reforma agrária no debate sobre o modelo de desenvolvimento a ser adotado no país, não para negar a importância da reforma agrária, mas para reafirmá-la; não para gerar emprego no campo, mas para possibilitar a construção de uma sociedade mais justa (ALENTEJANO, 2003, p. 27)

Marques (2002) demonstra que o próprio modelo produtivo, ao constatar a “decadência” do urbano, passa a investir na imagem do rural como próximo à natureza, opondo-se ao

artificialismo da sociedade moderna, possibilitando a apropriação de paisagens rurais e “o retorno bucólico à tranquilidade do rural”, conforme destacado em Willians (1989). Com isso, demonstra que “o contraste entre cidade e campo é uma das principais maneiras de tomarmos consciência das crises da nossa sociedade capitalista, marcada pela intensidade e velocidade dos processos de transformação” (WILLIANS, 1989, p. 103). Assim, considera que o capitalismo é o agente mais eficaz na transformação da natureza e do social, por tornar possível entender as transformações nas relações entre campo e cidade enquanto fundamentos deste modo de produção. Contraditoriamente, mesmo com todo o avanço do processo de urbanização, o rural não deixou de existir. Esta realidade é incontestável na região sudoeste da Bahia e se materializa nos espaços dos assentamentos rurais, nas comunidades camponesas vinculadas, ou não, a movimentos sociais de luta ou permanência na terra, na produção camponesa de Lagoa das Flores, em diversas cooperativas agrícolas e associações existentes na região, nas comunidades quilombolas de Barra e Bananal, entre outros exemplos. Cada uma delas, com suas especificidades, representa possibilidades e tentativas de resistência ao projeto de homogeneização da sociedade do capital, negando-se à proletarização e demonstrando, na labuta cotidiana, que o projeto de modernização baseado na sociedade urbana e industrial não lhe serve. Entretanto, tal análise não pode ser realizada de modo dicotômico — ou seja, considerando-se o rural como sinônimo de atraso, de natural e o urbano como *locus* do progresso, da modernização da indústria e da técnica. Requer, portanto, analisar a diversidade das formas de organização social e da reprodução da vida; o conteúdo social que estes sujeitos imprimem nestes espaços, com todas suas dimensões e contradições. No dizer de Lefebvre (1991), entender estas singularidades na totalidade das relações sociais; ou, conforme Marques (2002), a partir do conceito de divisão social do trabalho, com base no desenvolvimento desigual e combinado, que sofre influências recíprocas; entretanto, é preciso considerar as especificidades de cada conceito, em que o espaço rural corresponde a um meio específico de características mais naturais que o urbano, em que a terra ou o espaço natural aparece como fator primordial cuja territorialização é intensa; diferente do urbano, conforme destaca Alentejano (2003). Este é o desafio para a análise do geógrafo: pensar rural e urbano como partes de um mesmo processo contraditório de desenvolvimento do capital, mas que resguardam suas especificidades caracterizadas por conteúdos sociais diferenciados, que propiciam uma nova forma de contato entre a sociedade (com todas suas contradições) e a natureza.

Não se tem neste artigo, entretanto, a pretensão de negar o urbano enquanto modo de vida e organização social, nem de pensar o campo como extensão do que existe na cidade, mas de ver no campo uma possibilidade de construção de uma nova relação entre a sociedade e a natureza, de pensar no retorno ao campo — a partir, principalmente, da atuação dos movimentos sociais ou de manutenção do homem no campo —, com destaque para a organização de movimentos, associações, cooperativas e outras experiências como possibilidades reais de construção de um novo modelo de sociedade, em que o homem seja colocado em primeiro lugar. Daí, a crítica incisiva ao modelo produtivo atual, voltado para os interesses do grande capital em detrimento das necessidades da sociedade. Martins (1994) destaca os benefícios

que um amplo programa de reforma agrária poderia trazer para a sociedade brasileira, não sendo este, por isso mesmo, de interesse apenas dos movimentos que lutam pela terra. O enfrentamento entre as classes sociais e seus distintos interesses é fundamental para o entendimento do processo de produção do espaço agrário brasileiro, e especificamente na região sudoeste da Bahia, enquanto parte de uma totalidade social, o que só é possível considerando todas as dimensões: históricas, sociais, econômicas, culturais e políticas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. As relações campo–cidade no Brasil do século XXI. *Revista Terra Livre*. São Paulo, nº 21, p. 25-39, jul./dez 2003.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A questão da cidade e do campo: teorias e política. *Mercator – Revista de Geografia da UFC*, v. 3, n. 5, 2004.
- CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. *A questão camponesa: o signo sob o olhar dialético*. 1991. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, São Cristóvão, Sergipe, 1991.
- _____. Jovens andarilhos no curto ciclo do capital. *Revista OKARA: geografia em debate*, João Pessoa/PB, v. 1, n. 1, p. 1-152, 2007.
- FRABETTI, Giancarlo Livman. Apontamentos para uma abordagem dialética das relações cidade-campo: do modelo clássico aos novos desafios. *Revista AGRÁRIA*, São Paulo, n. 5, p. 139-169, 2006.
- GRAZIANO, Francisco. O Brasil não precisa de reforma agrária. *Revista Veja*, mar. 2004.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Instituto de Economia, 1996.
- HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- LEFEBVRE, Henry. *The production of space*. Cambridge. Blackwell Publishers, 1991.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. *Revista Terra Livre*, São Paulo, v. 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.
- _____. Entre o campo e a cidade: formação e reprodução da classe trabalhadora brasileira. *Revista AGRÁRIA*, São Paulo, n.5, p. 170-185, 2006.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. São Paulo: Vozes, 1981.
- _____. *O poder do Atraso*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. *A sociedade vista do abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. 2ª ed. São Paulo: Vozes, 2002.
- MENEZES, Sócrates Oliveira. *De “supérfluos” a sujeitos históricos na contramão do capital. A Geografia do (Des)Trabalho*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2007.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. *As transformações territoriais recentes no campo brasileiro* [São Paulo], 1998. Prova do Concurso para provimento de cargo de Professor Titular FFLCH-USP.

_____. *A agricultura camponesa no Brasil*. 4ª ed. – São Paulo: Contexto, 2001. 164 p.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista – o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. (Prismas).

SILVA, Nelmires Ferreira da. *Adeus, cascalho: jovens sergipanos na odisséia do trabalho temporário*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE, 2003.

SINGER, Paul Israel. *Economia política da urbanização*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos. *A territorialização dos conflitos e das contradições: o capital versus trabalho nos laranjais baianos e sergipanos*. Tese (Doutorado em Geografia) – FFLCH/USP, São Paulo, 2009.

SOUZA, Suzane Tosta. *Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro. Camponeses em luta pelo/no território no sudoeste da Bahia*. Tese (Doutorado em Geografia) – NPGEO/UFS, São Cristóvão-SE, 2008.

SOUZA, Suzane Tosta. *Relação campo x cidade: uma análise do sudoeste da Bahia*. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2., SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3., JORNADA ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA. 2005. Presidente Prudente-SP. Anais..., Presidente Prudente-SP, 2005.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio (Org.). Trabalho mutante e territórios em disputa. *Revista Pegada. Trabalho e Informalidade*. v. 8, n. 1, jun. 2007.

_____. *Geografia e trabalho no Século XXI*. Presidente Prudente: Centelha, 2006. v. 2.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade*. Trad. Paulo Henriques Brito. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

QUESTÕES INICIAIS PARA O ESTUDO DAS RELAÇÕES CAMPO–CIDADE NA BAHIA: PROCESSOS E INDICADORES

*Patricia Chame Dias**

Historicamente, o campo precede e é condição para a existência da cidade. Espaço da produção primária é, em tese e na origem, autossuficiente. A cidade, ao contrário, para sua subsistência, precisa extrair do campo os excedentes gerados pela força de trabalho (CASTELLS, 2000; SINGER, 1998). Essa apropriação só foi possível por meio da criação de instituições sociais que regulamentassem a transferência desse mais produto do campo para a cidade, melhor dizendo, que assegurassem a relação poder-dominância que ocorre entre esses dois espaços. Para Singer (1998, p. 8-9), “isto significa que a existência da cidade pressupõe uma participação diferenciada dos homens no processo de produção e distribuição, ou seja, uma sociedade de classes”. E, acrescentou, essa é “[...] via de regra, a sede do poder e, portanto, da classe dominante [...]”. Ademais, é exatamente o poder uma das principais razões para sua existência.

Nessa mesma vertente analítica, Castells (2000) afirmou que a cidade é uma estrutura social e espacial complexa, expressão do processo de apropriação e de reinvestimento do produto do trabalho. Em relação à divisão do trabalho entre a cidade e o campo, observou que esses dois espaços não podem ser entendidos separadamente. Ao contrário, “[...] estão intimamente ligados no âmago do mesmo processo de produção das formas sociais, mesmo que, do ponto de vista destas próprias formas, estejamos na presença de duas situações diferentes” (CASTELLS, 2000, p. 42).

Com o advento da industrialização e as alterações experimentadas pelo capitalismo, as funções e estrutura da cidade e a relação que esta estabelecia com o campo se modificaram. A sociedade se urbanizou, a acumulação de capital se intensificou e a cidade e o campo, submetidos a essa lógica capitalista e à supremacia do valor de troca sobre o de uso, observaram novas complementaridades. Para Lefebvre (2001, p. 68-69), nesse contexto, “[...] a velha exploração do campo circundante pela cidade, centro de acumulação do capital, cede lugar a formas mais sutis de dominação e de exploração, tornando-se a cidade um centro de decisão e aparentemente de associação”. E prossegue, observando que os valores urbanos originados nas cidades avançam sobre o campo: “a vida urbana penetra na vida camponesa, despojando-a de elementos tradicionais [...]”.

Todavia, conforme o próprio autor, esse avanço do urbano atenuou mas não eliminou a contradição campo–cidade, visto que tal contradição é necessária à divisão social do trabalho

* Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); especialista em políticas públicas e gestão governamental. Pesquisadora da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). patriciadias@sei.ba.gov.br

típica da sociedade de classes. Permanecem as diferenças no que tange a sua posição no processo de divisão social do trabalho, por isso mantiveram-se a hierarquia e as relações de dominação estabelecidas socialmente entre os lugares. Entende-se assim que o campo e a cidade compõem uma mesma realidade construída pelos processos de reprodução da sociedade, submetidos aos mesmos valores e sistema produtivo. Mas que ocupam posições diferenciadas em tal sistema.

O fato é que a cidade firmou-se como *locus* da produção e do controle ideológico, político, administrativo, econômico e tecnológico e como o ponto de comando do território, local no qual o urbano se manifesta com toda intensidade. Por isso, é comum fazer-se uso dos termos cidade e urbano como sinônimos. Igualmente, associa-se urbanização tão somente ao que ocorre no interior das cidades. Isso porque a cidade, enquanto estrutura, é resultante do processo de urbanização, o qual se traduz pelas relações cotidianas e pelos valores culturais que são a própria expressão da sociedade capitalista. Assim, o urbano não se circunscreve à cidade, mas, como um conjunto de práticas sociais, penetra no campo alterando o modo de vida e de produção dos que lá residem, envolvendo-os nos interesses dos agentes dominantes.

A partir dessas noções gerais das relações campo–cidade e de urbanização, toma-se como objeto a Bahia. Estado de grandes dimensões territoriais e com diversidades no histórico de ocupação e distribuição das atividades econômicas, comporta distinções também no que tange a suas características sociais e demográficas. Isso se reflete em suas cidades e nas articulações que elas estabelecem com o seu entorno. Há aquelas onde o urbano aparece com toda intensidade e outras onde o olhar busca elementos que evidenciem uma estrutura urbana. Desse modo, como entender as relações campo–cidade nesse estado? Sem intenção de responder totalmente a esta indagação, neste texto pretende-se levantar elementos que contribuam para o desenvolvimento do estudo das relações campo–cidade na Bahia. Para tanto, apresentam-se algumas reflexões sobre os processos socioeconômicos mais gerais que promoveram a sua urbanização e, fazendo-se uso de indicadores, traça-se um panorama sociodemográfico sobre suas cidades.

OBSERVAÇÕES PRELIMINARES

Antes de entrar propriamente na discussão aqui proposta, cabem alguns esclarecimentos. Para a compreensão dos significados dos termos em análise, deve-se assinalar que, no Brasil, existe uma definição legal de cidade. Essa foi estabelecida pelo Decreto-Lei 311, de 1938, e que a define como toda e qualquer sede municipal. A par de toda a discussão que vem sendo realizada sobre a importância ou não do seu uso, interessa destacar que, na elaboração das estatísticas oficiais de população, mercado de trabalho, habitação, educação, saúde, etc, se utiliza como unidade espacial o que é definido por essa lei.

Conforme as notas metodológicas do Censo Demográfico de 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constituem áreas urbanas: (a) todas as sedes municipais, que são definidas por lei como cidades; (b) as sedes distritais, definidas como vilas; (c) as áreas urbanas isoladas, separadas de uma cidade ou vila por uma área rural, ou outro limite legal. Já como rurais classificam-se: (a) os povoados — aglomerados rurais isolados cujos moradores estão vinculados essencialmente à prática de atividades nos setores primário e terciário; (b) os aglomerados do tipo expansão urbana — assentamentos situados fora do perímetro legalmente definido como urbanos e que se desenvolveram a partir da expansão de alguma cidade ou vila, ou que são por ela englobados; (c) os núcleos — aglomerados em local isolado que se vinculam a um único proprietário do solo; (d) outros aglomerados que não se enquadram nas categorias anteriores. Boa parte dos indicadores sociais é apresentada para o total da escala observada (país, estado, município) e suas áreas urbana e rural. Alguns estão disponíveis, ainda, para as sedes municipais. Tais dados dão indicações da realidade, sendo importante referência para a elaboração e análise de políticas públicas. No entanto, como bem apontou Carlos (2004, p. 131), o urbano e o rural não são meras palavras, “[...] são conceitos que reproduzem uma realidade social concreta. A simples delimitação espacial do que se acredita ser o urbano ou o rural nos diz muito pouco sobre os conteúdos e do processo de urbanização brasileira”.

Outra observação necessária se refere ao uso do termo urbanização, o qual designa, entre outros, uma dinâmica social, econômica, demográfica e espacial complexa. Atendo-se particularmente à questão demográfica, é reconhecido que esse processo foi associado ao crescimento das populações das áreas urbanas, algo passível de ser identificado por meio de indicadores. Chama-se a atenção para o fato de que o aumento da população urbana decorre de um conjunto de fatores que geralmente resultam em elevação do crescimento vegetativo ou na migração para tais áreas. Contudo, por vezes, tal crescimento está associado tão somente a decisões de cunho político-administrativo, a exemplo do que ocorre quando há expansão territorial de uma área urbana já existente — o que implica também a incorporação de novos moradores ao meio urbano — pela criação de novos municípios e distritos e, conseqüentemente, de sedes, ou pela transformação de aglomerados rurais em urbanos.

É importante atentar, ainda, para a forma de tratar os dados estatísticos. Se é fato que esses números se constituem em um recurso metodológico significativo para compreender os fenômenos e processos sociais, por outro lado não os explicam. Desse modo, embora seja possível obter informações quantitativas que contribuem para a compreensão da realidade das áreas urbanas e rurais e das cidades, de nada valem tais informações sem o conhecimento dos processos que as produziram. A famosa “leitura dos dados” reduzida ao balanço dos números é vazia de significado.

INDUSTRIALIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO E RELAÇÕES CIDADE-CAMPO: PROCESSOS GERAIS

Embora, durante séculos, o Brasil tenha sido um país essencialmente agrário, desde a colonização a cidade se impôs ao campo. Oliveira (1982) foi enfático ao afirmar que, mesmo naquele período, quando a produção agrícola era extremamente rentável à Coroa portuguesa, nunca o campo controlou o Brasil. Isso se relaciona ao próprio caráter da economia aqui desenvolvida, que se voltava essencialmente ao mercado externo. De acordo com o autor, nas cidades se localizavam as estruturas que realizavam a ligação entre as áreas produtoras e a circulação internacional de mercadorias. Ademais, também era lá que estavam os aparelhos de Estado, ou seja, os aparelhos de comando e controle. Ainda conforme Oliveira (1982), foi justamente essa importância comercial que impulsionou a urbanização brasileira ainda na época do Brasil-Colônia¹. Uma urbanização, diga-se de passagem, então marcada pela existência de poucas e grandes cidades.

No século XVIII, ocorreu a “primeira revolução” da urbanização, quando a residência principal dos grandes fazendeiros foi instalada nas cidades. No século XIX, com a introdução da máquina a vapor, houve a “segunda revolução”. Esta permitiu, conforme o avanço da técnica, a transformação do engenho em usina. “O maquinismo, mais custoso, mais científico [...] concedia a primazia ao capital financeiro sobre o capital da terra” (BASTIDE, 1978, p. 57 apud SANTOS, 1994). Do mesmo modo, quando, na segunda metade desse século, parte do território foi tecnificado — pela implantação de ferrovias e meios de comunicação e o aperfeiçoamento dos portos —, a fluidez nesse espaço melhorou². Assim, conforme as análises de Santos (1994, p. 26), “O Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o exterior”. Então se forjava uma urbanização que padecia da impossibilidade de maior articulação entre as cidades. Já no século XIX, a mecanização implicou uma nova dimensão do processo de urbanização, que atingia então sua “maturidade”.

Com a Revolução de 1930, a industrialização foi definida como a base da política econômica do Estado, situação que exigiu uma nova organização do território, com estruturas específicas ao seu desenvolvimento e à maior concentração de capitais. Necessitava-se, também, de uma sociedade com características eminentemente urbanas, pautadas numa complexa divisão social do trabalho. Para que tudo isso fosse possível, foi preciso uma

¹ Essa mesma condição fez com que, desde o início, as cidades fossem palco de contradições, algumas das quais resultaram em “revoluções”. As principais foram as observadas entre os interesses dos agentes do capital comercial e os do sistema produtivo agrário, e entre o caráter internacional da economia e os interesses da metrópole. Ao mesmo tempo, no campo não se registravam eventos indicativos de mudanças estruturais, especificamente aquelas relacionadas à divisão de trabalho. As relações de produção permaneciam dominadas pelas oligarquias agrárias e o poder se relacionava, principalmente, à posse da terra.

² Aborda-se aqui o processo de uma forma geral. O referido texto de Santos (1994) traz mais detalhes sobre esse momento.

forte ação do Estado brasileiro em favor da burguesia industrial e, ainda, que se permitisse que o mercado interno adquirisse, cada vez mais, maior importância na organização econômica e territorial do País (SANTOS, 1994). Consolidava-se, assim, uma vitória, ainda que parcial, dos interesses da cidade sobre os do campo, que permanecia dominado pelas elites rurais. Como sintetizado por Oliveira (1982), a partir daquele momento, a burguesia urbana passou a interferir mais diretamente na determinação da política econômica nacional. Como resultado, a cidade se impôs ao campo.

Com a industrialização, assim como em outras partes do mundo, mas guardando especificidades, houve a redefinição do urbano no País e a instauração de um processo generalizado de urbanização. As análises de Santos (1994) indicaram que isso ocorreu porque o desenvolvimento dessa nova base econômica exigia uma integração que ultrapassasse as articulações de nível regional, situando-se na escala do país. Tratava-se, também, da formação de um mercado interno, de equipar o território com vistas a articulá-lo e da expansão da capacidade de consumo. Tal integração impulsionou a urbanização que, a partir da década de 1940, avançou no Brasil e provocou o crescimento de cidades médias e maiores. Construiu-se, em decorrência, uma outra estrutura de cidade que, mantida como sede dos aparelhos de Estado e do capital comercial, passou também a ser sede da indústria. É interessante a assertiva de Oliveira (1982, p. 42) sobre a relação da indústria com o urbano no Brasil: “[...] quando a industrialização começa a ser o motor da expansão capitalista no Brasil, ela tem que ser simultaneamente urbana, e tem que ser fundamentalmente urbana porque não pode se apoiar em nenhuma pretérita divisão social do trabalho no interior das unidades agrícolas”. O autor prossegue afirmando que o crescimento das cidades foi fundado na emigração do campo, cuja estrutura produtiva e de divisão de trabalho pouco diversificada impedia a instalação de indústrias: “[...] a industrialização brasileira trouxe para dentro de si, de uma só vez, de uma pancada, todo esse exército industrial de reserva vindo dos campos para dentro das cidades” (OLIVEIRA, 1982, p. 43).

Ao pensar na relação campo-cidade frente à disseminação da lógica da industrialização e da urbanização, Santos (1994) verifica os ritmos de crescimento de contingentes urbano, rural e o daquele envolvida em atividades agrícolas. Observa que, no Brasil, entre 1960 e 1980, a população urbana ampliou sua participação na sociedade, enquanto a rural e a agrícola diminuíram suas taxas. Todavia, a relevância relativa da população rural declinou de forma mais acentuada do que a da população agrícola. Asseverou ainda que “o Brasil moderno é um país onde a população agrícola cresce mais depressa que a população rural” e que isso ocorre porque uma parte daqueles envolvidos com a produção agrícola torna-se simplesmente urbana por aí fixar sua residência. E prossegue observando que tal situação é “[...] um complicador a mais para nossos velhos esquemas cidade-campo” (SANTOS, 1994, p. 33).

ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO URBANO DA BAHIA: PROCESSOS E INDICADORES

As análises sobre o crescimento das cidades brasileiras nas últimas décadas, de forma geral, remetem ao processo de industrialização. Quando se fala do Nordeste, a reincidência da seca e sua influência no incremento da população das cidades são outros aspectos bastante citados. Nessa região, o número e o contingente das cidades se ampliaram também pela fragilidade das condições de vida existentes no campo. Sem dúvida, ainda que a urbanização nordestina não possa ser considerada tão somente como consequência desses aspectos, eles devem ser observados quando se trabalha com as relações entre o campo e a cidade, especialmente quando se faz uso de indicadores nessa análise³. A questão é entender qual o perfil (ou os perfis) de cidade que se consolidou no estado, como cada uma delas (ou seu conjunto) se relaciona com o campo (ou com os diversos tipos de campo).

Em relação à Bahia, para a compreensão do seu processo de urbanização e sua implicação na dinâmica da relação campo–cidade, é fundamental recorrer à história e observar a distribuição das funções no interior do seu território no decorrer do tempo. Inicialmente, retoma-se a um fato sobejamente conhecido: Salvador, fundada em 1549, firmou-se como praça comercial, local que fazia a ligação do seu interior próximo com o exterior. Nasceu como uma capital, com o papel de comando e controle do território nacional (SANTOS, 1958). Essas funções, mesmo com todas as modificações ocorridas na estrutura produtiva nacional e local no decorrer do tempo, mantiveram-se e, por décadas, deram o tom do seu crescimento. A capital baiana é um exemplo claro das postulações de Oliveira (1982) a respeito do domínio que as cidades brasileiras tiveram em relação ao campo: sempre foi, de longe, a maior aglomeração populacional do estado, o maior e mais diversificado mercado de trabalho e onde estavam os homens que controlavam suas atividades produtivas, inclusive as que ocorriam no campo.

Outro aspecto a ser mencionado para entender o crescimento urbano na Bahia são os ritmos da ocupação do seu interior e de espraiamento das atividades produtivas. Fosse pelas adversidades naturais, pela hostilidade dos índios ou pelos interesses dominantes, esse processo foi marcado pela implantação de poucos e esparsos núcleos no litoral e por uma penetração tardia no sertão. No Além-São Francisco, nas terras que ficavam na margem esquerda do rio, o acesso principal era por Minas Gerais. Havia um isolamento dessa área em relação aos demais espaços baianos. Essas condições fizeram com que, em 1822, houvesse na Bahia uma única cidade, Salvador, e 30 vilas. Mas, embora lenta, a expansão do sistema de transporte e comunicações fez com que se chegasse, no fim do século XIX, a 80 vilas e 43 cidades, a maioria das quais localizada ao longo das principais vias de circulação (estradas carroçáveis, ferrovias e hidrovias) e do rio São Francisco (LEÃO, 1989).

³ Questões históricas relacionadas à distribuição e ao perfil das atividades econômicas e das infraestruturas, políticas de combate à seca, por exemplo, são aspectos a serem considerados. Assim, não basta assinalar o aumento da população urbana. É preciso entender as peculiaridades de tal crescimento.

Acrescente-se que o sustentáculo da economia da Bahia, pode-se dizer que até a metade do século XX, foi a agricultura voltada à exportação. Num contexto em que a Bahia perdia parte de seu contingente, que se direcionava, sobretudo, ao Sudeste, em diferentes momentos, a cana-de-açúcar, o fumo e o cacau, principalmente, foram responsáveis pelo aumento da população das cidades do recôncavo e do sul do estado e mesmo de Salvador. Boa parte dela ocupada, direta ou indiretamente, com atividades ligadas ao cultivo e à comercialização desses produtos. Mesmo as indústrias que então existiam estavam associadas a essas atividades.

No início do século XX, conforme as análises de Leão (1989), os municípios com maior crescimento populacional eram aqueles vinculados às novas fronteiras agrícolas, à pecuária semi-intensiva e àqueles nos quais, direta ou indiretamente, houve melhoria nos transportes. Ao mesmo tempo, centros que se destacaram historicamente, aqueles do recôncavo, inclusive Salvador, experimentaram pequeno crescimento demográfico. Mas a capital baiana não perdeu importância como praça comercial e no seu papel de articulação entre as zonas produtoras e o mercado externo. Já próximo aos anos 1950, enquanto avançava o processo de integração do território nacional necessário à expansão do capitalismo industrial, ocorria uma crise do modelo agrícola ainda dominante na Bahia, que até a ocasião não participava do processo de divisão regional do trabalho. Em verdade, observava-se um momento de estagnação econômica no estado⁴.

Naquele momento, Salvador recebia grande fluxo migratório composto, principalmente, por trabalhadores liberados das estagnadas áreas agrícolas do recôncavo, situação que contribuiu para enfraquecer a dinâmica das cidades dessa região. Do mesmo modo, era um dos destinos daqueles que vinham do sul do estado, que não mais encontravam ocupação na lavoura cacauzeira. Em tal contexto, a capital permanecia como a principal cidade do sistema urbano da Bahia. Conforme Leão (1989, p. 166), Salvador “[...] continuou a acumular as funções de capital e de metrópole do estado, reforçadas com a convergência do sistema de transportes e comunicação para este centro em franca expansão”. Além disso, ainda que já houvesse articulação entre diferentes pontos do estado e outras cidades crescessem, inexistiam centros médios com estrutura capaz de absorver parte das demandas a ela dirigidas.

A matriz produtiva do estado só veio a ser alterada no final dos anos 1950, com a descoberta de petróleo nas proximidades da capital. Esse fato, aliado aos interesses políticos e econômicos locais e a uma agressiva política de incentivos fiscais promovida pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), fez com que a Bahia passasse a integrar o processo de expansão do capitalismo nacional. Estavam criadas as condições para que a moderna indústria, sua ideologia e equipamentos fossem implantados. Decorrencia direta disso foi a instalação da Refinaria Landulpho Alves-Mataripe (RLAM), em 1955; do Centro Industrial de Aratu (CIA), em 1966, e do Complexo Petroquímico de Camaçari (Copec), inaugurado em 1978. Esse processo alterou firmemente o perfil econômico baiano e incidiu sobre o

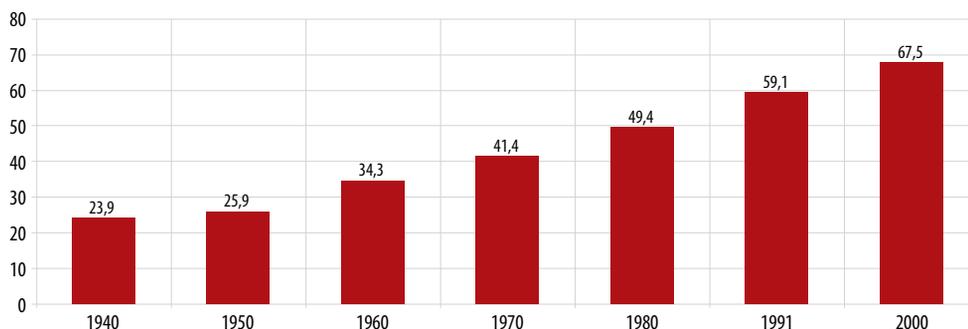
⁴ Para maior entendimento desse momento de estagnação da economia e seus reflexos na sociedade baiana, ver Oliveira (1987).

crescimento dos municípios onde tais equipamentos se localizaram — todos, é necessário frisar, situados na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Nesse mesmo período, também por conta de uma estratégia federal de ampliação das fronteiras agrícolas, foram estabelecidas novas e modernas áreas agrícolas no estado. Destacam-se os perímetros irrigados ao norte, em Juazeiro e o cultivo mecanizado da soja no oeste, em Barreiras. Disso resultou o crescimento dessas duas cidades, que passaram à condição de cidades médias e de polos regionais. Igualmente, essas inovações resultaram na reorganização social e produtiva de suas regiões.

Como terceiro ponto importante para a compreensão da dinâmica das relações campo–cidade, coloca-se também algo que é conhecido: a Bahia é dominada pelo semiárido (pouco mais de 60% do território). Essa área foi e é ocupada, predominantemente, por pequenos produtores que praticam cultivos voltados à subsistência e à criação extensiva de caprinos e bovinos. Nos últimos anos, especialmente no final da década de 1990, outras atividades foram incentivadas em alguns dos seus municípios, seja por iniciativa do poder público seja por força de ações de associações de pequenos produtores — a exemplo da produção do sisal, de castanha de caju, e da apicultura —, mas, até o momento, não há indicações de que isso tenha repercutido de forma mais incisiva sobre a distribuição populacional e na organização econômica ou territorial do estado. Antes, teve impacto localizado.

Feitas essas observações, ressalta-se que o crescimento da população urbana da Bahia, à semelhança do que ocorreu em outras partes do País, é uma tendência cada vez mais evidente. Em termos de estatísticas, nota-se que o avanço percentual desse contingente expandiu-se a partir de 1950. Enquanto em 1940-1950 o grau de urbanização elevou-se em apenas 2,0 pontos percentuais, na década seguinte, marcada por problemas nas principais culturas agrícolas do estado, esse aumento foi de 8,4 pontos. De 1960 em diante, conforme avançou o processo de industrialização e foi sendo desenvolvida uma economia baseada em funções urbanas, os níveis de urbanização elevaram-se de modo significativo (Gráfico 1). A maior elevação ocorreu entre 1980 e 1991 (9,7 pontos percentuais), ano em que, pela primeira vez, a população urbana baiana passou a predominar sobre a rural. Isso fez com que se dissesse que sua urbanização tenha ocorrido tardiamente, já que foi posterior ao verificado na maioria dos estados brasileiros.

Tal situação foi associada, por diferentes autores, a sua estrutura fundiária (formada por minifúndios maiores do que a média nordestina) e às características de sua industrialização (perfil produtivo voltado a bens intermediários e à concentração espacial na RMS e em municípios próximos). O fato é que, sem vincular esse incremento a uma só causa, é importante mencionar que foi nos anos 1980 que o Copec começou a funcionar a plena carga, situação que trouxe repercussões diretas na economia e na vida social da RMS, que não deixaram de ter reflexos indiretos em diferentes pontos da Bahia.

**Gráfico 1 – Grau de urbanização – Bahia – 1940-2000**

Fonte: Silva e Silva, 1989; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Sendo inegável o aumento da importância da população urbana na Bahia — que, em 1950, era de 1.250.507 habitantes e, em 2000, de 8.772.348 habitantes —, cabe verificar como esse contingente se localizava principalmente nas cidades, ou seja, nas sedes municipais, áreas urbanas por definição legal.

Em 1940, dado o percentual dos que nelas viviam, não é estranho que na maioria das sedes houvesse uma população bastante restrita: 93,1% delas possuíam menos de cinco mil moradores (Tabela 1). Já Salvador contava com mais de 290 mil habitantes. Ilhéus, então a segunda maior cidade, contava com 19.751 moradores. Em 1960, a capital do estado tinha mais de 630 mil habitantes, seguida por Itabuna e Feira de Santana, que registraram populações entre 50 mil e 100 mil pessoas. Porém, nesse mesmo ano, 84,9% das sedes ainda apresentavam menos de cinco mil habitantes. Em 1970, quando se iniciou, de fato, a difusão da lógica da industrialização no estado, a maioria das suas cidades — 249 ou 74,1% do total (336) — ainda detinha menos de cinco mil moradores. Ao mesmo tempo, Salvador ultrapassava a marca de um milhão de moradores e Feira de Santana assumia a condição de segunda maior população residente em sede, com 129.472 habitantes.

Para melhor entender o significado desses dados, deve-se recordar que há estudos que definem o que é ou não urbano a partir do tamanho da população. Nos anos 1940, por exemplo, uma cidade brasileira com 20 mil residentes era considerada uma aglomeração urbana de médio porte. A rapidez com que a urbanização ocorreu no País e os processos por ela engendrados incidiram na ampliação vertiginosa do volume demográfico das cidades. Assim, na década de 1970, o status de cidade média foi atribuído a aglomerações com no mínimo 100 mil pessoas (SANTOS, 1994). Nas últimas décadas, seguindo o critério proposto pela ONU, alguns autores passaram a realizar suas análises sobre o urbano desconsiderando aglomerações com populações inferiores a 20 mil residentes. Essa situação está baseada na ideia de que, a priori, um conjunto demográfico de tal porte não exige que o espaço apresente características tipicamente urbanas, a exemplo de uma economia e ocupação de mão de obra essencialmente vinculadas

aos setores secundário e terciário, existência de classes sociais distintas e multiplicidade de usos do solo (LOPES, 2005). Essa perspectiva, portanto, não contempla os aspectos sociais e históricos da formação dos espaços, tampouco as dinâmicas mais gerais que os estruturam. Essa tese baseia-se em que o número de residentes define o que é urbano.

Tabela 1 – Distribuição das sedes municipais da Bahia por faixa de tamanho de população Bahia – 1940-1970

Faixa de tamanho de população	Quantidade de sedes				Participação (%)			
	1940	1950	1960	1970	1940	1950	1960	1970
acima de 500 mil	0	0	1	1	0,0	0,0	0,3	0,3
de 100 a 500 mil	1	1	0	1	0,3	0,3	0,0	0,3
de 50 a 100 mil	0	0	2	5	0,0	0,0	0,6	1,5
de 20 a 50 mil	0	5	5	8	0,0	1,7	1,5	2,4
de 10 a 20 mil	9	8	16	27	3,1	2,7	4,8	8,0
de 5 a 10 mil	10	18	26	45	3,5	6,2	7,8	13,4
inferior a 5 mil	269	260	282	249	93,1	89,0	84,9	74,1
Total	289	292	332	336	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Silva e Silva, 1989.

Para os parâmetros adotados para a época, na Bahia, excetuando-se a capital, do total das 336 sedes municipais, apenas uma tinha porte médio em 1970. Acrescente-se que, nesse período, a Bahia era o estado com maior volume de emigrantes do País e esses tinham como destino principal São Paulo. Internamente, os migrantes se voltavam, principalmente, para as áreas onde a economia fosse mais dinâmica.

Nos últimos anos, o avanço do processo de industrialização, a implantação dos perímetros de moderna agricultura, a decadência dos cultivos tradicionais e a ampliação dos sistemas de transporte e comunicações incidiram em modificações dos volumes e dos direcionamentos dos fluxos de pessoas no estado. Mais recentemente, o processo de reestruturação produtiva e a liberação de mão de obra por parte das grandes empresas do Sudeste tiveram influência na mobilidade de pessoas e capitais. Decorrente de tais dinâmicas, o volume de emigrantes baianos que se destinavam a outros estados diminuiu. No plano interno, permaneceu a migração campo–cidade e houve uma distribuição de pessoas em algumas regiões baianas.

Nos anos 1990, evidenciou-se também que, além da capital e das cidades médias do estado, municípios que despontavam com alguma dinâmica econômica ou que estavam próximos a polos regionais foram os pontos da Bahia que registraram os maiores saldos migratórios. Como se ressaltou em trabalho anterior (DIAS, 2007), em 1995-2000, os processos de deslocamento populacional interno revelaram como destino tanto municípios amplamente urbanizados quanto aqueles com reduzido porte e com baixo percentual de população urbana. Ademais, tal como as taxas de crescimento indicaram, os saldos migratórios mais elevados podem ser relacionados a deslocamentos para as áreas urbanas (Tabela 2).

Tabela 2 – População total e taxas de crescimento total, urbano e rural e graus de urbanização dos municípios com maior saldo migratório – Bahia – 1995-2000

Municípios	População total 2000	Taxa de crescimento % ao ano 1991-2000			Grau de urbanização 2000
		Total	Urbana	Rural	
Juazeiro	141.166	3,5	3,0	5,1	76,3
Camaçari	135.515	4,0	4,0	3,4	95,5
Barreiras	103.952	4,0	5,6	-3,3	88,5
Lauro de Freitas	97.833	5,7	10,4	-16,0	95,5
Teixeira de Freitas	95.554	2,6	3,2	-2,8	91,8
Simões Filho	79.790	3,0	6,3	-5,3	81,8
Porto Seguro	73.537	12,1	14,6	4,0	83,2
Dias d'Ávila	37.775	4,8	4,9	5,1	94,1
Poções	35.589	1,8	2,8	-0,5	71,9
Santaluz	27.757	0,1	3,9	-3,5	58,0
Serra do Ramalho	26.904	-0,2	6,3	-0,8	11,5
Vera Cruz	24.989	3,4	3,6	0,3	93,7
Mucuri	21.499	5,4	16,3	-3,4	66,6
Santa Cruz Cabrália	19.880	15,6	17,4	13,4	56,6
Pindobaçu	16.922	-1,6	7,0	-6,1	50,1
Ponto Novo	14.539	0,0	2,2	-1,2	39,4
Piripá	13.724	5,0	4,7	5,1	32,5
Ibicoara	12.794	5,8	13,8	3,8	27,8
Sítio do Mato	9.840	3,4	1,5	6,4	55,1
Bahia	1.036.750	1,08	2,51	-1,34	67,12

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censos demográficos de 1991 e 2000.

Nota: Para o período 1991-2000, considera-se que taxas de crescimento iguais ou superiores a 2% a.a. são indicativas de imigração líquida.

É válido acrescentar que, tal como evidenciado por Dias e Araújo (2007), essas migrações tenderam a ser, predominantemente, de curta distância. Assim, na Bahia, nos anos 1990, combinavam-se as antigas tendências de saída do campo em direção à cidade e de direcionamento dos fluxos migratórios para cidades maiores à nova propensão de migração de curta distância, onde os locais de origem e destino do migrante eram próximos. Além disso, ocorreu deslocamento para áreas de menor significado na dinâmica econômica estadual.

Todavia, ainda com esse movimento direcionado, inclusive, para núcleos menores, o número relativo de cidades com populações inferiores a 20 mil habitantes ainda era elevado em 2000. Essas sedes correspondiam a 87,1% do total das existentes na Bahia. Aquelas com menos de cinco mil moradores eram as que predominavam: 166 das 415, ou 40,0% do total. Seguiam-se, por ordem de importância, aquelas com tamanhos variando entre cinco mil e dez mil habitantes, cuja proporção aumentou em 1940-2000 (Tabelas 1 e 3). Contudo, esses dois grupos apresentaram tendências divergentes ao longo do período estudado. Entre 1940

e 2000, a quantidade relativa de sedes com contingentes inferiores a cinco mil indivíduos diminuiu continuamente, ao passo que o conjunto de cidades com populações entre cinco mil e dez mil moradores apresentou tendência de elevação. Igualmente, a participação das sedes com populações variando entre dez mil e 20 mil moradores, assim como a de cidades médias, cresceu no período (Tabelas 1 e 3). De 2000 a 2007⁵, essas proporções permaneceram estáveis.

Nota-se ainda que apenas uma cidade, Salvador, possuía mais de 500 mil habitantes e que, na condição de cidades médias, em 2000, estavam 2,2% do conjunto de sedes municipais da Bahia.

Tabela 3 – Distribuição das sedes municipais da Bahia por faixa de tamanho de população Bahia – 1970-2000

Faixa de tamanho de população	Quantidade de sedes				Participação (%)			
	1980 (1)	1991	2000	2007(2)	1980 (1)	1991	2000	2007(2)
acima de 500 mil	1	1	1	1	0,3	0,2	0,2	...
de 100 a 500 mil	3	5	9	9	0,9	1,2	2,2	...
de 50 a 100 mil	5	9	11	11	1,5	2,2	2,7	2,7
de 20 a 50 mil	20	25	32	32	6,0	6,0	7,7	7,7
de 10 a 20 mil	33	62	71	71	9,8	14,9	17,1	17,1
de 5 a 10 mil	65	94	125	124	19,3	22,7	30,1	29,9
inferior a 5 mil	209	219	166	167	62,2	52,8	40,0	40,2
Total	336	415	415	415	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000 e Contagem de População de 2007.

Notas: (1) Em 1980, 79 municípios não registraram população na sede.

(2) A Contagem de População de 2007 não contemplou municípios cujo contingente estimado em 2005 fosse igual ou superior a 170.000 hab., sendo assim, não há informações referentes ao volume populacional das sedes dessas unidades. Para as maiores sedes, tendo em vista as tendências observadas, mantiveram-se os valores registrados em 2000.

O fato de ser significativo o conjunto de cidades pequenas ou cidades locais, como proposto por Santos (2005), deve ser tratado com atenção. Isso porque, sem desmerecer a questão do porte da população, antes de tudo, deve-se pensar na função que tais centros exercem. Conforme o autor, “o fenômeno urbano, abordado de um ponto vista funcional, é antes um fenômeno qualitativo e apresenta certos aspectos morfológicos próprios a cada civilização e admite expressão quantitativa, sendo isso outro problema” (SANTOS, 2005, p. 86). Então, cabe indagar a localização dessas cidades e as relações que estabelecem com seu entorno. Seu tamanho e funções podem ser reduzidos por serem polarizadas

⁵ Em 2007, o IBGE realizou a Contagem de População, a última pesquisa disponível com informações desagregadas por municípios. Entretanto, tal pesquisa não foi realizada em municípios com contingentes iguais ou superiores a 170.000 habitantes, conforme a estimativa de população realizada por esse mesmo órgão para o ano de 2005. Na Bahia, essa pesquisa não foi realizada em Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Camaçari, Ilhéus, Itabuna e Juazeiro. Portanto, para esses foi projetada a população total, não havendo informações posteriores a 2000 sobre seus contingentes urbano, rural e da sede municipal.

por centros maiores e próximos. Ou decorrer da falta de uma dinâmica interna, de uma economia local que lhe possibilite ampliar o leque de funções que exercem. No caso da Bahia, pode-se dizer que essas pequenas cidades cumprem o papel de “subsistência”, ou seja, constituem “[...] a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população [...]” (SANTOS, 2005, p. 87).

O fato é que, com menos de 20 mil moradores, situação na qual, conforme alguns autores, não poderiam ser consideradas urbanas, estavam, em 2007, 87,2% das cidades da Bahia. Além disso, apenas nesse último ano, na maioria dos municípios baianos (50,6% deles), a população urbana predominava sobre a rural. Em outros termos, em 1991, enquanto o estado foi considerado urbanizado, isso ocorria em apenas 29,1 % de seus municípios; em 2000, quando o grau de urbanização do estado equivalia a 67,1%, em 43,6% deles o maior volume de moradores estava em meio urbano.

Retornando especificamente à questão da relação campo–cidade na Bahia, pensando sobre o ritmo de avanço da urbanização, entende-se ainda que tal processo seja associado à industrialização, mas não se pode deixar de considerar que foi também consequência do perfil do rural da Bahia, das suas características climáticas, das formas de produção e da estrutura fundiária. Igualmente, esse processo foi acentuado porque, como demonstrou Lopes (2005), de forma geral, uma parte significativa dos que deixaram o campo para residir nas cidades acreditava que nela teria melhores condições de vida. Isso não significa, contudo, que tais contingentes passassem a desenvolver tão somente atividades eminentemente urbanas. Conforme se depreende das análises elaboradas pela autora, nas cidades menores da Bahia existe uma articulação entre o urbano e o rural que se estabelece por um fluxo contínuo daqueles que moram nas cidades, mas que têm como modo de produção as atividades vinculadas ao mundo agrícola.

Faz-se oportuno, também, lembrar das observações de Santos (1994) sobre a necessidade de pensar de forma desagregada o urbano, o rural e o agrícola para entender a totalidade dos processos que envolvem as relações campo–cidade na Bahia. Note-se que, embora sua população rural venha observando decréscimo contínuo, ainda era significativa em 2000. Correspondia a 4.297.902 pessoas e representava o maior contingente rural do País. E, embora também declinante, era significativa a quantidade relativa daqueles que tinham sua atividade principal vinculada ao setor agrícola, entre 2001 e 2008. Esse setor, no referido período, foi responsável pela ocupação de cerca de 30% do total dos trabalhadores baianos (Gráfico 2). Acrescente-se que, assim como em momentos passados, tratava-se do setor de atividade que mais absorvia trabalhadores, seguido pelo de comércio e reparação, que oscilou entre 14% e 15% do total de ocupados (Tabela 4).

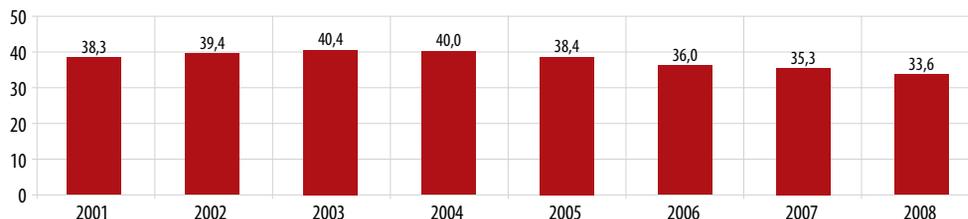


Gráfico 2 – Proporção de pessoas ocupadas no setor agrícola como atividade do trabalho principal – Bahia – 2001-2008

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – PNADs 2002-2008.

Quando se toma essa mesma informação para as áreas urbanas, as atividades ligadas à agricultura se mantêm como as mais importantes. Entre 2002 e 2005, a proporção daqueles que a tinham como trabalho principal foi superada apenas pelo montante dos que desenvolviam atividades ligadas ao comércio e reparação. De 2006 a 2008, nas áreas urbanas, esse mesmo setor manteve-se como o de maior quantidade de trabalhadores, enquanto a ocupação agrícola apresentou percentual similar ao verificado no setor de educação, saúde e serviços sociais. Assim, conforme a Tabela 4, tem-se que as atividades agrícolas permaneceram como as que mais ocupavam os trabalhadores da Bahia e a segunda mais importante no meio urbano, ainda que sua representatividade venha diminuindo nos últimos anos.

(continua)

Tabela 4 – Proporção de pessoal ocupado por setor de atividade do trabalho principal Bahia – 2002-2008

Faixa de tamanho de população	Distribuição dos ocupados													
	Total							Urbano						
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Agrícola	39,4	40,4	40,0	38,4	36,0	35,3	33,6	12,5	13,5	13,5	12,7	10,7	10,3	10,4
Outras atividades industriais	0,8	1,1	0,9	1,0	0,8	0,8	0,8	1,0	1,1	0,9	1,0	1,0	1,0	0,9
Indústria de transformação	6,5	6,5	6,6	7,1	6,9	6,8	7,1	8,9	9,0	9,0	9,2	9,0	9,2	9,1
Construção	6,0	5,5	5,7	5,9	6,5	6,2	7,3	8,3	7,9	8,1	8,1	8,7	8,3	9,6
Comércio e reparação	14,7	14,7	14,6	13,9	14,5	15,0	14,7	21,7	22,0	21,6	20,9	20,7	21,1	20,1
Alojamento e alimentação	3,7	3,7	3,4	3,9	3,7	3,9	4,4	5,3	5,3	4,9	5,6	5,2	5,4	5,7
Transporte, armazenagem e comunicação	3,6	3,6	3,9	3,8	4,1	4,1	4,1	5,5	5,2	5,8	5,5	5,7	5,7	5,6
Administração pública	4,3	4,3	4,5	4,4	4,7	4,5	4,3	6,1	6,4	6,2	6,2	6,4	6,3	5,8

(conclusão)

**Tabela 4 – Proporção de pessoal ocupado por setor de atividade do trabalho principal
Bahia – 2002-2008**

Faixa de tamanho de população	Distribuição dos ocupados													
	Total							Urbano						
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Educação, saúde e serviços sociais	7,6	7,1	7,0	7,4	7,6	7,7	7,8	11,0	10,0	9,8	10,1	10,7	10,5	10,4
Serviços domésticos	6,3	5,9	5,9	6,4	6,7	7,1	6,8	8,7	8,3	8,4	8,7	9,1	9,3	9,0
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	3,2	3,1	3,5	3,4	3,4	3,3	3,9	4,9	4,7	5,2	5,0	4,9	4,9	5,6
Outras atividades	3,6	3,8	3,8	4,3	4,8	5,0	5,1	5,7	6,0	6,0	6,8	7,2	7,6	7,4
Atividades mal definidas ou não declaradas	0,5	0,4	0,3	0,1	0,4	0,2	0,3	0,7	0,6	0,4	0,2	0,6	0,4	0,3
Não aplicável
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – PNADs 2002-2008.

Essa situação poderia ser associada à presença de áreas de agricultura moderna: os trabalhadores mais qualificados, assim como os de nível médio, tendem a residir nas cidades. Todavia, o perfil dos ocupados nessa atividade indicou que predominavam aqueles com baixos níveis de escolaridade. Mesmo que, entre 2002 e 2008, os trabalhadores agrícolas observassem melhoria no que tange a esse indicador, observa-se que, para o total de ocupados envolvidos no setor agrícola, 35,4% tinham menos de um ano de estudo e 23,6% possuíam de um a três anos de estudo, em 2008. Com 15 ou mais anos de estudo, grupo indicativo de nível superior, estava 0,3% do total⁶ (Tabela 5). Nas áreas urbanas, nesse mesmo ano, os percentuais foram similares: pouco mais de 54% do total tinha, no máximo, três anos de estudo, 31,9% não possuíam instrução ou tinham menos de um ano de estudo e 22,4% referiram ter de um a três anos de estudo. Assim, ainda que a participação dos ocupados no setor agrícola, com 11 a 14 anos de estudo, revelando inserção no ensino médio, seja bem superior ao verificado em relação ao total (8,0% no urbano, e 4,7% no total), prevaleciam indivíduos com os menores níveis de escolaridade e que, muito provavelmente, se inseriam de forma precária no processo de divisão do trabalho.

⁶ Conforme dados da PNAD, em 2008, do total dos residentes da Bahia com 10 anos e mais, 16,8% não possuíam instrução ou tinham até um ano de estudo; 16,6% contavam com um até três anos de estudo; 28,1% apresentavam de quatro até sete anos de estudo; 14,8% registraram de oito a dez anos; e 24,4% tinham 11 ou mais anos de estudo. Na comparação desses dados com os dos trabalhadores agrícolas, evidencia-se que o nível de escolaridade dos envolvidos nesse tipo de ocupação é bem inferior ao da média estadual.

Agregam-se essas informações ao já mencionado montante de sedes municipais de pequeno porte, situação na qual a dinâmica urbana é muito reduzida, não existindo diversidade de ocupações, e ao reconhecido fato da presença de grande número de minifúndios no estado, nos quais predomina a agricultura de subsistência, de baixa produtividade. Com base no exposto, pode-se supor que uma parte significativa dos trabalhadores agrícolas menos qualificados reside nesses núcleos urbanos.

Tabela 5
Pessoal ocupado no setor agrícola por classes de anos de estudo – Bahia – 2002 e 2008

Classes de anos de estudo	Total		Urbana	
	2002	2008	2002	2008
Sem Instrução / menos de 1 ano	39,7	35,4	40,7	31,9
De 1 a 3 anos	28,6	23,6	24,6	22,4
De 4 a 7 anos	25,7	27,5	24,7	28,4
De 8 a 10 anos	4,3	8,4	4,8	9,1
De 11 a 14 anos	1,7	4,7	5,2	8,2
15 ou mais anos	-	0,3	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – PNADs 2002-2008.

Nesse contexto, a relação campo–cidade na Bahia precisa ser pensada considerando os aspectos históricos de formação do espaço, a dinâmica social e econômica e as peculiaridades das pequenas cidades. Nestas, conforme os dados indicam, a complementaridade entre essas duas áreas se estabelece no cotidiano, pelo ir e vir constante de pessoas.

PARA FINALIZAR...

Na busca de entendimento da relação campo–cidade na Bahia, cabe deter-se nas lógicas que perpetraram a urbanização e a concentração espacial da sua economia e da população, sobretudo a partir do avanço do capitalismo em seu território. Isso porque, nesse estado, entre as consequências desses processos estão a implantação de complexos industriais na RMS e da moderna agricultura em determinados pontos do seu território, a elevação dos níveis de urbanização e a alteração de sua estrutura produtiva. Essas situações repercutiram na produção dos diferentes perfis de cidade, de campo e de formas de articulação entre esses dois espaços. Portanto, antes mesmo de se ater às características da relação campo–cidade, para compreendê-las deve-se verificar os principais determinantes de sua organização socioespacial; a distribuição social e demográfica e das atividades econômicas; os diferentes perfis produtivos das cidades e do campo, e as redes que tais espaços constituem. Quanto a este último aspecto, a identificação das relações hierárquicas e horizontais e dos seus papéis no sistema produtivo podem colaborar para tal entendimento.

Os dados quantitativos se constituem num recurso importante para essa análise. Revelam informações variadas, que consideram múltiplas escalas e possibilitam traçar comparativos temporais e espaciais. Contribuem, assim, para compreender os fenômenos e processos em curso. Por meio deles, por exemplo, foi possível confirmar que, ainda que tenha ocorrido uma acelerada urbanização na Bahia, seja em termos demográficos, econômicos ou sociais, e que isso se difunda por seus mais variados municípios, na maioria de suas sedes encontrou-se um número bastante reduzido de moradores. Assim, mesmo entendendo-se que o processo de urbanização se difunde em todos os lugares, cabe indagar as especificidades da estrutura urbana dessas cidades e as relações que estabelecem com o campo, do qual absorvem muitos de seus trabalhadores na condição de residentes.

O conhecimento dos processos que levaram ao avanço da urbanização baiana e a análise dos indicadores acima postos suscitam algumas indagações: como se manifesta a divisão social do trabalho entre o campo e a cidade nos pequenos municípios baianos? Qual o grau de dependência e quais as formas de articulação campo-cidade neles existentes? Como analisar essas relações nas áreas onde a moderna agricultura foi implantada? Como pensar campo-cidade na metrópole, já que “diferentes campos” abastecem uma única cidade? Pensando em cidades de diferentes tamanhos demográficos, que nível de comando as cidades exercem sobre o seu campo? Que diferenciação social existe entre os moradores desses dois espaços?

Por fim, acrescenta-se que, para estudar as relações campo-cidade ocorridas na Bahia, não se pode prescindir de estudar as grandes e médias aglomerações. Mas, principalmente, deve-se enfocar as pequenas cidades. Isso porque, distribuídas no seu amplo território, constituem-se no lugar onde se atendem às necessidades inadiáveis de um grande número de cidadãos, que não deixam de aspirar por bens e serviços fundamentais para uma existência digna, nem de desejar que estes estejam presentes no lugar em que vivem.

REFERÊNCIAS

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

DIAS, Patricia Chame. Articulações entre os espaços de atração e de repulsão de população: um estudo sobre o saldo migratório dos municípios baianos. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Panorama da migração dos municípios baianos em 1995-2000*. Salvador: SEI, 2007. p.145-200. (Série estudos e pesquisas, 77).

DIAS, Patricia Chame; ARAÚJO, Mayara Mychella Sena. Breves comentários sobre os saldos migratórios das Regiões Econômicas da Bahia. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Panorama da migração dos municípios baianos em 1995-2000*. Salvador: SEI, 2007. p. 115-143. (Série estudos e pesquisas, 77).

LEÃO, Sônia de Oliveira. Padrões espaciais de desenvolvimento urbano. 1500-1930. In SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; LEÃO, Sônia de Oliveira; SILVA, Bárbara Christine Nentwig. *Urbanização e*

metropolização na Estado da Bahia: evolução e dinâmica. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989. p 21-183.

LEFEBRE, Henry. *O direito a cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LOPES, Diva Maria Ferlin. *O conceito de urbano e as cidades de pequeno porte no semi-árido baiano: Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto*. 2005. 175f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido*. Classe e identidade de classe. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. O Estado e o urbano no Brasil. *Espaços e Debates: revista de estudos regionais e urbanos*. São Paulo, n. 6, p. 36-54, 1982.

SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. (Coleção Milton Santos).

_____. *A urbanização brasileira*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994. (Estudos urbanos, 5).

SANTOS, Milton. *O centro da cidade do Salvador*. Estudo de geografia urbana. Salvador: Progresso, 1958.

SILVA, Sylvio C. Bandeira de Mello e; SILVA, Barbara-Christine Nentwig. Dinâmica recente do processo de urbanização/metropolização 1931/1985. In: Sylvio C. Bandeira de Mello; LEÃO, Sônia de Oliveira; SILVA, Barbara-Christine Nentwig. *Urbanização e metropolização no estado da Bahia: evolução e dinâmica*. Salvador: UFBA, 1989. p. 187-262.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Contexto, 1998.

ENCERRAMENTO

87

Série Estudos e Pesquisas

SESP

CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS: REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS NO ESTUDO DESSAS REALIDADES SOCIOESPACIAIS

Beatriz Ribeiro Soares*
Nágela Aparecida de Melo**

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas assistiu-se a um conjunto de transformações tecnológicas, econômicas, sociais, políticas e culturais que estão influenciando e modificando a sociedade em geral e, conseqüentemente, as cidades. A sociedade contemporânea está em transformação e, desse modo, as maneiras de pensar e agir, as técnicas, as estruturas sociais, as organizações políticas evoluem de forma constante, rápida e permanente. Mudanças que promovem a transformação das relações de tempo e espaço e fazem com que sejam necessárias alterações na concepção, produção e gestão das cidades. Esse novo contexto urbano/territorial tem-se constituído em um grande desafio para o ordenamento do território e para o desenvolvimento urbano nas metrópoles e nas cidades médias e pequenas.

Para Ascher (2010, p. 103),

[...] o processo de urbanização e de crescimento das cidades que acompanhou as duas primeiras fases da modernização e lhe serviu de ponto de apoio, prossegue, mas sob novas formas. O crescimento interno das aglomerações, por expansão para suas periferias imediatas e por densificação, dá amplamente lugar a um crescimento externo, ou seja, pela absorção de cidades, de vilas e aldeias cada vez mais distanciada.

Nesse sentido, a produção das cidades e dos territórios cria possibilidades de integração e organização, formando novas fronteiras entre cidade e região e cidade e campo, impossibilitando distinções rígidas. Segundo Ascher (2010, p. 63),

[...] o local muda de natureza e de sentido: é cada vez mais escolhido e abrange realidades sociais fragmentárias. [...] As pequenas e médias cidades esforçam-se assim por se ligar o melhor possível às aglomerações muito grandes para beneficiar ao máximo de sua urbanidade (do seu potencial).

De acordo com Monte Mór (2005), é cada vez mais difícil definir, no Brasil, os limites metropolitanos ou rurais e urbanos em regiões distintas como a Sudeste, a Amazônica, ou a

* Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP); professora do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). brsoares@ufu.br

** Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU); professora da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal da UFU. nagela@pontal.ufu.br

Centro-Oeste, visto que a urbanização extensiva se impõe ao espaço brasileiro além dos limites das cidades, integrando espaços rurais e regionais.

O Brasil, ao longo do século XX, vivenciou importantes modificações em sua configuração social, econômica e espacial, entre as quais Corrêa (1999) destacou: a industrialização; a urbanização; o desenvolvimento de maior estratificação social; a melhoria progressiva na circulação de mercadorias, pessoas e informações; a industrialização do campo; a incorporação de novas áreas no circuito produtivo nacional e a refuncionalização de outras; as mudanças na organização empresarial e as mudanças no setor de distribuição de mercadorias atacadistas e varejistas.

Ao mesmo tempo, o território brasileiro passou por transformações profundas no que diz respeito à redistribuição espacial de sua população. Em cinco décadas, o Brasil passou de uma composição populacional rural para outra eminentemente urbana.

Entre 1980 e 1991, houve não só uma redução significativa no ritmo de crescimento urbano, como esse declínio foi também acompanhado por uma redução considerável no processo de concentração em cidades grandes. Entre os fatores responsáveis pelo arrefecimento do ritmo de crescimento das áreas metropolitanas, destacam-se a relativa desconcentração industrial, a interiorização da atividade agrícola, a queda da fecundidade e as sucessivas crises econômicas.

A centralidade do urbano no Brasil contemporâneo é uma realidade indiscutível. O urbano se estende além das cidades grandes e metrópoles, estruturando espaços regionais amplos, diversos e complexos. Da escala global à escala local, a cidade organiza o espaço e o urbano se difunde pelo território brasileiro, colocando-se cada vez mais no centro da vida cotidiana, envolvendo desde as grandes aglomerações até os espaços rurais mais longínquos.

A multiplicidade de centralidades urbanas, com variadas formas de nucleação e de extensão sobre o campo e regiões circundantes, redefine o sentido atual de urbanização. Ao fazer isso, também redefine e requalifica o conceito de cidade face ao processo de urbanização. Não cabe mais falar de urbanização restrita a cidades e vilas, como determina a definição legal do território urbano no Brasil. A urbanização já se estendeu para além das cidades e vilas atingiu o campo e o espaço regional como um todo, mudando a natureza do fato urbano na contemporaneidade (BRASIL, 2008, p. 49).

Para Monte Mór (2005, p. 436), pode-se então identificar um duplo padrão de urbanização no Brasil na atualidade:

a) o adensamento e a concentração populacional em grandes e médias aglomerações, principalmente nas regiões metropolitanas e região mais industrializada, sendo a riqueza e a pobreza concentradas nas regiões metropolitanas e a desconcentração e expansão urbano-industrial sobre cidades médias e mesmo cidades pequenas.

b) a extensão da urbanização sobre amplos espaços regionais, tendo em vista a ampliação das redes de transporte, comunicação e serviços que passaram a integrar distintas espacialidades e estão modificando as relações urbano-rurais e a própria natureza da urbanização no país.

De acordo com o referido autor, esse contexto aponta para novas dinâmicas da urbanização brasileira que podem ser identificadas pela:

- a) expansão e concentração das aglomerações urbanas metropolitanas ou não;
- b) multiplicação da urbanização em centros urbanos isolados em todas as regiões do país, em que as cidades médias passam a desempenhar um forte papel polarizador em áreas menos populosas, articulando redes urbanas regionais;
- c) proliferação de pequenos centros urbanos que estão integrados em novos arranjos socio-espaciais e cooperações, tais como consórcios e associações intermunicipais para a oferta de gestão de serviços intermunicipais. Nesse contexto, a escala local deixa de ser apenas o município para atingir o nível microrregional, mesmo sem eliminar processos de competição para localização de atividades econômicas e ou atração de funções centrais relevantes.

Ainda como tendência da urbanização brasileira no final do século XX e começo do século XXI, Santos já apontava, em 1993, a direção da população para os espaços não metropolitanos:

[...] as aglomerações com mais de 1.000.000 de habitantes continham 51,35% da população urbana em 1950 e somente 38,31% em 1980. Há, pois, evidente processo de desmetropolização, sem que o tamanho urbano das metrópoles diminua: são as cidades que aumentam em volume, crescendo sua participação na população urbana. Enquanto as cidades com mais de 2.000.000 de habitantes têm sua população urbana multiplicada por 3,11% entre 1950 e 1980, o multiplicador para aquelas entre 1.000.000 e 2.000.000 era de 4,96. Esse índice é de 5,90 para a população urbana vivendo em aglomerações entre 500.000 e 1.000.000 e de 5,61 para o conjunto daquelas entre 200.000 e 500.000 habitantes (SANTOS, 1993, p. 121).

Os resultados do Censo Demográfico de 2000 indicaram o crescimento das chamadas cidades médias, principalmente aquelas localizadas no Centro Sul, demonstrando o fenômeno de interiorização da população. No entanto, ainda não existem elementos para se compreender esta dinâmica, mas se pode afirmar que o crescimento econômico, a abertura de novas oportunidades de trabalho e negócios e a expansão de fronteiras foram fatores que alteraram as características de crescimento e distribuição da população brasileira.

O objetivo deste ensaio é apresentar o significado das cidades médias e pequenas no contexto atual da urbanização brasileira, para o qual se busca uma urbanidade mais plural, solidária e que aponte para um novo urbanismo que contém, também, esses centros urbanos.

O ESTUDO DAS CIDADES MÉDIAS NO BRASIL: EVOLUÇÃO E APONTAMENTOS PARA SUA ANÁLISE

Desde meados da década de 1990, um grupo de professores de diversas universidades brasileiras começou a trocar ideias e fazer parcerias tendo em vista o interesse pelo estudo dos espaços não metropolitanos. Houve também, nesse contexto, o aumento dos cursos de pós-graduação em Geografia nas universidades não localizadas em regiões metropolitanas, o que favoreceu ainda mais o desenvolvimento da temática cidade média. A partir desse diálogo e dessa conjuntura, foi criada a Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe), que é constituída por pesquisadores de 18 instituições brasileiras de ensino superior, duas instituições argentinas e uma chilena.

O caminho iniciou-se no Simpósio Nacional de Geografia Urbana em Salvador em outubro de 1997. A partir desse encontro, começaram as parcerias e a elaboração de projetos e trabalhos coletivos, de criação da rede de intercâmbio entre programas de pós-graduação e os grupos brasileiros, argentinos e chilenos de pesquisa. As palavras da coordenadora da ReCiMe¹ reforçam o trabalho desenvolvido nesses anos: “O percurso que vimos realizando é, então, ainda pequeno em seus resultados, mas já tem sua trajetória e seus interlocutores” (SPOSITO, 2007, p. 13).

Os projetos aprovados nas agências de fomento, as publicações divulgadas, as dissertações e teses defendidas sobre a temática demonstram a consolidação da rede e a diversidade de níveis de formação intelectual, bem como a multiplicidade de áreas de interesse nos estudos urbanos não metropolitanos. Temos que apontar ainda que:

[...] percursos diferenciados também expressam em pontos de vista teórico-conceituais que não são idênticos, ainda que não sejam completamente divergentes entre si, o que foi um desafio para a elaboração de uma proposta coletiva e da metodologia da investigação, mas ao mesmo tempo um potencial, porque tem possibilitado dialogar, crescer e, sobretudo, ver um dado fato, dinâmica ou processo a partir de perspectivas variadas, quer que se considere o recorte temático e analítico, quer que se tome como base o referencial teórico adotado para a análise (SPOSITO et al., 2010, p. 8).

No Brasil, o interesse em estudar as cidades médias iniciou-se na década de 1970, em decorrência das políticas de ordenamento territorial que tinham como objetivo conter a intensa migração em direção às metrópoles, bem como incentivar a criação de novos polos de desenvolvimento em regiões periféricas.

Pontes (2000), analisando as políticas públicas desenvolvidas naquele período, particularmente as metas traçadas no II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (II PND), apre-

¹ A coordenadora da ReCiMe é a professora Maria Encarnação Beltrão Sposito, da Universidade Estadual Paulista (Unesp)/Presidente Prudente.

senta a classificação da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana das Cidades Médias em dois grupos. O primeiro formado pelas cidades médias integradas à rede urbana e o segundo, pelas cidades situadas à margem das redes urbanas hierarquizadas. Na visão da referida comissão, de acordo com Pontes (2000), a importância das cidades médias brasileiras devia-se, sobretudo, ao fato de serem

[...] lugares centrais comercializadores e supridores de serviços para as áreas rurais e centros urbanos de hierarquia inferior, apresentando base terciária relativamente complexa e diversificada; centros industriais com diversificação de estrutura industrial para o atendimento de sua região de influência (especialmente bens de consumo) ou especialização para o atendimento de mercado macrorregional ou nacional; pólos ou complexos industriais implantados por decisões governamentais (PONTES, 2000, p. 17).

Segundo Corrêa (2007, p. 26),

No Brasil, a partir de meados da década de 1960, no âmbito do recém-criado sistema de planejamento, que pretendia incluir a dimensão espacial nas políticas governamentais, a exemplo dos pólos de desenvolvimento e das regiões-programa, estabeleceu-se a noção de “cidade de porte médio”, barreiras receptoras contra as correntes migratórias em direção aos centros metropolitanos. Tratava-se de uma retórica de um sistema de planejamento que, na década de 1980, foi esvaziado. No plano da academia poucos foram os esforços feitos em torno de uma noção esvaziada. Uma problemática em torno dessa noção nunca foi solidamente construída. O esvaziamento político e a falta de base teórica a respeito da rede urbana podem explicar a falta de interesse que ampliou-se devido à crescente ênfase no estudo do espaço intraurbano, envolvendo sobretudo o conhecimento dos padrões de uso da terra e sua dinâmica e os denominados movimentos sociais.

Mesmo considerando esse contexto, o tema das cidades médias é retomado como área de estudos no meio acadêmico, na década de 1990, tendo em vista os indicadores socioeconômicos proporcionados pelas mudanças estruturais ocorridas na economia mundial que replicaram na urbanização brasileira.

No entanto, ainda permanecem imprecisões quanto ao conceito, à noção ou à definição do termo cidade média. Corrêa (2007, p. 25) aponta:

Conceituar cidade média implica em esforço de abstração, de estabelecer a unidade daquilo que é pouco conhecido, que aparece como muito diversificado. Não será surpreendente, pois, se o conceito possível for muito geral, de pequena validade para a compreensão da realidade.

Há várias dificuldades na conceituação de cidade média. Discutiremos de modo breve três dificuldades em torno do tamanho demográfico, considerado como o principal, e necessário, elemento das definições adotadas. A primeira gira em torno do tamanho absoluto, a segunda tem como foco a escala espacial de referência e a terceira o recorte temporal considerado.

Para compreender e construir um conjunto de reflexões sobre a temática cidade média, Sposito (2001) destaca o papel regional que este tipo de cidade desempenha. De acordo com a autora, para a definição de cidade média deve-se considerar o tamanho demográfico, a situação funcional, ou seja, como se estabelece, no território, a divisão regional do trabalho e como a cidade comanda esse território. Assim, conforme Sposito (2001, p. 635),

[...] podemos caracterizar as “cidades médias”, afirmando que a classificação delas, pelo enfoque funcional, sempre esteve associada à definição de seus papéis regionais e ao potencial de comunicação e articulação proporcionado por suas situações geográficas, tendo o consumo um papel mais importante que a produção na estruturação dos fluxos que definem o papel intermediário dessas cidades.

Sposito (2001), em suas pesquisas, reafirma ainda a necessidade de considerar a perspectiva geográfica, realçando a importância do estudo da situação ou posição geográfica e das relações espaciais da cidade média, particularmente seu papel na divisão do trabalho.

Soares (1999) aponta que é preciso incorporar outros elementos nas análises sobre as cidades médias. Segundo a referida autora,

[...] devem ser consideradas para identificação das cidades médias diversas variáveis como: tamanho demográfico, qualidade das relações externas, especialização e diversificação econômica, posição e sua importância na região e na rede urbana de que faz parte, organização espacial e índices de qualidade de vida, atributos que podem variar de região para região, de país para país, tendo em vista sua formação histórico/geográfica, que é diversificada segundo sua localização espacial. Desse modo, podemos dizer que as cidades médias ou intermediárias são definidas pelo lugar que ocupam não apenas na rede urbana, mas também no sistema econômico global (SOARES, 1999, p. 61).

No mesmo sentido, Pontes (2006, p. 334) afirma que

[...] cidade média seria um centro urbano com condições de atuar como suporte de sua hinterlândia, bem como atualmente ela pode manter relações com o mundo globalizado, constituindo com este uma nova rede geográfica superposta à que regularmente mantém com suas esferas de influência.

Amorim Filho e Serra (2001) declaram em seus estudos que as mesmas razões que produziram o interesse governamental e acadêmico pelas cidades médias nos anos 1970 permanecem nos anos 1990. Entretanto, acrescidas pelas transformações ocorridas na economia, na geopolítica e nas comunicações mundiais, bem como nos aspectos que passaram a fazer parte dos valores e paradigmas da sociedade nos últimos 20 anos, são eles:

[...] o primeiro cobre as várias condições que possibilitam uma boa *qualidade de vida*, para a maior parte dos homens em um determinado lugar; o segundo inclui as questões entrelaçadas do *patrimônio*, principalmente histórico-urbano e da busca crescente da *identidade*, por parte dos mais diferenciados grupos humanos, o que apresenta dificuldades tanto maiores, quanto maiores são as aglomerações urbanas; o terceiro envolve os temas, também intimamente interligados, das *percepções valores, motivações e preferências* sociais e individuais, aspectos altamente relacionados com a intensidade e o direcionamento dos *fluxos turísticos* de massas humanas cada vez maiores (AMORIM FILHO; SERRA, 2001, p. 30).

Na opinião de Santos e Silveira (2001), as cidades médias estão se tornando, crescentemente, o *locus* do trabalho intelectual, o lugar onde se obtém informação necessária para a atividade econômica. O papel que lhes é reservado na rede urbana brasileira é o de serem o *locus* do trabalho intelectual, onde se obtém a informação necessária para a atividade econômica ligada à produção material, industrial e agrícola que se intelectualiza. A expectativa é que as cidades médias brasileiras se convertam em cidades especializadas, especialmente como provedoras de suporte de ensino e pesquisa científica às atividades agrícolas, comandando, em alguns casos, os aspectos técnicos da produção agrícola regional.

O estudo das cidades médias ainda apresenta uma série de desafios a serem enfrentados pelos planejadores e pesquisadores. Entretanto, pelo volume de trabalhos desenvolvidos, em que vários temas e discussões afloram a cada momento e, diante de nossa trajetória nos estudos de cidades médias, apresentam-se, de forma sintética, alguns referenciais para uma análise empírica mais criteriosa. São eles:

- a formação socioespacial e seus desdobramentos;
- o papel desempenhado pelas elites e agentes sociais nas articulações locais e regionais e as inter-relações que marcam seus cotidianos;
- a capacidade de especialização econômica, que possa cumprir as funções necessárias à redução dos desequilíbrios do sistema urbano e de desempenhar atividades urbanas para si e para seu entorno;
- a capacidade de organizar atividades na região e de gerar e difundir inovações nas áreas circundantes;
- a natureza e a intensidade dos fluxos que ocorrem entre a cidade e sua área de influência;
- os indicadores econômicos e seus níveis de acessibilidade e atratividade;

- os indicadores de qualidade de vida, ou seja, um conjunto de fatores capazes de satisfazer as necessidades da população em relação à educação, à saúde, ao trabalho, à recreação, à cultura, à habitação e à segurança;
- os níveis de centralidade da cidade nas escalas intra e interurbana;
- as formas de relação com os entornos rurais e regionais, considerando-se as fronteiras entre o rural e o urbano, as dinâmicas das pequenas cidades; as relações de dependência e complementaridade.

De acordo com as discussões apresentadas, afirma-se que a simples noção de cidade média não permite compreender, em essência, esse conjunto de cidades, tendo em vista que estas não constituem um bloco homogêneo, seja quanto a suas funcionalidades nas diferentes periodizações, ou ainda enquanto recorte espacial a ser considerado. Ao contrário, cada cidade apresenta uma singularidade que depende, sobretudo, da realidade regional na qual se encontra inserida. Ela deve ser pensada em sua relação com seu território e, principalmente, com as pequenas cidades que compõem sua região.

PEQUENA CIDADE: UMA NOÇÃO EM CONSTRUÇÃO

O desenvolvimento das cidades e da urbanização no Brasil, a partir da segunda metade do século XX, ocorreu com a expansão do processo de metropolização e a ampliação do número e dos papéis das cidades médias (SANTOS, 1993). Também não podemos negligenciar, nesse contexto, a criação de pequenas cidades que se multiplicaram pelo território nacional, ora como centros de importância local, dadas as condições regionais de interligação com a economia nacional e o desenvolvimento de atividades produtivas específicas, como localidades sem centralidade e cuja infraestrutura é precária, ou ainda muitas outras que surgiram possibilitadas pela legislação que rege a criação de municípios e cidades no país.

O Brasil possui grande número de pequenas cidades localizadas em todas as regiões do país. Conforme dados do ano de 2000, cerca de 83% dos 5.507 municípios existentes tinham como sede municipal núcleos cuja população era inferior a 20 mil habitantes (Tabela 1).

Regiões	Municípios		
	Total	População urbana < 20 mil habitantes	% de núcleos < 20 mil habitantes
Centro-Oeste	446	381	85,43
Nordeste	1787	1552	86,85
Norte	449	381	84,86
Sudeste	1666	1280	76,83
Sul	1159	985	84,99
Brasil	5507	4579	83,15

Fonte: PNUD; IPEA; Fundação João Pinheiro, 2003,

Na compreensão do processo de urbanização brasileira, os estudos dos grandes centros urbanos e das metrópoles são de extrema importância. Esses objetos geográficos, historicamente, são foco de várias investigações realizadas por pesquisadores de diferentes formações acadêmicas, tendo em vista o grau de complexidade que apresentam suas estruturas e suas relações em termos econômicos, políticos, sociais e culturais. Porém, pesquisas sobre as pequenas cidades, suas características e diversidades merecem destaque e atenção semelhantes, pois esses espaços não estão dissociados dos processos gerais que marcam a sociedade e representam a maior parte do que é oficialmente reconhecido como cidade no país.

O tema pequena cidade, apesar de historicamente não ter sido privilegiado no meio acadêmico, já apresenta algum avanço nos últimos tempos, com destaque para alguns autores: Santos (1979), Oliveira e Soares (2002), Corrêa (1999, 2001 e 2004), Bernadelli (2004), Wanderley (2004), Bacelar (2003 e 2008), Endlich (2006), Freitas e outros (2006), Pereira (2007), Soares (2007), Melo (2008), Melo e Soares (2009), entre outros.

Esses estudiosos fornecem importantes contribuições de estudos locais que servem como parâmetros para análises e comparações acerca das características das pequenas cidades, assim como de suas diversidades.

Um dos entraves encontrados quando se pretende estudar pequenas cidades refere-se à discussão conceitual sobre o que é cidade e que parâmetros devem ser usados para distinguir grandes, médias e pequenas cidades.

A definição de cidade é variável entre os diversos países. Em geral, adotam critérios como tamanho populacional, aspectos funcionais ou socioeconômicos. No Brasil, a definição oficial de cidade estabelece que toda sede municipal, independentemente do seu número populacional, é uma cidade. Segundo Clark (1991, p. 89), “quando se desce na escala da maior aglomeração urbana para o menor lugarejo rural, é extremamente difícil identificar as linhas divisórias e terminologias aceitáveis universalmente”.

Sobre esta temática, as principais indagações giram em torno do que é ou não é cidade. Em seguida surgem outras interrogativas: o que é pequena cidade? O que a caracteriza? É possível construir um conceito que dê conta da diversidade espacial brasileira? Que caminhos se devem trilhar no estudo dessas localidades?

A noção de pequena cidade, levando-se em conta certos modos de vida, se apoia em um conteúdo perceptivo que é, de certa forma, subjetivo. Muitas vezes, para os moradores de grandes cidades, as chamadas pequenas cidades não se constituem em áreas urbanas, mas, para os que vivem nestas localidades, ou mesmo no meio rural, suas percepções as identificam como urbanas. Temos que considerar que tais posturas estão apoiadas nos atributos que essas cidades possuem e, sendo assim, as definições qualitativas destas estão apoiadas na existência de edifícios, avenidas e um conjunto de atividades e funções de administração, organização, decisão e produção.

Clark (1991, p. 232), discutindo a dimensão ideal para a cidade, mostra que

[...] é nas unidades governamentais de 20 a 40 mil habitantes que os cidadãos comuns podem se tornar ativos na política quando assim o desejam, se sentem ligados à comunidade política identificável e sentem que exercem algum controle sobre as questões públicas por mais limitadas que sejam as medidas nas decisões regionais, nacionais e empresariais das pequenas cidades.

Esse mesmo autor explica que a dimensão física pode ser significativa e, até mesmo, generalizável à escala da unidade local, na qual as pessoas se conhecem pessoalmente, porque residem nas proximidades umas das outras. Lembra ainda que devem ser consideradas outras dimensões tais como: homogeneidade, padrão das ruas, identidades das fronteiras e os serviços comuns que podem desempenhar um papel importante na promoção do controle, adequação e sensibilidade.

Melo (2008, p.19), estudando essa temática, aponta que

Os processos e as formas espaciais urbanas, estudados nas grandes e médias cidades, não encontram correspondentes iguais nas pequenas cidades. Estas últimas são espaços que, em geral, não apresentam importantes estratificações sócio-espaciais; os centros não apresentam especializações como áreas centrais e, muito menos, os processos recentes de degradação sócio-econômica, tipicamente ocorridos nesses espaços, em cidades maiores. São, geralmente, ao mesmo tempo, espaços de residências, de lazer (frequentemente, em torno da praça principal), do comércio e do serviço existentes, lócus dos órgãos da administração pública, da igreja e da escola principais, das agências bancárias e dos hospitais (quando existentes). Por outro lado, todas as pequenas cidades em estudo apresentam, também, em seus espaços, a presença de conjuntos habitacionais, em geral localizados um pouco distantes do que pode ser chamado de "centro" e, em algumas delas, observou-se a existência de moradias precárias, assim caracterizadas, especificamente, pelo estado de conservação; perceberam-se ainda, casos marcados pela presença de edificações de porte e padrão superior ao predominante na cidade

A dificuldade está em determinar, com certa precisão, os limiares — a partir dos quais este conjunto de características corresponde ao conceito de cidade — que possibilitem fazer estudos comparados entre cidades de tempo e espaços diferentes. Em vários países, há muito tempo são utilizados parâmetros descritivos para definir um patamar mínimo para se considerar se um aglomerado é urbano, a partir de critérios estatísticos e espaciais, ou seja, os primeiros relacionados a tamanho e os segundos à delimitação.

De acordo com Beaujeu-Garnier (1980, p. 231), “de tempos em tempos, estas classificações são modificadas e, sendo assim, é difícil encontrar uma definição que satisfaça uma generalização, por vezes dentro do próprio país. Todos os limites são arbitrários e não adianta apenas apontar se o município é ou não urbano”.

Concorda-se com esta autora quanto a toda definição ser arbitrária e comportar subjetividades, mas é necessário enfrentar esta problemática, pois, para elaborar um diagnóstico ou uma pesquisa para dotação de recursos ou para fazer cumprir a legislação, é preciso adotar critérios que se baseiem em variáveis específicas que possam auxiliar na compreensão do urbano. São eles:

- Tamanho populacional

As instituições empregam este critério em vários momentos. Ele tem poucas vantagens, entretanto destaca-se que: é fácil para a obtenção de dados estatísticos e de suas séries históricas; este tipo de variável favorece a elaboração de estudos comparativos e análises evolutivas; contém certo grau de precisão, o que viabiliza a realização de projeções.

No entanto, afirmar que uma localidade é ou não urbana apenas pelo tamanho demográfico não é adequado. Pensar em urbano requer que se considerem os níveis de desenvolvimento, as funções, a diversidade regional, o modo de vida, as relações políticas, entre outros aspectos.

- Critérios econômicos

São utilizados dados socioeconômicos diversos. Em geral, o que mais interessa aos estudos fundamentados nesses critérios são a organização e a composição econômica da população ativa e a população ocupada por setores de atividades.

Esses dados por si também acabam traduzindo apenas superficialmente as relações econômicas e as suas inserções na dinâmica geral da sociedade.

É fundamental, em estudos mais aprofundados, considerar o nível técnico ou tecnológico das atividades econômicas, as ligações das atividades locais com a economia regional/nacional; os agentes econômicos principais; a drenagem da renda; o tipo de consumo que a riqueza retida localmente proporciona; entre outros.

- Critério funcional

Parece evidente a relação entre a cidade com determinadas atividades e as funções que ela realiza, que são direcionadas a sua população e a sua região. A cidade tem funções diversas que permitem sua existência, no entanto, estas estão distribuídas de modo desigual, tanto no interior da própria cidade como em seu entorno. A presença e a localização de produção e serviços estruturam e movimentam a cidade e criam centralidades. Desse modo, é necessário considerar nos estudos sobre os espaços não metropolitanos aspectos

relacionados aos mecanismos da diversificação do tecido urbano, que tem expressão nas diversas manifestações das funções urbanas, quer sejam elas relativas à produção, aos serviços, ao consumo ou ao lazer.

Os critérios populacional, econômico e funcional têm em comum o fato de que podem ser expressos quantitativamente por meio de tratamentos estatístico e censitário e do Sistema de Informação Geográfica (SIG). Entretanto, em qualquer dos casos, deve-se que considerar os pontos de ruptura, ou seja, determinar o momento em que cada variável sofre uma mudança brusca.

Mesmo assim, para esses parâmetros serem aplicados, existem dificuldades, pois, no Brasil, considera-se urbano aquilo que não é rural. Além disso, deve-se ponderar que não existe um ponto em que se pode dizer, com rigor, onde começa o urbano e desaparece o rural. É preciso lembrar, conforme Beaujeu-Garnier (1980), que o urbano não depende de um núcleo unificador e ocorre disperso espacialmente. Refere-se mais ao modo de vida próprio da cidade, bem como às relações de trabalho, à cultura e ao consumo.

Diante da complexidade do tema, da diversidade territorial e tendo em vista a não atualização dos perímetros urbanos por parte dos municípios, o IBGE, em 1991, criou outras unidades territoriais, além das áreas urbanas e rurais e área urbana isolada. As novas unidades são assim denominadas:

- áreas especiais de preservação ambiental ou de comunidades indígenas;
- aglomerados subnormais tais como favelas e similares;
- aglomerados rurais isolados — povoados, patrimônios, núcleos e vilas;
- áreas urbanizadas, ou seja, de efetiva urbanização no perímetro urbano;
- áreas não urbanizadas, que não apresentam efetiva urbanização no perímetro urbano;
- aglomerados de extensão urbana (assentamentos externos ao perímetro urbano, mas desenvolvidos a partir da expansão da cidade);
- aglomerados rurais.

Essas definições abrem vários questionamentos, pois, em primeiro lugar, destaca-se o fato de não considerarem o conceito que os termos comportam.

Sobre essa questão, Martine (1994, p. 25) argumentou que,

[...] utilizando a definição oficial de urbano [...], chega-se sem dúvida, à constatação de que o nível de urbanização do Brasil já atinge patamares muito elevados, em comparação com o nível relativo de desenvolvimento econômico e social do país. Entretanto, esta definição oficial é baseada em um conceito político-administrativo que abrange uma gama muito variada de localidades e situações, incluindo povoados de característica bastante “rurais”.

Apesar dos problemas apresentados pelos critérios oficiais e pela dificuldade de conceituação e elaboração de metodologias de estudo sobre pequenas cidades, é possível afirmar que a urbanização brasileira é formada também por pequenas localidades urbanas, muito diversas entre si, espalhadas por todo o território nacional. Conforme descrito por Melo (2005, p. 34),

[...] há, pois, ocorrência de pequenas cidades inseridas em áreas economicamente dinâmicas, como nas áreas de agricultura moderna, que conseguem atender às demandas básicas da sua população e às da produção agrícola, algumas apresentando considerável crescimento demográfico e outras não. Por outro lado, coexistem pequenas cidades que funcionam apenas como reservatório de mão-de-obra; outras são marcadas pelo esvaziamento gerado por processos migratórios, sobretudo, de pessoas em idade ativa, permanecendo os idosos. As rendas nessas últimas localidades são, geralmente, procedentes de transferências, sobretudo, do Estado. Além dessas, há também, entre outras, pequenas cidades turísticas, industriais e algumas que têm as festividades religiosas como o elemento que as inserem em um contexto mais amplo.

Nesse sentido, faz-se necessário refletir sobre elementos que orientem a compreensão da pequena cidade brasileira. Sem a intenção direta de apresentar um modelo metodológico, mas buscando estabelecer processos gerais que podem explicar a realidade da pequena cidade e parte da complexa expansão do fenômeno urbano, pontuam-se, a seguir, alguns parâmetros qualitativos com relação ao assunto em questão.

Assim, considera-se que uma leitura atenta sobre pequena cidade no período contemporâneo deve levar em conta:

a) A inserção no mundo da globalização

A probabilidade de integração da pequena cidade na globalização existe, ainda que de forma desigual no que diz respeito à distribuição social e territorial das inovações tecnológicas e das riquezas. No estudo de pequenas cidades observa-se que a população já tem acesso aos novos modos de consumo, através do uso de *lan houses* e da compra *on-line*, entre outros. Entretanto, ainda apresentam um baixo índice de desenvolvimento tecnológico.

Ressalta-se que, a depender da situação geográfica da cidade, da dinâmica econômica da região em que se localiza e das atividades produtivas do município, são encontradas realidades diferenciadas em relação à inserção na globalização. Assim, nas pequenas cidades cujos entornos rurais desenvolvem a agricultura modernizada, observa-se o acesso aos produtos e insumos utilizados em nível mundial, bem como uma vinculação direta às diretrizes da economia global, por exemplo, pela submissão à variação dos preços dos produtos cotados pelos mercados mundiais ou pela orientação externa da produção local (predomínio de produtos para a exportação).

Outro aspecto significativo está relacionado às potencialidades locais como fator preponderante para estimular o desenvolvimento de atividades econômicas no município. Por exemplo, uma cidade com recursos naturais valorizados pelo turismo de aventura e ecoturismo ou que possua um conteúdo histórico relevante, com formas arquitetônicas preservadas, até mesmo com elementos culturais e religiosos manifestados através de festejos tradicionais, agregará vantagens indiscutíveis sobre as demais cidades de mesmo porte.

b) A relação entre o poder público local e a população

Uma das maiores problemáticas das pequenas cidades brasileiras diz respeito às relações estabelecidas pela administração pública. De acordo com Bacelar (2008, f. 3),

[...] isto tem razão de ser devido a três fatores conjugados: as relações sócio-políticas entre a população e o Estado (municipal) são mais estreitas nestas localidades que em outras cidades de maior porte demográfico; o peso da municipalização imposta pela Constituição Federal de 1988 e a crise administrativa nestas localidades, derivada do conflito entre a administração “moderna” e a patrimonialista, que em nosso entender tem a ver com a herança histórica ibérica (estruturalmente lusitana). Esta herança histórica é ainda muito forte e presente na forma de se administrar o bem público na pequena cidade, estabelecendo uma estreita relação entre a população residente e as maneiras de se administrar o bem público, que invariavelmente se choca com premissas modernas de se administrar o bem público, em que o padrão de excelência administrativa da modernidade transfere-se do setor privado para o público.

Relações entre a população e os agentes políticos marcadas pela dependência, assistencialismo, demandas e atenção pessoais (questões são tratadas no âmbito da personalidade) são uma das características fundamentais da política na pequena cidade brasileira.

Essas relações são estabelecidas em vários campos e níveis e apresentam sérias consequências, particularmente no que diz respeito à vinculação entre a arrecadação financeira e a atuação política dos gestores municipais, que tem significativos reflexos nas relações político-eleitorais.

c) A relação com a natureza

Nas pequenas cidades, o contato dos moradores com a natureza é intenso, pois ela é um meio de sobrevivência, seja como atividade produtiva, através dos alimentos produzidos para sua comercialização e consumo, seja como lazer ou prática turística, através das cachoeiras e matas. Grandes áreas verdes se mantêm nos espaços das cidades nas formas de jardins e quintais extensos. Além disso, a distância entre as áreas edificadas e ocupadas em relação ao campo é muito pequena.

Nesse aspecto, opõe-se completamente às grandes cidades modernas. As pequenas cidades oferecem, sem custos e sem supervalorização do preço do solo urbano, grande parte do que os grandes projetos urbanísticos e empreendimentos habitacionais tentam recriar (área verdes, proximidade com a natureza, segurança, tranquilidade, entre outros elementos) nas grandes e médias cidades, por meio dos condomínios horizontais de luxo. Além do mais, na pequena cidade, os elementos naturais que compõem o espaço urbano estão mais preservados e, portanto, influenciam, direta ou indiretamente, na qualidade de vida de seus habitantes e na paisagem urbana.

d) O entorno rural e as ruralidades

As pequenas cidades têm forte ligação com seus entornos rurais e, em certos aspectos, desempenham papel semelhante ao do espaço rural.

Mesmo em localidades onde a população é predominantemente “urbana”, existe segundo o censo IBGE 2000, uma significativa porcentagem de pessoas residente ou trabalhando no meio rural, dispersas no território do município. Podemos observar que, nestas localidades, existe uma forte ligação histórica e produtiva, portanto, social e política, com o todo municipal no sentido espacial e concreto enquanto realidade do cotidiano (BACELAR, 2003, f. 51).

O rural pode ser entendido como uma representação social que está presente na pequena cidade através dos hábitos, costumes, valores e tradições dos moradores. Nesses espaços há intensa interação entre os valores rurais e urbanos na vida dos moradores. Apesar de serem urbanos — conforme são considerados pelos órgãos e instituições oficiais e pelos vários aspectos do urbano que vivenciam como, o consumo, o uso de objetos e tecnologias e as relações de trabalho, entre outros — observa-se a reprodução de valores e práticas característicos do mundo rural, como o vínculo identitário com o lugar, as tradições, os hábitos alimentares, dentre outros fortemente presentes no cotidiano local.

e) A dependência do sistema urbano regional

A maioria das pequenas cidades apresenta um processo de urbanização frágil, consequência, sobretudo, da concentração das atividades econômicas e da oferta de serviços nos grandes e médios centros urbanos e, particularmente, da insuficiente rede de comunicação/informação entre aglomerações de todos os tamanhos.

Para Motta e Ajara (2001), nos sistemas urbano-regionais brasileiros, destacam-se três aspectos fundamentais: a densidade, a topologia e a configuração hierárquica da rede de cidades. A densidade demonstra a relação entre o número de centros urbanos e o território definido pelo sistema urbano-regional. A topologia foi utilizada a partir da relação entre o número de ligações, que representaram o fluxo de bens e serviços entre as cidades integrantes do sistema urbano, e a hierarquia que identifica o ordenamento espacial das

funções urbanas. Conforme Motta e Ajara (2001, p. 5), “do ponto de vista da dinâmica espacial, o principal aspecto a ser considerado é o seu potencial de desenvolvimento, isto é, a sua capacidade de adensamento e expansão futura”.

A dependência existente entre cidades em um sistema urbano está intimamente relacionada com a complexidade nelas presente. De acordo com Campos (2009, p. 4):

A cidade, independentemente de sua escala, observada segundo sua inserção no mundo, na região ou no lugar, enquanto ponto de articulação de movimentos e sedimentação de populações, mercadorias e ideias, estabelece permanentemente novas formas de agrupamentos e de relações socioespaciais, independentemente de seu tamanho ou forma. É, ao mesmo tempo, ponto de chegada e distribuição de distintos valores e investimentos, que se dissipam ou concentram de acordo com o momento histórico em que se encontram.

f) O envelhecimento e a involução populacional

É frequente, no caso brasileiro, a saída de população jovem da pequena cidade em busca de melhores condições de vida nos grandes centros. De um lado, lista a atratividade exercida pelas metrópoles, grandes e médias cidades. Ao mesmo tempo ocorre que as pequenas cidades, em geral, não conseguem reter a população expulsa do campo, assim como os próprios moradores urbanos, devido à ausência de um setor econômico dinâmico gerador de empregos, bem como de serviços educacionais que possibilitem formação técnica e superior. Adicionam-se a isto outros aspectos como a falta de estruturas para o lazer, a diversão e o acesso às diversas práticas esportivas e de recreação.

A perda ou estagnação populacional é uma das características que os municípios com menos de 20 mil habitantes apresentaram nos dois últimos estudos do IBGE — censo de 2000 e a contagem populacional de 2007. Dos 2.616 municípios com menos de 10 mil habitantes, 964 ou 36,85%² apresentaram perda populacional. É necessário ressaltar que não só perderam população, como também a migração apresenta-se cada vez mais seletiva em termos de sexo e faixa etária.

Outro fato interessante visualizado na comparação entre o censo do IBGE de 2000 e a contagem populacional de 2007 é que, dos 2.616 municípios com menos de 10 mil habitantes, 52,87%, conforme os critérios estabelecidos pelo IBGE, têm a maioria de sua população classificada como urbana. Isso pode ser explicado levando-se em conta que o campo não atende mais às necessidades e expectativas dessa categoria de população. Tanto em nível de emprego, que está escasseando devido à modernização agrícola, como também pelo fato de o mundo urbano oferecer “oportunidades” e um modo de vida facilmente “comprado” por estes jovens (BACELAR, 2008).

² Censo IBGE (2000) e contagem populacional 2007.

h) Aspectos de sociabilidade na pequena cidade

As pequenas cidades apresentam situações em que a sociabilidade está muito condicionada à pessoalização porque os indivíduos vivem em um ambiente social com um alto grau de proximidade com seus contatos e, muitas vezes, tomam conhecimento do mundo a sua volta a partir de relações essencialmente interpessoais. Os sujeitos reconhecem e são reconhecidos pelos outros em decorrência de sua marca pessoal, de seu nome, de suas atitudes. Tudo é amplamente dominado pela coletividade e a pessoalidade. As festas, as rezas, o lazer, as estórias, as conversas são compartilhados com todos.

Essa situação, observada nas pequenas cidades em estudo, se refere ao que Prado (1995) denominou como definidor do modo de vida da pequena cidade brasileira, a *marca da pessoalidade*.

Conforme Prado (1995, p. 35),

[...] na cidade grande, seremos “indivíduos” — quando na rua, quando anônimos na massa, quando cidadãos, em condições de igualdade no exercício de direitos e obrigações; ou seremos “pessoas” — quando em casa, quando identificados e reconhecidos por nossas relações e posições em determinados contextos, podendo por isso ter precedência ou ser discriminados. Já na cidade pequena, a tendência é sermos sempre “pessoas”, identificadas como particulares, reconhecidas, localizadas.

O conhecimento íntimo e a proximidade entre as pessoas, nas pequenas cidades, se estendem às diversas dimensões da vida local, como nas referências para a localização de endereços nas cidades, nas atividades comerciais e nas relações políticas. Além dessas podem-se apontar outros exemplos ilustrativos do quanto e como imperam as relações pessoais nesses lugares, sendo predominantes: formas de chamamento vinculando filhos e esposas a pais e maridos; junção dos nomes de proprietários com os de seus estabelecimentos comerciais ou propriedades; locais públicos funcionando como salas de visita; tratamento, nas agências públicas, baseado no reconhecimento quase automático entre clientes e atendentes; dificuldade de aplicação da lei para os conhecidos (PRADO, 1995).

As relações de proximidade que se estabelecem entre os agentes sociais dão garantia de sociabilidade e do desenvolvimento de afinidades que constituem as identidades na pequena cidade.

De acordo com Wanderley (2004), a dinâmica da sociabilidade local se apresenta da seguinte maneira:

O espaço social assim construído se complementa, por um lado, com a referência às diferenciações sociais, os conflitos e as redes de alianças e associações, gerados especialmente pelas formas de uso e controle da propriedade da terra e do capital e pela estrutura do poder local; por

outro lado, pela percepção deste espaço, tal qual reiterado pela memória coletiva, dos indivíduos, famílias e grupos sociais e que também funciona como elemento constitutivo de uma identidade local.

Os elementos aqui expostos não esgotam as características das pequenas cidades, visto que elas são múltiplas, diversas e particularizadas nos seus processos de formação socioespacial. Foram considerados com o fim de contribuir para ampliar as reflexões e criar uma agenda de pesquisa sobre as pequenas cidades brasileiras no contexto contemporâneo que, no entanto, escapa aos limites do presente estudo.

Vale lembrar que outros fatores mais pontuais podem ser encontrados a partir de estudos empíricos e comparativos. Investigações desse tipo revelam, por exemplo, a organização interna pouco complexa do espaço urbano que é outro aspecto geral, mas que também pode revelar as interações socioculturais historicamente construídas, bem como as particularidades da dinâmica da economia urbana e sua relação com o campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A urbanização é um processo intrínseco às transformações econômicas, políticas e técnicas da sociedade como um todo. Em cada país ou região, este fenômeno expressa-se de forma particular, visto que a conjuntura mundial se mescla com as particularidades históricas, naturais, políticas e culturais.

A realidade da urbanização brasileira construída, sobretudo, a partir do final da Segunda Guerra Mundial é marcada pela complexificação e dispersão do fenômeno urbano pelo território. Assim, destaca-se que, neste contexto, ocorreram: a interiorização da urbanização; o desenvolvimento deste fenômeno nas áreas de fronteiras da economia; o surgimento e crescimento das cidades médias; a formação e consolidação de novas metrópoles e de inúmeros pequenos centros urbanos (MOTTA; AJARA, 2001; SANTOS; SILVEIRA, 2001).

A questão que se procurou evidenciar neste texto é que o Brasil vivencia a fase da urbanização extensiva, cujos limites do fenômeno urbano não se limitam às áreas urbanizadas. A materialidade desse processo assume formas bastante complexas, abrange cidades globais como São Paulo e várias outras metrópoles de importância nacional, mas também muitos centros de atuação regional/microrregional e núcleos de pequena centralidade que são referências para as ligações com o mundo urbano mais complexo. Além disso, os produtos, as normas e as técnicas produzidas na dinâmica econômica urbana chegam também ao campo e fazem parte dos processos produtivos e do cotidiano das pessoas.

Nesse sentido, coloca-se em evidência a importância de discutir e compreender a urbanização nos espaços não metropolitanos enquanto parte fundamental da configuração do território e da sociedade brasileira.

Especificamente, destaca-se que as cidades médias brasileiras, apesar de suas diferenciações tendo em vista a diversidade espacial do país, estabelecem-se por meio de uma articulação regional densa, o que faz com que tenham papel de comando na produção e no consumo regional (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Por sua vez, as pequenas cidades, também muito diversas, funcionam como pontos espaciais que permitem condições básicas de ligação com o universo urbano avançado. Além disso, servem à gestão local de amplas áreas do território nacional.

REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, Oswaldo; SERRA, Rodrigo Valente. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, Tompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (Org.). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p.1-34.

ASCHER, François. *Novos princípios do urbanismo seguido de novos compromissos urbanos: um léxico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

BACELAR, Winston K. de Almeida. *A pequena cidade nas teias da aldeia global: relações e especificidades sociopolíticas nos municípios de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara – MG*. 2008. 325 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2008.

_____. *Os mitos do “sertão” e do Triângulo Mineiro, as cidades de Estrela do Sul e de Uberlândia nas teias da modernidade*. 2003. 212 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2003.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. *Geografia urbana*. Tradução de Raquel Soeiro de Brito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. *Pequenas cidades na região de Catanduva-SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias*. 2004. 348 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente-SP, 2004.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Estudo da dimensão territorial para planejamento*. Brasília: MP, 2008. v. 3.

CAMPOS, Heleniza Avila. Reflexão acerca das redes urbanas regionais não metropolitanas. O caso do Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 11., 2009, Montevideo. *Anais...* Montevideo: EGAL, 2009.

CLARK, David. *Introdução à geografia urbana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

CORRÊA, Roberto L. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão popular, 2007. p. 23-33.

_____. Rede urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. *Cidades*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 65-78, 2004.

_____. Reflexões sobre a dinâmica recente da rede urbana brasileira. In: ENCONTRO DA ANPUR, 9., 2001. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2001. p. 424-431.

_____. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre pequenas cidades. *Território/Lajet*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 43-53. jan./jun. 1999.

ENDLICH, Ângela M. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no noroeste do Paraná*. 2006. 505 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2006.

FREITAS, Matteus de P. et al. Pequenas cidades do cerrado mineiro: reflexões sobre suas diversidades e particularidades socioespaciais. In: SOARES, Beatriz R.; OLIVEIRA, Hélio Carlos M. de; MARRA, Thiago B. (Org.). *Ensaio geográficos*. Uberlândia: UFU/PET – Geografia, 2006. p. 45-71.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico de 2000*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

MARTINE, George. *A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80*. Rio de Janeiro: IPEA, 1994. (Texto para discussão, 329). Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 10 fev. 2005.

MELO, Nágela A. *Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas*. 2008. 527 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008.

_____. *Rede urbana e pequenas cidades: seus limites e possibilidades no sudeste goiano*. Projeto de pesquisa, Uberlândia, 2005.

MELO, Nágela Aparecida de; SOARES, Beatriz Ribeiro. Pequena cidade, um desafio metodológico: os instrumentos e os recursos para a pesquisa em Geografia. In: *Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação*. Uberlândia: Assis, 2009. p. 395-420.

MONTE-MOR, Roberto Luís. A questão urbana e o planejamento no Brasil contemporâneo. DINIZ, Célio Campolina; LEMOS, Mauro Borges (Org.). *Economia e território*. Belo Horizonte: UFMG, 2005

MOTTA, Diana; AJARA, Cesar. Configuração da rede urbana no Brasil. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 100, p. 7-25, jan./jun. 2001.

OLIVEIRA, Bianca Simoneli; SOARES, Beatriz Ribeiro. O papel das cidades locais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba/MG no contexto regional. *Revista Horizonte Científico*, Uberlândia, v. 1, p. 1-27, 2002. Disponível em: <www.propp.ufu.br/horizontecientifico>. Acesso em: 3, set. 2005.

PELLETIER, Jean; DELFANTE, Charles. *Villes et urbanisme dans le monde*. Paris: Armand Colin, 2000.

PEREIRA, Anete Marília. *Cidade média e região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais*. 2007. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2007.

PNUD; IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2003*. Disponível em: <www.cidades.gov.br>. Acesso em: 10 dez., 2003.

PONTES, Beatriz S. As mudanças no processo produtivo capitalista e suas repercussões nas cidades médias nordestinas. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar. (Org.). *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 327-346.

_____. As cidades médias brasileiras: os desafios e a complexidade do seu papel na organização do espaço regional (1970). *Boletim de Geografia*, Maringá, n. 18, p. 1-27, 2000.

PRADO, Rosane Manhães. Cidade pequena: paraíso e inferno da personalidade. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 31-56, 1995.

ROQUES, Jean-Luc. *La fin des petites Villes: une modernité envahissante*. Paris, L'Harmattan, 2004.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura da. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 3. ed. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. *Espaço e sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1979.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Pequenas e médias cidades: um estudo sobre as relações socioespaciais nas áreas de cerrado em Minas Gerais. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 461-494.

SOARES, B. R. Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização. *Formação*. Presidente Prudente-SP, n. 6, p. 55-63, 1999.

SOARES, Beatriz R.; MELO, Nágela A. Reflexões sobre pequenas cidades em área de modernização agrícola. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., São Paulo, *Anais...* São Paulo: EGAL, 2005. 1 CD-Rom.

SOARES, Beatriz R.; MELO, Nágela A. Cidades médias: reflexões sobre o Programa UIA/CIMES e apontamentos de perspectivas para o Brasil. SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE CIDADES MÉDIAS, 1., 2005, Presidente Prudente. Presidente Prudente, *Anais...* Presidente Prudente: CIMDEPE, 2005. 1 CD-Rom.

SPOSITO, Maria Encarnação B. *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente, SP: GASPERR/FCT/UNESP, 2001.

SPOSITO, Maria Encarnação B.; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz R. *Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Tandil e Uberlândia*, São Paulo: Expressão Popular, 2010.

WANDERLEY, Maria N. *Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco*. Disponível em: <<http://www.ipese.com.br/manabawa.itf>>. Acesso em: 10 dez. 2004.